

Serioja R. C. Mariano
Janyne Paula Pereira L. Barbosa

**SOCIEDADE E CULTURA
NO BRASIL OITOCENTISTA**
Trajetórias de Pesquisas II



Centro de
Estudos em
História
UFPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
REITORA
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ
VICE-REITORA
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



DIRETOR DO CCTA
José David Campos Fernandes
VICE-DIRETOR
Ulisses Carvalho da Silva



CONSELHO EDITORIAL
Carlos José Cartaxo
Gabriel Bechara Filho
José Francisco de Melo Neto
José David Campos Fernandes
Marcílio Fagner Onofre

EDITOR
José David Campos Fernandes
SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL
Paulo Vieira

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO COORDENADOR
Pedro Nunes Filho

SERIOJA R. C. MARIANO
JANYNE PAULA PEREIRA L. BARBOSA
Organizadoras

SOCIEDADE E CULTURA NO BRASIL
OITOCENTISTA: Trajetórias de
pesquisas II

EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2019

Capa: Rudah Silva, a partir da foto de Annie Spratt
Projeto gráfico: José Luiz da Silva
Bibliotecária responsável: Susiquine Ricardo Silva

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

S678 Sociedade e cultura no Brasil oitocentista: trajetórias de pesquisas II [recurso eletrônico] / Organizadoras: Serioja R. C. Mariano, Janyne Paula Pereira L. Barbosa. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

Recurso digital (2,60MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-009-4

1. Sociedade e Cultura - Brasil. 2. História – Brasil oitocentista. 3. Sociedade e Cultura – Nordeste – Séc. XIX. 4. Saúde - Paraíba. I. Mariano, Serioja R. C. II. Barbosa, Janyne Pereira L.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 316.7(81)

Foi feito depósito legal.

Todos os textos são de responsabilidade das autoras.

Direitos desta edição reservados à: EDITORA DO CCTA/UFPB

Cidade Universitária – João Pessoa – Paraíba – Brasil.

Impresso no Brasil.

Printed in Brazil.

PREFÁCIO

O livro “Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista: trajetórias de pesquisas” expressa, em primeiro lugar, os resultados de um trabalho longo de estudos e orientações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba. Trata-se de um esforço coletivo de pesquisadores da UFPB que, juntamente com as professoras Serioja Mariano e Solange Rocha, consolidaram a instituição enquanto um importante polo de pesquisas sobre o Nordeste do século XIX: a referência de investigação em torno do Oitocentos na Paraíba, um dos mais importantes da região Nordeste, inclusive recebeu estudantes de mestrado de vários outros estados em função disso.

Esta obra também é marca da afirmação do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista, que tem neste livro mais um belo fruto do seu esforço coletivo de estudos e debates a respeito do Oitocentos. Trata-se de um círculo alicerçado em torno da História da Paraíba que segue o modelo de História regional proposto por Maria Yedda Linhares (1997), no sentido de testar as generalizações mais amplas, ou seja, os trabalhos que discutem a História do Brasil a partir dos estudos de casos do Centro-Sul.

Este trabalho permite um olhar sobre diversas temáticas do século XIX, especialmente em torno das questões sobre doenças, ensino, e da escravidão, com base em casos da Província da Paraíba. Os autores discutem com as suas respectivas historiografias mostram a complexidade dos seus objetos a partir do adensamento da pesquisa empírica.

Temos aqui mais um exemplo bem-sucedido do uso da redução da escala de análise, metodologia proposta pela Micro-História Italiana; nesse caso, especialmente aquela desenvolvida por Giovanni Levi em *A herança imaterial* (2000).

O livro “Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista: Trajetórias de pesquisas” foi elaborado em três eixos temáticos: “Adoecer e morrer no Brasil oitocentista; Nação, política, instrução e impressos no Brasil oitocentista”; e “Gente negra na Paraíba oitocentista”.

A primeira parte do livro, “Adoecer e morrer no Brasil oitocentista”, dedica-se à história da saúde no XIX. Esse eixo é aberto com o capítulo “Pacientes indesejados: o acolhimento de alienados pelo Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1858-1879)”, de Gerlane Farias Alves. A partir de uma densa documentação do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, Gerlane Alves analisa o Hospital de Caridade, vinculado à primeira instituição. O prédio foi reformado em 1857 para receber os pacientes com transtornos mentais (alienados). Gerlane Alves mostra com riqueza de detalhes empíricos as dificuldades no abrigo dessas “infelizes pessoas”, diante das limitações médicas do XIX na área da psiquiatria, e da falta de instalações apropriadas para os indivíduos considerados “loucos”, que eram trancafiados em presídios ou então em celas isoladas nas casas das famílias mais abastadas.

O segundo capítulo foi elaborado por Janyne Paula Pereira Leite Barbosa, intitulado “Cotidiano e Prática Médica em tempos de crise: A atuação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)”. Esse é um tema que ainda conta com poucos trabalhos, especialmente sobre a “Guerra Grande”, quando as epidemias tornaram-se um segundo inimigo, talvez tão poderoso nas baixas quan-

to o Exército paraguaio. Janyne Barbosa realiza uma importante revisão historiográfica acerca do tema e também elenca questões em aberto para a pesquisa. A autora analisou a Organização do Corpo de Saúde do Exército, os problemas para se estabelecer hospitais de campanha para um número tão grande de enfermos e feridos, e especialmente as tensões envolvendo os médicos no interior do Corpo de Saúde.

Em seguida, temos o capítulo escrito por Láercio de Araújo Júnior em parceria com Serioja Mariano, cognominado “Reorganização do lugar da morte: os cemitérios como morada dos mortos na Parahyba (1850-1860)”. Os autores partem do debate desenvolvido no interior das ciências médicas sobre a necessidade de se enterrarem os mortos fora das igrejas, em terrenos isolados do convívio das sociedades. Isto era para evitar a contaminação e disseminação de doenças, especialmente as epidemias de cólera e febre amarela na década de 1850, que atingiu quase todas as províncias do Brasil provocou milhares de mortes. A documentação oficial mostrou os gastos volumosos no orçamento provincial com o cercamento dos cemitérios e a construção de capelas no seu interior. Araújo Júnior e Mariano revelam que, mesmo com a criação de cemitérios afastados das igrejas, esses mantiveram a sua característica predominantemente eclesiástica.

Elyonara de Brito Lyra Targino e Serioja Mariano escrevem o quarto capítulo da coletânea, intitulado “O flagello da peste: as notícias sobre a febre amarela no jornal O Governista Parahybano”. Targino e Mariano mostram o impacto da febre amarela na década de 1850, quando a epidemia atingiu as províncias do “Velho Norte”, se alastrando inclusive no Pará, por navios saídos da Paraíba e de Pernambuco. Eles igualmente realizam um “roteiro” da doença pelo interior da Paraíba, e abordam a atuação do Governo provincial no sentido de alertar a po-

pulação para a tomada de medidas preventivas contra a enfermidade e também no seu combate direto. Por fim, as autoras tecem uma análise interessante das representações da febre amarela no jornal *O Governista Parahybano*.

Encerra a primeira parte do livro o capítulo de Wuendisy Fortunato da Silva, intitulado “O exercício das artes de curar na Paraíba: disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do Oitocentos”. Silva desvenda o mundo dos “práticos” da cura em meados do século XIX no período anterior à institucionalização, em tese, do ofício de médico, após a abertura das faculdades de Medicina de Salvador (1832) e do Rio de Janeiro (1826). O autor discute as atividades de barbeiro, boticário, entre outros, que atuaram na prática da cura nesse século, em meio à escassez de médicos, analisando as curiosas “soluções” populares para as doenças no período.

A segunda parte da coletânea, “Nação, política, instrução e impressos no Brasil oitocentista”, é aberta com o capítulo produzido por Fabrício de Sousa Morais, intitulado “O Sesquicentenário da Independência na capital da Paraíba ou como um presente inventa o passado”. O autor analisa as comemorações do Sesquicentenário da Independência em João Pessoa e sua relação com o Governo Militar, em meio às perseguições políticas. Fabrício Morais aborda a trajetória dos festejos ensejados pelo Estado no século XX, que tem o 07 de setembro como a data mais articulada com os propósitos de Governo. Ele também realiza uma interessante discussão sobre os usos desse evento pelo Governo Médici, a partir do estudo do caso da Paraíba.

O sétimo capítulo, de autoria de Luiz Mário Dantas Burity, foi cognominado “Aprender a mandar: José Américo de Almeida, a infância no Engenho Olho d’Água e o repertório político da Vila de Areia”.

Burity analisa a formação de um dos mais influentes políticos paraibanos do século XX, nascido no final do XIX, na cidade de Areia, e sua absorção do *habitus* aristocrático. Com uma bela narrativa, o autor descreve a infância do menino José Américo no Engenho Olho d' Água, revela a sua árvore genealógica e as redes de relações sociais construídas pelos Almeida através do casamento. Luiz Mário Burity também mostra a inserção dos Almeida na vida política na Paraíba, a partir de uma densa descrição das suas estratégias políticas.

Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano é a autora do oitavo capítulo, intitulado “Por uma educação escolar hígida: o compêndio História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras”. Nayana Mariano analisa o livro escolar de autoria de Laurent Pierre de Jussieu, publicado em 1867 e adotado nas escolas da província da Parahyba, a partir da relação entre a medicina e a escolarização primária, exatamente no momento em que o campo médico passa a intervir nos educandários. A autora faz uma perspicaz discussão da conjuntura das políticas sanitárias na época da compra e distribuição de 60 exemplares do compêndio. Para Mariano, a obra tinha a função principal de passar aos estudantes as condutas higiênicas prescritas pelo campo da medicina no período.

Thayná Cavalcanti Peixoto encerra a segunda parte da coletânea com o capítulo “José Rodrigues da Costa e sua tipografia: laços de sociabilidades e poder na Paraíba imperial (1848-1866)”. Peixoto analisa a sociabilidade e as redes de relações deste tipógrafo e as suas pistas sobre a sociedade paraibana em meados do século XIX. A autora nos brinda com a descrição do funcionamento da tipografia, a impressão e circulação dos seus jornais, que diziam muito a respeito da circulação de ideias no XIX, e do seu peso político nesse período. Ela igualmente discute a relação da tipografia com o Governo Provincial, quando a publicação

dos relatórios e leis provinciais constituía um importante, ou mesmo central, fonte de renda para essas gráficas. As atividades de uma tipografia, ainda segundo Thayná Peixoto, também dependiam de uma “boa” rede de sociabilidade, de um bom redator e de funcionários qualificados para a manutenção do empreendimento.

A terceira e última parte da coletânea foi intitulada “Gente negra na Paraíba oitocentista”, e conta com três artigos sobre o universo livre e cativo das famílias negras na Paraíba. Abre esse eixo o capítulo “Negros livres e pobres na cidade da Parahyba no século XIX”, de autoria de George Henrique de Vasconcelos Gomes. Esse era um grupo social extenso no século XIX, e difícil de se estudar devido à falta de fontes. Gomes trabalha com listas de alistamento e recrutamento para a Guarda Nacional e o Exército durante a Guerra do Paraguai. De modo semelhante, ele analisa as sociabilidades dessa população e os seus laços de solidariedade, centrais para a sobrevivência naquele período, além dos seus horizontes de expectativas nos afazeres “comuns” na *Cidade da Paraíba do Norte*.

O décimo primeiro capítulo é de autoria de Larissa Bagano Dourado, intitulado “Resistindo à escravidão: as cativas nos anúncios de fuga da província da Paraíba, 1850-1880”. Larissa Dourado analisa essas estratégias de resistência escrava a partir dos anúncios de jornais, uma fonte ainda pouco explorada em torno dessa temática. A partir desses anúncios, são discutidos os planos dos escravos em sua fuga e também os artifícios dos senhores na captura dos seus cativos. A autora comenta as profissões desses escravizados e detalhes que revelam muito sobre o seu cotidiano de violência e de redes de solidariedade. Dourado encerra o seu texto apontando para outras pesquisas possíveis a partir dos anúncios: a sua diminuição em meio ao avanço da campanha abolicionista

seria o resultado do engajamento e pressão daqueles contrários ao cativo, ou do obsoletismo desse regime de trabalho?

Para finalizar a coletânea, temos o capítulo de Lucian Souza da Silva, intitulado “As distintas e ilustres senhoras: as mulheres e o movimento abolicionista na Paraíba”. Souza discute o movimento abolicionista na Paraíba a partir de uma análise que contempla o seu viés econômico, político e cultural. Lucian Souza investiga, a partir das peças teatrais apresentadas nas cidades da Paraíba do Norte e em Areia, a emblemática inserção das elites paraibanas no movimento abolicionista. As associações abolicionistas cresceram na década de 1870, e a participação das mulheres da alta sociedade é uma face ainda inexplorada desse processo. Elas, enquanto parte das famílias abastadas, tanto produziram textos e peças, como participaram em encenações que denunciavam o sistema escravocrata e pregavam a necessidade do seu fim.

“Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista: Trajetórias de pesquisas”, portanto, é muito mais do que o “resultado” de um grupo de pesquisa, ela nos brinda com doze capítulos de História da Paraíba no Oitocentos. Eu, como professor de História do Brasil Império, no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, terei o maior prazer em adotá-la enquanto referência em minhas aulas.

Uma boa leitura!

Cidade da Parahyba do Norte, 19 de agosto de 2017

Cristiano Luís Christillino

Professor da Universidade Estadual da
Paraíba e do Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de
Pernambuco

SUMÁRIO

PREFÁCIO5

EIXO 1

ADOECER E MORRER NO BRASIL OITOCENTISTA

PACIENTES INDESEJADOS: o acolhimento de alienados pelo hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1858-1879)..17
Gerlane Farias Alves

COTIDIANO E PRÁTICA MÉDICA EM TEMPOS DE CRISE: A atuação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)39
Janyne Paula Pereira Leite Barbosa

REORGANIZAÇÃO DO LUGAR DA MORTE: os cemitérios como morada dos mortos na Parahyba (1850-1860)77
Láercio De Araújo S. Júnior
Serioja R. C. Mariano

O FLAGELLO DA PESTE: as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano103
Elyonara de Brito Lyra Targino
Serioja R. C. Mariano

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA: disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos ..129
Wuendis Fortunato da Silva

EIXO 2

NAÇÃO, POLÍTICA, INSTRUÇÃO E IMPRESSOS NO BRASIL OITOCENTISTA

O SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NA CAPITAL DA PARAÍBA OU COMO UM PRESENTE INVENTA O PASSADO151
Fabrício de Sousa Morais

APRENDER A MANDAR: José Américo de Almeida, a infância no engenho Olho d'água e o repertório político da vila de Areia189

Luiz Mário Dantas Burity

POR UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR HÍGIDA: o compêndio história de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras227

Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano

JOSÉ RODRIGUES DA COSTA E SUA TIPOGRAFIA: laços de sociabilidades e poder na Paraíba imperial (1848-1866)249

Thayná Cavalcanti Peixoto

EIXO 3

GENTE NEGRA NA PARAÍBA OITOCENTISTA

NEGROS LIVRES E POBRES NA CIDADE DA PARAHYBA NO SÉCULO XIX277

George Henrique de Vasconcelos Gomes

RESISTINDO À ESCRAVIDÃO: as cativas nos anúncios de fuga da província da paraíba, 1850-1880299

Larissa Bagano Dourado

AS DISTINTAS E ILUSTRES SENHORAS: as mulheres e o movimento abolicionista na Paraíba325

Lucian Souza da Silva

EIXO 1
ADOCER E MORRER NO BRASIL
OITOCENTISTA

PACIENTES INDESEJADOS: o acolhimento de alienados pelo hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1858-1879)¹

Gerlane Farias Alves²

Embora a presença de loucos em território brasileiro só tenha vindo a se constituir como problema moral e social apenas no início do século XIX devido a necessidade de implementar no país um projeto de modernização em moldes europeus, iniciado com a chegada da família real portuguesa, sabe-se que desde a época colonial já se registrava a presença dessas pessoas em território brasileiro.

Desse modo, pode-se imaginar que a tolerância que existia no Brasil até o início do século XIX, com o perambular dos loucos soltos pelas cidades, vilas e povoados, muitas vezes sem destino, abandonados à sua própria sorte, aos poucos foi ganhando outra conotação e se

1 Artigo apresentado e publicado nos anais do XVIII Encontro Estadual de História ANPUH – PB.

2 Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB) com bolsa CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO).

tornando objeto de grande preocupação das autoridades. Segundo Resende:

[...] o doente mental, que pode desfrutar, durante longo tempo, de apreciável grau de tolerância social e de relativa liberdade, teve esta liberdade cerceada e seu sequestro exigido, levado de roldão na repressão a indivíduos que, por não conseguirem ou não poderem se adaptar a uma nova ordem social, se constituíram em uma ameaça a esta mesma ordem. (RESENDE, 2001, p. 29)

Diante da falta de instituições criadas especificamente para abrigar os doentes mentais, que durante o século XIX passaram a ser chamados por diferentes termos (entre eles, o de alienado³), estes acabavam sendo encarcerados em prisões, junto aos demais presos, trancafiados em cômodos construídos especialmente para eles em suas próprias casas, quando suas famílias possuíam posse para isso, ou então, enviados para os Hospitais mantidos pelas Santas Casas de Misericórdias existentes em algumas províncias do país.

Na Província da Parahyba do Norte oitocentista, era comum que ocorresse esse acolhimento de alienados no Hospital de Caridade mantido pela Santa Casa de Misericórdia⁴ e localizado no centro da capital paraibana, pois segundo Coêlho Filho, o Hospital de Caridade, desde a sua fundação⁵, “era o único a recolher insanos, para os quais dispunha

3 Alienado é um dos termos utilizados no século XIX para se referir a pessoas consideradas com distúrbios mentais. Segundo o Dicionário de Bluteau, o alienado era a pessoa que sofria de “alheação, alienação dos sentidos, do juízo, falta de sentimento, cegueira de entendimento, juízo”. (BLUTEAU, 1789, p. 59). In: BLUTEAU, Raphael. Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva – natural do Rio de Janeiro, Tomo primeiro (A-K). Lisboa: na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

4 Nos documentos existentes no Arquivo da Santa Casa da Paraíba, como atas, ofícios e relatórios, estes doentes também são chamados de mentecaptos, loucos, transtornados e possessos.

5 Não se sabe exatamente a data de fundação do Hospital de Caridade. Wilson Seixas afirma que desde fins do século XVI já havia no Brasil a Irmandade da Misericórdia

de apenas 2 quartos (um para cada sexo)” (COELHO FILHO, 1977, p. 147).

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o atendimento prestado pelo Hospital de Caridade da Parahyba, na segunda metade do século XIX, aos pacientes alienados que adentravam em seu espaço por diferentes motivos, e acabavam relegados a espaços insalubres, trancafiados em quartos escuros e fazendo toda a ordem de perturbações, o que gerava grande preocupação entre os dirigentes da instituição e da Província em uma época em que a existência de instituições próprias para o abrigo desse tipo de doente em outras regiões do país ainda não era comum.

Para o estudo das condições de acolhimento de alienados pelo Hospital de Caridade da Santa Casa da Parahyba durante a segunda metade do século XIX, utilizamos, além de autores que dissertam sobre o assunto, relatórios de provedoria existentes no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba escritos entre os anos de 1858 e 1879 e relatórios da Inspeção de Saúde Pública da Parahyba do Norte da segunda metade do século XIX.

A REFORMA DO HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAHYBA

No ano de 1857 foi realizada uma reforma no Hospital de Caridade da Santa Casa paraibana com o objetivo de promover melhorias

se ocupando do problema hospitalar e, em 1618, esse sistema passou para a administração dos governos das capitanias, que se incumbiram então de socorrer e proteger aos doentes e inválidos, aos soldados e operários que adoeciam. Ainda segundo Seixas, o cônego Florentino Barbosa baseando-se em uma passagem dos Diálogos das Grandezas do Brasil, concluiu que o velho Hospital da Rua Visconde de Pelotas fora construído juntamente com a Igreja da Misericórdia embora João Teixeira Albernaz, cosmógrafo de Sua Majestade e um dos mais destacados nessa profissão não tenha feito nenhuma referência ao Hospital (somente a Igreja da Misericórdia) em mapa da Antiga Capitania da Paraíba feito em pergaminho e aquarela e datado de 1612, primeira carta parcial que se conhece a respeito de nossa cidade (SEIXAS, 1987, p. 65).

no prédio que há anos vinha se deteriorando, além de tentar aumentar a separação do espaço de atendimento para pacientes do sexo masculino e feminino. Na época a provedoria era ocupada pelo Dr. Francisco D'Assis Pereira Rocha.

As benfeitorias⁶ foram descritas no relatório de 2 de julho 1858 e podem estar também ligadas ao pensamento preventivo de doenças por conta dos acontecimentos epidêmicos que assolaram a Parahyba nos anos anteriores⁷. Nele, se afirma que o Hospital foi reinaugurado em 26 de março de 1857.

Segundo o provedor Francisco d'Assis Pereira Rocha, para realizar a reforma, havia sido firmado um contrato entre a Santa Casa e o senhor Francisco Soares da Silva, encarregado dos reparos, em 9 de fevereiro de 1857. Um dos termos definia que, tanto a obra do Hospital como outras descritas dentro do mesmo acordo deveriam durar no máximo oito meses, com a previsão de ser paga a quantia de 100\$000 como multa por cada mês de atraso da obra. Mesmo assim, a reforma só veio a ter fim cinco meses depois do prazo estabelecido⁸

Durante a noite da inauguração das obras houve abertura do espaço, para que os fiéis pudessem admirar as melhorias implantadas e, segundo o relato do provedor, foi grande o número de pessoas que adentrou o estabelecimento.

6 A autora se refere as melhorias realizadas no Hospital da Santa Casa como a pintura de quartos, o arejamento dos espaços onde ficavam os doentes.

7 Além de epidemias de febre amarela, varíola e sarampo que a Província da Parahyba enfrentava desde sua fundação, nas décadas de 1850 e 1860 a província foi visitada pelo terrível Cólera Morbus, causando grande mortalidade entre os moradores da capital e do interior. Para maiores informações ver: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; MARIANO, Nayana R. C. O medo anunciado: A febre amarela e o cólera na Província da Paraíba (1850-1860). In: Fenix – Revista de História e Estudos Culturais. Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro de 2012. Vol. 9. Ano IX, n.3. Disponível em: www.revistafenix.pro.br.

8 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB; Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, 1858, f. 3.

A reforma possibilitou um melhor atendimento aos pacientes e no final do ano de 1859 o Hospital de Caridade recebeu a visita do Imperador D. Pedro II que estava de passagem pela Parahyba. Sua presença ficou registrada no relatório de provedoria do Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha de 1860. Segundo ele:

Foi este sem duvida o mais memoravel, e feliz sucesso do anno, e dos anos anteriores. Sabeis, senhores e deve ficar consignado em todos os documentos da irmandade, para que os vindouros irmãos tambem o saibão – que em o dia, já memorável, 25 de dezembro de 1859, as duas horas da tarde, o senhor D. Pedro 2º Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, visitou esta Santa Casa da Misericordia, quão segundo os decretos da Providencia Divina, no 3º século adiantado de sua fundação tinha de ver, e viu, pela primeira vez em seu recinto sagrado um filho, e descendente também sagrado de reis, e imperadores⁹.

Seguindo para o Hospital de Caridade, o imperador teve acesso às enfermarias e aos repartimentos, que notou possuírem pequenas dimensões. O relatório mostra que internados naquelas dependências existiam apenas duas pobres enfermas, que “enlevadas durante a visitação imperial, não sentirão seus sofrimentos (padecimentos) e também serão felises”¹⁰. A visitação da majestade imperial acabou com a promessa de um donativo que seria deixado para a instituição com instruções precisas de ajudar na ampliação das enfermarias. O provedor ficaria então incumbido de realizar “tão grande missão” que seria atender à vontade do imperador. Dois dias depois, a Santa Casa receberia também a visita

9 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, 1860, f. 1.

10 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, 1860, f. 1 verso.

PACIENTES INDESEJADOS: o acolhimento de alienados pelo hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1858-1879)

da imperatriz pela manhã. Esta não chegou a visitar as enfermarias do Hospital “por ser já tarde e andar a pé”¹¹.

A visita do imperador após a reforma realizada em 1857 e seu comentário sobre as “acanhadas dimensões do edifício” demonstraram que este ainda não atendia satisfatoriamente às necessidades da instituição para prestar os devidos serviços hospitalares à população, principalmente em relação a enfermaria feminina que continuava a despertar a atenção de seus dirigentes.

Em relação aos alienados, que também eram mantidos pelo Hospital de Caridade, nota-se que a reforma proporcionou algumas mudanças no espaço reservado para eles. Segundo o provedor:

Fizerão-se no salão inferior correspondente a consinha dois quartos seguros para loucos. Esta obra era urgente e seu adiamento prejudicial e [anti-economico] porque os alienados soltos e mal seguros, como estavam, causavam, frequentes destruições estando por isso inutilizados os repartimentos do pavimento térreo. Felizmente depois de promptos os quartos não entraram para o hospital alienado furioso, tendo elles até hoje servido para accomodação de doentes de outras molestias. (ASCMPB, 1860)¹²

O relatório ainda mostra a dimensão dos atendimentos realizados pelo Hospital de Caridade da Santa Casa entre os anos de 1857 e 1859. Segundo seus dados, do dia 1º de julho de 1857 ao último dia de junho de 1858 foram tratados 94 doentes; de 1º de julho de 1858 ao último de junho de 1859 foram tratados 225 doentes; e de 1º de julho de 1859 ao último de julho de 1860 foram tratados 261 doentes, dando

11 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, 1860, f. 2.

12 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, 1860, f. 2.

a ideia do progressivo aumento ocorrido no Hospital com a reforma. O provedor ainda analisa que a mortalidade no ano de 1859 foi de 13%, sendo então muito inferior a mortalidade de julho de 1857 a junho de 1858, que foi de 23%, e muito pouco [inferior] à de julho de 1858 a junho de 1859, que foi de 12%¹³.

Infelizmente estes documentos não trazem informações sobre a identidade de tais pacientes, impossibilitando identificar entre os vivos e os mortos, a existência de alienados. As informações existentes nos relatórios de 1857 a 1859 revelam apenas que quando estes davam entrada no Hospital de Caridade, eram separados dos outros doentes e isolados num cômodo, o que causava grandes problemas ao atendimento por conta de seu “estado mental, que nem sempre era pacífico”¹⁴.

Dois anos após a visita do Imperador ao Hospital de Caridade, a falta de um espaço específico para o tratamento das mulheres dentro da instituição continuava a ser um problema para sua administração. O provedor Souza Rangel destacou em seu relatório de 1861 que

O acanhamento do edifício, que não permite os comodos indispensáveis para o tratamento do número de enfermos que nelle se recolhem tem se tornado [hua] falta, que requer pronto remédio; principalmente para o tractamento das mulheres; porque, a estreita casa, que lhes serve de enfermaria actualmente, produz grande retardamento no curativo, não oferece cômodo algum ao tractamento do sexo feminino que por sua índole requer mais recato¹⁵.

13 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, 1860, f. 3.

14 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba Lindolfo José Corrêa das Neves, 1875, f. 5.

15 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor interino José Lucas de Souza Rangel, 1861, f. 16.

PACIENTES INDESEJADOS: o acolhimento de alienados pelo hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1858-1879)

No ano seguinte ao relatório de Souza Rangel, a enfermaria das mulheres foi finalmente ampliada e melhorada graças ao donativo deixado por D. Pedro II. Passou a ser então “o melhor salão do Hospital com capacidade para mais de cinquenta doentes, elevado arejado com todas as condições hygienicas (..), e offerecendo um commodo azylo ás infelizes, que demandão os socorros d’este Pio Estabelecimto”¹⁶.

O ESPAÇO RESERVADO AOS ALIENADOS NO HOSPITAL DE CARIDADE

Os alienados que chegavam ao Hospital de Caridade da Santa Casa vinham de diversos lugares. A maioria deles chegava através da Secretaria de Policia da Parahyba que, além da Capital, os traziam de diferentes regiões da Província como Mamanguape, Ingá, Campina Grande, Pilar, Pedras de Fogo e Cuité.

Os motivos que os traziam até o Hospital de Caridade, normalmente, estavam ligados a um histórico de agressividade que, muitas vezes, ameaçava a integridade de suas famílias e de pessoas próximas na região em que viviam. Mas alguns também eram enviados para o Hospital de Caridade ou por terem sido abandonados pelos parentes em seu local de origem (e até na própria capital parahybana), ou entregues às autoridades pelos próprios familiares que alegavam não possuírem meios econômicos para mantê-los.

A ampliação do local destinado ao sexo feminino que teve início com a reforma de 1857 também facilitou o aumento do espaço destinado para abrigar os alienados. Segundo o provedor Lindolfo José Corrêa das Neves “o andar térreo d’aquella Enfermaria facilitou três prisões se-

¹⁶ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1862, f. 20.

guras, e salubres para os desassissados (alienados), esses infelizes, que não encontravam no Pio Estabelecimento os commodos, que a humanidade, e caridade recomendão”¹⁷. O provedor ainda chamava atenção para o estado em que estes “infelizes” eram mantidos no Hospital afirmando que “Vós os sabeis Señrs, a sorte d’aquelles infelizes se agravava nas nossas Enfermarias pela falta de commodidades, e era mais para lastimar seu tratamento, por aquelle motivo, do que a enfermidade, que os amesquinhava. Isso era pungente em um paiz civilizado!”¹⁸

Mesmo com os melhoramentos, podemos perceber que o problema do espaço reservado aos alienados dentro do Hospital de Caridade ainda iria se estender por muitos anos. É comum observar, na fala dos provedores que se sucederam na administração da Santa Casa, durante toda a segunda metade do século XIX, a preocupação com o tratamento dado a esse tipo de doente nas dependências do Hospital. O provedor Lindolfo José Corrêa das Neves, por exemplo, lembra de um triste episódio ocorrido no local em 1862. Segundo ele:

Ainda não há muito, senr^{es}, com horror volo recorde, um medico pedio, e obteve consentimento para ter um alienado de sua clinica em um cubículo da Enfermaria, o que lhe foi concedido; esse infeliz morreu com os braços atados, coberto por uma camisa de força, que lhe occultavão as chagas, que nos pulsos lhe fizerão os atilhos, penetraram nas carnes até os ossos!...¹⁹

Corrêa das Neves ainda deixava impresso que isso ocorrera porque aquele alienado estava sob a direção de seu assistente particular, e

17 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1862, f. 20.

18 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1862, f. 20.

19 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1862, f. 21.

PACIENTES INDESEJADOS: o acolhimento de alienados pelo hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1858-1879)

por isso “não era, nem podia sello, visitado pelos médicos do Estabelecimento”. Afirmava que

Ainda, a meu ver, não estão satisfeitas as necessidades do serviço com aquellas três prizões. Temos por ora meios de segurança para poucos d'esses doentes, ainda nos faltão para um numero mais crescido, e ainda nos faltão os meios de curativo, que se fundão na distracção e liberdade mais ampla, do que permitem as quatro paredes de uma prizão²⁰.

Um ano depois, o problema de se manter alienados dentro do Hospital de Caridade, mesmo não tendo a estrutura necessária para isso, foi novamente lembrado pelo provedor Corrêa das Neves. Segundo ele:

A experiência me tem mostrado, principalmente agora, que vão concorrendo de toda província doentes d'essa espécie, que não é possível conservar alienados (...) os furiosos, no Hospital. Além de encommodo, que elles causam aos outros doentes, perturbam aos vizinhos, não só com gritos, como com as palavras indecentes, que soem proferir, e, sendo o Hospital no centro da cidade, não vejo meios de evitar esses inconvenientes²¹.

Analisando os relatórios, podemos observar que Corrêa das Neves foi um dos provedores que mais insistiram na construção de um local próprio para abrigar os alienados mantidos pela Santa Casa. Em um de seus relatórios enviados para o presidente da província da época, ele chamava atenção para a necessidade de um Hospício para os loucos em lugar arrendado do centro da população, dando como sugestão parte do convento dos Franciscanos. Segundo ele, os religiosos não necessi-

20 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1862, f. 21.

21 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1863, f. 45-46.

tavam de parte do edifício, onde, por algum tempo, ficou aquartelado o meio batalhão, podendo este “prestar-se, com pouco dispendio, a hum serviço humanístico e de alguma sorte em harmonia á sua instituição de caridade o bem do próximo”.²² O provedor ainda chamava atenção para que esta decisão não fosse demorada, pois “não é possível conservarem-se em um hospital, onde existem outros doentes, e no centro de uma cidade, oito alienados, que nos períodos de fúria não consentem um momento de tranquilidade aos outros doentes”²³.

O problema enfrentado pela Santa Casa da Parahyba, em relação ao cuidado com os alienados, tinha a ver também com a proibição impetrada pelo Ofício-Circular do Ministério dos Negócios do Império, de 04 de setembro de 1854²⁴, segundo o qual, o Imperador, D. Pedro II proibia o envio de doentes mentais para o Hospital de Alienados, que recebia seu nome, inaugurado na cidade do Rio de Janeiro em 1852²⁵. Essa ordem já havia, em anos anteriores, causado irritação ao Provedor Francisco de Assis Pereira Rocha. Este, em seu relatório de 1858, já dizia que

Não desconheço a justiça com que o governo imperial tomou a medida de obstar á que se continuassem a mandar das províncias alienados para o hospital – Pedro 2º. -, no Rio de Janeiro; mas esta medida, não é nem pode ser uma proibição absoluta, e a

22 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1863, f. 46.

23 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo José Corrêa da Neves, 1863, f. 46.

24 BRASIL. Ofício-Circular do Ministério dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, em 04/09/1854. Arquivo do Estado da Paraíba.

25 Fundado em 1852 na chácara localizada na Praia vermelha, região do Rio de Janeiro, o Hospital D. Pedro II foi o primeiro hospital destinado ao tratamento de alienados no Brasil e, portanto, tem sido uma instituição significativa nos estudos sobre a história da psiquiatria no Brasil. Ver: GONÇALVES, Monique de Siqueira. Os primórdios da Psiquiatria no Brasil: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 60-77, jan. Disponível em: www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=997. Acesso em: 05 mar 2018.

PACIENTES INDESEJADOS: o acolhimento de alienados pelo hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1858-1879)

nós compete solicitar, que na distribuição dos lugares vagos seja igualmente atendido esta província²⁶.

De acordo com a documentação, os anos que se seguiram não apresentaram melhora na situação dos alienados atendidos pelo Hospital de Caridade. Em seu relatório de 2 de julho 1865, Toscano de Brito discorria sobre os maus tratos sofridos por alguns alienados dentro das dependências do Hospital de Caridade nos espaços reservados para esse tipo de paciente. O provedor então, se apiedava com a maneira como eram tratados tais seres humanos dizendo que

Confrange-nos o coração quando vemos um infeliz destituído de razão, reduzido a condição de irracional, em estado, pela fúria que apresenta, de não poder ser contido pelo rigor, conserva-se algemado, de ferros aos pés, prezo, e ainda praticando excessos extraordinários, sem que se possa usar dos recursos que a ciência, amestrada pela experiência tem indicado como indispensáveis proveitosas para casos semelhantes.²⁷

Mesmo não tendo condições satisfatórias para a manutenção de loucos em seu Hospital de Caridade, pois, como vimos na fala de Brito, os furiosos eram normalmente postos a ferro (não se sabendo por quanto tempo essa medida durava e se durante esse período realizavam de bom grado a ingestão de comida e água), os relatórios de provedoria não trazem informações relacionadas a uma grande mortalidade de alienados dentro do Hospital de Caridade. Sobre isso, ainda em seu relatório, Toscano de Brito relata que:

26 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Francisco D'Assis Pereira Rocha, 1858, f. 4.

27 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Felizardo Toscano de Brito, 1865, f.44-45.

Esses desgraçados de ordinário cahem em inanição, ficam completamente prostrados, e a natureza vem então em seo socorro, e muitos se restabelecem!

E é realmente para admirar, que não obstante esse quadro pouco lisonjeiro, e que ainda assim se acha muito a quem da realidade, a mortalidade nos loucos seja muito pequena. Quazi sempre os que, para ali entram annulamente, e que não são poucos sahem restabelecidos, ou consideravelmente melhorados.

E com quanto devamos dar graças ao Omnipotente por tão assignalado favor, cumpre todavia que tudo façamos para que a sorte dos loucos que entram para o hospital da S. Casa seja menos desgraçados²⁸.

A estrutura do espaço destinada aos alienados no Hospital de Caridade passou muitos anos sendo criticada pelos provedores da instituição. Em 1867, Antônio de Sousa Gouvea dizia que “ainda permanece a falta de quartos para segurança dos loucos do gênero d’aquelles infelizes q’ existem no Hospital, e que nos intervalos de furor quebrão e destroem tudo quanto chega ao seo alcance”²⁹. Do mesmo modo, em seu relatório de 1869, Souza Gouveia, que continuava no cargo até esse ano, reprovava a admissão de loucos no Hospital de Caridade justificando para isso o estado de furor que alguns desses alienados mantinham dentro da instituição, incomodando “seriamente aos doentes os quais necessitão de muita calma e sucêgo para seu completo restabelecimento”³⁰. Segundo ele, o local onde estavam acomodados os loucos, no andar térreo da instituição, piorava a situação, justamente porque a enfer-

28 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Felizardo Toscano de Brito, 1865, f.45.

29 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Antonio de Sousa Gouvea, 1867, f. 53.

30 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Antonio de Sousa Gouvea, 1869, f. 69.

maria feminina ficava na parte de cima e as enfermas não conseguiam ter seu descanso quando os alienados davam início a seus ataques.

Em 1874, o Hospital de Caridade sofreu novamente uma pequena reforma sendo feito pequenos reparos, como também a preparação de um orçamento na quantia de trezentos e dois mil réis para realizar a construção “de mais de dois quartos seguros para os alienados”, obra que não foi realizada por conta da dificuldade financeira que se abateu sobre a Santa Casa nesse ano³¹. Segundo o Provedor Joaquim Moreira Lima, enquanto não havia um asilo ou um lazareto na Capital, lugar próprio para receber inválidos por moléstias ou idade, loucos, idiotas e lázaros, a Santa Casa não podia recusá-los. Muito embora os “resultados d’essa acumulação de doentes de enfermidades taes em um só edifício saltam aos olhos. Existem actualmente em tratamento 29 enfermos, e d’estes 5 alienados e 2 idiotas”³².

Poucas vezes, os relatórios de provedores da Santa Casa da Parahyba mostram o número exato de alienados que estavam sob o cuidado da instituição em seu Hospital de Caridade. Quando isso ocorre, podemos notar que o número, normalmente, não passa de uma dezena de indivíduos. Uma contagem relativamente baixa se compararmos a outras instituições hospitalares da época, como o Hospital de D. Pedro II, construído com a finalidade de abrigar alienados ou o Asilo de Alienados de Olinda que possuía acomodações para 40 doentes no máximo, mas que em 1866 contava com 64 doentes, em 1870 com 74, em 1876 com 116 e em 1877 com 144 (CÔELHO FILHO, 1977, p. 34). Mesmo assim, devemos lembrar que o Hospital de Caridade não havia sido projetado para o acolhimento desse tipo de doente. Por isso, mesmo que ele

31 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Joaquim Moreira Lima, 1874, f. 4-5.

32 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Joaquim Moreira Lima, 1874, f. 5.

apresentasse um número reduzido de alienados em seu interior, a sua manutenção era feita de forma improvisada, não sendo possível evitar os transtornos trazidos por esse tipo de doente como barulhos que incomodavam os demais pacientes e as frequentes depredações contra a estrutura do Hospital.

A preocupação com as constantes epidemias de febre amarela e varíola que chegavam a Parahyba na década de 1870 causavam o redirecionamento das verbas que deveriam ser aproveitadas pela Santa Casa para o atendimento dessas enfermidades, além de aumentar o atendimento prestado pela Santa Casa. Em seu relatório de 1874, o provedor Joaquim Moreira Lima dizia que estas enfermidades, quando apareciam, levavam seus doentes a serem tratados primeiramente no Hospital de Caridade para depois serem transferidos para hospitais improvisados. Uma dessas enfermarias era sempre montada no convento de São Francisco. Porém, como o governo da Província não tinha meios de manter em funcionamento constante esses espaços para os doentes contagiosos, por que “não era possível que os cofres públicos supram indeterminadamente as extraordinárias despesas de seu custeio”, logo que era constatada a extinção da epidemia, as enfermarias eram desmontadas³³.

Segundo Moreira Lima, naquele ano, depois que a enfermaria existente no convento de São Francisco para o atendimento de varíolosos foi desmontada, tanto a varíola como a febre amarela ressurgiram com toda sua força, forçando o Hospital da Caridade a receber tais doentes³⁴.

33 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Joaquim Moreira Lima, 1874, f. 6.

34 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Joaquim Moreira Lima, 1874, f. 6.

Em 1876, Lindolfo José Corrêa das Neves, de volta ao cargo de provedor, relatava ainda a luta travada pelo Hospital de Caridade com os afetados pela varíola. Além disso, ainda lembrava a situação dos alienados recolhidos pelo Hospital. Segundo ele:

Tenho sido constrangido, até por considerações de comodidade publica, a receber enfermos de moléstias para cujo tratamento é impróprio nosso Hospital, já pela localidade, que ocupa no centro da cidade, já por que não dispõe de commodos, nem ainda os indispensáveis para ellas. Os loucos, que afluem, até remetidos pelas Autoridades policiaes, são mais prejudiciaes, e encomodos, entretanto não tenho podido recusar-me a receber alguns, para que não fiquem vagando na cidade com risco, e sobre salto da população³⁵.

O provedor ainda reclamava sobre o tratamento dado aos alienados ao mesmo tempo em que se lamentava pela perda do atendimento médico prestado aos aprendizes marinheiros pelo Hospital de Caridade, já que a Companhia que estes faziam parte estava de mudança para Cabedelo. Segundo ele:

os meios, usados nos Hospitaes de alienados, de comte-los, con-frange me o coração consentir, que lhes sejam applicadas algemas, e acdeias, pelo que, soltos nos quartos, os destroem por maior que seja sua segurança. Com a mudança da companhia de Aprendizes marinheiros para o Cabedello, deixaram estes de ser tractados no Hospital diminuindo se ainda mais nossa receita; assim como tenho certeza de que aumentou-se a despeza do governo com este ramo de serviço. Tem sido tractados neste Hospital os affectados de varíola nesta Cid.^e, onde ella há mais de anos tem grassado com intensidade³⁶.

35 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo Correa das Neves, 1876, f. 22-23.

36 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo Correa das Neves, 1876, f.23.

Os relatórios de 1878 e 1879 ainda mostram a grande dificuldade enfrentada pelo Hospital de Caridade e seus dirigentes diante da chegada dos imigrantes vindos do interior da província, acarretando preocupações ligadas à proliferação de epidemias devido a aglomeração de pessoas maltrapilhas e malnutridas. Diante disso, o provedor Correa das Neves já inicia seu relatório de 1878 afirmando que a Santa Casa atravessava, talvez o período mais crítico e calamitoso quadro com que a Província enfrentava, devido ao alto preço dos gêneros alimentícios e ao aumento da miséria da população, o que poderia repercutir também na receita do Hospital de Caridade. Também chamava a atenção para o estado sanitário em que se encontrava o Hospital diante da “exorbitante aglomeração de indivíduos de diversas enfermidades, um perigoso focco” de doenças³⁷. Sobre os alienados, o provedor se limita a dizer que “continua a ser recolhidos, com grande incommodo dos enfermos, e ruína do edifício, loucos para serem tratados”³⁸.

No relatório de 1879, o provedor Benjamin Franklin de Oliveira Mello, invoca a atenção da Mesa Administrativa da Santa Casa para um projeto de lei que estava em discussão na Assembleia Provincial com a finalidade de se remover o Hospital desta Irmandade para o sítio da Cruz do Peixe³⁹, e em pagamento do que ao mesmo Hospital era deve-

37 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo Correa das Neves, 1878, f. 28.

38 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Lindolfo Correa das Neves, 1878, f. 30.

39 O Sítio da Cruz do Peixe é uma área de João Pessoa onde atualmente fica localizado o Hospital Santa Isabel, construído em 1914. No século XIX, era uma região afastada do centro da capital que abrigou uma enfermaria/hospital para variolosos e um cemitério para o enterro destes doentes, além do Asilo Sant’Ana para Alienados. O nome Cruz do Peixe surgiu por ocasião de naquela localidade funcionar o ponto de encontro dos “pombeiros” (atravessadores) que ficavam em Tambaú onde hoje é a feira do peixe. Estes vendedores desciam as ruas com a mercadoria pendurados nos “calões” (hastes de madeira) onde prendiam dois balaios para oferecer à burguesia e a aristocracia das ruas Nova (atual General Osório), Direita (atual Duque de Caxias) e da Areia, que na época se chamava Barão da Passagem. Disponível em: <culturapopular2.blogspot.com/2010/03/origens-e-apelidos-de-alguns.html.>

dor o Thesouro Provincial. Este documento fez parte da sessão de 23 de janeiro de 1879, recebendo a Santa Casa uma cópia deste.

Em seus artigos, o documento dava autorização ao presidente da Província a dar em pagamento à Santa Casa o Sitio da Cruz do Peixe, por conta da dívida que o cofre provincial tinha acumulado em relação à instituição. Também dizia que logo que fosse desmontado o Hospital/enfermaria de variolosos, existente em um prédio que ficava nessa região, seria para lá removido o Hospital de Caridade⁴⁰ do centro. O documento ainda transferia para a Santa Casa a administração do Cemitério da Cruz do Peixe, existente ao lado do Hospital dos variolosos e utilizado, na época, para o enterramento dos pacientes que faleciam naquele local, ao mesmo tempo em que reforçava a proibição de enterramentos realizados na Província fora dos dois cemitérios existentes.

O desejo de transferência, por parte dos administradores da Província, do Hospital de Caridade para um local mais afastado do centro da Capital já em 1879, nos mostra a preocupação que existia sobre a possibilidade desse local se transformar em um foco de infecção que não pudesse ser controlado justamente por sua localização. Desejo esse que ainda demoraria algum tempo para ocorrer, devendo esperar a chegada dos primeiros anos do século XX para ser concretizado.

Do mesmo modo, a preocupação com o acolhimento de alienados dentro do Hospital de Caridade, diante da falta de estrutura do local em manter esse tipo de paciente, levava os dirigentes da instituição a deixarem impressas suas reclamações nos relatórios de provedoria e a desejaram que o Governo da Província tomasse uma providencia sobre essa situação. Mas, enquanto isso não ocorria, a Santa Casa continuava a receber pedidos de internamento de alienados tanto da capital, como de

Acesso em 20 mai. 2018.

40 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, João Pessoa, Fundo SCMPB, Relatório do provedor Benjamin Franklin de Oliveira Mello, 1879. f. 1.

diferentes regiões da Província, sendo a maioria deles vindos pelas mãos de pessoas ligadas a Delegacia de Polícia da Parahyba.

Na fala do vice-presidente da Província Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa, em relatório encaminhada a Assembleia legislativa da Parahyba do norte em 1871, podemos observar a preocupação que existia com atendimento desse tipo de paciente quando o vice afirma que

Não posso recusar-me á recepção de alienados, que não só perturbam, e ncommodam os outros doentes, como arruínam e destroem o edifício, que não tem celullas com a precisa segurança para essa espécie de doentes. Converia ao menos, já que não se pode fazer um edifício independente, preparar alguns quartos com toda segurança para esses infelizes. Conserval-os e ferros, e algemados para evitar que elles arrobem os quartos, é crueldade pungente. Não existe no Hospital uma só prisão segura, e com as commodidades indispensáveis a esses enfermos. Se a Assembleia não der os meios os infelises terão de soffrer, além do commodos d'essa cruel enfermidade, as violencias empregadas para contellos. Existem 25 doentes em tractamneto: sendo 6 alienados⁴¹

Diante disso, podemos observar o martírio que era imposto às pessoas que adentravam no Hospital de Caridade como alienados, por conta da falta de estrutura que o Hospital de Caridade apresentava para o atendimento desse tipo de paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX, aumentaram os discursos dos provedores da Santa Casa em prol da construção de um Asilo para alienados na

41 MILANEZ, Abdon Felinto, Relatório da Inspetoria de Saude Publica da Parahyba do Norte, em 13 de junho de 1871 pelo dr. Inspector de saúde publica Abdon Felinto Milanez. In: Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. Francisco Teixeira de Sá, em 16 de outubro de 1871. Parahyba, Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

província da Parahyba. Desejo que passou a se concretizar a partir de 1892 quando o terreno onde estava instalada a enfermaria/Hospital de variolosos foi doado à Santa Casa. A instituição passou então a custear uma enfermaria de loucos ali construída pelo Estado (...), um pavilhão colocado ao nascente do atual Hospital de Santa Isabel, com mais ou menos uns trinta metros quadrados de área coberta (COÊLHO FILHO, 1977, p. 153-154). E assim teve início a história do Asilo de alienados localizado no mesmo terreno em que funcionava o Hospital de variolosos Sant'Anna e recebendo o mesmo nome, ficando este ainda, sob a administração da Santa Casa.

Mas os infortúnios dos alienados paraibanos não tiveram fim com a construção do Asilo em local mais afastado da cidade, como era o desejo de seus dirigentes. O espaço se tornou antes, um depósito humano, onde os alienados estavam expostos a toda sorte de sofrimento e humilhações.

Desse modo, o desejado Hospício de Alienados que prometia, segundo os discursos dos provedores da Santa Casa, mudar o destino dos alienados da Província, antes encarcerados nas celas das prisões, em suas próprias casas ou nos quartos escuros do Hospital de Caridade não conseguiu cumprir bem o seu papel, se convertendo no final do século XIX e início do século XX, em um verdadeiro “depósito humano”, ou em “verdadeiro inferno”, como sugeriu Coêlho Filho (1977), onde os alienados passaram a conviver ainda mais com o abandono, a insalubridade, a reclusão e com a ameaça de doenças contagiosas, ou seja, com a própria morte.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba

ROCHA, Francisco de Assis Pereira. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia Parahyba do Norte, jul. 1860.

RANGEL, José Lucas de Sousa. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia. Parahyba do Norte, jul. 1861.

NEVES, Lindolfo José Correa das. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia Parahyba do Norte, jul. 1862; jul. 1863.

BRITO, Felizardo Toscano de. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia Parahyba do Norte, jul. 1865.

GOUVEIA, Antonio de Sousa. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia Parahyba do Norte, jul. 1867; jul. 1869.

LIMA, Joaquim Moreira. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia Parahyba do Norte, jul. 1874.

NEVES, Lindolfo José Correa das. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia Parahyba do Norte, jul. 1875; jul. 1876; jul. 1878

MELLO, Benjamin Franklin de Oliveira. Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, 1 de out. 1879.

FONTES IMPRESSAS

MILANEZ, Abdon Felinto, Relatório da Inspetoria de Saude Publica da Parahyba do Norte, em 13 de junho de 1871 pelo dr. Inspector de saúde publica Abdon Felinto Milanez. In: Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr. presidente da

PACIENTES INDESEJADOS: o acolhimento de alienados pelo hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1858-1879)

provincia, dr. Francisco Teixeira de Sá, em 16 de outubro de 1871. Parahyba, Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

NEVES, Lindolfo José Corrêa das. Relatório de Provedoria da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba de 1875.

ROCHA, Francisco D'Assis Pereira. Relatório da Provedoria da Santa Casa em 2 de julho de 1858. Parahyba do Norte: Typ. De J. R. Da Costa, 1858.

BIBLIOGRAFIA

COÊLHO FILHO, Heronides. **A Psiquiatria no País do Açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. **Os primórdios da Psiquiatria no Brasil**: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880). Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 60-77, jan. Disponível em: www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=997. Acesso em: 05 mar 2018.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; MARIANO, Nayana R. **C.O medo anunciado**: A febre amarela e o cólera na Província da Paraíba (1850-1860). In: Fenix –Revista de História e Estudos Culturais. Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro de 2012. Vol. 9. Ano IX, n.3. Disponível em: www.revistafenix.pro.br.

RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério Almeida & COSTA, Nilson Rosário (orgs.). **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba – 385 Anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987. p. 315.

COTIDIANO E PRÁTICA MÉDICA EM TEMPOS DE CRISE: A atuação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)¹

Janyne Paula Pereira Leite Barbosa²

Após a chegada da família real para o Brasil em 1808, sob o comando de D. João VI, tivemos a criação de várias organizações administrativas que deveriam regular a segurança nos espaços urbanos, a questão sanitária, assim como iluminação, a fiscalização dos portos e estradas, dentre outras medidas, que corroborava com o ideal monárquico Europeu defendido pelos portugueses à época. Com a emancipação política de Portugal em 1822, as ações do governo Imperial estavam voltadas para “a construção de uma nação”, um Estado Nacional, instruído e civilizado. Para isso, o governo precisava conhecer a população, a vida urbana, as necessidades do povo, assim como os problemas estruturais. Nesse sentido, durante o Império houve diversas transformações para a

1 Uma versão deste artigo foi anteriormente publicada nos anais do XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB.

2 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

sociedade brasileira e a eclosão de uma Guerra conturbou ainda mais o cotidiano do país.

A deflagração da Guerra do Paraguai mudou o dia a dia em todas as partes do território brasileiro, afinal o Império precisava consolidar um discurso de união, para que “todos” corroborassem com a vitória sob o “ditador” Solano López. Para a divulgação do discurso monárquico, a imprensa e os impressos funcionaram como o principal veículo articulador de notícias seja a favor ou elaborando críticas contundentes relacionadas as atitudes do próprio Dom Pedro II. Matérias impressas sobre o cotidiano das tropas, o envio de militares, o contexto social no *front* e as ações do governo Imperial marcaram as páginas dos impressos em várias províncias do território brasileiro.

Nesse período de mudanças que acompanhou a construção do Estado Nacional, tivemos a criação das primeiras escolas médico-cirúrgicas, que desde 1808 formava cirurgiões para atuar na prática cirúrgica no país. Em 1809, o príncipe regente abre a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro, que em 1813 transforma-se em Academia Médico-Cirúrgica. A criação desses espaços constituía um conjunto de reformas que o Império brasileiro idealizou e realizou, objetivando tornar o país uma nação civilizada e sadia³.

Esse movimento de reformas de caráter social foi impulsionado pela institucionalização do saber médico no Brasil, que se deu ao longo do século XIX, e durante a Guerra do Paraguai o discurso médico ficou ainda mais acentuado, levando em consideração que a prática médica ao longo do conflito foi influenciada por saberes e estudos em desenvolvimento nas próprias Faculdades de Medicina existentes à época no

³ Nesse período houve ainda a criação de escolas de primeiras letras em todas as províncias do território brasileiro, com o objetivo de instruir e civilizar a população livre.

Rio de Janeiro e em Salvador, de onde saíram a maioria dos médicos e acadêmicos para prestar serviços nos hospitais e enfermarias instalados no sul do país e nas nações aliadas (Argentina e Uruguai).

Assim, nesta breve narrativa apresentarei como se deu o exercício do saber médico nos espaços de cura que funcionaram ao longo da guerra, levando em consideração fatores sociais e políticos que permearam a prática médica. Para a construção da narrativa, analisei o acervo documental do Ministério de Guerra do Arquivo Nacional, a documentação referente ao Serviço de Saúde do Exército que está localizada no Arquivo Histórico do Exército e falas de memorialistas que vivenciaram os horrores da guerra.

Poucos debates historiográficos têm analisado a prática médica e o papel das doenças na Guerra do Paraguai, pois a maior parte dos estudos produzidos estão centrados na análise das instituições médicas que funcionaram no Império ou nos aspectos políticos e diplomáticos que envolvem a história do conflito. Podemos citar o trabalho de Maria Teresa Garritano Dourado (2014) e o de Jorge Prata de Sousa (2006), como sendo de grande relevância para o campo de estudo da história da saúde e das doenças, contribuindo assim para a análise de nossa problemática.

Os pesquisadores brasileiros vêm ao longo dos últimos vinte anos discutindo temas relacionados a doenças infectocontagiosas no século XIX, diagnósticos e métodos de cura utilizados para combater a evolução dos germes no Brasil oitocentista. Essa lacuna historiográfica se acentua ainda mais quando tratamos do aparecimento de doenças e da realização de práticas cirúrgicas durante a Guerra do Paraguai, o que tende a mudar nos próximos anos com a construção de várias pesquisas que levam em consideração a história social e cultural das doenças no conflito.

Nesse contexto, os investimentos em medicina e na abertura de escolas, posteriormente de faculdades fazia parte do objetivo central do governo Imperial, que era a construção de uma “nação civilizada sadia”, um ideal na qual países europeus já defendiam. E diante dos problemas com a higiene pública, que fazia parte do conjunto de atribuições das câmaras municipais desde 1824, o Império tomou medidas que pudesse reorganizar a vida pública e garantir profissionais para atuar nos espaços urbanos e nos hospitais. Os profissionais a que estamos nos referindo são os próprios médicos, que passariam a ter ao longo do século XIX um espaço e discurso consolidados.

Em 1829 criou-se no Rio de Janeiro a Sociedade de Medicina, que tinha como objetivo realizar uma reforma no ensino médico. Três anos depois, há a criação das primeiras Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1832, em substituição à antiga Academia Médico-Cirúrgica. Segundo Mariano (2015, p.78), a partir da criação dessas instituições “o Estado Imperial reconheceu formalmente a importância do saber médico institucionalizado para a propagação dos seus saberes e práticas”.

Os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o Mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas “hygiênicos”. Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como o nosso grande mal, mas, ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater as doenças, para os profissionais baianos era o doente, a população doente que estava em questão. (SCHWARCZ, 1993, p. 248).

As faculdades privilegiavam estudos sobre óticas diversas e a construção das teses médicas davam-se com a conclusão dos cursos de

medicina. Saliento que a elaboração das teses geralmente acompanhava os debates em efervescência na ciência no período e que também dialogavam com o cotidiano do país. Ou seja, a maioria das teses publicadas por médicos no Brasil oitocentista estavam associadas ao contexto epidêmico, em decorrência principalmente de enfermidades como a varíola e a cólera.

A influência do campo de pesquisa centrado na história da saúde e das doenças é notável e este trabalho se apoia nos métodos de pesquisa e nos debates já consolidados na área, que tratam da prática médica no Brasil oitocentista e de doenças como a cólera, a febre amarela, a varíola e a sífilis, exemplos de moléstias que atingiram as tropas brasileiras durante o conflito no sul do país. Como afirma José Maria Orlando (2016), ao longo dos séculos, os maiores carrascos dos soldados nas guerras não foram, em grande medida, a lâmina ou a arma de fogo do exército inimigo. As condições sanitárias lastimáveis e as epidemias de doenças, ainda que pareça estranho, eram de fato os grandes algozes responsáveis por dizimar um número incalculável de vidas. No livro intitulado “Vencendo a Morte”, Orlando (2016) realiza um trabalho de fôlego na tentativa de demonstrar como as guerras influenciaram no avanço da Medicina. Para construir sua narrativa, ele acredita que boa parte dos descobrimentos relacionados a práticas cirúrgicas, transplantes e a utilização do clorofórmio como anestésico, dentre outros, desempenhados pela Medicina Militar, transformaram a medicina como ciência.

É válido ressaltar que com a eclosão do conflito no sul do país do qual estou falando, as duas faculdades de medicina que funcionavam em 1864, localizadas na Bahia e Rio de Janeiro, foram as principais responsáveis pelo envio de médicos e alunos aprendizes para atuar nos hospitais e enfermarias criados e instalados no campo de batalha. Esses

médicos dialogaram com a medicina oficial e com as práticas de cura vulgares, desempenhada pelos práticos desde o período colonial. Assim, percebe-se a existência de práticas de cura que não eram institucionalizadas, mas que tinha milhares de adeptos civis ou oficiais, por meio da atuação dos “práticos”.

É válido destacar que o exercício da medicina durante o período Imperial brasileiro esteve voltado para o diálogo com o conhecimento dos práticos e principalmente com os métodos utilizados por estes para curar determinadas enfermidades. Fazia parte do cotidiano da população utilizar os serviços dos barbeiros, executados em sua maioria pela população negra, pelos boticários e curandeiros, visto que isso constituía as denominadas “práticas de cura” durante o século XIX.

Como afirma Betânia Gonçalves Figueiredo (2008), a chamada “outra medicina” não se ocupava, como o discurso médico, de registrar exaustivamente seus passos. Regida por outra lógica, que percorre o espaço da fé, da crença, da solidariedade e da tradição, esses homens e mulheres que receitavam chás, repousos, purgantes e movimentos não estão necessariamente preocupados em registrar suas ações e procedimentos. No caso, a comunidade médica preocupava-se em elaborar estudos científicos e teses sobre determinada enfermidade. Fazia parte do discurso médico defender princípios higienistas e durante a Guerra esta foi uma fala recorrente dos diretores de hospitais ou enfermarias, como representado na passagem abaixo:

Sou apologista da economia, mas entendo que um dos primeiros deveres da Repartição de Guerra é empregar e aperfeiçoar todos os meios para a conservação da saúde do soldado, provendo-lhe do necessário e todos os [] na hora da enfermidade.

A economia, que poupa dinheiro sacrificando a vida do soldado, está condenada pela razão e pelo século. **As medidas higienicas**

não são de utopia, tem produzido e não de produzir grandes bens, impedindo o desenvolvimento de molestias e epidemias perigosas (Arquivo Nacional- Relatório da Enfermaria Militar Brasileira, 25 de abril de 1868, grifos nossos).

Ao contrário dos médicos, os práticos não lidavam com clientes/pacientes, mas envolviam-se em relações que nem sempre traziam a marca do mercado e lidavam com uma série diversificada de entendimentos sobre doença, remédio, o doente, o corpo. Isto é, durante o século XIX houve a permanência de “práticos” e médicos em um mesmo contexto social. As disputas do conjunto de médicos para tentar coibir a ação dos práticos é apontado pela historiografia que trata sobre a temática. O trabalho de Betânia Gonçalves Figueiredo (2008) em seu livro “A Arte de curar – Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais” trata de forma contundente quais os desafios encontrados pelos “práticos” para atuarem ao longo do século. Contudo, também se percebe que a medicina institucionalizada muitas vezes se apropriava de métodos de cura até então utilizados pelos “práticos”.

Durante o conflito isso é notável em boa parte dos relatos de memorialistas, principalmente porque diante das condições instáveis a que os médicos e enfermos estavam dispostos, em momentos que muitas vezes não havia medicamentos nem utensílios para realizar amputações ou curativos, as receitas dos práticos eram absorvidas e utilizadas pela “classe⁴” médica. Por isso, é importante entender a necessidade de relativizar o discurso médico de crítica aos “práticos”, pois em muitos momentos, principalmente durante crises epidêmicas, as utilizações de ervas medicinais, de chás, de bebida alcoólica, dentre outros, fizeram parte do cotidiano médico da guerra. Nesse contexto, partirei da Pro-

⁴ A ideia de classe adotada ao longo deste trabalho se refere ao conjunto de médicos que defendiam os princípios da medicina científica à época.

víncia de Mato Grosso, que no ano de 1864 foi atacada pelos Paraguaiois, onde se iniciou o conflito e formação das forças brasileiras para proteger o Império Brasileiro, para mostrar a atuação do saber médico nos hospitais permanentes, temporários, ambulantes e nas enfermarias permanentes e ambulantes.

A província de Mato Grosso constituía-se de pouco mais de 75 mil habitantes, com extenso território, o que dificultava ainda mais a proteção territorial das vastas léguas fronteiriças. Acredita-se que as forças militares, nesse momento, eram de um efetivo de 875 homens, espalhados por Cuiabá, Vila Maria, Cidade de Mato Grosso, Nioaque, Vila Miranda, Forte de Coimbra, Corumbá, Povoação de Albuquerque e em outras áreas e fazendas importantes. A instituição médica existente era a Enfermaria da Armada, que atendia militares da Marinha. O responsável pela administração do Corpo de Saúde, na província de Mato Grosso, era o Dr. José Antonio Murtinho, que chegou a ser presidente da Província entre 1868 e 1869, e tinha influência sobre a política da região. Este, tinha a obrigação de dirigir e fiscalizar todo o serviço militar de saúde nos hospitais e enfermarias. Murtinho era baiano e nascido na Vila de Valença em 2 de setembro de 1814. Foi Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1837, e nomeado cirurgião-mor em 1839. Pertencia ao partido conversador, quando mais tarde assumiu o papel de presidente da província.

Quando a Guerra eclodiu, o serviço de saúde de Mato Grosso era composto de oito oficiais médicos, distribuídos entre enfermarias e hospitais, número inferior ao necessitado quando se pensa no contingente de pessoas que habitava a região. Dessa forma, com o início do conflito as coisas ficaram ainda mais difíceis. O contingente médico precisava ser acrescido de mais oficiais e enfermeiros, visto que o núme-

ro de feridos e doentes começou a crescer rapidamente e isso deveu-se ao aumento do número de pessoas advindas de diversas regiões o que conseqüentemente facilitou a transmissão de doenças patrocinado pelo convívio mais próximo entre as pessoas. Talvez possamos imaginar o Teatro da Guerra, com o Corpo do Exército composto inicialmente de 600 homens enviados pelo presidente da província de Mato Grosso em 1864, Brigadeiro Manuel Albino de Carvalho, acompanhado por um número de 3 médicos. As forças de saúde eram mínimas, entretanto, em todas as províncias, com exceção para a Bahia e Rio de Janeiro, o número de médicos era pequeno e os cuidados com a assistência à saúde ainda eram deficitárias, afinal a medicina ainda estava em período de expansão e consolidação no país.

Como afirma Betânia Gonçalves Figueiredo (2008, p. 42), no século XIX, no Brasil, busca-se, de forma sistematizada, instituir um saber médico no País, e, à medida que isso ocorre, há uma re-delimitação dos espaços ocupados entre todos aqueles que, de formas diversas e muitas vezes divergentes, pretendia curar. Essas divergentes formas incluíam uma medicina pautada nas tradições, nas crenças e na fé, executada pelos “práticos”. Esses práticos formavam um conjunto de pessoas que administravam a cura por meio de outros meios, baseados principalmente nas ervas medicinais ou em receitas passadas de geração a geração. Desta forma, deve-se entender que apesar da medicina está se institucionalizando como ciência, durante a Guerra, além de médico formados, licenciados e até estudantes de medicina, havia a presença dos práticos ou dos métodos de cura destes, que muitas vezes eram utilizados por médicos.

É pertinente salientar que, durante a narrativa construída adiante, realizarei uma correlação entre os fatos, episódios e eventos ocorri-

dos durante o conflito e a medicina implementada durante a Guerra. Desta forma, discorrerei inicialmente sobre a invasão ao Forte de Coimbra, que aconteceu em 26 de dezembro de 1864 pelas forças paraguaias coordenadas pelo Coronel Barrios, não obtendo êxito no primeiro momento.

Após essa investida, encontravam-se os bravos 115 soldados e 40 paisanos defensores do Forte em munição pronta, porém, as 70 mulheres abrigadas da modesta fortaleza, passam toda a noite refazendo o arsenal, **confeccionando cartuchos de carabina com pedaços de suas próprias roupas, amolgando com os dentes os cartuchos de calibre superior às as nossas armas.** (PRADO, 1954, p. 89, grifos nossos)

Nos relatos referentes ao ataque paraguaio ao Forte de Coimbra encontra-se menções a presença de mulheres brasileiras atuando nos bastidores, seja prestando serviços auxiliares de limpeza ou como auxiliares dos próprios médicos nas enfermarias, e até mesmo na produção de cartuchos, como mencionado acima. Era comum a presença de civis acompanhando as tropas durante a guerra. Mulheres, esposas, irmãs, mães e filhas, acompanhavam seus pais e parentes no conflito, sofrendo os mesmos horrores e estando vulneráveis a ataques e as doenças que atingiam as tropas. Mas não foram apenas mulheres pobres que estiveram no *front*. Talvez o nome mais conhecido seja o de Ana Justina Ferreira Néri, uma das mulheres que estiveram na Guerra do Paraguai e que ficou conhecida nacionalmente.

Enfermeira e senhora de elite, que teve direito a nomes e sobrenomes, por ser viúva de um homem de projeção na época, o oficial da marinha capitão-de-fragata Isidoro Antonio Néri, e que faleceu em 1844 a bordo do brigue Três de Maio, no Maranhão. Ela acompanhou e cuidou dos três filhos combatentes até o Paraguai, seguindo com o 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, comanda-

do por seu irmão, Joaquim Maurício Ferreira. Durante a guerra, Ana Néri residiu em Corrientes, Humaitá e Assunção, tratou de doentes em hospitais, perdendo um filho e um sobrinho nesse período (DOURADO, 2005, p.87).

Apesar de se ter conhecimento de que houve a presença de mulheres atuando como “enfermeiras” ou no cuidado de seus parentes, durante a análise da documentação “oficial”, no caso os documentos do Corpo de Saúde do Exército e do Ministério de Guerra, não encontramos referência a mulheres. Acreditamos que isso se dá pela própria prática da época de apagar a presença das mulheres como personagens partícipes deste processo de guerra.

Quando penso na historiografia referente a Guerra do Paraguai, noto que boa parte das obras referência tratam deste conflito ressaltando sua importância política e econômica e as consequências do conflito para as nações envolvidas. Até meados da década de 1970 o conflito geralmente esteve associado a questões diplomáticas, quando se pensa nas relações entre o Brasil e o Paraguai nesse período. Todavia, o objetivo aqui é entender a atuação do Corpo de Saúde do Exército, a estrutura e o funcionamento dos espaços de cura, compondo uma nova rede de interpretações possíveis para o conflito Platino.

Assim como o Corpo da Armada que foi criado no Brasil, o Corpo de saúde do Exército se constituiu diante de graves crises epidêmicas que assolaram o país, sendo a primeira a epidemia de febre amarela que atingiu o Brasil entre 1849 e 1850 e a segunda e mais avassaladora, a epidemia da cólera que chegou ao Brasil em 1855. As duas epidemias trouxeram um desequilíbrio social sem precedentes para a história do país e da medicina. Pode-se dizer que após a chegada da família Imperial ao Brasil as questões de higiene e salubridade começaram a ser discutidas,

mesmo que a passos lentos e, após a criação das faculdades de Medicina em 1832, tivemos a ampliação dessas discussões associadas a institucionalização do saber médico no Brasil, que teve um caráter transformador para saúde pública.

O avanço das epidemias no Brasil, assim como na Guerra, não poupou ninguém. Com o início da Guerra do Paraguai a febre amarela, cólera, varíola, entre outras enfermidades preocuparam as autoridades e principalmente os médicos, acadêmicos e enfermeiros que prestavam seus serviços no *front*, que se encontrava com hospitais lotados, com o isolamento das tropas, ausência de medicamentos e vacinas, e com uma alimentação regrada. A cólera matou em larga escala muitas pessoas. Ao atingir as tropas em 1867, o mal do Ganges forçou o Corpo de Saúde do exército a agir rápido e se reorganizar para crises daquele patamar. Pode-se afirmar que no início do conflito existia um corpo de saúde construído, mas desorganizado e sem condições de enfrentar uma guerra, por vários motivos, dentre eles: corpo de funcionários pequeno para lidar com a vastidão do número de enfermos, ajudantes e enfermeiros sem experiência prática, além da questão do tratamento de doenças, onde muitas vezes o corpo médico não sabia os métodos de tratamento para determinadas enfermidades.

Crescem de pronto as dificuldades com que luta esta Repartição nas marchas do Exercito, maximo quando, alem de tantas faltas, ella nao pode dispor de um pessoal que em tudo corresponda as conveniencias do serviço, ja pelo numero, ja pela qualidade. o mappa nº 4 faz ver o numero de medicos empregados no Exercito, estes empenhão suas forças e boa vontade para que tudo marche da melhor forma, o que é impossivel, não só pela natureza do trabalho a desempenhas, como tambem por que tão pequeno numero de medicos não está em relação com as necessidades do serviço. **Os demais empregados são tirados do corpo do Exercito, como facilmente se vê elles não tem as habilitações convenien-**

tes para serviço tão especial, como arduo, d'ahi a falta de regularidade e precisão no serviço, mas ainda assim é aos medicos que se attribue os maus resultados. Desta falta de meios, falta tanto mais sensível, quanto se [] dar-se para o hospital. (Correspondência do Dr. João Pires Farinha de 1865, Arquivo Nacional, Ministério de Guerra, grifos nossos).

Como enfatiza o Dr. João Pires Farinha no ano de 1865, logo após a eclosão do conflito, o número de médicos empregados no Exército era considerado insuficiente para dar atenção ao grande contingente de enfermos, que só crescia. Diante desse quadro, para agravar ainda mais a situação, os oficiais chefes retiravam do Exército praças e voluntários para prestar serviços nos espaços de cura, o que fora bastante criticado pelos médicos, que acusavam a soldadesca de não serem habilitados para realizar determinadas funções.

O embate entre os médicos e a Chefia do exército foi constante. Reclamações como essa mencionada acima, reafirmam a ideia de que houve grande insatisfação do Corpo Médico durante a Guerra, principalmente direcionada a estrutura e ausência de utensílios básicos para tratamento dos enfermos. Com relação aos diagnósticos de determinadas enfermidades, a historiografia aponta que algumas dessas mazelas não tinha um tratamento específico, como por exemplo, a cólera, que só obteve um diagnóstico preciso e acompanhado da cura em fins do século XIX.

Quando a Guerra eclodiu, Manoel Feliciano Pereira de Carvalho era o encarregado pela chefia do Corpo de Saúde do Exército, cargo em que ocupou em 26 de dezembro de 1856. Além disso, foi nomeado coronel cirurgião-mor, cargo de grande prestígio dentro do Exército. Carvalho atuou diretamente no teatro de operações, vivenciando o cotidiano dos hospitais e enfermarias, assim como a luta contra a morte provoca-

dos pelos horrores da Guerra. No início do conflito, o Brasil apresentava uma Esquadra composta de 49 navios a vapor, sendo 46 encouraçados e 3 de vela. O contingente de forças que agiram no combate às tropas paraguaias naquele primeiro momento era de cerca de 30 mil homens. Os navios também eram responsáveis pelos transportes das tropas, que ficavam semanas e até meses aglomeradas em um número superior a sua capacidade, o que propiciava o avanço de doenças e principalmente o contágio entre soldados, oficiais e civis (DORATIOTO, 2002, p.89). A ventilação, as influências externas, as questões climáticas, a alimentação e ausência de uma política sanitária, influenciou no desenvolvimento de várias moléstias. O médico cirurgião-mor da Armada Nacional e Imperial, Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo afirma que:

Os transportes da guerra, que do Brasil partião com tropas, ou com marinheiros para servirem na Esquadra, conduzião-os de todas as idades, e simultaneamente erão distribuídos pelos navios jovens de 17 a 18 annos, com velhos de 50 a mais annos, resultando, que ou adquirem moléstias, que os conduzião ao tumulo, ou estes nos primeiros dias de sua habitação em um navio do guerra, tornavão-se incapazes para o serviço activo. (AZEVEDO, 1870, p. 126).

Esses meios de transportes eram uma das causas de proliferação de doenças, devido a insalubridade, ao envio de soldados muitas vezes já doentes ao campo de batalha o que após meses de viagem se agravava ou contagiava seus companheiros, além de uma alimentação de valor nutricional baixo acompanhada da ausência de uma política de vacinação nos portos. Como afirma Francisco Doratioto (2002), o serviço militar era considerado um castigo, uma degradação, quer pelos soldados do Exército serem compostos por aqueles vistos como “desclassificados” pela elite pelas más condições de vida nos quartéis. Neles, haviam pu-

nições corporais para faltas dos soldados; a remuneração era a mesma desde 1825, quando a moeda valia o dobro em relação a 1865; a tropa recebia apenas uma refeição por dia; as acomodações nos quartéis eram péssimas e o armamento antiquado.

Assim como a historiografia apresenta, sabe-se que o Corpo da Armada do Exército tinha sérios problemas, com a maior parte do contingente composto de soldados e praças, que recebiam salário baixos e tinham um tratamento inadequado. Pode-se dizer que após o início da Guerra esse mesmo descaso imperou nos acampamentos e nos campos de batalha, com exceção para os oficiais de alta patente, que recebiam privilégios e condecorações pelos serviços prestados no conflito. Já o Corpo de Saúde, de acordo com a posição hierárquica de cada médico, recebia uma maior atenção do Império Brasileiro, permanecendo no conflito durante o tempo que eles próprios determinavam, com premiações pelos serviços prestados a “nação”, e autonomia na execução do serviço.

Quadro I: Médicos que Prestaram Serviços ao Corpo de Saúde do Exército

ALGUNS MÉDICOS QUE PRESTARAM SERVIÇOS AO CORPO DE SAÚDE DO EXÉRCITO			
Nome	Naturalidade	Entrada no Exército	Posto
Dr. Freitas e Albuquerque	Bahia - Salvador	1858	Tenente 2º cirurgião
Dr. João Adolfo Josetti	Prússia	1861	Tenente 2º cirurgião
Dr. Domervil José dos Santos Malhado	Não consta	1864	Tenente 2º cirurgião
Dr. Benvenuto Pereira Lago	Bahia	1852	Tenente 2º cirurgião
Dr. Teófilo Clemente Jobim	França	1852	Alferes 2º cirurgião

COTIDIANO E PRÁTICA MÉDICA EM TEMPOS DE CRISE: A atuação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

Dr. Manoel João dos Reis	Bahia	1862	Tenente 2º cirurgião
Dr, José Antônio Murтинho	Bahia	1839	Tenente e Diretor do Hospital Militar em Mato Grosso
Dr. Francisco Antônio de Azeredo	Goiás	1845	Alferes Cirurgião ajudante
Dr. José Augusto Barbosa de Oliveira	Bahia	1856	Tenente 2º cirurgião

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir de alguns relatórios do Corpo de Saúde do Exército.

O quadro 1 apresenta alguns nomes de médicos que prestaram serviços durante as Campanhas do Paraguai, atuando tanto em Hospitais permanentes quanto em Hospitais provisórios ou Enfermarias. A documentação analisada não permitiu encontrar um número aproximado dos que prestaram serviços entre os anos de 1864 a 1870. Boa parte dos médicos eram graduados em medicina pelas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, principalmente. Durante a catalogação documental notou-se que cerca de 50% tiveram formação na Faculdade da Bahia, 40% na Faculdade do Rio de Janeiro e 10% advinham do exterior e obtinham a licença para exercer a medicina no País. As licenças eram concedidas pela Fisicatura, órgão criado em 1808, e que tinha como sede a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Tânia Salgado Pimenta (2003), licenças e cartas eram obrigatórias para quem quisesse exercer alguma atividade relacionada as artes de curar entre 1808 e 1828. Mesmo com a liberação das licenças, havia uma hierarquia na “classe” médica, visto que os portadores de diplomas advindo das Faculdades de Medicina lo-

calizavam-se num patamar acima dos licenciados. Uma carta de médico dava mais prestígio ao seu portador.

Quadro II: Nomeações e Cargos Criados Pelo Corpo de Saúde do Exército Entre 1849 E 1860

DECRETOS	ABRIL DE 1849	MARÇO DE 1857	DEZEMBRO DE 1860
Cargos	1 cirurgião-mor do exército	1 cirurgião-mor do exército	1 cirurgião-mor do exercito
Cargos	2 cirurgiões-mores de divisão do exército	4 cirurgiões-mores de divisão do exército	4 cirurgiões-mores de divisão
Cargos	6 cirurgiões-mores de brigada 32 primeiros-cirurgiões	8 cirurgiões-mores de brigada 32 primeiros- cirurgiões	8 cirurgiões-mores de brigada 42 primeiros-cirurgiões
Cargos	64 segundos-cirurgiões	64 segundos-cirurgiões	94 segundos-cirurgiões
Cargos	— — —	8 farmacêuticos 163 enfermeiros 280 indivíduos	20 farmacêuticos 163 enfermeiros 332 indivíduos
Total	105 indivíduos		

Fonte: Quadro adaptado da Tese de doutorado de Carlos Leonardo Bahiense da Silvade defendida em 2012, FIOCRUZ, p.89.

O quadro 2 corresponde ao número de médicos e demais funcionários do corpo de saúde do Exército entre 1849 e 1860. Nota-se que num período de 11 anos o aumento no número de cirurgiões foi relativamente grande, assim como o elevado número de enfermeiros na década de 1860 se comparado com o ano de 1849. Isso justifica-se pela formação de médicos associada as Faculdades de Medicina e consolidação do saber médico no país.

Quando a Guerra é pensada sob a ótica da atuação desses médicos, nota-se uma apropriação dos recursos utilizados pelos práticos, como uso de ervas medicinais e receitas, que foram usadas pelos pro-

fissionais da medicina dentro dos hospitais e enfermarias do Corpo de Saúde do Exército. Isso justifica-se principalmente pela ausência de métodos de cura estáveis, além de diagnósticos concisos para determinadas mazelas e claro, pela falta de medicamentos.

Os hospitais e enfermarias foram organizados com base no decreto nº1900, publicados em 7 de março de 1857, na qual admitia-se que o Corpo de Saúde do Exército deveria ser constituído de: 1 cirurgia-mor (coronel); 4 cirurgiões-mores de divisão (tenentes-coronéis); 8 cirurgiões-mores da brigada (majores); 32 primeiros-cirurgiões (capitães); 64 segundos cirurgiões (tenentes); 8 farmacêuticos (alferes); e um número de enfermeiros composto de sargentos, cabos e soldados (DOURADO, 2014, p.67). Os enfermeiros poderiam ser qualquer pessoa membro do exército, recrutados praças, soldados e cabos na maioria das vezes. Havia uma tensão entre enfermeiros e médicos, que pode ser observada na documentação de forma taxativa, imperando o discurso do médico sob o do enfermeiro.

Durante a Guerra as exigências/qualificações para ocupar o posto de enfermeiro foram ainda mais minimizadas, por exemplo: para ser enfermeiro-mór era necessário apenas ler e escrever, conhecer as quatro operações da aritmética, entender o funcionamento do serviço de enfermeiro e saber os nomes dos objetos constitutivos dos hospitais ambulantes. A documentação que versa sobre o funcionamento dos hospitais e enfermarias aponta diretamente para os problemas que giravam em torno da formação e qualificação dos enfermeiros que ocupavam os espaços de cura, onde percebe-se que desde o início do conflito, o recrutamento de pessoas para prestar serviços ao corpo de saúde do Exército foi feito de forma desordenada. Além disso, os investimentos em estrutura e formação de profissionais na área ainda dava seus primeiros pas-

sos, no caso dos médicos. Segundo aponta o Dr. João Pires Farinha em 1865, a ineficiência do serviço muitas vezes atribuía-se a qualificação do enfermeiro, pois boa parte deles eram tirados do Exército e “nunca” tinham exercido atividades relacionadas a prática médica antes, o que corroborava com o mal resultado obtido nos hospitais e enfermarias.

Crescem de pronto as dificuldades com que luta esta Repartição nas marchas do Exercito, máximo quando, além de tantas faltas, **ella não pode dispor de um pessoal que em tudo corresponda as conveniências do serviço, já pelo numero, já pela quantidade.** O mappa nº 4 faz ver o numero de médicos empregados no Exercito, estes empenhão suas forças e boa vontade para que tudo marche da melhor forma, o que é impossível, não só pela natureza do trabalho a desempenhas, como também por que tão pequeno numero de médicos não está em relação com s necessidades do serviço. **Os demais empregados são tirados do corpo do Exercito, como facilmente se vê elles não tem habilitações convenientes para serviço tão especial, como árduo,** d’ahi a falta de regularidade e precisão no serviço, mas ainda assim é aos médicos que se attribue os maus resultados (Relatório que o Dr. João Pires Farinha dirigio ao chefe do corpo de saúde do exercito, Arquivo Nacional, 1865, grifos nossos).

As funções atribuídas aos enfermeiros eram “árduas e de difícil execução” segundo o crítico médico Dr. João Pires Farinha, a ausência de qualificação e o mínimo de experiência agravava ainda mais a eficiência do serviço. Esse tipo de reclamação foi uma constante em inúmeros relatórios proferidos por médicos e cirurgiões chefes dos hospitais e enfermarias. Não havia profissionalização na área da enfermagem. Um enfermeiro poderia ser um comerciante, artesão, professor, agricultor, ou quaisquer pessoas que assentasse praça e tivesse conhecimentos básicos, que não necessariamente estavam associados a execução das tarefas do enfermeiro. O esforço do Corpo de Saúde do Exército é visí-

vel, principalmente quando se observa os relatos dos que sobreviveram aos horrores do conflito, visto que mesmo com as inúmeras dificuldades e precariedade no que tange ao repasse de alimentos, medicamentos e utensílios cirúrgicos, o serviço era prestado de acordo com as condições possíveis. Aos enfermeiros era reservada a tarefa de carregar os enfermos, dar compressas mornas, administrar medicações, fiscalizar as farmácias que existiam nos hospitais e nas enfermarias, além de cuidar dos enfermos.

Em várias fases durante a Guerra, o governo Imperial convocou irmãs de caridade para auxiliar os médicos e os próprios enfermeiros, cuidando da limpeza e administrando medicamentos para os enfermos, como mencionado no relatório enviado para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra:

O serviço de enfermeiro, desempenhado ordinariamente por homens pouco habilitados, tem de ser melhorado com a aquisição de irmãs de caridade, que o governo mandou contratar, e devem chegar brevemente. Esta medida espero que produzirá tão proveitosos resultados quanto os obtidos com a admissão de algumas dessas irmãs no asylo de inválidos da pátria. (AHEX - Relatório do Ministério de Guerra, grifos nossos)

As irmãs de caridade são representadas na documentação como sendo de bastante importância, visto que as ações dos enfermeiros sempre taxados de “relaxados ou incompetentes” pelo corpo médico do Exército era bem frágil. Essa fragilidade advinha da ausência de formação adequada, como discutido anteriormente. Em relatório do Quartel de Comando Militar em Montevideú, assinado pelo Diretor e Delegado cirurgião Dr. Salustiano Ferreira Souto, encontram-se críticas ao serviço executado pelos enfermeiros nas Enfermarias de Montevideú, como descrito abaixo:

Durante minha direção tem havido sucessiva mudança de Enfermeiro-Mór, e a bem do serviço, o último, porem, o 2º Cadete 1º Sargento José Mariano de Meneses Leiria, vai dando conta de si, mostrando diligencia e apitidão.

Devo dizer á V.Exª que tem havido algumas mudanças de enfermeiros e serventes, já por accrescimo ou diminuição de enfermos, já pela inaptidão, e, muita vez, por [] da disciplina, da ordem e da moralidade d'esta Enfermaria por aquelles.

Esta continuada mudança é mais uma prova da necessidade de um corpo de enfermeiros que tenham tido conveniente e adquirido habito da obediência, da ordem e do trabalho. (Arquivo Nacional – Ministério de Guerra, grifos nossos)

Os médicos realizavam os diagnósticos e os procedimentos cirúrgicos. Ou seja, o “trabalho braçal” e cansativo era atividade do enfermeiro e serventes, e essa perspectiva colocava o médico como superior. Havia um outro fator que influenciava na execução das atividades médicas: a higiene local. Tanto acampamentos quanto hospitais sofriam com a falta de cuidados que se referissem a limpeza de corpos e salubridade do lugar. Os ambientes que mais sofriam com isso eram as enfermarias e os hospitais.

Impressionou-me mal o cheiro nauseabundo que exalava aquele estabelecimento sanitário improvisado. Haviam-no colocado num saladero, onde se abatia grande numero de reses e preparava-se xarque. Não sei por que, sempre tivemos pronunciada predileção pelos lugares insalubres para quartéis e hospitais (CERQUEIRA, 1980, p.58, grifos nossos).

Neste relato, Dionísio Cerqueira mencionou o primeiro fato que aconteceu após sua chegada ao Sul do país e sua entrada no serviço militar. As passagens em negrito caracterizam um hospital provisório, tam-

bém chamado de hospital de sangue. Nas descrições referentes a esses espaços de cura, os relatos trazem detalhes sobre as condições sanitárias e insalubres que existiam nesses locais.

Ao que tudo indica, os hospitais de sangue eram criados em momentos de guerra ou em graves crises epidêmicas, quando se instalara o caos e havia a necessidade de se organizar um local para prestar os primeiros atendimentos ao doente. No caso da Guerra do Paraguai, nesses locais eram realizados procedimentos que iam desde vacinação⁵ a amputações⁶, a depender das condições do enfermo. Quando o estado era muito grave, os doentes eram transferidos para hospitais permanentes, caso tivesse transporte disponível. Em Relatório escrito pelo Dr. João Pires Farinha, Cirurgião- Mór de Brigada em 1865, enviado ao chefe de saúde do Exército nota-se uma descrição acerca das condições em que se encontravam os doentes no hospital próximo a Pirahy Grande:

[...] Chegado a 22 de Novembro ao Exercito, foi meu primeiro cuidado visitar o hospital, examinar seu material e tomar conhecimento do pessoal nele empregado, o que encontrei eu? V.Ex.^a vai [], e é verdade. **Cento e noventa e oito doentes, estão abarracados juntos de Pirahy Grande em pequenas barracas, sem leitos, sem colchoes, sem cobertores, e o que mais, sem que tivessem fornecimento de leitos convenientes e próprios de seu estado**, por que estes homens não havião baixado no hospital, erão contados em seus corpos como o são os prompts para todo serviço, e de suas etapas pois havião os [] para seu sustento, vê facilmente V.Ex.^a que deste modo era impossível dar-se aos clientes o necessario tratamento, e que aos medicos só havia o recurso da obediência (Relatório do Dr. João Pires Farinha para o Corpo de Saúde do Exército no ano de 1865 – AN, grifos nossos).

5 Os procedimentos relativos a vacinação durante a Guerra objetivava combater o avanço da varíola, entretanto não tiveram tanta eficácia.

6 A amputação de membros do corpo dos militares atingidos por armas bélicas foi uma prática comum ao longo da guerra, e isso se justifica pela inexperiência do corpo médico e pelas condições precárias de contenção e tratamento de ferimentos profundos.

É recorrente as reclamações acerca das condições dos hospitais, principalmente diante do avanço dos meses e do aparecimento de moléstias nas tropas, a cada dia as condições ficavam mais difíceis e o número de doentes só progredia. Com relação ao desempenho dos funcionários desses estabelecimentos, observa-se que os serviços de amputação e pequenas cirurgias eram desempenhadas de acordo com as condições dos espaços de cura.

No início do ano de 1865, o governo Imperial decidiu enviar para Mato Grosso uma Coluna Expedicionária composta de 12 mil guardas nacionais de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Doratioto (2002) ressalta as dificuldades que as tropas brasileiras passaram nesta caminhada “infindável”, que levou a morte milhares de soldados. A diarreia foi sem dúvidas a grande causadora de mortes durante essas marchas e até mesmo nos acampamentos, visto que a água consumida era muitas vezes poluída por bactérias, e muitas vezes corpos de soldados que eram sepultados no leito dos rios. Durante o envio das tropas, geralmente um médico acompanhava a soldadesca e prestava assistência, além de um hospital ambulante, também denominado hospital de sangue. O Regulamento de 1857 já admitia que toda coluna deveria estar acompanhada de um hospital de sangue, com um mínimo de organização e três ambulâncias: canastra, farmácia e provisões.

É fato que a execução das atividades médicas era limitada, mas sabe-se que o governo Imperial, pelo menos na documentação, manifestou preocupação durante toda a Guerra em manter os espaços de cura funcionando, mesmo que em condições deficitárias. Um outro fator importante na execução das atividades médicas era a administração dos hospitais e enfermarias. Os artigos de número 243 e 244, capítulo XIX, título VI do decreto nº1900 de 7 de março de 1857, determinava

COTIDIANO E PRÁTICA MÉDICA EM TEMPOS DE CRISE: A atuação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

que os hospitais e enfermarias militares seriam administrados por oficiais combatentes, comandantes de corpos ou destacamentos e não por oficiais médicos. Ou seja, além de existir enfermeiros com pouco ou nenhum conhecimento na área da medicina ocupando postos essenciais para o cuidado e atenção aos enfermos, ainda havia uma disputa interna entre os médicos e os não-médicos que ocupavam cargos de chefias em hospitais e enfermarias. As críticas ao serviço de saúde eram feitas pelos próprios médicos que prestavam serviços ao Império. O Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu afirmou em 1865 algumas fraquezas do corpo de saúde do exército:

Insignificante o seu pessoal para as circunstâncias ordinárias, com os numerosos destacamentos que possuem mais de uma província, ridículo se torna para o tempo de guerra, em que é preciso enxerta-lo de estudantes de medicina até do quarto ano sem entenderem de patologia interna e muito menos cirurgias (ABREU, 1865, p.22).

Sabe-se que o envio de estudantes de medicina das faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, para as atividades nos hospitais de campanha foi comum durante a guerra. Claro que a inexperiência dos mesmos muitas vezes era deixada de lado e levava-se em conta as atividades que cada um podia aprender com rapidez e desempenhar em seguida. Os hospitais, durante as campanhas no Prata, funcionaram como verdadeiros laboratórios a céu aberto, onde os acadêmicos de medicina aprendiam, na prática, como socorrer e receitar medicamentos, assim como auxiliar em amputações, ou conter sangramentos em fraturas expostas ou ferimentos a bala.

O corpo de saúde, escandalosamente deficiente, contava até de estudantes do 1º ano das escolas de medicina, que seguiam para

a campanha contractados aliás, com pingues honorários, ás vezes superiores aos dos médicos antigos de quadro. Semelhantes individuos desempenhavam trabalhos peculiares á alta cirurgia, empunhavam um ferro com a maior semceriomonia, cortando, retalhando carne humana, desalmadamente (SILVA, 1924, p.114)

Entretanto, devo salientar que a atuação desses alunos foi importante, visto que desempenharam um trabalho salutar de auxílio aos cirurgiões e médicos, principalmente durante as graves crises epidêmicas de varíola e cólera. Como foi narrado por José Luiz Rodrigues da Silva (1924), houve a contratação de estudantes ainda em formação, o que acredito ter sido uma estratégia do governo Imperial de suprir as necessidades do Corpo de Saúde.

O Relatório dirigido ao Ministério de Guerra no ano de 1867 refere-se à necessidade de se contratar “cirurgiões médicos paisanos”⁷ para desempenhar serviços nos hospitais do Corpo de Saúde; e, além do envio de alunos das faculdades existentes no Brasil, que foi uma prática exercida durante a Guerra. Esses alunos aprenderam a diagnosticar uma doença e até mesmo exercer amputações na prática, a olho nu, nos hospitais de sangue e permanentes, atuando por mais de 15 horas diariamente, ao lado de médicos e enfermeiros.

O número de cirurgiões militares era insuficiente para as necessidades do serviço de guerra; foi pois necessário contratar cirurgiões paisanos.

Das nossas Faculdades bem sahido médicos hábeis, e nós os possuimos no corpo de saúde; todavia deve reconhecer-se que a cirurgia militar é uma profissão que demanda applicação e estudo (Relatório sobre Hospitais, enfermarias militares e corpo de saúde, AHEX, 1865, grifos nossos).

⁷ Médicos paisanos eram aqueles que não eram militares, que não se alistaram e não eram oficiais do exército.

Acredito que os denominados “médicos paisanos” eram os médicos formados, mas que não faziam parte do Corpo de Saúde do Exército, ou sequer haviam entrado para o oficialato. Ou seja, não eram militares, todavia foram contratados pelo Corpo de Saúde para exercer funções nos hospitais e enfermarias dirigidos pelo Exército. Essa prática é atribuída as próprias necessidades circunstanciais da época, pois o número de cirurgões oficiais não era suficiente para tratar dos enfermos.

Associada a relação entre médicos e o Exército, um dos grandes motivos de desentendimentos durante a guerra foi a ocupação dos cargos de chefia dos hospitais e enfermarias. Os médicos de formação saíam em defesa de seus pares e requeriam alguma reação do Estado Imperial diante das atrocidades cometidas por oficiais que estavam no controle de hospitais e enfermarias. Achava-se completamente inadmissível a administração desses locais sendo responsabilidade de homens que não tinham conhecimentos na medicina. Ou seja, em alguns momentos, oficiais do exército que não tinha formação em medicina ou quaisquer conhecimentos básicos sobre a área, assumiam o posto administrativo das enfermarias e hospitais. Esses apadrinhados ocupavam cargos de destaque no corpo de saúde do Exército, o que constituía uma cultura política⁸ da época.

Além dos apadrinhados de alta patente, como tenentes e capitães, haviam os apadrinhados livres e pobres. Foi uma condição do século XIX e do próprio recrutamento para o Exército. Como afirma Richard Graham (1997, p.46), para lidar com os pobres livres, a elite contava com a ameaça da punição. O recrutamento era uma espécie de punição para os “vagabundos” e “desocupados” que não tinham ofício.

⁸ Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, p.21, 2014).

O recrutamento forçado, bastante utilizado durante a Guerra do Paraguai, parecia uma resposta apropriada aos delitos considerados menores. Ou seja, durante a Guerra vários fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais apadrinhavam pobres livres que trabalhavam em suas propriedades e eram protegidos pelos seus “padrinhos”, o que era uma saída para não exercer função no Exército ou na Marinha, instituições consideradas lastimáveis na primeira metade do século XIX. Ou serviam como “moeda de troca” onde o proprietário de terra enviava para o *front* um pobre livre apadrinhado no lugar de seu filho.

Mesmo durante a guerra com o Paraguai (1865-70), um comandante da Guarda Nacional informou que não podia enviar tropas para a frente de batalha, porque eles eram “protegidos dos próprios que os deveriam aconselhar para que tomassem parte numa causa que é toda nossa” (GRAHAM, 1997, p.49).

O apadrinhamento se deu entre membros da elite de forma diferente, alcançando postos importantes no Exército e ocupando bons cargos, como por exemplo na direção de hospitais e enfermarias. O decreto de 1857 que punha os hospitais e enfermarias sob a administração de oficiais não médicos e o excesso de enfermos, tencionaram as relações entre os oficiais do exército e alguns médicos. Como parte de uma cultura política da época, filhos de oficiais do alto escalão do exército assim como oficiais com alguma influência política ocuparam cargos de chefia nos espaços de cura e isso causou “revolta” por parte dos médicos formados. Para compreensão da atuação desses oficiais não médicos na prática, apresentarei o caso do mineiro José Cerqueira de Lima.

Lima foi nomeado pelo presidente da província de Pernambuco major pelo 1º Corpo de Voluntários da Pátria em 1865. Segundo seus superiores, o major cumpria seus deveres com “zelo, inteligência, boa

COTIDIANO E PRÁTICA MÉDICA EM TEMPOS DE CRISE: A atuação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

vontade e atividade” (AHEX, pasta IV-24-10, fé de ofício de José Cerqueira Lima). Não era formado em Medicina. Tornou-se bacharel em Matemática e Ciências Físicas nos anos antes da eclosão da Guerra. Entre fevereiro e agosto de 1866 exerceu o cargo de diretor do Hospital de Corrientes, na Argentina. O trânsito de enfermos no hospital era bastante intenso, e o major Lima fez menções em vários ofícios a necessidade de envio de mais médicos para atendimento dos acometidos por doenças e feridos por balas. Em um dos seus ofícios, José Cerqueira de Lima mencionou o Hospital Militar Brasileiro (conjuntos de hospitais e enfermarias existentes na região correntina – Saladero e Avalos eram os principais), e os problemas relacionados ao número insuficientes de médicos atuando nesses espaços de cura, e informou ao cirurgião-mor do exército Manoel Feliciano de Carvalho:

Ressentindo-se o Hospital Militar desta cidade de falta de pessoal de médicos para acudir o grande número de doentes hoje existentes aí, como tenho feito a V. Exa. me vi na contingência de deixar ficar aqui para servir na enfermaria do Saladero o Dr. José Maria de Souza Fernandes 1º cirurgião da comissão do corpo de saúde (AHEX- código 5609- correspondência do Hospital Militar de Corrientes, 1866).

Apesar das críticas à atuação desses não oficiais nos postos de direção dos espaços de cura, a atuação de José Cerqueira de Lima mostra um certo cuidado para com a ausência de médicos suficientes para salvar a vida dos enfermos, o que contrapõe a voz da classe médica, que sempre enfatizou severas críticas a esses oficiais. Nesse mesmo ano, Lima escreveu para Carvalho requisitando a contratação de mais profissionais que vieram da Espanha e do Chile, para trabalhar no Hospital Argentino de Corrientes. Em vários outros ofícios, notamos a preocupação do major em manter estável o serviço nos hospitais e enfermarias.

É perceptível os cuidados que este oficial tinha para com a manutenção das atividades médicas no Hospital Militar Brasileiro. Em maio de 1866, Lima denunciou a ação de alguns médicos que se recusaram a tratar os enfermos, que ao perceberem a chegada de feridos na enfermaria do Saladeiro fugiram a cavalo. Era dever de Lima, como diretor do Hospital, observar os facultativos que atuaram nesses espaços, realizando um trabalho administrativo e de intensa fiscalização. Sendo assim, o clima de tensão entre médicos e oficiais não médicos estava associado a disputas de caráter político e hierárquico, como exemplificado na atuação de José Cerqueira de Lima diante das negligências cometidas por médicos.

De acordo com os ofícios catalogados no Arquivo Histórico do Exército, percebemos que há, segundo a documentação, uma intensa atividade fiscalizadora dentro dos espaços de cura. A historiografia apresenta os hospitais e enfermarias como sendo locais que viveram sob intensos problemas de funcionamento, que iam desde a infraestrutura dos ambientes, muitas vezes improvisados, até a atuação dos profissionais, oficiais e civis nesses espaços. Como afirma Dourado:

Nos hospitais militares, emanava das salas lotadas de moribundos um odor pútrido, fétido, proveniente dos tecidos necróticos e infectados, muitas vezes pelas técnicas cirúrgicas empregadas sem a menor noção de assepsia. A água para os curativos com algumas gotas de ácido fênico, muito vermelho, vinha em uma bacia de ferro, que passava por centenas de feridos, até de gangrenosos (2014, p.155, grifos nossos).

Todavia, por meio da análise destes documentos oficiais do AHEx, percebe-se que houve um intenso número de reclamações que versavam sobre a má atividade desempenhada pelos profissionais de saúde. O que corrobora com a tese de que haviam fiscalizações e denúncias em torno dos médicos e enfermeiros, devido à falta de atenção

desses profissionais, do abandono de doentes nas próprias enfermarias e até de relacionamentos “homoeróticos” não aceitos pela Instituição, no caso, o Exército.

Em correspondência do Hospital de Corrientes em 1866, Lima afirma que “exonerou do serviço de cozinheiro que tinha na enfermaria de Saladero, João José Ambrósio, soldado do 5º batalhão de infantaria, por não cumprir suas atividades devidamente pois cometia atos imorais” (AHEX- código 5609, 1866). Não compõe o objeto de análise desta narrativa adentrar profundamente nesse debate sobre os relacionamentos “homoeróticos” que aconteciam dentro das tropas mas gostaria de ressaltar apenas que durante toda a guerra houve casos de conflito internos relacionados a problemas de moralidade. Como afirma Silva (2012, p.118), esse choque de atribuições e acusações mútuas integravam a realidade destes agentes sociais. O cenário de guerra tencionava sobremaneira a relação construída entre eles (já contraditória em tempos de paz).

Esses cargos de chefia, sempre estiveram associados a pessoas com influência política ou do alto escalão do exército. Não importava se o oficial obtinha a carta de médico ou não. Deixava-se a inteligência de lado e preservava-se os cargos de chefia nas mãos dos afilhados de ministros, senadores e políticos da Elite Imperial. Ou seja, o cenário de guerra estava montado, os hospitais e enfermarias se erguendo e os conflitos internos entre médicos e o Estado Imperial não cessavam. Os médicos requeriam o monopólio das atividades médicas assim como das atividades de chefia desses hospitais e enfermarias. Como afirma o Dr. Abreu em 1865, “devia ser tarefa dos médicos zelar pela salubridade dos gêneros alimentícios, exames d’água potáveis, escolha de localidade para os acampamentos e, sobretudo, para os hospitais ambulantes”. E na relação entre doutores e estudantes, havia tensões?

O incêndio do maior hospital flutuante brasileiro, o *Eponina*, em 5 de janeiro de 1867, foi um fato marcante para a história da saúde da Guerra do Paraguai. Os estudos sobre o funcionamento dos Hospitais e Enfermarias já demonstram a importância dos estudantes acadêmicos das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro no auxílio do tratamento e dos procedimentos cirúrgicos dentro desses espaços. Como o número de médicos foram insuficientes em diversos momentos e diante da grande propaganda do Império Brasileiro, observa-se a ida de muitos estudantes para o sul do país em busca de aprender, mas também de ajudar os enfermos através da prática médica. Em meio ao incêndio do vapor *Eponina*, a oficialidade, médicos, alunos e toda a tripulação salvaram-se com a roupa do corpo. Segundo relatos do *Jornal do Commercio* em 1869, jovens como Figueiredo Junior, estudante de medicina, “esqueceu-se dos próprios perigos para salvar da morte cruel por afogamento e fogo os míseros amputados” (Jornal do Commercio, 12 de dezembro de 1869).

Uma atmosfera de companheirismo e camaradagem emergiu entre os combatentes, em virtude de uma experiência comum, extrema, onde a possibilidade de morrer ou ter uma seqüela grave era real. Batalhas como Riachuelo, Tuiuti, Lomas Valentinas, imprimiram, uma marca nos combatentes que participaram delas. Tal atmosfera produziu ações descaracterizadas pelos destemor (SILVA, 2012, p.128).

Estudantes de medicina estiveram presentes na Guerra do Paraguai e eram recompensados por isso. Na ordem do dia de nº 39 saída do Quartel General no Curuzú em 1866, determinava-se que os alunos pensionistas que atuassem no teatro de Guerra, e já tivessem concluído o 3º ano da faculdade de Medicina, poderiam usar as insígnias de 2º cirurgia do corpo de saúde do exército e seus vencimentos obedeceriam ao

contrato firmado com o governo Imperial. Acredito que alguns médicos se sentiram incomodados com o fato de que estudantes dos primeiros anos do curso de medicina exerciam tarefas e recebiam remunerações correspondentes a médicos com anos de experiência. Problematicando essa questão, pode-se compreender as tensões entre médicos e estudantes como um conflito de caráter hierárquico, onde o médico formado não admitia ser comparado a um estudante, no caso seu “inferior”.

O simples bom senso compreende que essa aluvião de estudantes que nos chegam por todos os vapores com comissões de 2º e até de 1º cirurgiões, muito somente com as matérias de 1º, 2º e 3º anos, outros com as do 4º e 5º anos, e poucos com a do 6º ano, não atende as demandas das brigadas (AHEX- código 5609).

O clima de tensão entre os médicos e estudantes se deu, principalmente, pela ausência de um comando do governo Imperial, que não delimitou ou determinou as atividades de cada um. As atribuições de doutores e estudantes não eram sistematizadas, e muitas vezes os próprios acadêmicos exerciam atividades e procedimentos cirúrgicos, que era função dos médicos e cirurgiões. Uma outra consequência da ida desses estudantes para o *front*, foi o abandono dos cursos de medicina, pois em muitos casos, os estudantes passavam anos na Guerra. E quanto as relações entre médicos e enfermeiros?

Durante toda a Guerra, médicos acusaram enfermeiros de roubos e do desleixo com relação aos cuidados com os enfermos e com os próprios hospitais e enfermarias. As acusações da participação de enfermeiros e ajudantes de enfermagem em roubos se relacionava às reduzidas qualificações de tais membros do corpo de saúde do exército. Não era fácil reunir pessoas “especializadas” para desempenhar funções do campo da enfermagem. Então muitos que iam para as enfermarias e

hospitais eram apenas alfabetizados e sabiam as quatro operações aritméticas básicas. O médico Luiz Álvares dos Santos, baiano, formado pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro faz acusações ao trabalho de enfermeiros no ano de 1866:

Fui ontem surpreendido por ser retirado da mesma enfermaria, que tem para ais de 80 doentes, o ajudante do enfermeiro..., sem que desse fato tivesse eu notícia senão pelas queixas incessantes dos doentes, pela falta de aplicação de medicamentos, que tendo vindo a hora de costume, não estavam ainda ministrados até as 9 horas da noite, pela falta de luzes acesas na enfermaria, ao que não observara o enfermeiro já em si desleixado... Se a desídia e a negligência dos enfermeiros já são lamentáveis, essas retiradas súbitas e não substituídas são pretextos com que eles procuram ocultar as contínuas faltas, o que é ainda muito lamentável. **Indiferentes e preguiçosos**, esses homens deixam mover seus companheiros sem dar-lhes os remédios: contentam-se em entregar-lhes as vasilhas, e abandonam as enfermarias. **O regulamento torna responsável o enfermeiro-mor por todos esses desvios**, e é digno de atenção essa disposição da lei, pois que ainda não vi o enfermeiro-mor nas enfermarias, chamando os seus subordinados ao cumprimento do dever. A continuar esse estado de cousas ele poder ser muito bem classificado como **assassino lento, surdo e dissimulado dos defensores da pátria**. Peço pois a V. Sa. que haja de mandar transcrever as disposições da lei relativas aos enfermeiros, a fim de que sejam pregadas nas portas das enfermarias, para que as tenham eles gravadas na memória (AHEX- código 5664^a, documento 10, 11, pasta 21, grifos nossos).

O Dr, Luiz Álvares dos Santos faz duríssimas acusações e críticas aos enfermeiros que prestavam serviços no Hospital de Corrientes. Todavia, o discurso precisa ser relativizado, pois as tensões entre médicos e enfermeiros ultrapassavam a hierarquia de ocupação de cargos e invadia o campo da prática médica, visto que as ações desempenhadas pelos en-

COTIDIANO E PRÁTICA MÉDICA EM TEMPOS DE CRISE: A atuação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

fermeiros estavam num patamar “inferior” segundo a visão da “classe” médica, como afirmado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes documentais apontam para diversas frentes de pesquisa como mencionadas ao longo da narrativa, como a alimentação, a higiene e os meios de transporte de enfermos. Ao longo do texto apresentado, nota-se a presença de conflitos entre o Estado Imperial e a “classe” médica, assim como de tensões entre o próprio Corpo de Saúde e os médicos que atuaram nos espaços de cura. Classificando este período estudado como um momento turbulento da história política do Brasil Imperial, se percebe que a disputa de poderes esteve presente e a atuação do saber médico deu-se permeada por embates e conflitos políticos.

O funcionamento dos espaços de cura ao longo da Guerra do Paraguai se deu de maneira geralmente instável e difícil, envolvida pela ausência de uma estrutura adequada e de provimentos básicos para o exercício da medicina. Médicos, enfermeiros e ajudantes atuaram em hospitais e enfermarias durante o conflito tendo que lidar com desafios diários. Contudo, é interessante pensar nas determinantes sociais que intensificaram tais dificuldades, como alimentação de baixo valor nutricional, ausência de medicamentos nos hospitais e enfermarias, as questões climáticas e as próprias condições das tropas, que já chegavam no *front* debilitadas após meses de viagem e de árduas caminhadas durante os deslocamentos das tropas.

Nesse sentido, este breve texto apresentou, por meio da análise de fontes documentais do Arquivo Histórico do Exército, do Arquivo Nacional e dos diários de memorialistas, um panorama geral do funcio-

namento dos hospitais e enfermarias e da atuação do Corpo de Saúde do Exército ao longo da Guerra, ultrapassando as discussões já consolidadas pela historiografia que trataram basicamente das vertentes políticas, econômicas e militares que permearam o maior conflito bélico envolvendo o Brasil ao longo do século XIX.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo Histórico Nacional – AN- Correspondências do Ministério de Guerra entre 1865 e 1870.

Arquivo Histórico do Exército – AHEX- Relatórios e Correspondências do Corpo de Saúde do Exército entre 1865 a 1869.

ABREU, Eduardo Augusto Pereira de. **Corpo de Saúde ou o serviço de saúde do exército**. In: Annaes Brasilienses de Medicina, tomo XVII, n.7. dezembro de 1865.

AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. **História Médico-Cirurgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

CERQUEIRA, General Evangelista de Castro Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

SILVA, José Luiz Rodrigues da. **Recordações da Campanha do Paraguay**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1924.

BIBLIOGRAFIA

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai.** – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades.** – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais.** -2. Ed. – Brasília, DF: CAPES; Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1997.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886).** – João Pessoa: Ideia, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos.** – 2.ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

ORLANDO, José Maria. **Vencendo a Morte.** -1. Ed. – São Paulo, Matrix, 2016.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855.** In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças.** Brasília: Paralelo 15, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Carlos Bahiense da. **Doutores e Canhões: o corpo de saúde do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870).** Doutorado em História das Ciências e da Saúde – FIOCRUZ, 2012.

SOUZA, Jorge Prata de. **A Presença da Cólera, da Diarréia e as Condições Sanitárias durante a Guerra contra o Paraguai: Registros Médicos e Memórias.** In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Anna Beatriz de Sá Almeida; MASQUES, Rita de Cássia (orgs). Uma História Brasileira das doenças, v.2. -Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p.233- 251.

REORGANIZAÇÃO DO LUGAR DA MORTE: os cemitérios como morada dos mortos na Parahyba (1850-1860)

Láercio De Araújo S. Júnior¹

Serioja R. C. Mariano²

O processo de retirada dos mortos das igrejas para os cemitérios públicos tem, no Brasil, seu ápice após meados do século XIX. Os médicos brasileiros, boa parte formados nas recém-estabelecidas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, eram influenciados pela teoria dos miasmas³ e, seguindo o exemplo europeu, defendiam a construção de lugares específicos para enterramento dos defuntos. Levando em conta

1 Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba, bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPB) com o plano de pesquisa: Representações da Morte e os Rituais Fúnebres na Província da Paraíba entre as Décadas de 1870-1880. Este artigo é resultado parcial de pesquisas desenvolvidas no plano de pesquisa, desenvolvido por nós: A morte e as transformações e/ou permanências no processo funerário na Paraíba (1850-1870), sob orientação da Prof^a Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.

2 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do grupo de pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”, vinculado ao CNPq.

3 Segundo Mariano (2012), durante boa parte do oitocentos, muitos médicos acreditavam que os miasmas presentes no ar, oriundos de matéria orgânica em decomposição ou água parada provocavam, segundo esta concepção, epidemias e o desenvolvimento de doenças. Para tal concepção, o meio físico, a natureza e a concentração de pessoas eram produtores de miasmas.

que a relação de proximidade entre vivos e mortos era secular, é evidente que as mudanças sofreram resistências e, para serem implantadas, precisaram de um contexto particular: que perpassa também, mas não somente, pela irrupção das epidemias de febre amarela e do cólera, em meados do oitocentos. Nesse artigo, analisaremos como se deu o processo de construção dos cemitérios na província da Parahyba⁴, porém, antes sentimos a necessidade de apontar uma breve apresentação acerca do nosso objeto de análise: a morte.

A morte é uma certeza para os seres humanos. Ao contrário dos outros animais, nós temos a consciência da nossa própria finitude. A morte, porém, não se restringe à morte clínica, ou à biológica, ela e os rituais fúnebres estão imbricados no cotidiano, na cultura, nos costumes, nas tradições, no imaginário, nas representações. O óbito pode ser sentido de maneiras completamente diferentes de acordo com a idade, o gênero, a classe social, o tempo e o espaço.⁵

Portanto, os modos de morrer não são os mesmos em todas as épocas e lugares. Sendo assim, a morte é um objeto de estudo da História. No campo da História, em meados do século XX, delineia-se a chamada *nova história*, que foi a construção de um novo padrão narrativo, buscando enfatizar o cotidiano, as emoções, as trajetórias de vida, a vida privada e as mentalidades. Dentro desse leque de novas fontes e novos objetos de pesquisa, surgem os primeiros trabalhos com foco para a

4 Para fins metodológicos usaremos os termos empregados na época: “Parahyba” e “Parahyba do Norte”, em referência à Província, hoje estado; “Cidade da Parahyba”, em se tratando da Capital.

5 Para Michel Vovelle (1996) a história da morte deve ser explicada de acordo com três modalidades que devem se desencadear. A primeira delas é a morte sofrida, ou seja, fato bruto da morte, nela se aprecia os componentes sociais, as diferenças de idade, de sexo, de classe social; se percebe como o falecimento é desigualmente sentido. O segundo é a morte vivida, são os ritos e gestos que acompanham o percurso da agonia da enfermidade no leito, ao túmulo e ao além. O último é o discurso da morte, em outras palavras, são as representações da morte, sejam elas literárias, religiosas, científicas, filosóficas, cívicas, mágicas, entre outras.

história da morte. Dentre os pioneiros podemos destacar, os franceses, Philippe Ariès (1978) e Michel Vovelle (1978).

Assim como os pesquisadores da França, a historiografia brasileira sobre a morte aponta para uma guinada nas relações entre vivos e mortos a partir da criação dos cemitérios extramuros. O movimento de normatização e medicalização da morte é verificado, fundamentalmente, nas décadas de 1850 e 1860.

João José Reis (1991), Claudia Rodrigues (1997 e 2005), Renato Cymbalista (2001), Amanda Pagoto (2004), Vanessa Sial (2005), Marcelina Almeida (2007), Deuzair José da Silva (2012) são alguns dos autores que traçaram um quadro a respeito da influência da medicina e dos poderes públicos na construção dos cemitérios, em diferentes partes do Brasil, ao longo do século XIX.

Na Paraíba a implementação dos cemitérios foi tratada por Alarcón Agra do Ó (2005), Serioja Mariano (2012), Nayana Mariano (2015) e por Nereida Silva (2016). A temática também está presente, ainda que de modo secundário, nos clássicos da historiografia paraibana como Coriolano de Medeiros (1910), Vicente Jardim (1911), Irineu Pinto (1916), Oscar de Castro (1945), Horácio de Almeida (1978), Wilson Seixas (1986), entre outros. Portanto, é um tema que tem despertado a atenção de pesquisadores de diferentes gerações, porém cada um com as preocupações inerentes de sua época, do seu *lugar social* de produção do discurso (CERTEAU, 1982).

Para a construção desse texto, usaremos como fontes os Relatórios dos Presidentes de Província; alguns periódicos da época, como é o caso d'O Governista Parahybano (1850), A Epoque (1856), A Ordem (1850), O Reformista (1850), A Regeneração (1861), O Publicador (1864 - 1865); as Atas da Mesa e os Relatórios do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba; a Legislação Imperial e Provincial.

Com a ampliação dos objetos e das fontes históricas, os jornais se tornam fontes imprescindíveis para o historiador. No século XIX, os impressos são um canal de divulgação de um discurso, espaço de afirmação de um projeto político, lugar de propagação das ideias dominantes. Os periódicos selecionam de maneira meticulosa aquilo que deve ser publicado, geralmente de acordo com conivências políticas, econômicas e sociais próprias do contexto no qual estão inseridos.

No caso da Província da Parahyba, as décadas de 1850 e 1860, foram marcadas pela proliferação da febre amarela (1850) e do cólera (1856 e 1862). Segundo Mariano (2012), no interior, algumas pessoas chegaram a abandonar suas casas, fugindo da morte. Além disso, as dificuldades econômicas da província eram evidentes, vivia-se um clima de insatisfação social, que piorou com as epidemias (AGRA DO Ó, 2005, p. 19). Para conter o “flagello da peste”, os poderes públicos buscaram evitar a “desordem” com posturas administrativas, que refletiam a visão médica a respeito da transmissão das doenças, muitas vezes entrando em choque com as concepções populares (MARIANO & MARIANO, 2012, p.6-7).

Na primeira metade do século XIX, os médicos e algumas autoridades públicas passaram a ver, os sepultamentos *ad sanctos apud ecclesium*⁶, como sendo uma das causas para o aparecimento das doenças epidêmicas. Segundo Cláudia Rodrigues (1997), no Brasil, a partir de

⁶ Desde a Idade Média o lugar de sepultura eram as igrejas, ou os adros, ou seja, em volta delas. Nas missas de domingo, nos casamentos, nos batizados e em todos os momentos cívicos e religiosos, os mortos estavam fisicamente presentes. As igrejas eram espaços multifuncionais, serviam de local de votação e apuração dos votos, sala de aula, tribunal do júri e cemitério. Os mortos estavam interligados com a dinâmica da vida, era impossível se separar deles (RODRIGUES, 1997, p. 21). Havia uma geografia da morte dentro das igrejas que refletia a segmentação social (REIS, 1991, p. 176). No adro, local em volta da igreja, geralmente os pobres e escravizados eram enterrados. Dentro da igreja o lugar de enterramento mais prestigiado era “das grades para dentro”, ou seja, aos pés do altar principal. As igrejas mais procuradas na Cidade da Parahyba eram a da Misericórdia, de São Francisco e do Carmo (CASTRO, 1945).

1850, a necessidade da construção dos cemitérios se acelerou, devido ao aparecimento das epidemias de febre amarela e do cólera. Discorrendo sobre o processo de criação de cemitérios extramuros, na França do século XVIII, Ariès (2012) conclui que, diante do contexto epidêmico, os cadáveres se transformaram em um problema de saúde pública, sendo considerados como um foco de podridão e contágio. A medicina passou a atuar preventivamente, elaborando uma série de normas de salubridade, com o objetivo de mudar os comportamentos considerados anti-higiênicos, um deles era o hábito de se sepultarem os mortos no interior dos templos religiosos.

A medicalização da morte foi observada em diversas partes do Império: em Recife e na Corte do Rio de Janeiro, em 1850, após a ocorrência da epidemia de febre amarela; em Salvador, cujo cemitério foi inaugurado em 1855, em São Paulo, em 1858, e na Cidade da Parahyba, em 1856, na sequência do cólera.⁷

Os campos santos extramuros eram vistos como uma das medidas mais eficazes para se prevenir as moléstias. No Brasil, as igrejas, localizadas no centro das cidades, serviam de abrigo para os mortos, desde o início do período de colonização, a partir do século XIX, o ambiente passou a ser considerado pelos médicos como sendo um lugar de risco para a saúde, devido aos “terríveis miasmas”, originados dos odores exalados pelos cadáveres ali inumados (RODRIGUES, 1997, p.58).

Segundo os médicos, formados nas faculdades de medicina do Império, era necessário “civilizar os costumes” da população e, portanto, seguir o exemplo dos países europeus, em específico a França, que desde o último quartel do século XVIII, havia expulso os mortos dos centros

⁷ Sobre o processo de construção dos cemitérios do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Salvador e Cidade da Parahyba, ver: RODRIGUES, 1997, p. 103 - 105; PAGOTO, 2004, p. 99- 128; REIS, 1991, p. 320 - 330; MARIANO, 2015, p. 101 - 106.

das cidades (REIS, 1991, p. 247 - 249). De acordo com Ilmar de Mattos (1987), em *O tempo Saquarema*, na década de 1850, a elite política elaborou uma série de medidas cujo objetivo era difundir um “ideal civilizador” por meio da centralização do poder estatal. As interferências sanitárias caminhavam lado a lado do projeto de ampliação do poder do Estado. Nesse sentido estão, por exemplo, vários decretos visando a instalação de cemitérios na Corte (MATTOS, 1987, p. 175 – 176).

Em relação a Parahyba, como vimos, o cemitério público foi inaugurado em 1856.⁸ Nayana Mariano (2015), observou que as normas de natureza higiênica circularam com mais ênfase, na Parahyba, após a crise ocasionada pelas epidemias, e que elites políticas acabaram absorvendo esse discurso com mais vigor (MARIANO, 2015, p. 99). O contexto da febre amarela serviu de estopim para as discussões a respeito da necessidade da construção dos cemitérios.

Diante da epidemia uma comissão foi formada, por ordem do presidente da Província João Vicente de Amorim Bezerra, composta do cirurgião-mor e provedor João José Inocência Poggi e do médico Henrique Krause, ela visava prevenir e “tornar benignas as febres reinantes”, originadas, segundo os médicos, “sem dúvidas” dos miasmas, que “tornam os ares impuros”. Treze recomendações foram listadas pelos médicos, várias chamam a atenção para a suspensão do consumo de alimentos crus, alertam para o asseio do corpo, a limpeza das casas, a retirada do lixo das vias públicas, a intervenção sanitária nas cadeias e

⁸ Uma tentativa de se construir um cemitério na Capital foi verificada por nós, no ano de 1842, quando, o Presidente da província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, em consonância com as ideias médicas da época, sugere a construção de um espaço extramuros para os mortos na Cidade da Parahyba (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1842, p. 16). Em seu relatório, Chaves considera, o enterro de cadáveres dentro das igrejas, como sendo um costume “nocivo a saúde pública”. A fala do presidente contém elementos do discurso médico higienista, que pregava a necessidade de medidas públicas para melhorar a salubridade dos centros urbanos; a proposta da autoridade era que o campo santo fosse administrado pela Santa Casa de Misericórdia.

matadouros públicos, assim como, a construção de cemitérios. Vejamos uma delas:

13. Era para desejar um cemitério, e proibir as sepulturas nos Templos. Mas em falta d'este cumpre que as covas tenham seis palmos de profundidade, que em baixo, e sobre os corpos, que se sepultarem, seja lançada uma boa camada de cal, depois socada, entupida da terra cavada, e a que restar lançada ao mar. As mesmas sepulturas, que tiverem sido ocupadas, só poderão ser abertas ao fim de dois annos; e ao fim de 30 mezes os Carneiros, ou catacumbas (A ORDEM, 17/03/1850, nº 32, p. 3 – 4. Grifos nossos).⁹

No discurso veiculado, podemos observar uma tentativa de medicalização da morte, as autoridades sanitárias viam nos mortos uma ameaça para a saúde dos vivos. A cal, recomendada para dar salubridade as casas e prédios públicos, deveria ser empregada para auxiliar na decomposição dos corpos. A terra que não fosse usada no sepultamento deveria ser jogada ao mar. Prazos foram estabelecidos por eles para a abertura dos carneiros, catacumbas e sepulturas.

Além dos médicos, o engenheiro da província foi chamado para elaborar uma planta, acompanhada do orçamento, das despesas e das condições para a construção (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 10/08/1850, nº 14, p. 3). Em 23 de março de 1850 assembleia legislativa aprovou a lei de nº 7, autorizando a construção do cemitério público. O lugar, escolhido pelo engenheiro deveria ser “o mais apropriado e menos nocivo” aos habitantes da cidade; portanto, amplo, arejado, longe do espaço urbano (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1850, p. 17).

⁹ O mesmo parecer, da comissão de higiene, foi publicado na primeira página do jornal O Reformista, em 16 de março de 1850. Escolhemos citar a versão de A Ordem por estar mais legível. O periódico A Ordem se intitulava como sendo um jornal oficial, político e literário, em seu cabeçalho merece destaque o brasão do império; mostrando assim suas ligações com o governo e com o projeto de poder Saquarema.

É importante observar que no relatório o presidente qualifica a obra como sendo “útil a salubridade pública” e “de acordo com a civilização do século”, um “benefício” que deveria ser seguido pelas demais vilas e cidades da província.

A partir do discurso do presidente da província, observamos que a epidemia de febre amarela foi usada politicamente, em articulação com médicos, engenheiros e com a imprensa, para defender o ponto de vista de que os cemitérios eram necessários e que o costume de enterrear os mortos em igrejas era nocivo e prejudicial. Assim como Targino (2017), é importante mencionarmos que a apropriação da doença, pelo presidente de província, para alçar a si próprio como capaz e atuante, faz parte da *cultura política*¹⁰ própria da época, ou seja, a atitude de Amorim Bezerra fazia parte do “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente compartilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 2000, p. 306).

Apesar da lei, autorizando a construção do cemitério, e da sugestão dos médicos para a proibição das inumações nas igrejas, nada foi feito. A morosidade foi justificada por Amorim Bezerra; ele culpou os “enraizados preconceitos”¹¹ e a inexistência da aprovação, por parte da assembleia legislativa, de um regulamento para o ordenamento da edificação do campo santo. Em 11 de outubro de 1850, a lei de número 18

10 Sobre o conceito de cultura política ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Por uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

11 A respeito da persistência dos rituais fúnebres costumeiros, apesar de não se tratar da Parahyba, podemos citar que: em Pernambuco “logo que passou a crise epidêmica, manifestou-se em algumas localidades, a disposição de reestabelecer o antigo costume dos enterramentos nas igrejas” (PERNAMBUCO, Relatório, 1857, p. 40). Para exemplificar, entre outros casos, no município do Brejo, interior de Pernambuco, “a força do antigo costume tem feito que muitas pessoas vençam grandes distancias à procura de alguma capella onde depositem os restos das pessoas que lhes são charas” (PERNAMBUCO, Relatório, anexo S-4, p. 4).

determinou, novamente, a construção do cemitério (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1851, p. 11). Em 1854 uma comissão, formada pelos médicos João José Inocêncio Poggi, Henrique Krause, Francisco Victal de Oliveira e pelo engenheiro Affonso de Almeida e Albuquerque, foi encarregada da escolha de um local para a construção do cemitério (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1854, p. 22).

As obras do cemitério do Senhor da Boa Sentença foram concluídas em 1856, durante o contexto do cólera, a administração foi entregue em julho, do mesmo ano, para a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba.¹² A construção custou 7:100\$00, dos quais 3:500\$000 advinham dos cofres do governo imperial (PINTO, 1977, p. 238).

Os médicos visavam ordenar o espaço urbano de acordo com as concepções higiênicas da época. A efetivação das medidas acabou sendo acelerada por conta do medo do contágio das doenças, como é o caso do cólera, já que, “em tempo de epidemia a morte deixa de ser um espetáculo ou uma eventualidade, ela se torna uma ameaça pessoal, distinta, imediata” (LEBRUN, Apud REIS, 1991, p. 338).

De acordo com Ariosvaldo Diniz (2011), a epidemia do cólera chegou na Parahyba no final do ano de 1855, vindo do interior de Pernambuco¹³, antes havia causado mortes no Pará e em outras províncias. A doença chegou, em maio de 1855, ao porto de Belém por meio da galera portuguesa *Defensora*; em junho aportou na Bahia, no mês seguinte a corte do Rio de Janeiro foi afetada.¹⁴ A aparência dos enfermos era

12 Antes mesmo do início da construção do cemitério, a mesa administrativa da Santa Casa, presidida por Manoel Simplicio Jacome da Veiga Pessoa, na reunião de 14 de março de 1853, envia um requerimento à Assembleia Legislativa Provincial, pedindo “o privilégio para fazer um cemitério público; sendo os respectivos rendimentos applicados a bem do hospital a cargo da S. C.” (ATAS DA SCMPB, 1853, fl. 10v).

13 Na Parahyba, Cólera chegou primeiro nas imediações de São João do Cariri, Congo e Alagoa do Monteiro, vindo através de Pernambuco.

14 Sobre os detalhes do percurso do Cólera ver: ALEXANDRE, Juciello Ferreira. Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera

aterradora, já que os sinais da doença se confundiam com os da morte. Os pacientes tinham um semblante cadavérico, o corpo frio, a pele seca, as unhas roxas, os olhos fundos e azulados. Apesar das estatísticas pouco exatas ou incompletas, estima-se epidemia matou cerca de 10% da população da província da Parahyba, alguns moribundos foram enterrados ainda vivos (A EPOCHA, 08/03/1856).

Pouco antes do auge do cólera pelo país, o primeiro cemitério da província foi inaugurado em Piancó, no sertão, em 1855. A construção do campo santo, que tinha 100 palmos de frente por 200 de fundo, se deve a atuação do missionário capuchinho, frei Serafim de Catania, junto com parte da população local (PINTO, 1977, p. 237).¹⁵ Em 1856, foi inaugurado o cemitério da capital e empreendidas as obras em diversos outros, nas povoações e vilas do interior da província, como é o caso de Souza, Pombal, Catolé do Rocha, Patos, Alagoa Nova, Pilar, Bananeiras, Cabaceiras e Santa Rita, algumas das localidades mais afetadas pela doença (MARIANO & MARIANO, 2012).¹⁶

Outros cemitérios foram sendo instalados, de modo mais ou menos precário, nos anos seguintes. O presidente Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan¹⁷, em relatório, datado de 1858, tem a preocupação de detalhar o estado da província, ele disserta a respeito da agricultura, das estradas, da instrução pública e, é claro, dos cemitérios:

no seminário cratense O Araripe (1855-1864), 2010.

15 O frei Serafim de Catania ajudou na construção de pelo menos outros dois cemitérios na província, o de Mamanguape e o de Santa Rita (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1857, p. 24).

16 Em 1864 estavam concluídos os cemitérios da Capital, Santa Rita, Cabedello, Mamanguape, Taipú, Capela do Oratório em Natuba, Teixeira, Souza, entre outros. Os de Pilar, Catolé do Rocha, Campina Grande e Alagoa Nova permaneciam em obras (O PUBLICADOR, 18/08/1865, nº 885, p. 1- 2).

17 Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, visconde de Baurepaire. Nasceu em 1812, em Nitheroy, e faleceu em 1894, na cidade do Rio de Janeiro. Era militar, bacharel em Física e Matemática, além de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Polytechnico. Foi ministro da guerra (1864-1865), vice-presidente da Província do Paraná (1855-1856); e presidente das províncias do Pará (1856-1857), e da Parahyba (1857-1859) (BLAKE, 1895, p. 213).

Freguesias há na província nas quaes **ainda se fazem as inhumações nas igrejas**; outras em que **consistem os cemitérios em uma certa extensão de terreno sem cerco algum**, e algumas finalmente em que se iniciarão obras, que estão, de há muito, por acabar. É de lamentar que os habitantes não procurem, uns com seu dinheiro e outros com os seus serviços gratuitos de alguns dias, edificar essas habitações das gerações que acabão. Não só **o sentimento de religião para com os mortos** como também **o interesse na salubridade pública os deverião aconselhar neste empenho** (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1858, p. 24. Grifos nossos).

Apesar de retratar a importância dos cemitérios para a salubridade pública, o relatório mostra que, em 1858, existiam freguesias nas quais os enterros eram feitos nas igrejas. A situação dos cemitérios na província não estava de acordo com as determinações médicas, já que, vários não passavam de terrenos cercados de pau-a-pique, outros não possuíam muros, alguns eram apenas terrenos abertos; segundo o relatório, o da Vila de Alagoa Nova, por exemplo, se encontrava abandonado, e o lugar estava servindo de pasto para os animais (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1858, p. 26).

A autoridade clamava para longa tradição de solidariedade dos vivos para com os mortos, e pedia para que a população, com seu dinheiro, ou com seus serviços, acudisse e auxiliasse na construção dos cemitérios da província. Segundo o presidente Rohan os cofres provinciais não tinham condições de gastar uma centena de contos de reis para construir, ou reformar, dezenas de cemitérios em tantas localidades diferentes; ele também chama atenção para os possíveis superfaturamentos nos orçamentos das obras, cujos custos eram estimados por autoridades locais, geralmente juízes, párocos ou vigários (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1858, p. 26).

REORGANIZAÇÃO DO LUGAR DA MORTE:
os cemitérios como morada dos mortos na Parahyba (1850-1860)

Quadro I – Situação dos Cemitérios da Província da Parahyba do Norte, em 1858, de Acordo com o Relatório de Presidente d e Província.

Freguesia	Localidade	Cemitérios	Situação
Capital	Cidade da Parahyba	1	Murado, tem mais de 260 catacumbas. Lhe falta a capela, orçada em 8:000\$000.
Capital	Cabedello	1	É de pau-a-pique, falta murar, obra orçada em 6:000\$000.
Capital	Penha	1	Toscamente cercado, para murar é necessário 4:000\$000.
Capital	Tambaú	1	Completamente aberto, ao redor da capella do Santíssimo Coração de Jesus. O Vigário propõe que se construa outro, sendo necessário 4:000\$000.
Mamanguape	Mamanguape	1	Falta rebocar o muro, concluir a capela e fazer o portão. Obras orçadas em 1:750\$000.
Jacoca	Jacoca	Não tem	Enterra-se nas igrejas.
Bahia da Traição	Bahia da Traição	1	Cercado. Para ser murado, é necessário 3:000\$000. Nas capelas filiais da freguesia, os corpos são sepultados nas igrejas.
Taipú	Em toda a freguesia.	4	Três cercados e um aberto. Pela falta de capacidade dos cemitérios ainda se sepultam alguns corpos nas igrejas.
Taipú	Taipú	1	Serve de cemitério a antiga Igreja matriz que foi demolida.
Pilar	Pilar	Não tem	Apenas os alicerces começados.
Pilar	Itabaiana	1	Cercado de madeira.
Natuba	Natuba	Não tem	Enterra-se nas igrejas. A construção é orçada em 1:000\$000.
Ingá	Em toda a freguesia.	11	Um murado, outro aberto e os outros cercados.
Ingá	Ingá	1	Obras de conclusão orçadas em 2:000\$000.
Ingá	Serra Redonda	1	Obras de conclusão orçadas em 2:000\$000.

Independência	Independência	1	Um terreno particular, todo aberto.
Araruna	Em toda a freguesia.	2	Em mau estado, sem muros nem capelas. Obras de conclusão orçadas em 3:000\$000 e 4:000\$000.
Cuité	Em toda a freguesia.	8	5 destes estão apenas cercados, e necessitam de auxílio do governo para serem concluídos.
Cuité	Cuité	1	Quase concluído. Obra orçada em 1:000\$000.
Cuité	Conceição	1	Sendo construído à custa dos moradores.
Cuité	Picuhi	1	Sendo construído à custa dos moradores.
Areia	Em toda a freguesia.	3	-
Areia	Areia	1	Está cercado, a obra para ser murado é orçada em 8:000\$000.
Alagoa Nova	Alagoa Nova	1	Sepultam-se na igreja da vila. O cemitério está abandonado e servindo de pasto para os animais. Precisa ser murado. Obra orçada em 500\$000.
São João	São João	1	Em começo de construção. A obra para ser concluído é orçada em 2:000\$000.
São João	Congo	1	Em começo de construção. A obra para ser concluído é orçada em 200\$000.
São João	São Tomé	1	Está cercado de pau-a-pique, a obra para ser murado é orçada em 400\$000.
São João	Lagoa do Monteiro	1	É de taipa, está muito arruinado, a obra para conclusão é orçada em 400\$000.
Pombal	Pombal	Não tem	Apenas os alicerces começados. O vigário orça para a conclusão, a quantia de 1:000\$000. As inumações se fazem na igreja matriz.

REORGANIZAÇÃO DO LUGAR DA MORTE:
os cemitérios como morada dos mortos na Parahyba (1850-1860)

Patos	Patos	1	Está quase concluído o muro. Falta a capela e o portão. Obras orçadas em 3:000\$000.
Piancó	Piancó	1	Está todo murado. Para a sua conclusão é necessária a quantia de 3:000\$000. Nas capelas filiais sepultam-se dentro das igrejas.
Souza	Souza	Não tem	Estão feitos os alicerces do muro e da capela. A conclusão do cemitério é orçada em 8:800\$000. Continuam os enterros na matriz e em outras capelas da freguesia.

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir das informações contidas no *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan*. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858, p. 24 - 26. Disponíveis em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

De acordo com o relatório de Beaurepaire Rohan, os cemitérios da província da Parahyba estavam aquém das determinações impostas pela medicina higienista. Os sepultamentos, feitos em catacumbas, eram considerados como financeiramente dispendiosos e insalubres. O presidente pedia para que os vigários estimulassem o zelo dos fiéis em prol da construção do que ele chamou de “estabelecimentos de incontestável necessidade”. Alguns dos campos santos, nomeados no relatório, demoraram anos para estarem concluídos. Analisaremos, brevemente, sobre o de Pombal.

Em 1858, o cemitério de Pombal, no interior da província, tinha os alicerces começados, sua conclusão era orçada pelo vigário na quantia de 1:000\$000 (um conto de réis); as inumações se faziam na igreja matriz da paróquia. No ano de 1861, o correspondente do jornal *A Regeneração*, informava algumas notícias do sertão: fuga de presos, resistência a recrutamentos, crimes de homicídio, agressões físicas e

verbais, julgamentos, audiências, mortes, as missões do padre Ibiapina e o estado do cemitério de Pombal.

Segundo *O sertanejo*, que é quem assina a correspondência, publicada em 7 de agosto de 1861, as obras do cemitério de Pombal estavam paradas, apesar de quatro anos antes os alicerces terem sido concluídos e dos tijolos, possivelmente para a construção do muro, estarem lá desde 1860; o pároco, encarregado da empreitada pelo juiz de direito Manoel Fernandes, era acusado de não ter feito nada com os duzentos mil reis em dinheiro que foram entregues pelo governo provincial. Os enterramentos continuavam sendo feitos na Igreja Matriz. Ou seja, o religioso de Pombal talvez não tivesse interesses na construção do campo santo, possivelmente ele resistia às mudanças nos costumes fúnebres. É provável também que, o padre, embora fosse agente em serviço do poder estatal, agia de maneira contrária ao partido majoritário, ou talvez fosse apenas relapso; é factível também que ele encontrasse algum tipo de resistência por parte dos fiéis. Porém, apenas aventamos suposições, já que não encontramos nenhum documento que possa confirmar tais hipóteses.¹⁸

Mais adiante na correspondência, *O Sertanejo* faz a seguinte observação sobre a freguesia de Pombal: “A matriz já não admite os enterramentos, e pella manhã não se pode estar n’ella em consequência do máo habito que exala” (A REGENERAÇÃO, 07/08/1861, nº 27, p. 3). Para ele, um indivíduo letrado, que certamente havia entrado em contato com a teoria dos miasmas, o odor dos cadáveres, se tornou canal de

¹⁸ Um caso semelhante aconteceu na localidade de Pedra Lavrada, neste caso, também não podemos afirmar os motivos pelos quais as obras não foram efetuadas. De acordo com a exposição do presidente de província, o vigário da freguesia de Pedra Lavrada, Joaquim da Santíssima Trindade Cordeiro, foi chamado pelo tesouro provincial, em outubro de 1864, para prestar contas dos 200\$000 (duzentos mil reis) entregues a ele para que fossem feitas obras na capela do cemitério da localidade; segundo o presidente da província, “constava que, por elle nada se havia feito ainda ali” (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1865, p. 23).

contaminação para doenças. Os mortos se tornaram uma ameaça aos vivos. Segundo ele, o ato de entrar na igreja no início do dia, era insuportável, o cheiro dos mortos era qualificado como sendo “mau”, e por conta disso, na sua visão, o templo religioso não deveria receber mais sepultamentos.

O odor dos mortos, antes comum e suportável, passava a ser percebido como sendo um mau sinal. Era uma nova sensibilidade olfativa que se instaurava. Rodrigues (1997) dá destaque para a vigilância olfativa, sugerida pela medicina acadêmica, que foi seguida também por parte da população de algumas localidades da Corte, durante a primeira metade do século XIX. Os médicos ensinavam a vigiar o cheiro da morte e a teme-lo; o odor dos cadáveres era considerado “insuportável”, “desagradável”, “pernicioso”, “repugnante”, “atormentador” e “mau”. O discurso d’*O Sertanejo* nos mostra que a preocupação dos médicos em higienizar a morte esteve presente na imprensa da Parahyba, e conseqüentemente, fazia parte das representações da morte elaboradas após as epidemias. De acordo com Revel e Peter:

A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observa a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma (REVEL & PETER, 1995, p. 14. Grifos nossos).

Ou seja, a epidemia foi capaz de transformar as representações que parte daquela sociedade tinha da morte. Antes a convivência com os mortos, com o odor dos cadáveres era algo comum, corriqueiro, imperceptível. A mudança de percepção se deu após o discurso médico e

oficial relacionar as moléstias epidêmicas com a presença cotidiana dos mortos, que através da teoria dos miasmas, advogava a transferência do lugar ideal de enterramento para longe do centro das povoações.

Tal processo foi observado por Philippe Ariès (2012), segundo ele, na França, de finais do século XVIII, houve uma comoção pública em relação aos “perigos das sepulturas”, os habitantes que viviam perto dos locais de enterramento culpavam os mortos pela insalubridade de suas residências; os médicos e os cientistas da época evocavam a teoria dos miasmas, segundo eles os cadáveres possuíam um poder de infecção contagiosa devido aos “gases tóxicos” que exalavam dos túmulos. As epidemias e as pestes seriam consequência direta do enterramento dentro das cidades, os mortos se tornam um problema, já que eles passaram a representar um perigo para a saúde dos vivos.

Junto da nova sensibilidade olfativa diante dos mortos, surgiu também uma sensibilidade auditiva para com os ritos fúnebres. Segundo os médicos da época, os ruídos fúnebres, provocados pelos dobres dos sinos que avisavam quando morria um fiel, poderiam atormentar e deprimir tanto o são quanto o enfermo, induzindo-os a pensar na morte.¹⁹ Pensamentos tristes, segundo eles, acabavam facilitando o contágio das doenças epidêmicas. Sobre a “vigilância auditiva”, merece destaque o discurso do deputado carioca Henrique de Resende, em 1843, pro-

¹⁹ Podemos destacar o médico José Maria de Noronha Feital, formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, membro da Academia Imperial de Medicina, chegou ao posto de cirurgião mor da Armada Imperial. Feital escreveu: *Memória sobre as medidas conducentes a prevenir e atalhar o progresso da febre amarela*, publicado na Corte, em 1850, pela Tipografia do Brasil (RODRIGUES, 1997, p. 107). Feital condenava o sepultamento e as encomendações feitas nas igrejas; segundo ele, as armações deveriam ser banidas para sempre, assim como os caixões de grades, cobertos de panos. O costume de fechar as portas e janelas da casa do falecido eram, para ele, um sinal de “barbaridade”. Os ruídos fúnebres, provocavam o “abatimento moral” e o medo, emoções que facilitavam o recebimento do contágio, assim os barulhos deveriam ser evitados (RODRIGUES, 1997, p. 59 - 62).

nunciado na câmara geral, durante a epidemia de escarlatina, afirmava que:

Os sinos também fazem bem mal; seus sons melancólicos vão levar até cabeceira do doente a notícia aterradora de que estão morrendo muitas pessoas de escarlatina e da febre perniciososa. Seria muito para desejar que policialmente se mandassem arrancar os badalos destes sinos (Apoiados) (Citado por RODRIGUES, 1997, p. 61. Grifos nossos).

Portanto, percebemos que o saber médico contra os costumes fúnebres acabou se difundindo, não só na Corte, mas em outras partes do Império como é o caso da Parahyba, durante o século XIX, um dos objetivos da medicina acadêmica era a normalização e a higienização da morte e das práticas fúnebres. A morte, os rituais funerários e os mortos eram interditados em nome da saúde física dos vivos.

Em 1850, durante o surto de febre amarela, Amorim Bezerra, presidente da província da Parahyba, tomou algumas medidas visando tornar “benignos” os “males reinantes”, dentre elas estava a proibição dos dobres dos sinos que segundo ele “muito constroem um enfermo no leito da dor” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1850, p. 19). É notável a semelhança do discurso do médico, do presidente da província da Parahyba e do deputado carioca, eles viam o perigo do contágio no costume fúnebre de tocar os sinos para anunciar a morte dos fiéis.²⁰

Alguns religiosos, assim como os médicos e políticos, tiveram um papel influenciador na mudança em relação aos costumes fúnebres. João José Reis (1991) cita por exemplo a atuação do bispo da Bahia Dom Romualdo Seixas na tentativa, na década de 1830, da construção do

²⁰ Os dobres de sinos, que anunciavam o falecimento de alguém, foram proibidos em várias partes do Império do Brasil do mesmo período. Sobre a temática ver: CHALHOUB, 1996, p. 69; REIS, 1991, p. 263 – 266; RODRIGUES, 1997, p. 60 – 61.

campo santo de Salvador. Israel Santos (2014) afirma que o bispo, que também era presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, procurava exercer uma mediação entre os interesses públicos e os da Igreja, mantendo todo um aparato religioso em torno da morte. Os argumentos do prelado revelam a posição de afirmar as hierarquias dentro do catolicismo e de valorizar o clero em detrimento das irmandades e confrarias.

Na Parahyba verificamos um movimento parecido. Como destacamos, no relatório de Beaurepaire Rohan, o presidente da província pedia para que os vigários estimulassem o zelo dos fiéis em prol da construção do que ele chamou de “estabelecimentos de incontestável necessidade”. Assim agiu, em Cabedello, o padre Theodolino Antonio da Silveira Ramos, o religioso, assim como o frei Serafim de Catania, em Piancó, influenciou diretamente na construção do cemitério da localidade. O campo santo de Cabedello foi inaugurado no dia 21 de julho de 1864, neste dia, boa parte da população se reuniu no local, cantaram um terço, e responso por alma dos fiéis defuntos (O PUBLICADOR, 27/07/1864, nº 54, p.1).²¹

Já na Capital, o cemitério do Senhor da Boa Sentença, inaugurado em 1856, era um quadrilátero murado, com 60 braças de frente por 60 de fundo. O espaço era ocupado pela capela, escritório, depósito de ossos, os passeios necessários para o trânsito dos pedestres, além das áreas destinadas para as inumações (RELATÓRIO DO PROVIDOR DA SCMPB, 1879, 37f).

A administração do cemitério público da capital era de responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia.²² Em 1864 as funções de cui-

21 A construção tinha 760 palmos quadrados e foi avaliada em 2:000\$000 (dois contos de reis), abaixo dos 6 contos que aparecem, em 1857, como sendo necessários para sua conclusão, o montante foi adquirido através da contribuição dos moradores e da doação de 300\$000 (trezentos mil reis) feita por Dom Pedro II. É importante mencionar que a “esmola” do imperador foi prometida durante sua visita à Parahyba, em 1859.

22 Além da administração do Cemitério, a Santa Casa, ainda arcava com os custos do

REORGANIZAÇÃO DO LUGAR DA MORTE:
os cemitérios como morada dos mortos na Parahyba (1850-1860)

dar do campo santo estavam entregues a José Gomes Jardim da Fonseca, competia a ele mandar cair e limpar o cemitério uma vez ao ano, além dos reparos diários. O cofre provincial era responsável pelo custeio e ordenado do administrador, o qual recebia 900\$000 (novecentos mil reis) anuais (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1864, p. 54 - 55).

As catacumbas eram distribuídas, de acordo com o regulamento do cemitério²³, às irmandades e ordens terceiras da Capital. O número de catacumbas foi se ampliando ao longo das décadas de 1860 e 1870, por exemplo, em 1858 possuía cerca de 260, das quais 50 eram da Santa Casa de Misericórdia; vinte anos depois o cemitério já possuía 374 catacumbas (RELATÓRIO DO PROVIDOR DA SCMPB, 1879, 37f – 38v).

Em dezembro de 1855, durante a construção, a mesa administrativa da instituição rogava para que as catacumbas fossem construídas com a maior rapidez²⁴, o medo era para com a epidemia do cólera que “tão horrorosamente tem assolado as outras províncias” (ATAS DA SCMPB, 1855, fl. 51f). Mais uma vez percebemos como a epidemia do cólera fez com que o processo de construção dos cemitérios se acelerasse na província da Parahyba.

Observamos a importância das epidemias na efetivação do processo de expulsão dos mortos do mundo dos vivos. Percebemos que o lugar da morte no espaço urbano foi modificado pela medicina acadêmica, com o auxílio de engenheiros, de alguns membros da Igreja e das autoridades políticas. A crise epidêmica do cólera (1856 e 1862) e da febre amarela (1850) catalisaram uma reorganização do processo fune-

sepultamento dos cadáveres de “pessoas miseráveis que falecerem n’esta cidade” (ATAS DA SCMPB, 1856, fl. 72v).

23 O cemitério foi regulamentado pela lei nº 33, de 4 de dezembro de 1855.

24 O provedor da Santa Casa, Francisco José Meira, a partir de um edital contratou com o “mestre pedreiro” Lino José Pereira de Castro a obra das cinquenta catacumbas, pertencentes a irmandade, que deveriam ficar localizadas no lado sul do cemitério (ATAS DA SCMPB, 1856, fl. 52f).

rário, criaram uma nova imagem da morte e dos mortos. Os Cemitérios tornaram-se o espaço de morada para os mortos, um lugar distante, em conformidade com as ideias médicas da época, mas muitas vezes precário.

A segunda metade do século XIX é um momento de transição dos costumes fúnebres, marcado pela convivência de novas e velhas práticas. Tanto é que os cemitérios, mesmo depois de afastados das igrejas, mantiveram a sua característica eclesiástica; o espaço de repouso dos mortos não se tornou um lugar secularizado, isso se deveu, em parte, aos clérigos, as irmandades e as ordens terceiras. Evidentemente as mudanças sofreram resistências, demoraram para se concretizar. O odor dos mortos e os sinos que anunciavam a morte passaram a incomodar. Para os cemitérios serem implantados foi preciso de um contexto específico: a irrupção das epidemias de febre amarela e do cólera, em meados do oitocentos e o processo de consolidação do Estado Nacional, nas décadas de 1850 e 1860.

REFERÊNCIAS

FONTES

Relatórios

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858

REORGANIZAÇÃO DO LUGAR DA MORTE:
os cemitérios como morada dos mortos na Parahyba (1850-1860)

pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1851.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1842 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842.

PERNAMBUCO, Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1857 o exm sr. conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, presidente da mesma provincia. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1857.

Manuscritos

Atas da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba (1853 - 1860). Arquivo público da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – ASCM, livro de atas 022/ administração.

Relatórios do Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1874 – 1879). Arquivo público da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – ASCM, D – 32.

Jornais

O Governista Parahybano (1850). Disponível em: <https://bit.ly/2NJ-Z7c5>

O Publicador (1864 – 1865). Disponível em: <https://bit.ly/2mJvuMP>

A Ordem (1850). Disponível em: <https://bit.ly/2v4FvrE>

O Reformista (1850). Disponível em: <https://bit.ly/2LEHg9d>

A Regeneração (1861). Disponível em: <https://bit.ly/2v3MSzn>

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. Vol. II, João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias; tradução Priscila Viana de Siqueira. - [Edição Especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**; tradução Luiza Ribeiro. 1. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantes de sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicinas e Curandeirismo no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2011.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela Higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa: Ideia, 2015.

MARIANO, Serioja RC; MARIANO, Nayana RC. **O medo anunciado**: A febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). Revista de História e Estudos Culturais Fênix, 2012, v. 9, p. 1-20.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Ssquarema**: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. **O Corpo**: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Historia**: novos objetos. 4. ed. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

Ó, Alarcon Agra do. **Relatos de Males**: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: Ó, Alarcon Agra do et al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. 2ª. Ed. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 11-45.

PAGOTO, Amanda. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público**: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860). São Paulo: Imprensa Oficial.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. Vol. II. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**. Rio de Janeiro: Divisão editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SANI, Giacomo. **Cultura Política**. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. 5ª ed. Brasília: UnB, 2000, p. 306-308.

SANTOS, Israel Silva dos. **D. Romualdo Antônio de Seixas e a reforma da Igreja Católica na Bahia (1828-1860)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História, Salvador, 2014.

SILVA, Nereida Soares Martins. **Santa Casa dos mortos**: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista. 2º Sim-

pósio Internacional de História das Religiões. XV Simpósio Nacional de História das Religiões. ABHR, p. 1-10, 2016.

VOVELLE, Michel. **A História dos homens no espelho da morte.**
IN: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. **A Morte na Idade Média.**
Tradução Heitor Megale, Yara Vieira, Maria Clara Chescato. – São Paulo: Editora da USP, 1996, p. 11 – 26.

O FLAGELLO DA PESTE: as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

Elyonara de Brito Lyra Targino¹

Serioja R. C. Mariano²

Algumas cidades do nosso litoral e especialmente as da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, [que] tem sido assaltadas nestes ultimos mezes de **huma febre epidemica**. Os estragos da enfermidade, que alias não estão em proporção com **o terror, que tem causado, affligem profundamente meu coração**. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 25/05/1850, N. 03. Grifos nossos).

A fala retratada acima, extraída da terceira edição do jornal *O Governista Parahybano*, é de autoria do Imperador D. Pedro II e mostra a chegada de uma febre epidêmica no litoral do Império, especificamente na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, sendo esta última mais próxima à Província da Parahyba. Essa febre, de acordo com o Imperador, estava causando *terror* entre a população e *afiligindo seu coração*, diante da catástrofe causada pela enfermidade. É possível perceber no discurso do Imperador as representações³ atribuídas ao fenômeno doença, neste

1 Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O trabalho é resultado das pesquisas desenvolvidas na Iniciação Científica, na vigência 2015-2016, sob a orientação da Prof.^a Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.

2 Professora do Departamento de História – PPGH/UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

3 Tornada categoria de importância para a História Cultural, as representações “à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confron-

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano caso, a febre amarela. No discurso, a doença é responsável por gerar um sentimento de medo e terror na população.

É por medo do desconhecido, que as sociedades tendem a criar para si representações e saberes a fim de nomear aquilo que ainda não se conhece. Ao longo da história as doenças foram dotadas de representações e, por vezes, foram vistas como forma de castigo. Na modernidade, a doença passa a ser atrelada não somente à divindade, mas aos comportamentos de aspecto moral e de higiene e o discurso de combate acaba por adquirir um caráter higienista e civilizador⁴. Observamos nas nossas pesquisas que esse aspecto está presente na Parahyba, pois encontramos na documentação vestígios de mudanças que regularizaram o espaço público, como as leis estabelecidas pelo Governo Provincial. Os habitantes que não agissem de acordo com o que era descrito nos Códigos de Postura⁵, sofreriam sanções punitivas. Essas medidas tornavam a população refém do projeto higienista presente na Parahyba Oitocentista.

O presente capítulo tem por objetivo analisar as representações da febre amarela no jornal o Governista Parahybano, observando como se deu as mudanças e/ou permanências na reorganização dos espaços,

tados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1988, p.19). O conceito de representação abarca uma realidade paralela a do indivíduo, fazendo com que os homens vivam guiados por ela, conferindo sentido ao mundo e permitindo que se perceba a realidade através dela. As representações “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (PE-SAVENTO, 2003, p. 39).

4 Segundo Martha Abreu. “A expressão civilização foi, certamente, uma das mais utilizadas pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas do Brasil imperial. Como se comentava à época, o país precisava avançar na civilização, aproximar-se das nações civilizadas europeias, implementar medidas civilizadoras. Nos dicionários de época, civilidade significava ‘cortesia’, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo que se opunha à rusticidade grosseira dos setores sociais mais baixos.” (ABREU, 2002, p. 141-143).

5 Os Códigos de Postura foram um compilado de regras/sanções, criados com o objetivo de dar suporte à fala dos médicos que declaravam o estado insalubre da Capital, bem como de controlar o comportamento da sociedade provincial.

e fizeram com que as autoridades adotassem medidas de prevenção e combate. Através da historiografia e da documentação consultada por nós, observamos que, na década de 1850, a febre amarela se fez presente em várias partes do Império.

Nos relatórios de presidente de província, é possível encontrar uma menção a chegada da febre amarela na Província da Parahyba, como consta no relatório do Presidente José Vicente de Amorim Bezerra, de 1850. Segundo Amorim Bezerra, pouco tempo depois após assumir a administração da província, “[...] foi ella acomettida do flagello da peste, desenvolvendo-se a febre amarella”. Ao continuar a descrever a chegada da epidemia, o presidente enfatiza que a moléstia havia causado estragos em outras e ceifado *preciozas vidas*. De acordo com Amorim Bezerra, as primeiras manifestações da febre amarela não tinham “hum character maligno como em outros lugares do Brazil, todavia fizerão bastantes victimas, o que mais sensível torna em huma Provincia de tão pequena população” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório 1850, p. 18-19).

Percebemos que havia uma circulação das notícias acerca da febre amarela grassando nas províncias. O jornal *Diario de Pernambuco* afirma que a “Parahyba continuava desassombrada de desordens e esperançosa de bom inverno; mas ainda não estava livre dos botes da febre amarella” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1850, N. 93).

Nas pesquisas nos jornais da Parahyba observamos que havia um espaço dedicado para informações sobre os eventos, considerados, de destaque que ocorreram em outras províncias. Além deste contato entre Províncias, também é possível pensar em um diálogo entre as autoridades locais e as autoridades nacionais, como bem evidencia o jornal *O Governista Parahybano*, com a fala do Imperador D. Pedro II. Neste sentido, corroboramos com Myraí Segal quando afirma que “não

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano se pode compreender a política imperial sem que se coloque em cena a atuação das elites políticas provinciais. Afinal, existia vida para além das circunscrições da Corte, localizada no Rio de Janeiro” (2017, p. 17). A corte agia em conjunto com as autoridades locais para legislar e, nesse período, higienizar a população tida como suja e enferma.

No discurso de D. Pedro II, busca-se evidenciar a dita preocupação do governo com os males que estavam sendo causados pela presença da febre amarela, uma doença epidêmica que assustava os poderes públicos e que fazia temer o avanço do “flagelo da peste”, devido aos possíveis agravamentos econômicos e sociais. Atrelado a esse contexto dos surtos epidêmicos, a exemplo também do cólera, que acometeu a Província em 1856, a historiografia nos mostra que, nesse período, a província passava por dificuldades econômicas, pois “viviam-se, talvez por conta de tudo isto, um clima de constante insatisfação social (...)” (AGRA DO Ó, 2005, p.19).

Assim como Agra do Ó (2005) apontou nas suas pesquisas acerca das dificuldades vivenciadas pela Província, anteriormente Diana Galiza (1979) mostrou que “a indústria açucareira na Parahyba, ao se iniciar a segunda metade do século XIX, estava imersa em um marasmo secular [...] a produção era pequena, seus custos elevados e o açúcar de qualidade inferior” (GALIZA, 1979, p. 30). Nesse contexto, as doenças epidêmicas acentuavam ainda mais os problemas sociais e econômicos, pois a província também precisava lidar com as secas periódicas que prejudicavam a agricultura e a agropecuária e as dificuldades no comércio do algodão.

Isto posto, torna-se perceptível o caráter sociocultural da doença, capaz de interferir na economia provincial, como demonstra Solange Rocha (2009), ao falar da dificuldade da Parahyba em adquirir escravizados negros, mostrando que:

Esses obstáculos tendiam a aumentar, em razão das questões financeiras dos senhores locais, que se tornaram mais difíceis a cada década, por conta de problemas das estiagens, **das epidemias** e da falta de infraestrutura e de recursos para alavancar a economia agrícola (ROCHA, 2009, p. 120. Grifos nossos.).

Esse tipo de situação citado por Rocha (2009) também eram retratada nos jornais que tinham espaços destinados a falar sobre o cotidiano da Parahyba ou, em alguns casos, com publicações do governo, a exemplo das Atas da Assembleia e/ou partes do Relatório do Presidente de Província, como era o caso do jornal *O Governista Parahybano*. Portanto, entendemos o papel do periódico como legitimador de um governo ao incorporar seus discursos, constituindo-se enquanto parte de uma cultura política da época.

O Governista Parahybano era publicado aos sábados, um jornal de cunho Conservador e explícita, em sua segunda edição, o apoio ao Presidente da Província, na época, o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra e ao Imperador D. Pedro II, pois relata que:

tal he o programma do actual Gabinete: tal he a **sabia e moralisadôra política**, e tolerancia proclamada por seus Honrados Membros: tal he a marcha do Governo, que tem seguido, e hade seguir o actual administrador da Provincia (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 18/05/1850, N. 02. Grifos nossos.).

A descrição da política enquanto “moralizadora” e “sábica”, por parte do jornal, reforça a ideia de legitimar um governo e as ações tomadas por ele, através dos periódicos. Não há, pois, como falar em atuação política no século XIX sem mencionar a Imprensa, pois a mesma era o principal veículo de notícias e propaganda política. Não conseguimos localizar a primeira edição do jornal, o que dificulta saber quem era o proprietário, pois as outras edições não nos revelam esse tipo de in-

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o *Governista Parahybano* formação, bem como a historiografia que trabalha com a história dos impressos na Parahyba (SOUZA, 2013; PEIXOTO, 2017).

É a partir da renovação de fontes, colocada em voga pela História Cultural, que o jornal passa a ser considerado como importante documento histórico, para nos auxiliar a descortinar o passado, analisá-lo e compreendê-lo. A imprensa do século XIX caracterizava-se por possuir “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público” (LUCA, 2005, p.133). Ao enxergar o jornal enquanto fonte, é necessário perceber que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.” (LUCA, 2005, p.139). Diante disso, o olhar do historiador precisa estar atento, pois desde as letras miúdas às grandes manchetes, há interesses políticos que regem tais escolhas e que visam atingir públicos específicos para atuarem na formação de uma opinião pública⁶.

Em 1850, *O Governista Parahybano* destaca os estragos trazidos pela epidemia da febre amarela. A doença pensada enquanto desequilíbrio e desarmonia, cercada de simbolismo e classificada como epidemia ou “peste”. A classificação de “peste” se dá por considerar uma doença epidêmica enquanto castigo ou punição, o que evidencia a criação de representações acerca da doença, atribuindo-a enquanto algo terrível e divino. Como destaca Diniz (2011), o status de “peste” atribui-se a

Toda doença muito temida, não só por ser fatal, mas também por transformar o corpo em algo repulsivo, foi promovida à condição

⁶ Para Marco Morel (2003), havia concepções distintas acerca do que seria a “opinião pública”. A primeira seria uma opinião baseada no intelecto, privada e crítica, fundada sobre a supremacia da razão. Outra, coletiva e normativa, identificada à vontade da maioria, tendo como fonte os cidadãos que se reuniam em assembleia para decidir acerca do bem comum. No entanto, como argumenta o autor, tal dualidade não consegue explicar a riqueza do conceito de opinião pública, que possui outros significados, variando suas formulações de acordo com o local ou época em que eram ditas.

de “peste”. O imaginário coletivo, desse modo, criou em torno da enfermidade um território fortemente simbólico (DINIZ, 2011, p. 25)

A concepção de punição divina está ligada a ideia de que o pecado era a principal causa do mal, afluindo o imaginário religioso da época. Chalhoub afirma que “na Assembleia provincial do Rio de Janeiro, um deputado dizia que a peste era castigo de Deus, ‘é castigo que talvez nós bem merecemos’” (CHALHOUB, 1996, p. 63). Diniz (2011) também contribui para nossa análise, pois aponta que:

As explicações médicas, procuravam se diferenciar das concepções religiosas e populares, reivindicando o seu estatuto de conhecimento empírico e racional. As concepções populares, por outro lado, procuravam reunir o máximo de causas possíveis para a ocorrência do mal, **enquanto o imaginário religioso recorria a ideia de que a doença era mandada por Deus para vingar-se de uma população pecadora** (DINIZ, 2011, p. 122. Grifos nossos.).

Já a doença ligada a concepção moral era associada com uma frouxidão moral e social. Relaciona-se então a doença aos “hábitos irregulares, ao descontrole emocional, à dissolução dos bons costumes e ao alcoolismo. O conceito de saúde termina sendo uma virtude e a doença uma depravação” (DINIZ, 2011, p. 128). Nesse sentido, a saúde estava ligada a obediência as regras sanitárias e de disciplinarização da sociedade.

Em sua fala, o Imperador garantia que o seu governo “tem empregado todos os meios ao seu alcance para acudir os enfermos necessitados” (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 25/05/1850, N. 03). O comportamento de trazer à memória da população seus feitos políticos e sociais, em prol do bem da sociedade, é considerado prática de uma cultura política vigente à época, que permite que o indivíduo se utilize

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano dessas ações para promover-se enquanto agente *solidário, prestativo e atento* às necessidades do povo governado. Percebemos nos discursos oficiais o governo se mostrando sempre solícito para atender as necessidades dos enfermos, pois o papel de solucionar essas questões estava ligado à administração da Província que, de acordo com a documentação, tinha como objetivo o combate às doenças e a conservação da salubridade pública.

Essa ideia de conservar a salubridade e saúde pública acabava por modificar costumes e hábitos culturais, causando alterações no comportamento da sociedade e reestruturando-a de acordo com o olhar hígido. Chalhoub (1996) afirma que o ministério do Império proibiu o calçamento das ruas, devido ao medo da liberação de partículas miasmáticas, bem como também proibiu os dobres de sinos ao anunciar o falecimento do indivíduo, para não preocupar a população. Diante de atitudes como estas, é necessário entender que:

a medicina social urbana, ao estender o seu olhar clínico para os segmentos sociais, irá percebê-los enquanto um organismo vivo, diagnosticando-o, identificando-o e catalogando as suas mazelas, as suas fraturas, as suas rachaduras, os seus problemas higiênicos. Nesses discursos, combinava-se a destruição dos hábitos e maneiras culturais vistos como ultrapassados e degenerativos da imagem de progresso e a pregação de práticas e condutas autorizadas pela estética vigente (BURITI, 2011, p.27).

Além de enfatizar a atuação do governo provincial, no que diz respeito ao combate de epidemias, os jornais noticiavam à população acerca da situação econômica da Parahyba, que estava afetada pelo *flagello da peste*. Para evitar que a epidemia se alastrasse para outras províncias vizinhas, negociações eram interrompidas e os portos eram fechados. Em seu relatório, o presidente José Amorim Bezerra anuncia a

chegada da febre, afirmando que os primeiros casos⁷ na Parahyba ocorreram nas tripulações dos navios estrangeiros, que aportavam no porto da capital. José Amorim Bezerra criou uma comissão, em conjunto com o subdelegado, o médico da capital e outras autoridades, com o objetivo de inspecionar as embarcações e armazéns no porto do Varadouro⁸. De acordo com Mariano e Mariano (2012), a comissão “se juntava à Inspectoria de Saúde dos Portos⁹, criada em 1828 para fiscalizar os navios provenientes de lugares onde havia o foco de doenças contagiosas” (2012, p. 8).

Com a situação piorando cada vez mais com o avanço da febre amarela, as autoridades públicas interromperam, por um período, as relações econômicas entre as províncias. De acordo com o jornal,

Ao provedor da saude, em resposta ao seu officio desta data que visto como o doente de bordo do navio inglez Naval por Smc. visitado, esta em convalesça das febres, **não havendo receio de contagio, pode ser admittido o dito brigue a livre pratica**, levantando-se a quarentena por Smc. imposta. **E como conste que a peste tem deminuido consideravelmente nas provincias de Pernambuco, e Bahia, convem que as embarcações dellas procedentes sejam aqui admittidas, uma vez que não tragão a seu bordo affectados das febres.** (O GOVERNISTA PARAHYBANO, N. 06, 15/06/1850, grifos nossos).

7 De acordo com Del Priore, “A primeira grande epidemia de febre amarela, transmitida por mosquitos, foi reintroduzida na capital do Império em 1849. Um navio americano chegara a Salvador, procedente de Nova Orleans e Havana, infectando os portos, e a febre se espalhou por todo litoral brasileiro” (DEL PRIORE, 2016, p. 446).

8 Não consta, em nossa documentação, o nome das autoridades, do subdelegado e do médico da capital.

9 Havia também a Inspetoria de Saúde Pública, criada em 1849, durante o governo de João Antonio de Vasconcelos. Cabia ao inspetor a “verificação das habitações insalubres, o exame das condições de higiene nos edificios públicos, a inspeção das boticas, casas de saúde, a fiscalização da vacinação, as desinfecções, dentre outras atribuições” (MARIANO, 2015, p. 87). A criação de uma Inspetoria, em 1849, para cuidar da insalubridade indica que já havia uma iniciativa, antes da presença das epidemias de 1850 e 1856, de dar visibilidade aos projetos higienistas. A presença das epidemias acentuou e agilizou tais demandas.

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

O jornal divulgou a notícia de que só seriam admitidas embarcações da Bahia e de Pernambuco, caso não houvesse nenhum doente de febre amarela, o que mostra a tentativa dos poderes públicos de controlar e evitar o caos gerado pela doença. Novamente, é necessário enfatizar a importância de considerar as doenças para além do seu campo biológico, pois a epidemia não afeta somente os indivíduos, mas as estruturas que compõem uma Província e até mesmo o Império, pois “a febre amarela causou embaraços constantes às atividades comerciais do país” (CHALHOUB, 1996, p. 61). Nessa relação entre epidemia e economia, percebemos que as doenças possuíam um carácter social e cultural, alcançando, de forma negativa, as relações comerciais do Império e das províncias que o compõem.

Ainda na edição de N.06, a mesma notícia nos chama a atenção quando fala a respeito do doente que, se estivesse livre do receio de contágio poderia ser readmitido, “levantando-se a quarentena por Smc. imposta” (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1850, p.4). Devido ao medo da transmissão da doença pelo ar infectado de miasmas, as autoridades postularam diversas formas de combate e “tratamento”¹⁰ para as epidemias. A quarentena foi uma medida de isolamento, segregação e controle dos doentes pelo poder público e só poderia ser adotada sob condições específicas, como um local para a instalação adequada desses doentes, ou seja, os lazaretos.

10 Utilizamos a palavra tratamento entre aspas pois se tratando de Lazaretos e quarentenas, acreditamos que estes locais “não passavam de simples depósitos de pessoas para ali encaminhadas com o intuito de se evitar que elas, uma vez sob suspeita de contaminação, transmitissem o mal para as pessoas receptíveis residentes nos centros urbanos mais densamente povoados” (DINIZ, 2011, p. 85)

COM TAES MEDIDAS SALVEI MUITAS VIDAS: A ATUAÇÃO DO GOVERNO PROVINCIAL NO COMBATE À EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA.

No relatório de 1850, o presidente José Amorim Bezerra deliberou acerca da construção de um Lazareto, em um lugar distante dos habitantes para que os afetados pela epidemia pudessem ser tratados, pois não deveria haver perigo de contágio e os doentes não deveriam entrar em contato com a população sadia. Seguindo as recomendações dos médicos para evitar o contágio, o Lazareto foi construído na Ilha do Tiriri, lugar considerado distante da cidade. Este espaço foi cedido pelo Coronel Joaquim Gomes da Silveira. A construção de Lazaretos estava intimamente ligada com a percepção de como a doença era propagada, se através de contágio ou de infecção. (CHALHOUB, 1996; DINIZ, 2011).

Sabemos, pois, que a febre amarela é uma doença infecciosa não contagiosa, que causa “periodicamente surtos isolados ou epidemias de maior ou menor impacto em saúde pública, sendo transmitida ao homem mediante a picada de insetos hematófagos da família *Culicidae*, em especial dos gêneros *Aedes* e *Haemagogus*” (VASCONCELOS, 2003, p. 275). O vírus responsável pela febre amarela pertence ao gênero *Flavivirus* da família *Flaviviridae*, o mesmo gênero e família de outros vírus responsáveis por doenças nos homens, entre eles a Dengue¹¹.

11 Em nossos dias, os “pequenos surtos de febre amarela silvestre apresentam repercussão. Mesmo dispondo-se de vacina eficaz que rapidamente pode bloquear ou interromper a transmissão, o medo leva a corrida aos postos de vacinação. A febre amarela, ao lado do cólera e da peste são as três doenças sujeitas ao Regulamento Sanitário Internacional. A notificação internacional é compulsória para que as medidas preventivas sejam adotadas pelos países vizinhos e para proteger os turistas estrangeiros e alertá-los sobre a necessidade de se vacinarem” (VASCONCELOS, 2003, p. 281).

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

Durante a segunda metade do século XIX, as discussões médicas giravam em torno da transmissão das doenças, se eram infecciosas ou contagiosas. Pois

essa polêmica sobre o caráter contagioso ou infeccioso de uma doença epidêmica não era do interesse apenas dos homens dedicados ao ‘progresso da ciência.’ Tinha implicações que extrapolavam os limites puramente acadêmicos, envolvendo interesses econômicos, sociais e políticos (DINIZ, 2011, p. 81).

Se a maneira de transmissão fosse por infecção, as formas corretas de combate não estariam ligadas a quarentenas, mas a medidas sanitárias para remover os focos de infecção e prevenir que o meio local fosse infectado. Para Diniz, “a tese da geração espontânea das epidemias, ou seja, a ideia de que elas eram resultantes de causas locais (naturais e/ou sociais) parecia dominar o imaginário médico na Europa e no Brasil” (DINIZ, 2011, p. 83). Caso a forma de transmissão fosse o contágio, as quarentenas e os lazaretos deveriam ser utilizados para isolar o doente e impossibilitá-lo de contagiar o resto da população, pois os contagionistas acreditavam que “a doença podia ser transmitida de pessoa a pessoa, ou diretamente, através do contato físico, ou indiretamente, através dos toques em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circuncidava” (CHALHOUB, 1996, p. 64).

Os embates entre os infeccionistas e os contagionistas a respeito da transmissão das epidemias tornavam-se cada vez mais profícuos. De um lado, os contagionistas que recomendavam “medidas como quarentenas para navios que chegavam ao porto e isolamento rigoroso dos doentes em hospitais estabelecidos em locais distantes do centro da cidade” (CHALHOUB, 1996, p. 65). Do outro, os infeccionistas que consideravam “tais providências ineficazes, e advogavam medidas mais

abrangentes para transformar as condições locais e impedir a produção das temidas ‘emanações miasmáticas’” (CHALHOUB, 1996, p. 65).

Em meio aos embates médicos, corroboramos com a tese de Chalhoub quando diz que “os paradigmas médicos se combinavam com frequência, de maneiras imprevisas e originais, quando os esculápios do século XIX discutiam a etiologia e as formas de transmissão de moléstias como a cólera e a febre amarela” (CHALHOUB, 1996, p. 65). Na Parahyba, através da documentação pesquisada, percebemos que é possível notar a combinação de tais paradigmas no momento de combate à epidemia, devido às medidas tomadas por parte das autoridades. A construção do Lazareto, citada nos parágrafos acima, evidencia a perspectiva contagionista presente na província e as decisões a respeito da alteração/modificação de ambientes para evitar a propagação de miasmas evidenciam a ideia de infecção da doença.

Arelado à construção do Lazareto, para o isolamento dos doentes, o presidente Amorim Bezerra exigiu que “fôssem vedadas as sepulturas nas Igrejas [...] fiz cessar a multiplicidade dos dobres de sinos, que, como não ignoraes, muito constangem hum enfermo no leito de dôr” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório 1850, p. 19). A alteração do ambiente para evitar a propagação de miasmas é uma atitude recorrente tomada pelas autoridades com o intuito de combater o alastramento da doença. O medo, portanto, tornaria o indivíduo mais propenso a adoecer, por isso seria necessário eliminar aquilo que o despertasse. Devido a isso, alterações culturais seriam feitas em nome da higiene e salubridade para garantir que a população não mais fosse atingida pela epidemia. Ainda de acordo com o presidente, a população não se agradava de tais

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano medidas impostas, pois às suas imposições levantam-se *enraizados preconceitos*¹².

Além das medidas para prevenir o alastramento da doença, o governo provincial também enviou médicos e medicamentos para combater a febre amarela em várias localidades da província, bem como para tratar os enfermos. Tais medidas emergenciais, tomadas pelo governo provincial da época, foram amplamente divulgadas nos jornais. Essa “ajuda” do governo virou notícia constante nas páginas dos jornais, como uma forma de explicitar as providências tomadas pelo presidente, visto que a imprensa atuava como legitimadora e apoiadora partidária. Na edição de N. 05, podemos ver que

Ao subdelegado da villa d'Alhandra, em resposta ao seu officio de 29 do corrente que sendo o seu objecto tomado na devida consideração, a Presidencia faz seguir para aquella Villa o Dr. em medicina **Henry Krause** a fim de **socorrer aos infelices** que necessitarem de seus auxílios, por se acharem **affectedos das febres reinantes**; (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 08/06/1850, N. 05 Grifos nossos).

Como uma forma de tranquilizar a população, diante do caos gerado pela febre amarela, o Dr. Henry Krause foi enviado para socorrer os enfermos da vila de Alhandra. De acordo com Castro (1945), o médico Henry Krause foi um dos primeiros médicos a clinicar/atender pacientes na Parahyba. De origem dinamarquesa, o médico manteve um hospital intitulado *Hospital Dr. Krause*. O Hospital estava localizado as margens do Rio Sanhauá e destinava-se, principalmente, ao “tratamento das tripulações dos navios estrangeiros, fundeados no Porto de

¹² Neste mesmo Relatório, encontra-se a descrição de uma outra situação de conflito entre a população e as autoridades, devido a cinco mil arrobas de carne terem sido lançados ao mar por serem consideradas impróprias ao consumo. Para detalhes do episódio, ver Mariano e Mariano (2012).

Cabedelo, principalmente os pacientes portadores de Febre Amarela” (MEDEIROS & LUCAS, 2014, p. 30)¹³.

E a febre continuava grassando pelo interior da província. Dessa vez a moléstia atingiu, em julho de 1850, a vila de Mamanguape e Baía de Traição.

Ao inspector interino da thesouraria de fazenda que tendo a Presidencia em beneficio da classe miseravel da villa de **Mamanguape**, e **Bahia da Traição** atacada das **febres reinantes** auctorisado ao **cirurgião Antonio de Souza Nunes Pinto** a **receitar**, e **curar** por conta do Governo os affectados da epidimia. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 27/07/1850, N. 12. Grifos nossos).

Ao longo das edições do jornal, percebemos as notícias acerca da presença das *febres reinantes* nas vilas, bem como também o envio de medicamentos e médicos para cuidar dos *affectados*.¹⁴ Destacamos a presença recorrente de expressões que enfatizam as providências tomadas pelo presidente, como o envio de médicos e remédios, como uma maneira de colocar-se enquanto solícito as necessidades da população tida como desvalida e enferma. É válido frisar que este comportamento se constitui enquanto parte da prática de uma cultura política¹⁵ em

13 O médico residiu na Parahyba entre 1856 e 1864, retirando-se para Recife, já durante a velhice. Para Castro, o médico Krause era “homem de cultura e de grande atividade profissional” (CASTRO, 1945, p. 42).

14 Em nossas fontes e referências bibliográficas, não encontramos informações a respeito do cirurgião Antonio de Souza Nunes Pinto, não sabemos sobre a sua formação ou atuação. Em nossa análise, o nome do cirurgião aparece nesse documento, sem ser citado em relatórios de presidente de Província ou em outras edições do jornal. Desta forma, as lacunas historiográficas existentes em nosso trabalho permanecem abertas para serem preenchidas, ou não, em um futuro próximo.

15 A necessidade de responder as questões da sociedade relacionadas ao fenômeno político de forma “mais satisfatória” dá origem ao conceito de culturas políticas (BERSTEIN, 1998, p. 349). Nessa perspectiva, inclui-se o campo cultural nas análises, visto que “o cultural prepara o terreno do político” (BERSTEIN, 1998, p. 357). Dessa forma, podemos definir cultura política como “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 31). Ao ampliar a noção da política, torna-se possível englobar

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o *Governista Parahybano* voga na Parahyba do século XIX. Os comportamentos das autoridades podem ser entendidos através deste conceito, que designa “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente compartilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 2000, p. 306). Neste caso, a unidade social são as autoridades que se utilizam de questões sociais transformando-as em fenômenos políticos, neste caso, a epidemia de febre amarela. Ou seja, os comportamentos observados através da documentação, nos mostram, de acordo com os discursos, como os governantes se apropriam dos fenômenos sociais para destacar-se enquanto benfeitor e também para mostrar-se como pessoas sempre diligentes e preparadas para socorrer e atender aos pedidos da população.

Em algumas edições do *Governista Parahybano*, como as de N. 27 e 34, percebemos os caminhos percorridos pela epidemia, são notícias recorrentes acerca do envio de pessoas para tratar de enfermos em localidades específicas. O farmacêutico Antonio Thomaz Carneiro da Cunha tem a função de mandar preparar “uma ambulancia para ser enviada a villa do Pilar, a fim de acudir a peste das febres, que ainda ali reina, e vae victimando” (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1850, N. 27). Também ressalta-se que há “ambulancia a ser enviada a villa de Cabbadeiras, aonde as febres tem feito muitas victimas” (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1850, N. 34). Já em outra localidade, aponta-se o “envio do pharmaceutico Antonio Thomaz Carneiro da Cunha, para que aprompte uma ambulancia que deve seguir para a villa de Independen-

outros objetos que devem ser analisados levando em conta o campo cultural. Reconhecemos as limitações e as devidas proporções, visto que não se pode e não se deve aplicá-lo de qualquer forma e em qualquer espaço. Isto posto, o mencionaremos enquanto práticas de uma cultura política, visto que ressaltaremos apenas aspectos comportamentais, pois não nos cabe, neste trabalho, analisar a conjuntura política da época e definir qual ou quais cultura(s) política(s) vigente(s). Portanto, quando nos referirmos ao comportamento das autoridades, utilizaremos a palavra prática para indicar tais limitações.

cia, aonde grassa a febre amarela, fazendo estragos” (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1850, N. 33).

Carneiro da Cunha possuía uma botica e “sempre teve um anúncio aristocrático, encimado com as armas do Império” (1945, p. 210)¹⁶. Notamos que em algumas notícias acerca do envio de medicamentos e socorros, aparecem os termos “boticário” ou “pharmaceutico”, Wuen-disy Fortunato afirma que “o ofício de boticário parece anteceder, ao que tudo indica, o próprio surgimento da figura do farmacêutico” (FORTUNATO, 2017, p. 21)¹⁷.

No mesmo jornal, após ser noticiado à febre amarela chegando a algumas localidades do interior, encontra-se uma solicitação de medidas de combate e divulgação de algumas medidas preventivas contra a doença. Nesse sentido, o governo provincial atuava em conjunto com alguns médicos, como o já citado Dr. Henrique Krause, para divulgar o que estava sendo feito em prol da higienização e salubridade pública da cidade da Parahyba. Para Oscar de Castro (1945), o Dr. Krause destaca-se por conta de sua atuação durante a segunda epidemia do cólera, em 1862, em que prestou “os mais relevantes serviços” (1945, p. 42). No entanto, de acordo com os jornais, o médico dinamarquês também contribuiu para fazer cessar a epidemia de febre amarela, através de seus atendimentos aos enfermos e medidas profiláticas divulgadas nos jornais.

16 Castro (1945) traz o anúncio de um boticário que chega a cidade da Parahyba em 1856, Antonio Tomaz Carneiro da Cunha Junior, que é farmacêutico pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Não sabemos maiores informações acerca dele, bem como também desconhecemos seu parentesco/ligação com o Antonio Tomaz Carneiro da Cunha, conhecido como Antonio Tomaz Carneiro da Cunha, o Velho. Torna-se possível, no entanto, a hipótese de que Antonio Tomaz Carneiro da Cunha Junior seria filho de Antonio Tomaz Carneiro da Cunha, o Velho.

17 Para aprofundar a discussão acerca dos boticários, farmacêuticos, benzedeiros e outros práticos, ver Figueiredo (2008) e Fortunato (2017).

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

Em outro momento percebemos a solicitação, por parte do governo, de medidas mais eficazes para evitar o alastramento do *pernicioso flagello*.

Ao Dr. em medicina Henrique Krausse, que havendo receios de que possa manifestar-se na corte a epidemia da febre amarela, segundo communicou o governo imperial em aviso de 13 do corrente, recommendando o emprego de **providencias adequadas, a prevenir a introdução do mal na provincia**, no caso de realizar-se os receios; convinha, a bem da humanidade que S.S. **examinando as cauzas que possão concorrer para o aparecimento de semelhante flagello**, informe se poderá elle manifestar-se nesta mesma provincia, e no caso afirmativo, é de toda conveniência que S.S. indique as medidas que julga proficuas a prevenir a introdução de tão pernicioso flagello. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, N. 41, 15/02/1851. Grifos nossos).

Havia uma preocupação tanto do governo, imperial e provincial, para que a febre amarela não se alastrasse pelas províncias.

Percebemos que “em momentos de crise, como no caso de uma epidemia, podemos observar normas de natureza higiênica circulando de forma mais incisiva na Parahyba do Norte, bem como, a absorção desse discurso pelas elites políticas que atuaram nesse contexto” (MARIANO, 2015, p. 99). Nota-se que a medicina e o Estado incorporavam um discurso higienizador e disciplinador, ligado a noção de modernidade e civilidade. Depositava-se, então, nas mãos da medicina e do médico que a representava, a confiança de que as medidas por ela divulgadas seriam suficientes para que o *flagello* não perturbasse a paz pública.

O papel da imprensa ao atuar de forma conjunta com o governo provincial é o de legitimação do discurso oficial, divulgando entre a população os atos “heroicos” do Presidente de Província, a exemplo das medidas de combate à doença. Em contexto epidêmico ou em épocas

em que a província fosse assolada de forma constante por alguma doença, os Presidentes, em seus relatórios ou em jornais partidários, sendo este o caso do jornal *O Governista Parahybano*, costumavam incorporar um discurso de heroísmo. Pois, como afirma Rodrigo Motta,

os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir (MOTTA, 2009, p.24).

A partir da citação, torna-se claro o discurso do jornal ao evidenciar e divulgar as medidas de tratamento tomadas pelo governo provincial, com o envio de médicos, remédios e ambulâncias para as localidades atingidas pela febre amarela. Novamente destacamos o papel não-isento do jornal, e devido a isso, o historiador precisa estar atento ao que se torna notícia e é digno de ser veiculado. Na citação abaixo, torna-se perceptível o caráter de “herói” atribuído ao Presidente da província, por parte do periódico de N. 21. De acordo com o jornal,

o Exm. Sr. Coronel Amorim Beserra mostra-se fiel ao prospecto que um jornal publicou em maio proximo passado. **Imparcial, justiceiro, activo acima de toda expressão**, elle parece **multiplicar-se para promover o bem da provincia** que administra, na qual o seu nome ha de ser eternamente abençoado. Ja pelas **sabias medidas que tomou**, quando a cruel febre lá appareceu, **elle salvou immensas vidas, e expoz a sua**, tanto assim que foi attacado elle mesmo; mas a Providencia o conservou. Agora vemos pela multiplicidade de ordens, de avisos que são publicados, **quanto se mostra sollicito**. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 28/09/1850, N. 21. Grifos nossos).

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

O jornal atua como representante dos discursos do presidente José Amorim ao elegê-lo como um “benfeitor”, um homem “imparcial, justiceiro, ativo” que realizou tudo que estava ao seu alcance para promover o “bem da província”, tanto que parece “multiplicar-se” para atender a todas as demandas. O jornal se utiliza da representação da doença, a febre amarela, para mostrar o ato “heroico” de Amorim Bezerra, que mesmo acometido pela doença, lutou para combater essa “peste reinante”.

Portanto, o que se observa no discurso do jornal é que promover o bem da província significava combater as doenças que a assolavam. A doença é utilizada como instrumento político de afirmação de um governo e da comprovação de sua atuação política. Pois, de acordo com o discurso jornalístico, foram as “sabias medidas” tomadas pelo presidente da província que poupou a vida de inúmeras pessoas atacadas pela febre amarela. Deste modo,

é importante ressaltar que muitas medidas propagadas pela imprensa oficial, como o compromisso do governo para com a população, denotam estratégias de segregação e disciplinarização, visto que, diante de uma conjuntura de crise, a população deveria ser policiada e esse controle social era fundamental, dentro das medidas político-administrativas, para o bom funcionamento e segurança da sociedade (MARIANO & MARIANO, 2012, p. 19-20).

Diante de uma conjuntura difícil, em que os aspectos econômicos e sociais passavam por fases de crises, os discursos acerca das epidemias são apropriados pelos presidentes de província como forma de legitimar sua atuação, transformar o social e disciplinar a população, tida como suja, ignorante e distante da civilidade. Para isso, os personagens se utilizam de estratégias políticas, incorporando um discurso e o propagando através de veículos de informação, como a imprensa.

Observamos, através da documentação apresentada neste capítulo, a representação e os discursos acerca da febre amarela, e o uso político que os governantes faziam das epidemias que acometiam a província como estratégia de uma cultura política. Observamos, ainda, as doenças enquanto reorganizadoras do meio social em que se manifestam, afetando as relações econômicas, culturais e sociais da Parahyba, causando confusão e mudanças que alteram o cotidiano da população. E o jornal *O Governista Parahybano* ilustra como esse discurso era propalado e o seu objetivo que, neste caso, seria exaltar a pessoa e os atos do presidente José Amorim Bezerra e colocá-lo diante da população enquanto herói que se sacrificava pelo povo.

REFERÊNCIAS

FONTES

Jornais

O Governista Parahybano, ano 1, N. 02. Parahyba do Norte, 18 de maio de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 1, N. 03. Parahyba do Norte, 25 de maio de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 1, N. 05. Parahyba do Norte, 8 de junho de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 1, N. 06. Parahyba do Norte, 15 de junho de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

O Governista Parahybano, ano 1, N. 12. Parahyba do Norte, 20 de julho de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 1, N. 21. Parahyba do Norte, 28 de setembro de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 1, N. 27. Parahyba do Norte, 09 de novembro de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 1, N. 33. Parahyba do Norte, 21 de dezembro de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 1, N. 34. Parahyba do Norte, 28 de dezembro de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

Diario de Pernambuco, ano 26, N. 70. Pernambuco, 27 de março de 1850. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

O Governista Parahybano, ano 2, N. 41. Parahyba do Norte, 15 de fevereiro de 1851. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de abril de 2018.

Relatórios

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850. Acesso em 20 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>.

Exposição pelo excellentissimo Sr. Dr. João Antonio Vasconcellos, presidente da Provincia da Parahyba do Norte apresentada coronel José Vicenete de Amorim Bezerra, no acto de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 23 de janeiro de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850. Acesso em 20 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 141-143.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. 1ª ed. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p. 349-363.

_____, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília & ROLLEMBERG, Denise & KNAUSS Paulo & BICALHO, Maria Fernanda Baptista & QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura política, memória e historiografia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BURITI, Iranilson. Leituras do sensível: instrução moral e práticas médico-educativas no Segundo Império. In: CURY, Cláudia Engler & ROCHA, Solange Pereira da (Orgs.). **Culturas e sociabilidades no Oitocentos**: possibilidades de pesquisa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 27-45.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro das sombras**: a política imperial. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [1996].

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantes de sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**, vol. 2 – Império. São Paulo: LeYa, 2016, p. 435-453.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicina e curandeirismo no Brasil**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A Arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

FORTUNATO, Wuendisy. **Entre a cura, o poder e a doença**: medicina e epidemias na Paraíba Imperial (1850-1862). Monografia (Licenciatura em História). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

GALIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPb, 1979.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org^a). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa: Ideia, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro & MARIANO, Nayana R. C.. **O medo anunciado**: a febre amarela e o cólera na Província da Paraíba (1850-1860). Revista Fênix. João Pessoa, ano IX, v. 9, p. 1-20, 2012. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MA-

RIANO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2018.

MEDEIROS, José Eymard M. de.; LUCAS, José Morais. **Dicionário biográfico dos médicos paraibanos**. João Pessoa: Grafique, 2014.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

Ó, Alarcon Agra do. Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: Ó, Alarcon Agra do et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. 2ª. Ed. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 11-45.

PEIXOTO, Thayná. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na cidade da Parahyba (1848-1866)**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora Ltda, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 77-153.

SANI, Giacomo. **Cultura Política**. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5ª ed. Brasília: UnB, 2000, p. 306-308.

SEGAL, Myraí de Araújo. **Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. Dissertação (Mestrado em História) - João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

O FLAGELLO DA PESTE:

as notícias sobre a febre amarela no jornal o Governista Parahybano

SOUZA, Thiago Oliveira de. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: cultura educacional e culturas políticas nos anos de 1880**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

VASCONCELOS, Pedro Fernando da Costa. **Febre Amarela**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. v. 36, n. 2, p. 275-293, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v36n2/a12v36n2>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA: disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos¹

Wuendisy Fortunato da Silva²

Longe de todos os recursos, muito devêrão os habitantes d'aquelles lugares ao zêlo do Cidadão Bernardo Luiz Ferreira Cezar Loureiro, **que com alguns conhecimentos praticos foi não só o medico de quasi todos, como o animo da pobreza.**³

Falar das artes de curar no Brasil do século XIX e especificamente na Paraíba do mesmo período, certamente nos remete a mencionar os seus variados exercícios ao longo do tempo, cuja tradição, em voga desde o período colonial são, sem dúvida, frutos de experiências múltiplas circunscritas que conseguiram sobreviver até os dias de hoje. Seus agentes, especialistas por ofício, disputaram espaços de atuação, projeção e ressignificação de suas práticas uns entre os outros, nos fazendo

1 Uma versão preliminar deste texto foi publicada nos anais do XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB, sediado na Universidade Federal da Paraíba no ano de 2018.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO). Bolsista CAPES.

3 Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da província, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856. P.21. Grifos meus.

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos perceber uma verdadeira complexidade de relações sociais, políticas e comerciais.

A epígrafe acima, referente ao cenário deletério da epidemia de cólera que assolou a província da Paraíba no ano de 1856, nos mostra momentos propícios para o surgimento de situações em que os chamados “práticos” possivelmente entrariam em ação e apareceriam mais veementemente em fontes históricas de cunho oficial. O termo abarca em si uma variedade de curadores dos mais distintos ofícios, dos quais podemos mencionar curandeiros, barbeiros sangradores, boticários, feiticeiros, conhecedores de plantas e raízes, sacerdotes, parteiras, e até mesmo médicos licenciados. Também viria acompanhado aos práticos, já no século XIX, o estigma resultante do discurso médico em ascensão, cujos caminhos teriam por intuito colocar a medicina acadêmica num patamar de prestígio e preferência terapêutica acima da dos práticos, tornando-a a arte de curar por excelência. Neste universo, a primeira das distinções sociais entre práticos e médicos seria a ausência de formação acadêmica “apropriada” para os primeiros, e em casos mais extremos, a criação das licenças de atuação que tornaria legal as práticas de curas alternativas à medicina oficial.

Em meio a este incipiente universo de restrições, a licença médica talvez fosse a mais ineficaz das soluções, uma vez que durante a primeira metade do século XIX, ela teria sortido pouco efeito em termos de enquadramento das profissões, não conseguindo inibir ou impedir a atuação de alguns práticos que não a possuísem. Segundo Tânia Salgado Pimenta, dentro da legalidade, só poderiam exercer as artes e ofícios de curar os práticos que possuísem as famosas “cartas de licença”, cuja prova passaria pelo crivo, desde fins do século XVIII e início do XIX, da antiga Real Junta do Protomedicado, órgão que fora criado por D.

Maria I em 1782 e que acaba sendo substituído em 1808 pela Fisicatura até o ano de 1828, quando, após isso, as práticas de cura passam a ser fiscalizadas pelas Câmaras Municipais locais (PIMENTA, 2003, p.307).

Na Paraíba das décadas de 1850-60, alguns dos referidos práticos exerciam seus ofícios em locais propícios, a exemplo barbearias ou boticas, como no seguinte caso do barbeiro Antonio Luiz Leite, cuja barbearia aparecia constantemente nos anúncios do jornal *O Imparcial*⁴ em meados de 1861:

Na barbearia de Antonio Luiz Leite na rua Nova n. 37 achão-se as melhores **sanguisugas bamburguezas** vindas ultimamente de Pernambuco para alugar-se e vender-se incumbindo-se o mesmo annunciante de applical-as: tudo por commenor preço. (O IMPARCIAL, sexta-feira, 22 de Fevereiro de 1861, N. 66. p. 4. Grifos meus).

Os jornais no século XIX serviam como um espaço paradoxal na divulgação do ofício dos práticos, uma vez que, dependendo de suas alianças e tendências políticas, anunciariam os serviços de barbeiros e boticários ao mesmo tempo em que destinariam a esses agentes duras críticas embasadas no discurso médico, que geralmente vinham acompanhadas de uma necessidade forçada de convencimento à população de que seria, indiscutivelmente, nocivo à saúde submeter-se aos tratamentos alternativos aos da medicina acadêmica e científica, sem que houvesse ao menos uma indicação prévia de natureza médica.

No caso dos barbeiros, o ofício alternava entre variadas funções. Seriam eles os responsáveis, segundo Figueiredo, por atuar em atividades divididas em três áreas: “o fazer as barbas e cortar os cabelos; o

⁴ O jornal *O Imparcial* circulava como jornal Político, Literário e Noticioso, com uma publicação bissemanal. Typ. J. R. da Costa. Não foi possível encontrar menções a respeito do seu ano de fundação.

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos barbeiro de lanceta ou sangrador, e o barbeiro de espadas” (FIGUEIREDO, 2008, p. 114). Nessas variações de ofício, o barbeiro de lanceta ou sangrador atuaria operando o corte da pele para a realização de sangrias, aplicando ventosas, tratando dos dentes, bem como aplicando sanguessugas que também recebiam a denominação de “bichas” e geralmente apareciam de forma mais enfática nos anúncios de jornais, sempre acompanhadas da hipotética excelência de serem sanguessugas estrangeiras ou de locais distintos e refinados, como no caso das “*sanguessugas bamburguezas*” do anúncio acima. Práticas terapêuticas que exigiam um nível de risco maior como a já mencionada sangria, muitas vezes recebiam dos médicos uma prévia indicação. No caso do barbeiro de espadas, a função seria amolar lâminas tanto para si ou para outro tipo de clientela, a exemplo de açougueiros. Esta última foi, sem dúvida, uma função que acabou por se perder no tempo.

Outro ponto importante a respeito desta categoria, é que o exercício de sua função antecede, segundo Figueiredo, ao ofício de cirurgião (2008, p.116). Eram geralmente pessoas escravizadas ou libertas e que carregavam consigo o estigma de serem os menos hostis em termos de concorrência, muito embora desfrutassem junto à população de amplo prestígio e confiança. Nesse sentido, concordo parcialmente com Betânia Gonçalves Figueiredo quando menciona, dentre outras coisas, a formação de uma “escala social das profissões” em que “os médicos encabeçam a lista e, à distância, por exercerem atividades consideradas de outra natureza, seguiam os cirurgiões e, por último, os barbeiros” (FIGUEIREDO, 2008, p. 117).

É conveniente considerar que, se de fato a referida hierarquia da cura seja válida para o século XIX, a percebo não como um dado natural em termos de distinção dos ofícios, dentre os quais uns seriam

inferiores a outros, mas sim como uma construção hierárquica e discursiva encabeçada pela própria estratégia de poder de uma medicina que se encontrava em pleno processo de ascensão no assinalado período. Afinal, dependendo de determinadas circunstâncias, a exemplo do próprio fator epidêmico, seria a medicina a responsável por se aproximar de forma nada sutil dos conhecimentos de cunho tradicional exercidos em larga medida pelos práticos, ou em outros casos, de até mesmo manter uma relação mútua de comum ajuda com os agentes da cura que corriqueiramente reprimia, a exemplo das técnicas de sangria que, em últimos casos, era geralmente recomendada pelo médico que se fizesse, em prioridade, com algum habilidoso barbeiro sangrador.

Na Paraíba da década de 1850, os práticos parecem ter assumido papéis contrários aos discursos de uma bibliografia generalista que os colocam na base da pirâmide hierárquica do prestígio. Vejamos o caso de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha, boticário na Cidade da Parahyba, cujo prestígio no trato da epidemia de febre amarela que acometeu a província em 1850, parece ter ido além das esferas populares e menos abastadas. Na conclusão do expediente do dia 26 de Abril de 1850, o jornal partidário ao governo provincial, *O Governista Parahybano*⁵, nos traz a seguinte menção:

Ao boticário Antonio Thomaz Carneiro da Cunha, encarregando-o de apromptar um ambulância com os medicamentos, e declarações constantes da relação inclusa assignada pelo cirurgião-mor da província, participando quando estiver prompta para ser recebida e ter destino, conservando Smc. a relação para

⁵ O jornal *O Governista Parahybano* circulou no ano de 1850 como um periódico político-partidário ao governo provincial e literário. Não foi possível identificar o proprietário/redator ou editor por conta da inexistência dessas informações no próprio jornal. Pesquisamos em outros trabalhos que utilizam o periódico e nenhum deles trouxe essa informação.

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:
disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos
outra precisão. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 18 de Maio
de 1850, N. 2, p. 2. Grifos meus).

Mais uma vez, reitero a importância de se perceber as circunstâncias do momento que, possivelmente, possibilitaram a projeção social de determinados práticos. No caso acima, o fator doença sobressai-se em relação à necessidade criada pela própria medicina de fazer valer os seus métodos profiláticos e terapêuticos. Nesse sentido, talvez fossem os boticários a categoria de práticos que mais usufruísse de prestígio e popularidade em praticamente todos os setores da sociedade, sendo considerados curadores exímios.

O ofício de boticário parece anteceder, ao que tudo indica, o próprio surgimento da figura do farmacêutico. Eram eles os responsáveis pelas manipulações de fórmulas, emplastros e remédios de variadas naturezas. Seus famosos estabelecimentos – as boticas – eram espaços propícios não somente para a venda e comercialização de remédios, mas também serviam como âmbito de negociações, encontros e socializações, sendo o lugar oportuno para a formação de redes de sociabilidade. No caso de Antônio Thomaz Carneiro da Cunha, infelizmente não foi possível rastrear boticas ou farmácias que eventualmente pudessem ser de sua posse, mas consegue-se constatar algo em especial bastante curioso: uma alternância de títulos que não me parece irrelevante, como é possível notar na seguinte menção feita ao boticário que, dessa vez, aparece sob a denominação de “pharmacêutico”:

A thesouraria da fazenda, mandando pagar **ao pharmaceutico Antonio Thomaz Carneiro da Cunha** 22\$960 rs. de uma ambulância, que se mandou preparar para occorrer aos empestados das febres fora da capital. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 18 de Maio de 1850, N. 2, p.3. Grifos meus).

Esta citação, se intercruzada com a anterior, me sugere propor uma problemática que vai além da análise do prestígio que teria Antonio Thomaz Carneiro da Cunha junto ao governo provincial. Por que, vez por outra, ele aparece sendo citado como “boticário” ou “pharmacêutico” de forma isolada? Para responder esta questão, é importante tocar no ponto que distingue ambos os ofícios. Segundo Betânia Gonçalves Figueiredo (2008), ainda não existiam no século XIX, cursos acadêmicos que formassem boticários, o que me permite pressupor que, sem tal aval acadêmico, o seu prestígio junto ao governo poderia ser inferior ao de um farmacêutico, afinal, desde 1839, as faculdades de farmácia de Ouro Preto, Rio de Janeiro e Salvador (Bahia), promoviam “regulamentos que passavam a exigir de todo o farmacêutico, no exercício de sua profissão, o respectivo diploma devidamente referendado” (FIGUEIREDO, 2008, p.164).

Embora ambas as profissões se caracterizassem pela criação e manipulação de fórmulas, remédios e xaropes, eram os boticários e farmacêuticos indispensáveis no século em questão, pois, em alguns casos, eram eles que atuavam na cura e auxiliavam a população no trato de seus doentes. Seus preparados, muitas vezes diversos e oriundos de uma tradição de longa data, desfrutavam de ampla popularidade e acabaram por servir – assim como outros métodos de tratamento ligados a outros ofícios da cura –, de mecanismo de reformulação para construção do próprio método terapêutico da medicina, que passava a incorporar terapêuticas populares às de natureza alopática.

No universo das práticas de cura na Paraíba da gênese da segunda metade do século XIX, as variadas formas de combate às doenças ou complicações de saúde, parecem ter convergido para a construção de uma terapêutica médica cada vez mais flexível em termos de tra-

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentismo, que trazia para o seio de sua suposta eficácia, métodos que em larga medida já eram exercidos de forma tradicional pelos práticos. Nesse sentido, me parece oportuno reiterar que dentro de uma *História da Cura*⁶ relativa à Paraíba do referido período, seria a medicina não uma arte de curar superior às demais, mas sim uma prática de cura estratégica em autopromoções no interior de seu próprio discurso de legitimação.

A partir da variedade de curadores que atuavam na Paraíba da década de 1850, é possível perceber a notável presença de uma categoria de prático nada casual: os sacerdotes. O ofício destes curadores aparentava alternar dependendo da ordem religiosa a qual estes agentes eram pertencentes. No caso da Paraíba e em meio às circunstâncias da epidemia de cólera que assolou a província no assinalado período, eram os sacerdotes, em alguns casos, os responsáveis por tratar dos afetados da doença na ausência de médicos, como é possível notar no seguinte trecho:

Se lhes faltou porém Medico, não lhes faltarão Sacerdotes, fornecidos pelos conventos do Carmo e S. Francisco, merecendo que aqui o mencione o digno Prior do Carmo, que só deixou o Cabedêllo, quando não havia mais receio de cholera[...] (FALA, Parahyba do norte, 1856, p.22, Grifos meus).

Citações como estas, nos mostram o quanto os exercícios das práticas de cura dependiam, em alguns casos, das circunstâncias do momento, chegando até a ultrapassar limites estabelecidos por leis eclesiásticas no caso dos sacerdotes. Afinal, de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, documento oficial que

⁶ Cunhado pela historiadora Nikelen Acosta Witter, o termo “História da Cura” se “dirige a todas as formas pelas quais os homens pensaram e combateram a doença através do tempo. Fosse pela religião, pelos tratamentos caseiros, pelo empirismo ou pela medicina” (WITTER, 2001, p.19).

conduzia as regras da Igreja durante grande parte do século XVIII e XIX, era vedado ou estritamente proibido aos sacerdotes, ou quaisquer clérigos de ordens sacras, exercitarem o ofício de médico, cirurgião ou sangradores, ou seja, atuar na cura de forma prática e material:

Conformando-nos com a disposição de direito Canonico, sob pena de excommunhão, e de vinte cruzados pagos do aljube, mandamos, que nem-um Clerigo de Ordens Sacras de nosso Arcebispado exercite officio de Medico, ou Cirurgião, nem sangre, nem corte, ou mande cortar membro, ou parte delle com ferro, ou fogo. Porém nestas penas não incorrerá o que aconselhar alguns remédios, ou medicinas, de que se não tema perigo notável, fazendo-o por charidade, sem por isso levar paga, ou premio algum. (C. P. A. B. 1707, Título X, Parágrafo 477).

Numa sociedade marcada pela influência religiosa, que chegava, inclusive, a interferir no próprio entendimento da doença no período, não é de se estranhar que sacerdotes, assim como outras ordens ministeriais da igreja católica, atuassem em prol da cura em circunstâncias tão desagradáveis como uma epidemia de cólera, cuja classificação etiológica ainda permanecia proporcionalmente desconhecida. Nas disputas das artes de curar, talvez fossem os sacerdotes – assim como os já mencionados barbeiros – a categoria de práticos menos hostis em termos de concorrência com a medicina acadêmica e as demais artes de curar. Afinal, parcelas consideráveis de médicos e práticos partilhavam devotadamente da crença cristã, atribuindo a determinadas doenças ou mal de saúde, significados divinos, seja como forma de punição por pecados ou más condutas; seja como forma de milagre em ocasiões em que se obtinha a cura sem explicação prévia ou exata. A atuação dos sacerdotes em termos terapêuticos ainda é um assunto bastante incipiente na historiografia brasileira dedicada às práticas de cura no século XIX; ao que se

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos sabe, a influência da religião interferia diretamente no entendimento de remédios, chás, infusões, emplastros (FIGUEIREDO, 2008, p.98). Sobre esse assunto, tratarei com mais detalhes a seguir.

PARA CADA COMPLICAÇÃO UMA SOLUÇÃO: REMÉDIOS, CHÁS E PRÁTICAS TERAPÊUTICAS NA PARAÍBA IMPERIAL.

O universo circunscrito dos remédios, chás, terapêuticas populares ou médico-científicas no século XIX, certamente nos dizem muito sobre as singularidades que norteavam o entendimento que se tinha das doenças ou complicações de saúde do assinalado período, bem como das formas nem sempre eficazes, porém em vigor, que hipoteticamente poderiam sanar os referidos males. Estes têm sido, sem dúvida, objetos de estudo cada vez mais celebrados na historiografia dedicada à saúde, fazendo com que cada pesquisador que se dedique a estudar os processos de cura e doenças no século XIX, inevitavelmente analisem as práticas terapêuticas próprias do período, bem como as variadas formas de remédios e chás envolvidas a elas. Nikelen Acosta Witter (2001) ao tratar das variadas práticas de cura na vila de Santa Maria no Rio Grande do Sul, nos mostra uma gama de informações relativas às práticas terapêuticas que vão desde a medicina dita acadêmica/científica, até o universo terapêutico da medicina homeopática, cujos campos de atuação geraram disputas que acabavam por refletir tensões inimagináveis entre médicos homeopatas e alopatas. Para além das diferentes medicinas no século XIX, a autora também nos mostra uma variedade de práticas terapêuticas populares ligadas ao curandeirismo, termo que, segundo Witter, “abarca em si um número de saberes populares e de agentes da cura

filiados às mais diversas tradições e culturas que tinham o seu espaço e sua validade junto aos doentes” (WITTER, 2000, p.1).

Ainda sobre esta questão, Betânia Gonçalves Figueiredo (2008) conseguiu rastrear uma variedade de remédios, chás e terapêuticas populares nas Minas Gerais do século XIX, alertando aos pesquisadores que o universo contemplativo dos diferentes tratamentos das doenças e maus de saúde no período Imperial, também perpassa por aquilo que já mencionei no tópico anterior, ou seja, a presença forte de uma devoção espiritual que interferia diretamente no próprio entendimento da doença que, vez por outra, era considerada como um “castigo divino” (WITTER, 2001, p. 40). Nesse sentido, a doença precisaria, segundo concepções de época, ser curada através de métodos que coincidissem com a própria natureza de sua possível causa, ou seja, um método terapêutico espiritual. Nesse ínterim, o universo dos remédios, segundo a autora, incorporou características espirituais singulares:

O que seria de muitos dos remédios indicados/prescritos no século XIX sem a ajuda da fé? Toda a medicação prescrita por médicos, farmacêuticos, indicações familiares, curandeiros acabava por envolver uma relação afetivo/emotiva entre quem receitava e o doente. Aquele que se encontra debilitado, sentindo dor e mal-estar, agradece pelos cuidados e atenção de quem o ampara – independente de sua formação. Quando observamos que os pacientes duvidam das receitas curtas e/ou a indicação de remédios já preparados (industrializados) na virada do século, uma das possibilidades de interpretação é a de que a receita rápida pode indicar poucos cuidados/ pouco amparo. (FIGUEIREDO, 2008, p. 98).

Assertivas como estas, vão de encontro aos estudos de Maria Andréa Loyola, cujo livro intitulado “*Médicos e Curandeiros: Conflito social e saúde*” (1984) nos trazem informações referentes ao século XX

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos em que nos é chamada a atenção claramente para uma forte renovação da espiritualidade como ponte para a cura de alguma doença ou mal de saúde. Nessa complexidade de relações, considera Loyola que “o sistema de oferta de serviços de cura corporal com dominância religiosa estruturava-se também pelo grau de diferenciação estabelecido pelas igrejas entre cuidados com o corpo e cuidados do espírito” (1984, p. 47). A ideia de cuidar do corpo, mantendo-o saudável e prevenido de males mantinha, já no século XIX, uma forte base de sustentação apoiada no arcabouço médico-científico. Em meio à formação de uma medicina cada vez mais coletiva e menos individual, a administração do corpo em prol da saúde passava a ser uma ideia essencial para a formação do indivíduo saudável e, conseqüentemente a isso, mais dócil e produtivo, conforme apontado por Foucault (2015, p.162).

Na problemática dos remédios, chás e terapêuticas populares, autoras como Gabriela dos Reis Sampaio (2001) aborda em seus estudos pontos importantes acerca dos variados remédios que circulavam durante grande parte do século XIX. Ao tratar do Rio de Janeiro Imperial, Sampaio nos chama a atenção para o meio mais comum de comercialização destes produtos, cujo espaço de divulgação parece ter ido além do campo de privilégios da medicina acadêmica; este meio, segundo a autora, é o jornal. Seria ele, por excelência, o espaço privilegiado para tal comercialização:

Nos próprios jornais encontramos alguns tratamentos alternativos à medicina oficial, que parecia ser bastante buscados, como os remédios não científicos, por exemplo. Os mais variados elixires, xaropes, pós, lituras eram anunciados havia anos. Sua permanência ao longo de toda a segunda metade do século XIX mostra sua larga utilização por diversas pessoas, que consumiam muitos produtos por conta própria, sem que houvesse necessariamente recomendação médica. (SAMPAIO, 2001, p. 78).

Conforme aponta Sampaio, muitos dos remédios anunciados nos jornais do século XIX eram consumidos por conta própria, sem que houvesse uma recomendação médica prévia para tal. Nesse sentido, a província da Paraíba não fugiria à regra, afinal, conforme já mencionado, os anúncios de terapêuticas e produtos de referência a práticos como barbeiros e boticários apareciam constantemente nos periódicos. Para além dessas questões, chamo a atenção para a já mencionada circunstância do momento. Se considerarmos, por exemplo, a segunda epidemia de cólera ocorrida na Paraíba no ano de 1862, é possível notar que métodos de natureza tradicional eram constantemente anunciados nos jornais para o trato da doença, do mesmo modo que ocorria para métodos de natureza alopática tanto nos jornais quanto em livros médicos específicos para o trato da cólera. No jornal *A Regeneração* no dia 12 de Fevereiro de 1862, é possível notar um desses casos na recomendação de uma espécie de papa de pimenta para os casos extremos de cólera:

Em ultimo-caso, indo o doente á peor, Dê-se-lhe a beber uma colher de boa aguardente com alguns pingos de pimenta malaqueta; insistindo e augmentando os pingos, conforme vier ou demorar-se a reacção.

Observação. A indicação que aqui fazemos da pimenta tem por base o resultado que se tirou de seu emprego, já no Pará, já e especialmente na Bahia, onde, segundo noticias fidedignas, muita gente, e mesmo fabricas inteiras, se trataram com a pimenta, tirando dela o mais feliz resultado, e até em casos desesperados, sendo que viram-na salvar doentes abandonados, e em cujo tratamento se haviam exgotado todos os recursos da sciencia. Sendo certo ainda que na Asia, paiz do cholera por excellencia, para combate-lo usam de comer uma papa de pimenta em altas doses, estando verificado, que os que não morrem logo depois que a comem salvam-se. (A REGENERAÇÃO, 22/02/1862, N. 77, grifos meus)

A citação acima reflete um método terapêutico de natureza tradicional nada usual, além de um ponto importante bastante evidente do século XIX: a periculosidade de determinadas substâncias. Ao alertar que “os que não morrem logo depois que a comem salvam-se”, o anúncio põe em evidência uma possibilidade danosa à saúde, afinal, todo remédio “utilizado fora de medida, em excesso ou em menor quantidade, poderia agravar o mal” (FIGUEIREDO, 2008, p. 89) ao invés de saná-lo.

Outro ponto importante também presente no anúncio do jornal nos mostra a medicina oficial vivenciando uma profunda crise nos seus pressupostos epistemológicos (desconhecimento etiológico da doença), bem como os seus fundamentos terapêuticos (incerteza sobre a maneira mais eficaz de cura da doença). Nos casos em que os “recursos da ciência” se esgotam, os que restavam eram apenas os métodos tradicionais, embora considerados grotescos e muitas vezes fatais, mas que acabavam por representar o único viés de salvação para o indivíduo enfermo.

A respeito dos métodos terapêuticos de natureza alopática, bem como os remédios do mesmo tipo, é possível identificar uma verdadeira complexidade em termos de preparo, fabricação e aplicabilidade. Sob as mesmas circunstâncias deletérias de 1862, o notável médico Antônio da Cruz Cordeiro prescreve em suas “Instruções Sanitárias Populares” duas fórmulas complementares para o trato dos primeiros sintomas do cólera epidêmico, vejamos o seguinte quadro:

Quadro I: Fórmulas para o Tratamento dos Primeiros Sintomas do Cólera Epidêmico.

Fórmula 1	Fórmula 2
<p>- Ratai- nha..... 2 oitavas Água fervendo para fazer infusão... 1 libra Coe e junte xarope cítri- co..... 1 onça</p> <p>Observação: Dá-se em 3 ou 4 porções com intervalo de meia até duas horas, conforme o caso urgir.</p>	<p>- Pontas de veado calcinadas e porfirisa- das..... 1 oitava Goma arábica..... ½ oitava Água comum pouco mais de..... 1 libra</p> <p>Observação: Para ficar tudo depois de fervido e coado em uma libra de cozimento; o qual se poderá adoçar com uma onça de xarope diacódio, ou xarope de goma, ou de xarope de flor de laranjeira.</p>

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas informações contidas em Cordeiro (1862).

Notemos a complexidade existente na fabricação dos remédios de natureza alopática, atentando especialmente para os componentes e as quantidades de cada um deles distribuídos nas fórmulas. As unidades de onça e libra são, sem dúvida, o primeiro ponto que hipoteticamente impediria uma pessoa comum de executar estas fórmulas com precisão; afinal, cada onça corresponde aproximadamente a 28,352 gramas, e cada libra a 453,6 gramas, valores estes que necessitariam obrigatoriamente do refinamento ou da manipulação criteriosa de habilidosos farmacêuticos ou boticários. O segundo ponto está nos próprios componentes das fórmulas que, embora nos pareçam *a priori* acessíveis ao povo, talvez causassem um certo estranhamento. Estas são, sem dúvida, características próprias dos métodos de cura de natureza alopática do período e que evidenciam a articulação de médicos e farmacêuticos, bem como a ideia popular de que “receita boa era aquela preparada de

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos modo individualizado e com diversos componentes” (FIGUEIREDO, 2008, p. 94).

As necessidades em torno do consumo de remédios certamente são acompanhadas das possibilidades de associá-los, a partir das indicações, a diferentes interpretações da doença e da saúde. Na Paraíba Imperial, grande parte dos preparados e das indicações de chás relatados pelo memorialista Horácio de Almeida (1966) – por exemplo –, possuíam certas singularidades:

Quadro II – Indicativo de Chás para Combater Doenças e Complicações de Saúde e Na Paraíba do Século XIX.

Chá	Eficácia
Erva doce	Cólicas
Erva Cidreira	Digestões difíceis
Sabugueiro	Tosse, defluxo e constipação
Flor de Chumbinho	Apenas contra Tosse
Folha de Mulungu	Barrida d'água
Raspa de Jurema	Impaludismo
Folha de Goiabeira	Diarreia
Folha de Louro	Flatulência
Barata	Asma
Excremento de cachorro	Sarampo
Grilo	Fazer menino falar

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir das informações contidas em Almeida (1966).

Chamo a atenção para os três últimos indicativos de chás para Asma, Sarampo e “fazer menino falar”. Parece-nos estranho hoje, pensar em chá de “barata”, “excremento de cachorro” e “grilo” para combater certas doenças. No entanto, no Brasil do século XIX, havia a ideia popular de que remédio bom era aquele cujo “gosto era ruim” (FIGUEI-

REDO, 2008, p. 102), que funcionava como uma espécie de “justa penitência” para se alcançar a cura almejada. Neste ponto, não se pode dissociar a utilização de excrementos dos ritos de cunho religiosos, porém, o interesse maior é chamar a atenção ao uso dos excrementos e outros métodos que nos parecem absurdos hoje com o objetivo de curar problemas de saúde:

Quadro III – Práticas Terapêuticas para Solucionar Problemas de Saúde.

Solução	Problema/Mal/Doença
Surra de Chibata	Vício de comer terra
Colocar sobre a cabeça um fato de ovelha	Problemas de “Juízo”
Bosta de Cavalo em Pó	Sarar ferida
Terra de Cemitério	Curar Úlcera
Urina de Vaca preta com leite cru	Curar Tuberculose
Chá de Grilo	Parar fazer menino falar
Chá de Barata	Curar Asma
Excremento de Cachorro	Curar Sarampo

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir das informações contidas em Almeida (1966).

A variedade de métodos, cuja crença apostava numa natureza terapêutica que almejava a cura nos parece em tudo singular. Dito isso, reitero a importância em perceber que alguns métodos terapêuticos para combater certos males, nos dizem muito sobre o entendimento da própria doença no século XIX, conforme já indicado. Nesse sentido, se a doença era ruim, o remédio ou método para curá-la também teria que sê-lo. No universo dos remédios, chás e práticas terapêuticas na gênese da segunda metade do século XIX, práticos e médicos talvez possuísem uma luta em comum: combater doenças e exercer medidas de tratamento que fossem minimamente convincentes em prol da cura. Nesse ínterim e em meio a um emaranhado de disputas, os diversos curadores

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos exerciam seus ofícios conforme as circunstâncias do contexto, estabelecendo redes de sociabilidade uns com os outros quando conveniente, mas também criando mecanismos de inibição, fazendo com que o fator doença ressignificasse sempre que possível as variadas práticas de cura em voga.

REFERÊNCIAS

Fontes

- Relatórios dos Presidentes de Província da Paraíba. Anos: 1850 a 1860. Disponíveis em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADBa> Acesso em: 10 de Janeiro de 2018.

- Livro sobre Cólera de 1862 da autoria do médico sanitarista Antônio da Cruz Cordeiro, intitulado: “Instrucções sanitarias populares : acompanhadas de prescripções medicas para o caso de manifestar-se entre nós a epidemia do cholera-morbus” Disponível em http://dp.la/item/3c2a86c765bc7da66105ca26bd724e20?back_uri=http%3A%2F%2Fdp.la%2Ftimeline%3Flanguage%255B%255D%3DPortuguese%23%2F1862 Acesso em: 11 de Janeiro de 2018.

- Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – CAPB. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=O1JgAAAACAAJ&pg=PR5&dq=Constitui%C3%A7%C3%B5es+primeiras+do+arcebispado+da+Bahia&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEWijjMDI_MLKAhW-FZCYKHcOPCaUQ6AEIJTAB#v=onepage&q&f=false Acesso em 13 de Janeiro de 2018.

- Jornal *A Regeneração* (1861-62); Jornal *O Governista Parahybano* (1850). Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>. Acesso em 15 de Janeiro de 2018.

Jornal *O Imparcial*. Disponível no acervo: Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, Vol. II.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantes de sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicinas e curandeirismo no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária. 2011.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. “As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856”. In CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera R. B; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos R. G (Orgs.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

LOYOLA, M. A. **Médicos e curandeiros**: conflito social e saúde. São Paulo: DIFEL, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

O EXERCÍCIO DAS ARTES DE CURAR NA PARAÍBA:

disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do oitocentos

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a 1ª metade do Oitocentos. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.11 (supl. 1), 2004.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2001.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço:** as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

EIXO 2
NAÇÃO, POLÍTICA, INSTRUÇÃO
E IMPRESSOS NO BRASIL
OITOCENTISTA

O SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NA CAPITAL DA PARAÍBA OU COMO UM PRESENTE INVENTA O PASSADO

Fabrcio de Sousa Morais¹

O TEMPO DA NAÇÃO

A nação brasileira é uma invenção histórica. Nisso, ela não diverge das demais nações modernas, existem, no entanto, especificidades deste processo que não devem ser desconsideradas. A história oficial do Brasil, de acordo com os pressupostos científicos do século XIX, foi elaborada de maneira que deixasse de lado qualquer elemento que pudesse macular a aura de nação, que era encarnada no Estado e nos seus imperadores. Trata-se de uma das tarefas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), como nos lembra José Carlos Reis (2002, p. 26): “O IHGB será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional”.

Uma das tarefas dos agentes dessa instituição foi escolher os episódios que deveriam ser comemorados como criadores de uma deter-

¹ Professor do IFPB (campus João Pessoa) e doutor em História pela UFPE.

minada identidade nacional. Houve uma verdadeira batalha simbólica em torno de qual data deveria ser o marco de fundação da nação brasileira², nessa disputa, o Sete de Setembro sagrou-se vencedor. Um dos motivos para essa vitória foi sua capacidade de sintetizar o complexo processo que desaguou na quebra dos laços políticos entre Brasil e Portugal. Houve uma batalha pela afirmação do Sete de Setembro como a data de nascimento do Brasil como um Estado independente. Essa disputa foi sendo vencida aos poucos, primeiro uma parte da sociedade, notadamente a que habitava a capital do país, aderiu a esse projeto de nação, dando-lhe um significado e colocando-o como a síntese de todo um povo.

Nesse sentido, o processo de interiorização da metrópole portuguesa na sua colônia americana, descrito por Maria Odila Silva Dias (1972), ganhou outros contornos. Esta lógica não ficou restrita ao aparato administrativo e burocrático, a interiorização aconteceu de forma mais ampla, atingindo a visão de mundo dos homens e mulheres que habitavam a capital do jovem país e, mais cedo ou mais tarde, chegou aos recônditos mais distantes do Brasil. A existência de uma elaborada liturgia do poder, ao longo do período imperial, nos mostra como este processo foi amplo. Um exemplo de como essa liturgia alcançou as diversas partes do território é a Paraíba. Nessa província, o poder imperial se fazia presente em alguns episódios: nos quadros das majestades que foram enviados para serem cortejados nos dias de gala; nos aniversários dos membros da família real, comemorados em praça pública e na Igreja; e no “júbilo maior” com a visita do imperador Pedro II em 1859³.

2 Ao longo do século XIX, outras datas foram comemoradas como marcos do nascimento do Brasil, cito algumas: 12 de outubro (aclamação e aniversário de d. Pedro I); primeiro de dezembro (a coroação); 25 de março (outorga da primeira constituição); 7 de abril (data da abdicação de d. Pedro I em favor do seu filho).

3 Esse momento foi narrado no livro *Presença de Dom Pedro II na Paraíba* (ALMEIDA, 1982).

Com o advento da República não ocorreram grandes mudanças no padrão social excludente estabelecido anteriormente, “descarta-se, como o Império desde 1840, do mais sedicioso e anárquico de seus componentes: o povo” (FAORO, 1995, p. 567). Trata-se de uma nova conjuntura política que vai andar de mãos dadas com o passado e os símbolos do Império, nem mesmo seus heróis serão negados. A República oligárquica comemorou como nunca o Sete de Setembro, especialmente o seu centenário. Era chegada a hora da pacificação da memória nacional e para isso são repatriados os restos mortais do imperador D. Pedro II e da sua esposa D. Teresa Cristina (cf. SANDES, 2000).

A centralização político-administrativa, iniciada em 1930, coloca o Estado como o principal artífice da nacionalidade. Com o advento do Estado Novo (1937-1945), a concentração de poder na esfera estatal aumenta, pois são eliminadas as instituições liberais. Coube a Getúlio Vargas guiar os brasileiros no caminho da felicidade, como explica Maria Helena Capelato (2007, p. 124), ao falar dos textos laudatórios escritos no período: “Neles o chefe do poder era comparado ora a um sociólogo, porque conhecia profundamente a sociedade, ora um psicólogo, porque sabia interpretar a alma brasileira, ora a Jesus Cristo, porque se sacrificava pelo povo”.

As festas da Independência estavam na pauta do Estado Novo. Esse é um período recheado de comemorações cívicas. Algumas são reafirmadas, como o Vinte e Um de Abril e o Primeiro de Maio, e outras são criadas neste momento: o dia do aniversário de Vargas (dezenove de abril), o dia do aniversário do Estado Novo (dez de novembro). A educação tem um papel fundamental na criação de um novo homem que carrega consigo “uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho” (GOMES, 1999, p.

63). Um dos principais ideais era o de que para crescer, o país precisava que todos os seus filhos obedecessem ao bom pai que comandava a nação.

As ideias elencadas até aqui servem como uma amostra da complexidade desta poderosa invenção que é a identidade nacional. Todavia, esse não é um processo pronto e acabado, é necessário, de tempos em tempos, ressignificá-lo, reinventá-lo. É sobre a essa tradição inventada⁴ que versa esse texto. E para realizar essa tarefa foi analisada uma temporalidade específica: o Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972); dentro de uma localidade também específica: a cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. As festas do Sesquicentenário foram eventos privilegiados para compreender mais uma das etapas de como uma ideia de identidade nacional foi pensada pelo Estado.

Desse modo, foi analisado como o regime ditatorial buscou dentro de um evento passageiro, uma efeméride, reafirmar a perenidade de um projeto de nação que deixou de fora boa parte da população. Para isso, foi fundamental entender como a imprensa escrita divulgou a ideia de nação desse governo durante os festejos do Sesquicentenário da Independência.

4 O conceito de “tradição inventada” foi tomado de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997, p. 9-10) e é definido da seguinte maneira: “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...] Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situação anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea”.

A FESTA À NAÇÃO

Ano de 1972, estamos no estado da Paraíba, população de pouco mais de dois milhões e quatrocentos mil habitantes, mais precisamente na capital, a cidade de João Pessoa, capital do estado, tinha população de aproximadamente duzentos e trinta mil habitantes (cf. IBGE, 1972, p. 42 e 45). Vivíamos os anos da ditadura militar, iniciada em 1964, foi neste momento que ocorreu um golpe “contra as reformas e a democracia” (cf. TOLEDO, 2004, p. 67-77).

As forças que tomaram o poder tinham o interesse de evitar as reformas sociais, defendidas por amplos setores da sociedade brasileira, e acabar com a jovem democracia política iniciada em 1946 (ano da promulgação de uma nova constituição que primava pelas liberdades individuais). Sempre é bom lembrar que o regime instalado em 1964 não foi uma revolução⁵, foi, no final das contas, um golpe contra a possibilidade de mudança na sociedade brasileira. Essa maneira de compreender esse acontecimento passa pela inversão da fala de Geisel (transcrita na nota cinco) feita por Caio Navarro Toledo (Ibidem, p. 68):

Embora lúcidas – na medida em que rejeitavam a noção de Revolução –, a formulação do ex-ditador podem ser objeto de uma releitura. Assim, com legitimidade teórica, podemos ressignificar todos os *contras* presentes no depoimento do militar. Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a poli-

⁵ O próprio Gen. Ernesto Geisel, que comandou o Brasil entre 1974 e 1979, afirmava que o que aconteceu em 1964 não foi uma revolução, nas suas palavras: “O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma ideia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução (Citado por GASPARI, 2002, p. 138).

tização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe *contra* o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Essa constatação não significa dizer que do lado do presidente João Goulart não havia problemas ou questões nebulosas, como a tentativa de impor um estado de sítio ao Congresso, em outubro de 1963. Mesmo assim, apontar as falhas do governo e das esquerdas e o seu pouco apreço pela democracia não significa eximir as diversas forças que tramaram o golpe de o terem executado. Marcelo Ridenti afirma (2004, p. 63): “Se as esquerdas não eram democráticas nos anos 60, tampouco o eram as direitas e muito menos os centros”. Por mais que a palavra democracia estivesse na pauta dos discursos de ambos os lados, a sua relação com ela era apenas instrumental, por isso “... não se furtavam em pisotear alegremente os valores e as instituições democráticas sempre que isto lhe parecesse importante para fazer avançar seus interesses imediatos e o alcance de seu poder” (REIS, 2004, p. 33).

Ao se falar da ditadura militar, não se pode deixar de fazer menção ao fato mais aterrador deste recorte temporal, a institucionalização da tortura. Os “anos de chumbo” não podem ser esquecidos. Por outro lado, deve existir a visualização das “camadas de amortecimento” (REIS, 2005, p. 62) entre os ricos, cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Enquanto os dissidentes do regime eram torturados, um grande número de pessoas se apinhava nas ruas da cidade de João Pessoa durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência, para acompanhar “os despojos sagrados do grande artífice da Nacionalidade [Pedro I]”, o povo “só tinha olhos para o esquife venerável. E palmas nas mãos para saudar o Libertador. Momentos inesquecíveis aqueles!” (CAVALCANTI, 1972, p. 74-75). Tudo isso, nunca é demais

lembrar, durante os tenebrosos anos do Ato Institucional n.º 5⁶ (1968) e da Lei de Segurança Nacional⁷ (1969).

Avançando na nossa jornada, chegamos no último dia do mês de agosto, do ano de 1972, nos aproximamos da Semana da Pátria do Sesquicentenário da Independência. Essa data foi marcada por um fato inusitado, narrado detalhadamente pelo jornal **A União**, o órgão de imprensa do Estado. A doméstica Maria José, de 20 anos, andava pela calçada da Lagoa do Parque Solon de Lucena – centro da cidade – quando, segundo o jornal, recebeu um “chamado de Exu”. A mulher ficou fora de si e tentou o suicídio, pulando nas águas da lagoa. Não logrou êxito, pois foi resgatada pelas pessoas que transitavam pelas imediações. Não satisfeita, conseguiu se libertar das pessoas que a seguravam e tentou

6 Marcos Napolitano (2014, p. 96) conta o impacto do ato: “Através desse instrumento, estima-se que cerca de 500 cidadãos (sobretudo professores, jornalistas e diplomatas) tenham perdido direitos políticos, 5 juizes de instâncias superiores, 95 deputados e 4 senadores, seus mandatos. Se os efeitos diretos foram impactantes sobre o sistema político, os efeitos indiretos seriam bem maiores sobre todo o tecido social”. Mais adiante Napolitano (Ibidem, p. 97) explica esses outros efeitos: “O AI-5 marcou também uma ruptura com a dinâmica de mobilização popular que ocupava as ruas de forma crescente desde 1966, capitaneada pelo movimento estudantil. Mais do que isso, teve um efeito de suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país com o golpe de 1964. A partir de então, estudantes, artistas e intelectuais que ainda ocupavam uma esfera pública para protestar contra o regime passariam a conhecer a perseguição, antes reservada aos líderes populares, sindicais e quadros políticos da esquerda. O fim de um mundo e o começo de outro, num processo histórico de alguns meses que pareciam concentrar todas as utopias e os dilemas do século XX. O Brasil não sairia incólume desta roda-viva da história”.

7 Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 191): “A lei fornece sustentação legal a respeito de qualquer pessoa ou grupo que se oponha à política do Estado de Segurança Nacional. De acordo com sua orientação de controlar o ‘inimigo interno’, muitos artigos da Lei de Segurança Nacional tratam da prevenção de greves, do controle dos meios de comunicação e informação, da proibição de partidos políticos específicos e de outras limitações à liberdade de associação. A lei prevê severas penas de prisões pela realização de greves em serviços essenciais ou públicos, ou entre funcionários. As disposições sobre a imprensa são particularmente severas por responsabilizarem criminalmente o editor, o proprietário e jornalista pela veiculação de fatos ou opiniões de terceiros que possam ter infringido algum artigo de lei. O Estado pode ainda apreender edições inteiras de jornais ou revista, ou fechá-los por violação da Lei de Segurança Nacional”.

se jogar na frente dos carros que por ali passavam. Deixemos o jornal contar o desfecho do caso:

Finalmente, Maria José era mais uma vez subjugada por populares e trazida para cima da calçada, onde espumava, gemia e xingava como louca.

Entretanto, um formidável engarrafamento impedia que os veículos voltassem a circular e obrigava os guardas de trânsito a correr, apitar e gesticular também como doidos.

Mas enfim, apareceu Severino Pereira da Silva que abraçou Maria José e expulsou o “mau espírito”. Depois explicou para a multidão: “Estamos no último dia de agosto e é nesta data que Exu, o espírito do mal, procura as filhas de santo. Um ônibus para o [bairro do] Varjão partiu levando a moça e fazendo a Lagoa voltar à rotina de sempre (*Exu provoca reboição na Lagoa*, 1 set. 1972, p. 5).

Expulsado o “mau espírito”, a Semana da Pátria começou dentro do planejamento feito pela Comissão Estadual do Sesquicentenário⁸, seguindo os ditames oficiais.

As festas cívicas foram e são importantes para a formação da nação (cf. HOBSBAWM, 1990 e GUIBERNAU, 1997). Elas são parte de um projeto específico que se realiza mediante a criação de rituais, que têm como finalidade definir, por meio de estratégias, a legitimação⁹ des-

8 Para a organização dos festejos por todo o território nacional foi estabelecida a Comissão Executiva Central do Sesquicentenário (CEC) – criada pelo decreto 69.922, de 13 de janeiro de 1972. Esse mesmo decreto falava da necessidade de instituir ramificações dessa comissão nos estados e nos municípios da federação. Assim, o projeto comemorativo alcançava todo o território nacional.

9 Maria José de Rezende (2001, p. 4) define a necessidade de legitimidade buscada pelo regime ditatorial: “Em termos gerais, pode-se dizer que a busca de legitimidade por parte do regime militar significava, basicamente, que ele se debatia para encontrar meios de obediência, adesão e aceitabilidade para as suas formas de atuação e ação, bem como para as suas crenças e valores. Isto demonstra que não se está tomando aqui a questão da legitimidade sob o enfoque meramente jurídico, mas sim sociológico. Através deste último torna-se possível partir do regime político (vigente entre

se mesmo projeto. Uma das maneiras de interpretar as festividades do Sesquicentenário é percebê-la como uma forma não violenta de legitimação da dominação e, conseqüentemente, do exercício do poder. Nesse sentido, o caso brasileiro não foge à regra, pois essas efemérides têm a intenção de criar uma identidade comum entre os diversos segmentos que constituem a população do vasto território nacional.

Os primeiros dias de setembro foram marcados pelos preparativos para o desfile do dia Sete. Muitas matérias destacam como as escolas estavam se organizando, uma atenção especial foi reservada para os ensaios que antecederam as apresentações oficiais. Junto com as escolas também marchou o aparato militar, com seus carros blindados e tanques (cf. *Desfile terá tanques e batalhão contra a guerrilha*, 5 set. 1972, p. 3).

Também existia uma grande preocupação com a segurança do préstito. Para garantir que tudo saísse como planejado, 290 homens foram convocados para trabalhar durante a parada. Os principais contingentes eram da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Ambos eram órgãos do poder estadual e faziam parte da estrutura das secretarias de Segurança. Uma atenção especial deve ser dada à participação do DOPS, pois era a Polícia Política do regime. Muitas vezes responsável por torturas, ajudavam os militares no combate ao chamado inimigo interno. Ainda existia uma preocupação com o trânsito e a interdição de ruas para melhorar o acesso à Avenida Eptácio Pessoa, o lugar do desfile. Uma das matérias jornalísticas termina afirmando que é preciso existir integração nas ações: “Todos os órgãos estaduais e federais estão integrados, em um só

1964 e 1984) e do grupo social que o conduzia e lhe dava sustentação, para se compreender a sua articulação no processo de construção de sua identificação com os diversos segmentos sociais”.

plano, no sentido de que o pessoense participe das comemorações do Sesquicentenário na mais completa segurança” (*Esquema de segurança utilizará 290 homens amanhã*, 6 set. 1972, p. 3). Segundo o jornal, o sucesso da apresentação dependia da integração entre os diversos órgãos do Estado, esse seria um fator vital para o sucesso dessa parte dos festejos, ninguém poderia atrapalhar o planejamento. Por mais que se fale em planejamento e organização, deve ficar claro que nem sempre esses fatores funcionavam¹⁰.

Os jornais tiveram a intenção de mostrar a grandeza do evento e, para isso, divulgaram, algumas vezes, os números da parada. As matérias dos jornais **A União** (*Cinquenta mil vão se concentrar hoje na Epitácio*, 7 set. 1972, p. 3), do **Correio da Paraíba** (*Comemorações da Independência tem ponto alto com o desfile*, 7 set. 1972, p. 8) e de **O Norte** (*Doze mil desfilam hoje lembrando 150 anos da Independência*, 7 set. 1972, p. 3) repetem, praticamente, as mesmas informações. O único ponto de discordância é sobre o número de pessoas que desfilaram: os dois primeiros escrevem que 7.900 participantes fizeram parte da parada e o último cita, como está no título da matéria, 12 mil.

¹⁰ Marta K. Huggins (1998, p. 174-175) fala de como os DOPSS deveriam ser uma peça de um sistema todo integrado e de como isso não acontecia sempre. “O AI-5 e a Lei Segurança Nacional haviam sido promulgados em um momento em que todo o aparelho de segurança interna do Brasil ainda não constituía um sistema integrado de segurança. De fato, nas palavras de um analista brasileiro, em 1969, ‘quando os atos terroristas tiveram início [no Brasil], o sistema [repressivo do país] não tinha capacidade de apagar o incêndio’ (apud Lago & Lagoa, 29/1/79). Por exemplo, em 1969, as organizações da polícia social e política dos vários estados (os DOPSS) não estavam efetivamente centralizados sob o comando dos militares, nem mesmo ligadas entre os próprios estados. Para um analista militar brasileiro, havia grande variação na capacidade dos DOPSS dos diferentes estados para assumir um papel maior na segurança interna. Segundo a sua avaliação, o DOPS de São Paulo possuía um ‘bom’ aparelho de inteligência, enquanto os DOPSS de Porto Alegre e do estado de Minas Gerais eram apenas ‘razoáveis e o da cidade do Rio de Janeiro, apenas ‘regular’. Outros DOPSS estaduais aparentemente não eram sequer suficientemente bons para serem considerados (Lago & Lagoa, 29/1/79)”.

Os jornais, citados acima, são a principal fonte desse texto e são compreendidos como obras produzidas dentro do que Benedict Anderson, no seu livro **Comunidades imaginadas** (2008, p. 69-70), denominou de capitalismo editorial. A sua ideia é que com o fim das concepções culturais que sustentavam o mundo medieval, outras formas de domínio se fizeram necessárias. Ele explica que o capitalismo editorial foi o responsável pela criação de uma nova forma de ligação entre as pessoas:

O declínio lento e irregular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares, sob impacto da transformação econômica, das descobertas (sociais e científicas) e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou a uma brusca clivagem entre cosmologia e história. Desse modo, não admira que se iniciasse a busca, por assim dizer, de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e as se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas.

Os jornais também merecem destaque por mais um motivo. Eles são fundamentais para a produção do sentimento de simultaneidade com um grande número de pessoas, de quem você sabe da existência, mas não conhece. As notícias veiculadas por estas publicações são lidas, ouvidas e debatidas pelos mais diferentes sujeitos sociais, garantindo que “a ficção se infiltra contínua e silenciosamente na realidade criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas” (ANDERSON, 2008, p. 68-69). À luz dessas afirmações, esses periódicos são convertidos nas “raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana” (Ibidem, p. 68).

Seguindo as notícias do Correio da Paraíba e d'A União, o desfile contou com um total de 7.900 pessoas, nesse número estavam incluídos estudantes, ex-combatentes, militares e representantes de empresas públicas e privadas. Os primeiros a desfilar foram as escolas. Depois foi a vez dos carros alegóricos dos estabelecimentos de ensino, que nada mais eram do que veículos construídos para representar temas históricos (como a construção do 14 bis, por Santos Dumont) ou do momento (a defesa das 200 milhas de mar territorial¹¹ é um bom exemplo). Esses carros, mal comparando, lembram os carros alegóricos das escolas de samba. Veículos da prefeitura municipal de João Pessoa, da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA) e da Polícia Federal também estavam presentes. Os carros da prefeitura se apresentaram com uma placa e nela podiam ser lidos os dizeres “adquiridos pela atual administração”. Por fim, desfilaram os militares, na seguinte ordem: os ex-combatentes, as tropas militares do 1º Grupamento de Engenharia, o 15º Regimento de Infantaria, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Marinha.

Tudo deveria estar pronto quinze minutos antes das 8:00h da manhã, hora em que o governador da Paraíba, Ernani Sátiro¹² (1911-

¹¹Essa foi uma decisão tomada em 1970, a ideia era garantir limites mais extensos para o mar brasileiro, dessa forma buscava-se a preservação dos recursos naturais e também a segurança nacional, pois o decreto também valia para o espaço aéreo.

¹²Foi governador da Paraíba entre (1971-1975), eleito de maneira indireta (como determinava o AI-3), pode ser caracterizado como sendo favorável ao regime ditatorial durante todo o seu governo. Já bem próximo do final do seu mandato, em uma nota publicada na revista *Veja*, ele se posiciona contrário aos novos caminhos apontados pelo governo do gen. Ernesto Geisel (1974-1979): “Uma vez por semana o governador da Paraíba Ernani Sátiro torna-se jornalista, escrevendo artigos para órgão oficial do governo do Estado, A União. No mais recente, proclamou: ‘Engana-se quem pensar que tudo isso (a Revolução) acabou. Cada povo pratica a democracia que merece. É preferível vê-la limitada a vê-la eliminada pelos seus inimigos, acudados, emboscados no seu próprio bojo. Em ambos os partidos.’ Na semana passada, no abandonado Palácio Tiradentes, no Rio, ele confirmou seus escritos aos jornalistas profissionais ali reunidos e fez outros comentários. E assim declarou considerar a melhor parte do recente discurso do presidente Ernesto Geisel exatamente aquela em que garante a manutenção do AI-5 em vigor (*Desencontros*,

1986), passaria em revista as tropas e os pavilhões do estado e da nação foram hasteados. Uma das formas encontradas para que tudo corresse como foi planejado foi estabelecer punições aos colégios que não cumprissem o cronograma. A primeira delas dizia respeito ao atraso, a instituição que não estivesse pronta às 7:45h seria impedida de desfilar. Contudo essa não era a única norma, existiam outras que deveriam ser seguidas, são elas:

Entre as proibições constam as de que a representação do colégio ou entidade não pode parar em frente ao palanque oficial destinado às autoridades para executar evoluções de qualquer natureza, utilizar fogos de artifício durante a revista ou desfile, e fazer alto ou dispersar sem a necessária aquiescência do sargento orientador, após a passagem pelo palanque (*Normas para o colégio se apresentar*, 7 set. 1972, p. 3).

Caso o regulamento não fosse cumprido, a instituição seria impedida de desfilar no ano seguinte. A ideia era evitar qualquer tumulto durante o ápice dos festejos, por isso nenhum ato de desrespeitos às autoridades no palanque, ou a utilização de fogos de artifícios, comuns nesse tipo de comemoração, seriam permitidos, já que poderiam colocar em risco a manutenção da ordem. A nação deveria ser comemorada dentro dos parâmetros estabelecidos pelos organizadores. Afinal, os tumultos de poucos anos atrás ainda não haviam sido esquecidos¹³.

22 jan. 1975, p. 12).

13 Um bom exemplo dos tumultos ocorridos, alguns anos antes, em João Pessoa são os fatos de 1968. Eles se inserem no contexto de comoção causado pelo assassinato, por policiais militares, do estudante secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro, no dia 28 de março daquele ano. Várias manifestações estudantis aconteceram pelo país e na capital da Paraíba não foi diferente. Monique Cittadino (2006, p. 326-327) mostra como foi: "... as manifestações realizadas por estudantes, no dia quatro [de abril de 1968], em João Pessoa, resultaram em confrontos mais sérios com a Polícia Militar. Após a missa também celebrada pelo estudante morto, seguiu-se a passeata de estudantes universitários e secundaristas, que foi dissolvida com violência pela PM (...) Nesse mesmo dia, em um outro confronto entre secundarista e a PM, três estudantes menores foram atingidos a bala. Os jornais não pouparam críticas

Segundo dados do jornal **Correio da Paraíba**, mais de 50 mil pessoas assistiram à parada na Av. Eptácio Pessoa. Foi uma manhã de muito calor e as pessoas se refrescavam com água de coco, refrescos e picolés (cf. *Mais de 50 mil viram o desfile*, 9 set. 1972, p. 3). As abordagens da parada são parecidas, os jornais se preocupam muito em narrar o desfile em si e não deram muita importância para os acontecimentos paralelos. A única exceção, como será mostrado mais adiante, são as matérias d'**A União** que abordam esse outro lado do desfile.

Entre as escolas que desfilaram a que mereceu mais destaque foi o Liceu Paraibano. No dia do desfile, **A União** chama atenção para a comissão de frente dessa instituição, composta por 22 moças vestidas com as bandeiras dos 22 estados do Brasil, as jovens marcharam carregando as taças conquistadas pela instituição em competições esportivas (cf. *Moças do Liceu vestem as bandeiras dos 22 Estados*, 7 set. 1972, p. 3). O jornal estampa duas vezes, na mesma edição, essas jovens. (Como reproduzido abaixo).

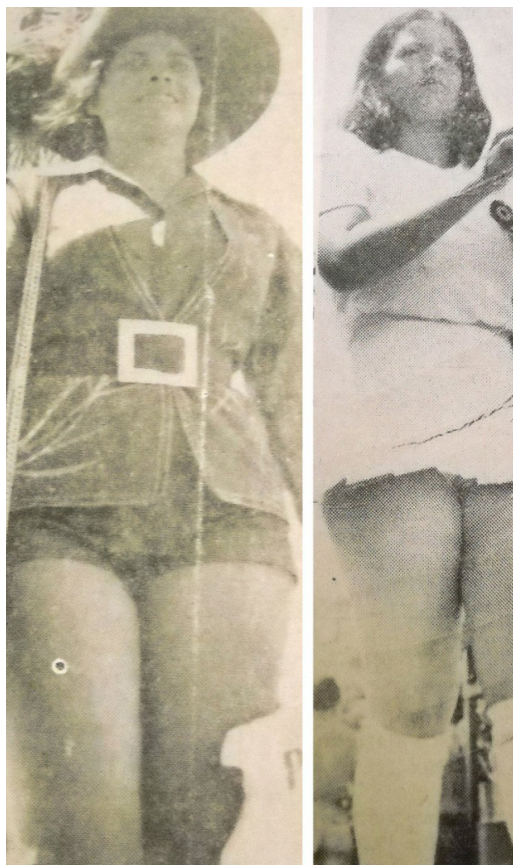
a violência cometida: ‘... os policiais, além da vantagem numérica, estão armados de revólveres e cassetetes; o estudante está armado com a boca e com a apostilha’.

Figura 1: fotografias das alunas do liceu paraibano que formaram a comissão de frente durante o desfile. ao lado detalhe da primeira página do jornal, que enfatiza a jovem vestida com a bandeira da paraíba. estão representados os seguintes estados: em pé: alagoas, mato grosso, sergipe, bahia e minas gerais; abaixadas: maranhão, paraíba e rio grande do norte (**a união**, 7 set. 1972, p. 5 e p. 1).



No dia nove, data que foram publicadas as matérias sobre os préstitos, esse mesmo jornal afirma: “A atração principal preparada pelo Lyceu Paraibano foi a apresentação de 22 moças, usando ‘shorts’ de cor branca e camiseta na mesma tonalidade tendo a frente do pelotão um grande quadro com os Estados brasileiros” (*Liceu, a grande atração da festa*, 9 set. 1972, p. 3). Essa não foi a única ocasião em que o jornal se preocupou em mostrar as jovens que desfilaram com as pernas de fora. Em pelo menos mais dois momentos outras moças também mereceram o destaque do fotógrafo d’**A União**:

Figura 2: Jovens fotografadas durante o desfile (A União, 9 set. 1972, p. 2 e p. 3).



O enquadramento das fotografias diz bastante sobre as suas intenções. As duas foram tiradas da mesma forma, com a câmera baixa e voltada para cima (esse ângulo é chamado de contra-plongée). Desse modo, as pernas das jovens foram ressaltadas. As legendas são bem sugestivas: a primeira diz, “Beleza Típica: atração maior” e a segunda “Pio X [uma escola particular da capital]: uma beleza”. Não tenho elementos para afirmar que essa forma de retratar as moças que marchavam fizesse parte de algum planejamento editorial do jornal ou se foi apenas uma

escolha do fotógrafo, que queria mostrar o desfile por outro ângulo. Defendendo apenas que esse caminho não condiz com os ideais pensados para os festejos.

Durante o préstito a figura histórica de maior destaque foi o primeiro imperador do Brasil. Essa constatação é feita pelo próprio jornal **A União**, que diz na sua manchete de capa: “Dom Pedro I foi o mais homenageado no Sesquicentenário” (9 set. 1972, p. 1). As reverências aconteceram com faixas, alegorias e a reconstituição da cena do grito durante o desfile.

É fácil atestar a preponderância do primeiro imperador nas comemorações ocorridas em João Pessoa, como ocorreu em outras partes do país. Contudo, cabe também destacar a presença do Gen. Emílio Garrastazu Médici (responsável por comandar a ditadura entre os anos 1969-1974). Sua imagem não foi tão presente durante o desfile quanto a de d. Pedro I, mesmo assim, várias reportagens destacaram a sua atuação como o responsável pelo bom caminho que o Brasil vem traçando desde 1964. Dentre essas matérias destaco uma chamada de primeira página do jornal O Norte (7 set. 1972, p. 1), que ocupou metade dessa página, ela traz o retrato oficial de Médici, que é seguido por um texto que o coloca como a síntese representativa daqueles que “salvaram” a nação oito anos antes. Nas palavras do jornal:

No dia em que a alma brasileira reverencia a memória daqueles que ajudaram a edificar, com o ardor do seu patriotismo e o sacrifício de suas vidas, o monumento da Independência da Pátria, nosso orgulho brasileiro se volta para as gloriosas Forças Armadas, encarnadas na figura do Presidente Emílio Garrastazu Médici, que num momento difícil da vida nacional, quando periclitava a liberdade conquistada há 150 anos, souberam ser dignas do passado de nossos ancestrais.

É bom lembrar que a invenção de Médici como um herói da nação tem a sua validade circunscrita ao período em que ele governou o país, sua figura não serviu aos propósitos de invenção da identidade nacional, nem mesmo depois de morto¹⁴.

Uma das intenções do desfile, destacadas nos jornais, foi mostrar como d. Pedro I foi importante para livrar o Brasil do domínio português e fundar essa poderosa nação. A etapa seguinte do desenvolvimento do país foi realizada pelos militares. Dentre esses, aparece Médici, encarnando e servindo como síntese de todos aqueles que, oito anos atrás, salvaram a pátria e que levarão o país rumo a um futuro de glórias.

Existe uma relação muito forte entre a história, a memória e a nação. A festa cívica, organizada pelo Estado convertido em nação¹⁵,

14 Janaina Martins Cordeiro (2014, p. 151-152) comenta sobre o esquecimento que se abateu sobre a figura de Médici depois do final do seu governo, mesmo tendo sido ele o líder durante os anos dourados do regime ditatorial: “No entanto, o ‘silêncio’ ao qual Médici se recolheu após o fim do mandato não está ligado apenas às características de sua personalidade. Para além desse aspecto, o general se dizia ‘injustiçado’. Em primeiro lugar, pelo próprio regime, que, como se ressentiam o ex-presidente e sua família, relegara-o ao ostracismo. Para ele, seus sucessores teriam assumido os méritos pela abertura e lhe reservado o peso e a responsabilidade de uma ‘herança maldita’. Diante disso, calava-se: ‘Não, eu não posso dizer nada. Tenho que ficar calado. Eu sou o arbítrio, eu sou a ditadura. A ditadura não fala’. Simultaneamente, ele sentia-se injustiçado pela sociedade que não mais reconhecia ‘sua obra’, mas representava-o cada vez mais como ditador, o carrasco de terríveis anos de chumbo. O general percebia a lenta transformação pela qual passava a sociedade e respondia, mais uma vez, com o silêncio: ‘Gostaria de desfazer alguns equívocos, colocar tudo em seu devido lugar, responder a algumas críticas, separar o gado. Mas ainda prefiro a lição do velho [Eurico Gaspar] Dutra. Aqui é minha rua do Redentor, a aguardar o julgamento da História. Só este me interessa”.

15 Renato Ortiz (2014, p. 98) resume bem essa preocupação de converter o Estado em nação: “Há, em primeiro lugar, um entendimento do que seria a sociedade, uma totalidade organizada em torno de um núcleo central. Nesse sentido, a observação de Joseph Comblin, a nação não difere do que se constitui formalmente como Estado, ou seja, toda contestação ao Estado é uma ameaça a seus fundamentos. A defesa da nação do perigo ‘comunista’ e ‘subversivo’ (não se pode esquecer a importância da Guerra Fria nesse contexto) torna-se uma obrigação do Estado. Este atua como defensor do caráter nacional, conjunto de valores que constituíram a essência da ‘verdadeira’ identidade brasileira (uma das críticas constantes à esquerda era de que ela se submeteria a uma doutrina ‘exótica’, importada do exterior, portanto contrária aos alicerces da identidade nacional)”.

tem como a sua principal missão tentar transformar um determinado acontecimento histórico em memória nacional¹⁶. Tudo isso com o interesse de legitimar o seu poder e continuar exercendo a dominação. A principal estratégia utilizada durante os eventos comemorativos foi juntar os heróis do passado – principalmente d. Pedro I – com o líder daquele presente, o Gen. Médici.

Os organizadores usam o desfile, um momento que “evoca uma força emocional e uma expressividade estética” (RYAN, 1992, p. 179)¹⁷,

16 A distinção entre história e memória, segue Pierre Nora (1981, p. 9): “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às comunidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”.

17 A análise do desfile toma como ponto de partida as ideias de Mary Ryan (1992, p. 179-180): “Traduzidos para a linguagem mais modesta dos historiadores, os relatos de paradas são apenas muito eloquentes. Primeiro, a parada oferece uma excelente documentação de culturas do passado, evoca uma força emocional e uma expressividade estética que faltavam a mera formulação literária de ideia e valores. Em segundo lugar, os relatos de paradas registram não só as ações, mas também as palavras do passado. Em uma parada, um corpo organizado (constituído normalmente por homens) desfilava pelas vias públicas para demonstrar uma identidade social comum. Em terceiro lugar, quaisquer que sejam os insights que possam ser extraídos de uma parada, oferecem um nível muito alto de generalidade [muita gente envolvida]. Essa performance pública era realizada diante de uma audiência enorme e incluía um grande número de participantes – nos casos extremos, uma única parada contaria com cinquenta mil pessoas desfilando e outros três quartos de milhão observando das calçadas. Finalmente, muitas paradas, inclusive as que serão localizadas na presente análise, tinham por base um certo nível de consenso público: eram criadas e organizadas por funcionários públicos democraticamente

para divulgar essa mesma ideia sobre a nação, para isso usam o “método de imitação da aprendizagem” (GELLNER, 1983, p. 29)¹⁸. As crianças que representavam os personagens históricos durante o préstito têm um lugar de destaque, especialmente aquelas que se vestiam como o primeiro imperador. Isso aconteceu nas ruas de João Pessoa naquele dia sete:

Em frente ao palanque oficial armado na avenida Epitácio Pessoa, um garoto de 10 anos, representando Dom Pedro I, montado num cavalo, parou. A cerca de 100 metros de onde ele estava, outro garoto representando um mensageiro correu em sua direção entregou algumas cartas. O primeiro leu as cartas e, depois de colocá-las numa alça levantou sua espada e proclamou a Independência do Brasil.

A multidão que assistia ao desfile de anteontem aplaudiu delirantemente a representação do que ocorreu às margens do Ypiranga há 150 anos (*D. Pedro desfilou a cavalo*, 9 set. 1972, p. 3).

Essa encenação estava integrada a outro ponto crucial do desfile, a apresentação dos carros alegóricos. Os três jornais pesquisados destacaram essa iniciativa, os veículos abordaram os mais diferentes temas:

eleitos, que concebiam esses suntuosos cortejos a fim de atrair e satisfazer toda a cidade. Ao focalizar esse tipo de comemoração, em vez das festividades dos feriados – dos quais só participavam grupos seletos da população – ou desfiles de caráter mais militante, pretendo reconstruir o retrato mais geral e mais explicitamente público que as cidades norte-americanas apresentavam de si próprias”.

18 Esse método é explicado por Ernest Gellner (1983, p. 29): “O método de imitação da aprendizagem é seguido quando uma família, uma unidade de parentesco, uma vila, um segmento tribal ou uma unidade similar pega as crianças nascidas em seu seio, permitindo-lhes e obrigando-os a participar da vida comum, somados a uns poucos métodos comuns, como adestramento, exercícios, preceitos, ritos de passagem, etc., acaba por convertê-los em adultos moderadamente similares aos da geração anterior. Assim, se perpetuam a sociedade e sua cultura”. No original: “The one-to-one, on-the-job method is practised when a family, kin unit, village, tribal segment or similar fairly small unit takes the individual infants born into it, and by allowing and obliging them to share in the communal life, plus a few more specific methods such as training, exercises, precepts, rites de passage and so forth, eventually turns these infants into adults reasonably similar to those of the preceding generation; and in this manner the society and its culture perpetuate themselves”.

descobrimto do Brasil; o padre Anchieta e a catequese indígena; os bandeirantes; Tiradentes, desfilando ao lado da forca; a integração nacional; o carro da SAELPA que lembrava a eletrificação rural; além dos carros, anteriormente citados, que faziam referência ao 14 Bis e à questão das 200 milhas.

O desfile cívico de João Pessoa é noticiado como o maior já ocorrido na cidade. A seguir o resumo do que aconteceu na capital paraibana:

A parada de Sete de Setembro de 1972, em João Pessoa, foi a maior e a mais concorrida já realizada na capital. Desfilaram os colégios, as empresas, a polícia militar, as tropas da Guarnição Federal, pelotões vindos de outras capitais, os escoteiros, os ex-combatentes e os bombeiros. Os carros alegóricos foram poucos, mas haviam novidades, como guardas de honra montadas a cavalo, motocicletas, bicicletas, muita beleza sob forma de mulher, muitas cores (especialmente verde amarelo, branco, vermelho e preto) e uma demonstração de garbo por parte dos participantes do desfile que fez o público aplaudir a maior parte do tempo (*Desfile do dia 7 foi o maior já realizado em João Pessoa*, 9 set. 1972, p. 1).

Essa é a face dos festejos que deveria ser mostrada, mas não é a única. Nem tudo seguiu o roteiro programado e alguns incidentes foram registrados. A União relata engarrafamentos durante e logo depois do término do préstito. O tumulto formado com o final do evento parece ter sido grande, três pessoas foram vítimas de atropelamentos, não ocorreram mortes, mas uma jovem teve as pernas quebradas. O jornal ainda aproveita para dizer que o movimento nas delegacias foi normal e não foi efetuada nenhuma prisão por desordem, “apenas quatro elementos foram presos, mas por motivo de embriaguez” (cf. *Trânsito: três atropelados no dia sete*, 9 set. 1972, p. 5).

A maior tentativa de quebra da ordem, encontrada nas páginas do jornais, foi causada por Isabel Maria Bandeira¹⁹, popularmente chamada de “Vassoura”²⁰. Essa senhora ficou conhecida em João Pessoa, e também na região metropolitana, por andar em um cavalo pelas principais ruas da cidade, vestindo trajes patrióticos e carregando uma bandeira do Brasil. Ela também se notabilizou pelo fato de perseguir as pessoas que gritavam seu apelido na rua. Um dos seus hábitos era participar da parada cívica do dia Sete, sempre marchava com seu cavalo à frente dos militares.

Durante o desfile do Sesquicentenário, Isabel Bandeira tentou furar o cordão de isolamento para fazer aquilo que sempre fazia, mas,

19 Algumas indicações sobre a vida e a personalidade de Isabel Bandeira são informadas por Martha Falcão, no documentário *A Caminhada do Paraíba do Forró*, dirigido por Paulo Dantas (2005). Nas suas palavras: “Ela era filha de Santa Rita, muito embora as raízes dela tenham sido Itabaiana [cidade do agreste paraibano, distante 70 km da capital]. Acredita-se que ela tenha se casado com Antonio Bandeira e lá tenha nascido o seu filho, Paraíba do Forró [José Antônio Bandeira]. Ele [o marido] a deixou na rua da amargura, porque além de ter arrumado outra mulher, a deixou com um filho pequeno nos braços para criar. Por ter o seu resguardo quebrado, as pessoas dizem que ela enlouqueceu. Isabel Bandeira se contrapunha as usinas e nos seus discursos fazia verdadeiras esculhambações contra as usinas, era da oposição. Como não gostava do seu apelido passou a andar com um cacete e quem a chamasse da Vassoura ouvia coisas horrorosas. Ela fez campanha para João Agripino [governador da Paraíba entre 1966-1971] e ele se tornou grato a ela. Tudo isso, porque as pessoas diziam que quando Isabel Bandeira ‘pendia’ para um candidato ele podia mandar fazer a roupa da posse. Tudo isso acontecia em Santa Rita, ela chegava ao mercado público e começava a cantar. Eu acredito que essa veia poética do filho para compor músicas de forró foi herdada da mãe. Ele [o filho] não tinha condições de morar com ela, já que ela era louca”.

20 No mesmo documentário José Antônio Bandeira, Paraíba do Forró, explica como a mãe ganhou esse apelido: “Minha mãe tinha uma burra chamada Pastora. E acontece que ela era tropeira e ela pegava a ruma de animal dela e ia levar os animais para se alimentar. [Nessas andanças] comprava jaca, manga, galinha para vender, essas coisas. Na época quando mãe passava e dizia: ‘vai Pastora!’ E os cabra gritavam: ‘vai Vassoura!’ Com a burra, não era com a minha mãe. Era com a burra. E acontece que mãe queimava ruim, né!? Quando o juízo pegava. Mãe queimava ruim mesmo, e lá vai, botava para dizer aquelas coisas. Que eu não vou dizer aqui, que eu não sou nem besta! Acontece que o trem que fazia [a linha] Recife/João Pessoa, pegou a burra de minha mãe e matou. 15 dias depois, quando ela vinha com os animais, aí a turma: ‘Isabel Bandeira, cadê Vassoura?’ Com a burra! Não era com a minha mãe – transferiram o nome da burra pra mãe. E quando minha mãe cruzando [gritavam]: ‘Vassoura, cadê a burra?’ Aí foi que pegou quente mesmo”.

segundo a matéria d'A União, não conseguiu. A nota encontrada sobre esse acontecimento foi escrita para desmentir a notícia, veiculada por uma estação de rádio – na matéria não é informada qual –, de que ela teria conseguido furar o bloqueio. Segundo o jornal:

Tudo aconteceu quando “Vassoura”, vestindo roupas confeccionadas com seda verde-amarela, lembrando cenas de um filme tropicalista, empunhando um estandarte de porte médio tendo em sua ponta a Bandeira Nacional, pensava ultrapassar o cordão de isolamento, na Epitácio Pessoa. Ela estava em seu cavalo, todo enfeitado com papéis amarelos.

Sendo impedida pelo policiamento, “Vassoura” indagava se não era patriota. Depois de muita conversa e da promessa dos repórteres em fotografá-la, “Vassoura” desistiu de sua ideia. O povo apenas observou o fato com murmúrios e risos, sem que a ordem fosse perturbada (*“Vassoura” não rompeu o isolamento*, 9 set. 1972, p. 5)

É possível pensar o lugar social de Isabel Bandeira, durante os festejos do Sesquicentenário, através das ideias que norteiam o livro de Eric Hobsbawm, *Pessoas extraordinárias* (1998, p. 7), no prefácio ele explica a abordagem dessa obra:

Este livro é quase inteiramente sobre a espécie de pessoas cujos nomes são usualmente desconhecidos de todos exceto de sua família, seus vizinhos, e nos Estados modernos, as repartições que registram nascimentos, casamentos e mortes. Ocasionalmente essas pessoas são conhecidas também pela polícia e por jornalistas em busca de uma “história humana”. Em alguns casos, seus nomes são inteiramente desconhecidos e impossíveis de conhecer, como os dos homens e mulheres que mudaram o mundo com o cultivo de safras no recém-descoberto Novo Mundo, importadas através da Europa e África. Alguns desempenharam um papel em pequenas, ou regionais, cenas públicas: a rua, a aldeia, a capela, a seção do sindicato, o conselho municipal. Na era dos moder-

nos *media*, a música e o esporte conferiram notoriedade pessoal a uns pouco deles que, em épocas anteriores, teriam permanecidos anônimos.

São as ações que tiraram “Vassoura” do anonimato e a tornaram conhecida em toda a cidade pelo papel que desempenhava nas ruas²¹. Contudo, a sua fama era de ser alguém que quebrava a ordem, era isso que a tornava conhecida da polícia e também dos jornalistas, que, cada um a sua maneira, lutavam, naquele instante, para deixá-la do lado de fora da parada. Sua tentativa de participação no desfile aparece como uma disputa pelo espaço público e naquele momento não havia lugar para pessoas que destoavam do que havia sido programado para esse evento cívico. Por isso, creio ser possível pensar Isabel Bandeira – uma mulher pobre, negra e tida como louca – como um bom exemplo de uma parcela da população que foi marginalizada pelas comemorações, ficando de fora dessa configuração da nação brasileira.

As comemorações chegavam ao seu desfecho com o **Correio da Paraíba** dizendo: “Foram seis meses de intensa movimentação da comissão estadual, mobilizando toda a rede de ensino público e privado do Estado, associações de classe e, sobretudo, o povo. Um exemplo típico do civismo paraibano” (*A Paraíba no Sesquicentenário*, 7 set. 1972, p. 5). Por mais que ao longo desses meses o Sesquicentenário da Independência tenha causado algumas inflexões no cotidiano dessa população,

21 Sérgio Botelho (8 dez. 2014, s/p), em um texto memorialístico, fala sobre a fama de Isabel Bandeira: “‘Vassoura’ vagava pela cidade, da manhã à noite. Não houve um só lugar entre Santa Rita e João Pessoa, segundo creio, em que ela, tal qual uma Anita Garibaldi suburbana, e, aparentemente, meio louca, não tenha estado. Todos os pessoenses, bayeenses e santaritenses, do pobre ao rico, do poderoso ao humilde, do patrão ao empregado, que viveram na mesma época de ‘Vassoura’, a conheceram, ou tomaram conhecimento de sua existência. Sua montaria – não sei quantas chegou a possuir – estava sempre descansada, tranquila e calma. ‘Vassoura’ trotava devagar, toda a vida. A não ser quando tinha que perseguir insultantes, principalmente meninos, coisa que não faltava no dia a dia de Maria Isabel. ‘Vassoura’ foi, durante toda a sua vida, uma peregrina urbana”.

nenhum desses eventos foi forte o bastante para provocar mudanças duradouras nessa comunidade.

Três dias depois do término do sesquicentenário, **A União** publicava uma matéria intitulada: *As dez vantagens de ser província* (10 set. 1972, p. 5), assinada por Diógenes Brayner. O cerne do texto está explícito no título e os dez pontos, de maneira resumida, são esses:

1. “A gente conhece todo mundo da cidade”;
2. “Sempre existe um ponto de encontro para um bom bate papo”;
3. “A desocupação em atravessar as ruas pela certeza de que um atropelamento é coisa bem difícil”;
4. “Alto grau de macheza (...) não admite as desmunhecadas dos metropolitanos”;
5. “Parentesco entre todas as pessoas”;
6. “Dinheiro não é problema (...) sempre aparece um colega de papo e de copo para financiar a cervejinha”;
7. “Tudo tem sua hora certa”;
8. “O clube é ainda o local mais frequentado nos fins de semana à noite”;
9. “Os comerciantes tem duas horas e meia para almoçar e tirar sua soneca”;
10. “Morre-se feliz em província (...) Porque se tem a certeza de que quase toda a cidade vai para o velório”.

A rotina provinciana da capital foi alterada durante alguns momentos dos festejos, as mudanças se concentraram em três episódios: a abertura das festividades (dia 21 de abril), a recepção dos restos mortais de d. Pedro I (dia 5 de julho) e a parada cívica (dia 7 setembro). Foi durante o desfile do dia sete que algumas pessoas foram atropeladas, contrariando o item três do texto de Brayner. No restante do tempo as comemorações não causaram grande impacto na rotina dessa população e mesmo os eventos que atraíram mais público se caracterizam pela sua efemeridade. Desse modo, poucos dias depois, tudo voltava ao seu ritmo normal.

O encerramento oficial foi com uma mensagem de Médici, lida em cadeia nacional de rádio e televisão gravada em cores. As cores não

estiveram presentes na capital Paraíba, o sinal colorido ainda não havia chegado e mesmo existindo aparelhos nas lojas nenhum ainda havia sido vendido. Esses aparelhos eram caros, custavam 8 mil cruzeiros à vista e 10 mil a prazo (cf. *Ninguém comprou tv a cores e lojas culpam preço e a repetidora*, 11 abr. 1972, p. 7). Vale lembrar que o valor do salário mínimo na época era de Cr\$ 268,80.

Essa mensagem foi divulgada integralmente na **Folha de São Paulo** com o título de *Que o Sesquicentenário inspire a obra de renovação* (8 set. 1972, p. 3) e também no **Jornal do Brasil**, sendo nomeado de *Presidente quer avanço com justiça social* (8 set. 1972, p. 3):

MEUS COMPATRIOTAS:

Recolhidos os restos mortais do fundador do Estado Brasileiro à Capela do Monumento do Ipiranga; silenciados os últimos aplausos das ruas de São Paulo ao grande desfile militar dessa manhã; e transposta a hora mais intensa das comemorações do Sesquicentenário da nossa Independência, quisera chegar à casa de quantos, por nascença ou opção, têm o Brasil por Pátria, para unir-se às alegrias, às emoções e aos votos de cada um, neste dia maior que todos os dias.

Assim procurei fazer também, a 21 de abril, quando começaram oficialmente os festejos, naquele imenso Encontro Cívico Nacional, na reverência a Tiradentes, o guia iluminado e consciente, o herói popular que a Revolução de Março consagrou como Patrono Cívico da Nação Brasileira.

(...)

Certo de que a História deve ser entendida como um processo de mudança, valendo as lições do passado para iluminar os rumos do porvir, quisera, neste fecho do dia do Sesquicentenário, que todos refletissem sobre o nosso tempo e os tempos vindouros.

(...)

Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz, o limiar da aberta claridade.

(...)

Peço a Deus que as motivações do Sesquicentenário sejam a inspiração permanente para a obra de renovação e mudança, em que estamos todos empenhados, em proveito do desenvolvimento fundado na justiça social.

Com vontade e imaginação, energia e coragem, trabalharemos ainda mais firmes na luta do dia-a-dia, nós todos que tivemos o privilégio de testemunhar este grande momento do Sesquicentenário.

O discurso faz um apanhado das partes mais importantes dos festejos, mas não se limita a isso. Começa pelo fim, ao remeter ao sepultamento dos restos mortais de d. Pedro I, juntando-o, em seguida, ao evento de abertura e à figura de Tiradentes. Desenha o Sesquicentenário como a porta para o futuro de uma nação grandiosa – como o regime militar gostava de alardear naqueles dias. Mantém a ideia de que o papel da história é atentar para as lições do passado e, dessa maneira, conseguir iluminar o futuro – é a formulação da “História como mestra da vida” [*Historia magistra vitae*²²]. O desfecho é voltado para a ideia de que essa formulação da nação seja o guia para um país ancorado na justiça social.

²² Essa concepção de história é definida por Reinhart Koselleck (2006, p. 42): “Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”.

Ao longo dos anos da ditadura existia o discurso de que os militares estavam apenas “arrumando a casa” para depois devolver o país ao regime democrático¹. Porém, não é isso que vimos na citação. Os regimes políticos e os homens que os governam tendem a acreditar na perenidade do seu poder. No instante que acabavam os festejos, o homem que liderava a nação exaltava a possibilidade de continuar esse projeto, sem nenhuma menção ao que foi dito quando chegou ao poder². Durante a festa cívica, as propostas de um regime híbrido³ e de caráter

1 O discurso de transitoriedade da ditadura e da consequente abertura para uma democracia também se fez presente durante o governo Médici, porém as ações da oposição eram sempre vistas como um empecilho para a efetivação dessa transição. Essa interpretação é encontrada no texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007, p. 259), que diz: “A continuidade da política de concentração de renda, a teoria do bolo (segundo a qual é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo), o arrocho salarial e sindical e a continuidade do fechamento político acabam acelerando a reação política, com o aprofundamento da guerrilha urbana e rural. Para os militares, foram ‘eles’ (a oposição) que impediram um segundo projeto de abertura [o primeiro seria no governo de Castelo Branco], agora sob a égide de Médici. Aproveitando-se do sucesso econômico do Milagre Brasileiro, do clima de euforia gerado pela vitória na Copa do Mundo de 1970 e da maciça propaganda em torno do Brasil potência (Brasil, ame-o ou deixo-o!, dizia o slogan autoritário do regime), ter-se-ia conseguido realizar no final da gestão Médici a transição para um regime democrático. Entretanto, conforme as palavras do general Leônidas, ‘(...) eles começaram com as bombas e os assassinatos!’. Também o general França Domingues, comandante militar de Brasília nos anos 1970, defende a tese de que o ministro do exército de Médici, Orlando Geisel – de quem era genro –, propunha uma abertura política no final do governo Médici: ‘(...) o período ideal para a volta da democracia era o fim do governo Médici. O próprio Médici achava isso. Era a melhor hora de fazê-la. Não havia oposição alguma dentro das Forças Armadas. Só não foi feita por causa desses atos provocativos, atos guerreiros. Guerrilhas, assaltos a bancos, greves. Isso atrasou a abertura”.

2 Marcos Napolitano (2014, p. 123) lembra que no seu discurso de posse Médici falava no retorno da plenitude democrática, nas suas palavras: “Em seu discurso de posse, no dia 30 de outubro [1969], o general Médici, homem de expressão cândida e simpática, surpreendeu até seus colegas de farda: ‘Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional [...] creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia aos direitos fundamentais do homem”.

3 Reis (2014, p. 31) comenta sobre essa característica da ditadura: “Assim, desde a gênese, o processo foi marcado por um certo hibridismo, um imbróglio maior que durou até o fim de seus dias. De um lado, em função da proposta de destruir pela raiz o varguismo e o comunismo, o Ato Institucional, o estado de exceção, a revolução, a ditadura. De outro, em virtude da necessidade de considerar o conjunto de forças que haviam se reunido para aquele desfecho, o respeito pela democracia, por seus

transitório deram lugar ao argumento de perpetuação dessa invenção da nação.

O FINAL DA FESTA

A festa cívica da Independência do Brasil foi uma tradição inventada pelo Estado, a comemoração do seu Sesquicentenário tentou, através de eventos grandiosos, deixar marcas na memória da população como um todo. Não creio que tenha conseguido.

No Brasil, no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, existiam diversas lutas que preconizavam mudanças que tornariam o país menos desigual socialmente. Essas lutas foram convertidas, pelas amplas forças conservadoras, em ações de “comunização” da sociedade⁴. Essa concepção ainda se fazia presente durante o Sesquicentenário da Independência, e foi explicitada pelo governador da Paraíba, em seu discurso, que comemorava o oitavo ano do golpe, ele explica como os militares salvaram o país da comunização:

Mas se nós procurarmos os dois marcos mais definitivos, aqueles construídos para sempre no chão da nossa Pátria, se procurarmos identificar o que de mais importante aconteceu no Brasil até hoje do ponto de vista político institucional, esses dois marcos foram a Independência de 1822, que completa agora 150 anos, e a Revolução de 1964, que para sempre afastou do nosso País, do nosso caro Brasil, o perigo do comunismo, o perigo da anarquia, o perigo da destruição, o perigo da morte. É este o grande acontecimento que estamos celebrando este ano, e particularmente hoje,

valores, formas e ritos, e as autolimitações, os prazos de validade”.

4 Como nos explica Motta (2006, p. 24): “Em resumo, o anticomunismo militar em vigor nos anos 1960, que, em grande parte, explica o comportamento das FFAA em 1964, era resultado da síntese entre um anticomunismo tradicional, construído em torno das narrativas sobre a Intentona, e novas conceituações elaboradas pelo pensamento militar no quadro da Guerra Fria, como guerra revolucionária e doutrina de segurança nacional”.

porque estamos aqui ao mesmo tempo em uma comemoração da Revolução de 31 de Março de 1964 e já nos começos da comemoração do grande feito que foi a Independência do Brasil (*Discurso do governador Ernani Sátiro*, 31 mar. 1972, p. 3).

Esse discurso clama pela continuidade, que é o traço mais marcante da versão de história propagada pelos festejos oficiais.

Os ditos heróis paraibanos só foram acolhidos dentro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e não saíram às ruas naqueles dias. Foi apenas nas páginas da revista do Instituto que os heróis locais ganharam força. Mesmo assim, de uma forma discreta: em um único artigo de apenas quatro páginas, publicado na edição de nº 20 (1974) – a primeira lançada depois de 1972. Esse texto, nomeado de *Sesquicentenário do Brasil independente*, é a transcrição da palestra proferida por Antonio Freire (1974, p. 102), divulgada pelo rádio durante a Semana da Pátria. Cito o parágrafo de abertura:

A Independência foi um presente do príncipe a um povo que tinha anseios de liberdade. A uma jovem nação que ansiava por sua emancipação política e administrativa. Milhões de brasileiros sequiosos por serem árbitros de seu próprio destino. O Brasil já se havia contaminando da flama patriótica, que levava Vidal de Negreiros a expulsar os holandeses, Tiradentes, Peregrino e Amaro [Gomes] Coutinho a se imolarem por uma pátria livre.

Nesse excerto, é seguido o mesmo caminho de boa parte dos textos que contaram a história da nação durante os quase cinco meses dos eventos do Sesquicentenário. Muito do que foi divulgado ressalta a capacidade de D. Pedro I de atender aos anseios da população do que viria a ser o Brasil. O herdeiro do trono, segundo Freire, seguiu a rota já traçada por outros nobres homens que lutaram contra os inimigos da nação. Não importa se quem estava do outro lado eram os holandeses

ou os portugueses e nem em qual século o enfretoamento aconteceu, a temporalidade e as especificidades que cada um desses acontecimentos encerra não fazia diferença para Freire. O que conta é que essas ações foram ressignificadas naquele presente como relevantes para conseguir a libertação do país e louvar os feitos individuais.

No final da citação aparecem, logo depois de Tiradentes, os nomes dos pretensos heróis paraibanos, ambos lutaram no movimento de 1817, e, assim como o inconfidente mineiro, “tiraram” a própria vida pela causa da independência. É importante frisar que eles não se ofereceram ao martírio, não foi isso o que aconteceu. Todos os três, cada um deles, no seu respectivo tempo e no seu respectivo lugar, foram mortos pelo mesmo poder real, liderado por d. João, o pai de d. Pedro I. A estreiteza dessa invenção histórica obriga seus formuladores a realizarem verdadeiros malabarismos com os acontecimentos do passado. Tudo isso, para que eles sirvam aos propósitos de uma determinada identidade nacional construída em um tempo também determinado.

No período da tarde de Sete de Setembro de 1972, dia do 150º aniversário da Independência do Brasil, as ruas de João Pessoa e de muitas outras cidades terminavam de ser limpas. O cotidiano das pessoas começava a voltar ao normal. Ainda existia, é verdade, um último ato: assistir a mensagem presidencial. Mas esta podia ser ouvida ou vista no aconchego do lar. Talvez pudesse até ser deixada para ser lida no jornal do dia seguinte. Não era mais necessário ir à rua ver a nação passar. E, assim, terminou o Sesquicentenário da Independência do Brasil...

REFERÊNCIAS

FONTES

A Paraíba no Sesquicentenário. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 5.

BRAYNER, Diógenes. As dez vantagens de ser província. In: **A União**, João Pessoa, 10 set. 1972, p. 5.

Cinquenta mil vão se concentrar hoje na Epitácio. **A União**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

Comemorações da Independência tem ponto alto com o desfile. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 8.

D. Pedro desfilou a cavalo. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 3.

DANTAS, Paulo. **A Caminhada do Paraíba do Forró** (2005). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gi05U2BI7y4>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

Desencontros. **Veja**, São Paulo, nº 333, p. 22, p. 12 jan. 1975.

Desfile do dia 7 foi o maior já realizado em João Pessoa. **O Norte**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 1.

Desfile terá tanques e batalhão contra a guerrilha. **A União**, João Pessoa, 5 set. 1972, p. 3.

Discurso do governador Ernani Sátyro. **A União**, João Pessoa, 31 mar. 1972, p. 3.

Dom Pedro I foi o mais homenageado no Sesquicentenário. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 1.

Doze mil desfilam hoje lembrando 150 anos da Independência. **O Norte**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

Esquema de segurança utilizará 290 homens amanhã. **A União**, João Pessoa, 6 set. 1972, p. 3.

Exu provoca reboleço na Lagoa. **A União**, João Pessoa, 1 set. 1972, p. 5.

FREIRE, Antonio. Sesquicentenário do Brasil independente. In: **Revista do Instituto História e Geográfico Paraibano**. João Pessoa, 1974, nº 20, p. 102-105.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: 1972.

Liceu, a grande atração da festa. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 3.

Mais de 50 mil viram o desfile. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 3.

Moças do Liceu vestem as bandeiras dos 22 Estados. **A União**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

Ninguém comprou tv a cores e lojas culpam preço e a repetidora. **A União**, João Pessoa, p. 7, 11 abr. 1972.

Normas para o colégio se apresentar. **A União**, João Pessoa, 7 set. 1972, p. 3.

Presidente quer avanço com justiça social. **Jornal do Brasil**, 8 set. 1972, p. 3.

Que o sesquicentenário inspire a obra de renovação. **Folha de São Paulo**, p. 02, 08 set. 1972.

Trânsito: três atropelados no dia sete. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 5.

“Vassoura” não rompeu o isolamento. **A União**, João Pessoa, 9 set. 1972, p. 5.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **Presença de D. Pedro II na Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: Ex Libris, 1982.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BOTELHO, Sérgio. A intrépida Vassoura. Disponível em: <<http://www.blogdobotelho.com.br/memoria-pessoense-a-intrepida-vassoura/>> Acesso em: 8 dez. 2014.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-143.

CAVALCANTI, Archimedes. **A cidade de Parahyba na época da Independência** (aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822). João Pessoa: Universitária, 1972.

CITTADINO, Monique. **Poder Local e ditadura Militar**: o governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru – SP: Edusc, 2006.

CORDEIRO, Janaina Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 151-163.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **1822**: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAORO, 1995, p. 567

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Vol. I.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Oxford – EN: Basil Blackwell Publishers, 1983.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 53-72.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinnelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____ e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução Irene Hirsh e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HUGGINS, Marta K. **Polícia e política: relações Estado Unidos / América Latina**. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica do tempo histórico**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Iara Aun Khoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Educ, 1981, p. 7-28.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p 92-104.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru – SP: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru – SP: Edusc, 2004.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representação da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tra-

dução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 117-210.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação**: entre a Monarquia e a República. Goiânia: UFG, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru – SP: Edusc, 2004.

APRENDER A MANDAR: José Américo de Almeida, a infância no engenho Olho d'água e o repertório político da vila de Areia¹

Luiz Mário Dantas Burity²

INTRODUÇÃO

No ano seguinte ao do meu nascimento, veio a Abolição e no outro foi proclamada a República. Ao dar os primeiros passos, ingressei num mundo renovado com seus pregões de fraternidade e liberdade e é o que se vê: um século de sangue e de pânico universal.

José Américo de Almeida (1976, p.15).

Aquele era o começo de um novo tempo e os mais velhos bem sabiam disso, tanto que se anteciparam ao veredito do parlamento e à

¹ Texto apresentado no XVIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB no Simpósio Temático “Sociabilidades e culturas políticas no Brasil Oitocentista”, coordenado pelas Profas. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano e Solange Pereira da Rocha.

² Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com orientação da Profa. Dra. Lúcia Grinberg. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: marioburity@hotmail.com.

assinatura da princesa. Enquanto a instituição escravocrata, pilar do regime imperial, ruía a olhos vistos, a elite agrária da vila de Areia, no interior da província da Parahyba do Norte, alforriou suas cativas, seus cativos e declarou extinta a escravidão naquela circunscrição municipal. Algum tempo mais tarde, o jornal *A Verdade* noticiaria com entusiasmo a emergência do novo regime, não era para menos. O pacto federativo concedia maior autonomia para as elites locais, com espaço privilegiado para a discussão política, instrumento que aquela gente sabia manejar. Em pouco tempo, algumas das lideranças do município tomariam as rédeas da política estadual, orquestrando uma oligarquia que se manteria no poder por quase vinte anos³.

Aos olhos de José Américo de Almeida, que ensaiava seus primeiros passos, as notícias que arrebatavam o mundo público decerto não passavam de uma agitação estranha que ocupava as conversas e sobressaltava os ânimos dos parentes mais velhos. Ainda assim, as mudanças, mas também as permanências que as envolviam, afetavam a sua vida. Elas estavam postas no cotidiano do engenho, na pobreza dos moradores e das moradoras, na subserviência com a qual eram tratados pelo senhor e pela senhora, na violência que perpassava a economia de relações desses sujeitos – suas condições de vida e trabalho, oportunidades de ascensão social, liberdade para ir e vir, violências dos símbolos e dos corpos etc. Ao passo disso, não lhe devem ter fugido aos olhos nem aos ouvidos aquelas reuniões na casa do avô paterno ou na sala de sua casa, quando os tios se reuniam para discutir política. Era uma gente poderosa, articulada com os proprietários da região e com os fazendeiros das paragens mais distantes.

3 Depois da Proclamação da República, Álvaro Lopes Machado e Walfredo Soares dos Santos Leal ocuparam os postos de presidente e vice-presidente de estado, alçando, em outras ocasiões, os cargos de senador e deputado. Entre 1892 e 1912, conforme Linda Lewin (1993), era possível falar de uma oligarquia Machado-Leal.

Esse repertório precisava ser transmitido de uma geração para a outra como uma forma de manter o poder político e econômico da família. Era dessa maneira, observando o mundo à sua volta, o comportamento dos mais velhos, os valores que cultivavam, os costumes que aprovavam e reprovavam na parentela e na criadagem, as diferenças que inscreviam limites e demarcavam hierarquias, que o menino aprendia o seu lugar naquela sociedade. Em outras palavras, era possível dizer que, de forma mais ou menos intuitiva, ele descobria o *habitus* de uma vida aristocrática. Entenda-se por *habitus*, na esteira de Pierre Bourdieu (1996[1986]), um conhecimento adquirido, tomado de um capital, e que se expressa como uma disposição incorporada, quase postural, dos sujeitos para se movimentar no mundo. Essa aprendizagem, relativamente destituída de intencionalidade, desenvolve capacidades e formas específicas de perceber o mundo (BOURDIEU, 2015[1979]).

A aprendizagem, conforme Lev Semenovitch Vigotski (2017[1934]), ocorre por meio da confluência do desenvolvimento do pensamento e da linguagem e tem como preceito, portanto, a socialização dos sujeitos. Há uma série de códigos que as crianças vão aprendendo ao passo em que interagem com adultos e outras crianças. Esses códigos são, por natureza, intersubjetivos, na medida em que são compartilhados e compreendidos por um grande número de pessoas, mas que também sofrem influência das vivências do sujeito que as apreende. Além disso, é preciso pensar que, por mais que as pessoas aprendam habilidades e símbolos ao longo de toda a sua vida, a meninice e a juventude são idades próprias dessas aprendizagens, nas quais o mundo é representado e toma efeitos quase que inatos na forma de movimentar o corpo e organizar as suas ideias.

Os grupos etários, explicava Shmuel Noah Eisenstadt (1976[1956]), podem ser pensados de acordo com as expectativas e as potencialidades que são postas para o conjunto dos indivíduos que as conformam. Em termos gerais, as gerações mais velhas esperam certa continuidade da ordem das coisas tais quais estavam postas até aquele momento, mas também é preciso demarcar as diferenças que dão significado a um novo tempo. Entre um caminho e outro, há gerações que inovam mais, o que geralmente se dá em tempos de crise, como estava acontecendo quando da emergência do regime republicano. Esses grupos, diga-se de passagem, costumam estabelecer suas solidariedades antes no interior de grupos etários homogêneos – nascidos em uma mesma época e que vivem um mesmo tipo de questões – que nos grupos etários heterogêneos – com uma hierarquia etária de valores e significados e, por essa razão, mais propensa ao conservadorismo.

O exercício do poder, ainda que circunscrito por uma economia de capitais, depende fundamentalmente do domínio de certas práticas. Herdeiro dos capitais político e simbólico de toda uma descendência de senhores de engenho, José Américo de Almeida aprendia a mandar. Começava pelo foro mais íntimo, aquele circunscrito pelos criados e criadas da casa, moradores e moradoras do engenho e seguia descobrindo outras formas de exercer poder. Logo cedo, ele deve ter percebido que essa não era uma prática condicionada ao seu nascimento, mas que dependia de certa postura e de uma política acertada de concessões e repreensões, coalhadas de liberdade e vigilância. Era possível notar isso no cotidiano de trabalho de seu pai ou, de uma maneira diferente daquela, nos comportamentos mais polidos dos seus tios. O mandonismo, explicava José Murilo de Carvalho (1997, s/p), “refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder”:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política (CARVALHO, 1997, s/p).

O objetivo desse texto é compreender a infância de José Américo de Almeida. Isso significa considerar os projetos de vida pública e privada que despontavam em seu horizonte, o repertório cultural e o aprendizado político, as sociabilidades, da família de maneira de geral e do menino em particular, as condições materiais e simbólicas da parentela. Com esse propósito, foram consultados os processos de ordenação dos dois tios padres, o tio paterno Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque e o tio materno Walfredo Soares dos Santos Leal; documentos pessoais de naturezas diversas; além de uma bibliografia sobre a história do município de Areia e a genealogia das famílias Almeida e Santos Leal, destacadamente *Brejo de Areia*, de autoria de Horácio de Almeida (1980[1958]), *Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba*, relato de Maximiano Lopes Machado (1983[1851]) e *No roteiro dos Azevedo e outras famílias do Nordeste*, escrito por Sebastião de Azevedo Bastos (1954).

O documento mais largamente utilizado para a elaboração deste texto, contudo, decerto foi o livro de memórias *Antes que me esqueça*, de José Américo de Almeida (1976). A narrativa permitiu acessar com maior atenção o universo de sensibilidades que o menino teria experimentado em sua primeira infância. A história das sensibilidades, explicava Sandra Jatahy Pesavento (2005, p.1), é uma área de pesquisa disposta a entender as tomadas de um conhecimento sensível que reconhece e traduz a realidade: “lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade, com os valores e os sentimentos”.

Entre a experiência narrada e a elaboração da narrativa memorial, no entanto, se passaram mais de oito décadas, período no qual a recordação virou uma imagem, ocupada por outras narrativas conhecidas *a posteriori*. As figuras do engenho, a título de exemplo, decerto tinham muito das molduras inscritas por dois textos lidos deveras vezes por esse escritor e que tinham espaço nas representações coletivas: *Menino de Engenho* de José Lins do Rego (1961[1932]) e *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (2013[1933]). Ponderadas essas variáveis, o propósito foi operar por contrastes, acessando as referências memoriais em relação aos seus contextos, testando as identidades que elas poderiam manter entre si.

A INFÂNCIA NO ENGENHO

Às duas horas da madrugada do dia 10 de janeiro de 1887, uma sexta-feira, nasceu o quinto filho de Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina Leal de Almeida. A parteira e as mulheres da família decerto não tardaram em providenciar cobertas que acalentassem o rebento. O pai deve ter ficado em outro cômodo da casa, com uma garrafa da cachaça que produzia em seu engenho e com a qual esquentava o corpo. Talvez tenha comemorado a notícia, era um menino⁴. É provável que fizesse frio, como é comum àquela hora da noite nas terras que circundavam a vila de Areia. Ainda que fosse verão, a altitude das serras onde o povoado se assentava era propícia às quedas bruscas de temperatura

⁴ O momento do parto, àquele fim de siècle, explicava Michelle Perrot (1991[1987], p.152-153), era privado e exclusivamente feminino: “o aposento comum, ou no máximo o quarto do casal, é o teatro em que ele se desenrola, do qual estão excluídos os homens, à ressalva do médico, que, com a medicalização do parto, passa a ser uma presença cada vez mais assídua à cabeceira da clientela abastada. Porém, por uma questão de diferença nos preços, e também pela tradição e pelo pudor, as parteiras continuavam ocupando uma posição dominante, embora em declínio”.

no período noturno, mesmo que durante o dia o sol varresse a terra com a luz e o calor comum aos trópicos⁵.

Chamaram-no José Américo de Almeida. Era esse o nome que deveria ter tido outra criança, de uma gravidez anterior àquela, e que não vingou. Um nome composto, como o de seu pai, o qual combinava a tradição católica do vocativo José com o significado histórico do termo Américo. Essa era uma designação comum na vila de Areia no final do século XIX, sobretudo depois do prestígio nacional alcançado pelo pintor acadêmico, também areiense, Pedro Américo de Figueiredo e Melo. Ao que tudo indica, foi uma escolha de sua mãe, sempre muito devota e que achava por bem homenagear o artista. Em compensação, economizaram no sobrenome, que restaria fechado à imponente linhagem secular de seu avô paterno, o que bastava em uma sociedade regida no espaço público pelo poder do pai, em prejuízo do clã materno, do qual não se podia alegar ausência de tradição e importância política.

Era uma família de senhores de engenho, que vivia dos rendimentos da cana-de-açúcar plantada em suas terras. Com a derrocada da economia açucareira, fazia tempo que aquele negócio não dava lucros vultosos. O engenho Olho d'Água era um dos maiores da região, ficava ao pé da estrada, a poucas léguas da cidade. O casal teve onze descendentes, para além dos quatro que não vingaram. O primogênito era Inácio, que desde cedo ficaria aos cuidados do tio vigário. Jaime foi o segundo filho. Depois vieram as duas meninas, Maria Amélia e Maria das Neves. Algum tempo mais tarde, José Américo. Dos herdeiros mais velhos, era esperada a continuidade do poder político da família. As meninas logo devem ter aprendido a cuidar da casa e dos irmãos mais

⁵ Disposta 622 metros acima do nível do mar, a vila de Areia costumava dispor da temperatura média de 25°C, variando pouco entre as estações do ano, dada a sua proximidade à linha do equador, oscilando de 34°C a 14°C durante o dia (ALMEIDA, 1980[1958]).

novos (PERROT, 1991[1987]). A despeito disso, os caçulas eram criados de maneira mais solta. Não era o caso de Hermenegildo, que tinha a saúde frágil, mas por certo foi o que aconteceu com Augusto, Miguel, Arcanja, Júlia e João.

As crianças ficavam aos cuidados da ama seca, ainda que com supervisão constante da mãe. Maximiana era uma mulher negra que deveria contar mais de trinta anos quando participou da criação do quinto rebento de sua patroa. Mas era de sua responsabilidade atentar a todos: a hora de comer, tomar banho e dormir, vigiar para que os menores não ficassem muito longe da casa, repreender suas traquinagens. Às vezes, D. Josefa intercedia, aos gritos – “Está chovendo. Não tome sol. Cuidado com o sereno” (ALMEIDA, 1976, p.69) – em outros, era preciso apelar para as histórias daquelas figuras extraordinárias que enchiam a imaginação das crianças de medo:

Não podendo usar energia, ameaçava a gurizada com a legião imaginária dos malfeitores noturnos, dispondo de uma polícia secreta para fazer comer, sair da chuva, tomar remédio, dormir. Só assim se fazia obedecer (ALMEIDA, 1976, p.30).

D. Josefa não aprovava a estratégia da ama seca e a repreendia sempre que a flagrava contando essas histórias mal-assombradas. Porém, o que se havia de fazer? Faltava-lhe autoridade para censurar as demasias das crianças, não podia colocá-las de castigo e decerto seria punida se apelasse para a repreensão física. A verdade é que, ainda nos primeiros anos de vida, as meninas e os meninos se davam conta do poder que tinham sobre ela, eram os seus donos, mais tarde seus patrões, e com ela ensaiariam essa fronteira tênue entre o mando e o afeto. Restava para si apelar para as vantagens que seu pensamento concreto levava sobre a abstração infantil e não os poupava desse catálogo de monstros

que vagavam pela estrada, se escondiam na mata, bagunçavam o galinheiro e o canavial.

Josefa Leopoldina Leal de Almeida era uma mãe “cuidadosa, mas sem carinhos; menos afetuosa que devota” (ALMEIDA, 1976, p.70). Casara aos quinze anos e contara quinze gestações, das quais quatro crianças morreram na primeira infância. Comandava os afazeres domésticos e a educação dos filhos e filhas. Em suas atividades cotidianas, dispunha da mão de obra das criadas, decerto ex-escravizadas ou filhas de escravizadas, libertas por terem nascido depois da promulgação da Lei Rio Branco de 1871 ou alforriadas junto a outras negras e outros negros do engenho, provavelmente ao dia 16 de fevereiro de 1888⁶.

Inácio Augusto de Almeida administrava o engenho, vigiava o trabalho dos moradores, indicava o que era preciso ser feito, cuidava da saúde deles e de suas famílias, decidia o destino da safra e o que fazer quando ela não dava os resultados almejados. O menino aprendia com ele como deveria se portar um senhor de engenho e o que era preciso fazer para que fosse possível manter a ordem: “Não tinha guarda-costa, os ‘cabras de confiança’ que os proprietários mantinham para a segurança pessoal, e nenhum criminoso viveu à sua sombra. Impunha respeito com o seu valor moral” (ALMEIDA, 1976, p.57). Era um homem de poder, sobretudo naquelas terras que levavam o seu nome.

A relação com o pai não guardava grandes intimidades: “nunca me tomou nos braços, nem me sentou na perna”. Apesar disso, “excedia-se em cuidados, só se tornando rigoroso para meu bem” (ALMEIDA, 1976, p.58). Era um tempo no qual a figura paterna se materializava como o pilar de uma família, simbolizava o seu triunfo e o seu fracasso. Tratava-se da “forma suprema do poder masculino, exercido sobre

⁶ Dia no qual, conforme Elpidio de Almeida (1946), os vereadores da Vila de Areia que ainda possuíam cativos e cativas concederam a esses e essas as suas cartas de alforria.

todos e ainda mais sobre os fracos, dominados e protegidos” (PERROT, 1991[1987], p.128). A instituição familiar, àquele fim de século, vivia uma transformação histórica nos seus padrões de socialização e sentimento. Nos modelos mais tradicionais, a família, explicava Philippe Ariès (2011[1973], p.X), tinha por missão, sentida por todos:

A conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher isolada não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas (ARIÈS, 2011[1973], p.X).

A essa altura dessa história, as crianças se tornaram o centro das atenções da mãe e do pai, objeto de todos os tipos de investimento, “afetivo, claro, mas também econômico, educativo, existencial” (PERROT, 1991[1987], p.148). Surgia um sentimento de infância. Esse novo estatuto implicava em novas formas de sentir – a felicidade do nascimento de um bebê, o sofrimento da morte de um rebento, a dedicação na escolha de seu nome, o esmero na sua educação e instrução. Ainda assim, deve-se notar que, no final do século XIX, a ideia de “interesses da criança” não existia. Tratava-se decerto de um sujeito vulnerável que carecia de cuidados especiais, mas que não se imaginava como um indivíduo tomado por vontades e destino próprios (ARIÈS, 2011[1973]).

Em uma sociedade agrária de tradição católica, acostumada a fazer da família extensa a célula de sua organização política e econômica, tais transformações tomaram características específicas. No engenho Olho d'Água, era possível encontrar crianças vivendo a sua infância – falava-se, é claro, do menino José Américo, seus irmãos e suas irmãs – mas até certo ponto. O tamanho da prole e o ambiente rústico da casa e do seu entorno limitava os cuidados com a saúde e a educação dos rebentos. Os meninos e as meninas viviam a brincar pelo engenho.

As preocupações mais sérias do pai e da mãe, àquela ocasião, decerto passavam pela saúde e educação religiosa deles e delas, logo cedo aprendiam a rezar e respeitar os mandamentos bíblicos.

O menino acordava sempre muito cedo e, entre uma volta e outra do engenho, devia encontrar o seu pai a dar ordens e questionar o trabalho dos moradores. Certo dia, o menino se ofereceu para tanger os bois que movimentavam a almanjarra e o pai permitiu que o fizesse. O garoto, no entanto, não se preocupava com mais nada, não lhe interessava o ritmo da produção. Vivia essa função como uma brincadeira de criança, concentrada nas ordens que definiam o movimento dos animais. Era uma rotina muito diferente daquela que tinha Marcelino, o filho de Maria Mulatinho, que retirava o bagaço da cana-de-açúcar já esmagada pela moenda. Chamavam-no por bagaceiro “entrava e saía com o fardo nas costas, encharcado de garapa e suor” (ALMEIDA, 1976, p.36).

À noite, eram fechadas as portas da casa grande e a família experimentava seu momento de maior intimidade. O pai tinha seu lugar em uma rede na sala. As meninas pegavam o punho da rede e o embalavam para o primeiro sono. Dormia-se cedo. Às sete horas, contava o menino em suas memórias décadas mais tarde, começava-se a bocejar, anunciando que já era hora de dormir (ALMEIDA, 1976, p.25). Antes disso, por volta das sete horas, aparecia a “moleca Francisca”, com uma bacia de água entre as mãos e uma toalha no ombro. Ela era cria da casa e não devia ter mais de doze ou treze anos. Era responsabilidade dela lavar os pés do senhor e sua prole.

Francisca era uma das criadas que roubavam a paciência da senhora. D. Josefa vivia a retalha-la aos gritos. Certo dia, a menina fugiu e, desde então, ninguém mais teria posto os olhos sobre ela: “Só mais tarde

pude compreender como essa guria se pervertera” (ALMEIDA, 1976, p.69). Ela vivia a tentar o filho do patrão, trazia a mão cheia de cajás, mas quando ele se aproximava, impunha por condição que mostrasse a genitália. Eram duas formas diferentes de viver a meninice. Ele, um menino de engenho, homem e branco, herdeiro do patrimônio econômico, político e cultural da família. Ela, a criada da casa, mulher e negra, desprovida de um sobrenome que lhe assegurasse qualquer destino, vulnerável às violências daquela sociedade escravagista e machista, que entendia o corpo negro e feminino como mercadoria.

O menino de engenho deve ter se dado conta desde muito cedo quais as diferenças que separavam a sua trajetória daquela que viveria a menina Francisca. Não era preciso que ninguém lhe falasse da superioridade física e moral das pessoas brancas que tanto se pregava nas teses científicas à época⁷. As diferenças estavam nos espaços que cada um ocupava na casa, nas tarefas atribuídas a ela e jamais atribuídas a ele, no tratamento dispensado pela sua mãe e pelo seu pai, nas oportunidades que um e outro eram capazes de vislumbrar para suas vidas. Mais do que isso e principalmente, ela tinha a pele negra como a maioria das outras criadas e dos outros criados daquela casa e das casas de elite que ele visitara em sua infância. Aprendia-se por associação, sem precisar pensar muito, quem mandava e quem obedecia.

Era assim que observava as crianças dos moradores. Elas viviam a andar nuas pelo engenho, para não sujar a pouca roupa que deviam usar mais tarde, quando o frio castigava os casebres de taipa. Eram crianças desprovidas de infância e com um horizonte limitado de pos-

⁷ A partir dos anos 1870, uma literatura cientificista – sobretudo marcada pelo positivismo, pelo evolucionismo e pelo darwinismo social – passaria a ser consumida pelos intelectuais brasileiros. Esses intérpretes, explicava Lilia Schwarcz (1993), compreendiam uma hierarquia entre as raças ditas civilizadas e aquelas que consideravam primitivas. Com essa régua, naturalizavam as diferentes condições de vida dos povos e legitimavam políticas de discriminação racial.

sibilidades para a sua vida. Trabalhar no eito com os seus pais e as suas mães ou correr ao largo da vida no engenho, em alguma cidade ou em outras terras, onde as oportunidades para a gente pobre e negra não eram muito melhores que aquilo. Em todo caso, entre os infantes da casa grande e as crianças dos casebres de taipa as diferenças persistiam até certo ponto. Em certa medida, era uma relação ambivalente, tomada de alguma indiferença, mas também regada de violência e afeição.

Joaquim, outra cria da casa, certo dia “tomou liberdades” com o filho do senhor. Pedira que abrisse a boca e fechasse os olhos e, quando este o fez, deu-lhe um soco. A ousadia custou uma surra e o filho do patrão não poupou, por um longo tempo tratou de acusá-lo por qualquer dor que sentisse (ALMEIDA, 1976, p.66). Em outra ocasião, o “moleque da bagaceira” o levou para ver as moradoras lavando roupas perto do riacho, onde havia uma cascata, ali a roupa molhada deixava ver mais do corpo feminino. A proximidade entre os dois corrompia a infância do garoto da casa grande, cheio de suas preces e seus pudores, desconhecidos no mundo que o seu amigo das aventuras mais perigosas conhecia. Joaquim descobrira desde muito cedo as licenciosidades da vida adulta. Mais tarde, foi flagrado se acostando com Francisca em um valado da propriedade. Teria ele um destino triste, réu da polícia. Matara João Urbano, o destilador de aguardente (ALMEIDA, 1976).

As diferenças entre as duas crianças eram parte de um cenário mais amplo de relações de poder, o qual demarcava os espaços que umas e outras personagens poderiam acessar, perpetuando diferenças entre pessoas de raças, gêneros e condições econômicas historicamente distintas. Tratava-se de uma cultura política que era perpetuada de uma geração para a outra. Em outras palavras, desde muito cedo, José Américo de Almeida devia estar ambientado com toda uma tradição, cujas

práticas e valores condicionavam, de certa maneira, a forma como esses sujeitos se organizavam nas esferas de poder.

UMA TRADIÇÃO POLÍTICA

No final do século XIX, as famílias Almeida e Santos Leal eram uma gente poderosa, com uma ascendência cheia de brios. Contavam-se histórias de pessoas que mandavam na região desde muito tempo, tinham participado das revoltas que se insurgiam contra os desmandos do governo central e se destacavam nos postos da administração pública que haviam ocupado. Essa narrativa, que guardava certa dose de romantismo, constituía uma tradição política. Entenda-se por tradição política, conforme Ann Swindler (1986), um conjunto limitado de padrões analíticos e significados, “noções e conceitos, formas de abordagem, esquemas explicativos, formas estilísticas e fórmulas retóricas a partir dos quais a sociedade pensava a si mesma” (ALONSO, 2002, p.53).

A tradição política que envolvia a ascendência do menino José Américo de Almeida era definida por um grupo de valores e práticas, algumas antigas e outras nem tanto, que caracterizavam a forma como aquela gente se deslocava nas instituições, fazia articulações com as elites locais e exercia poder sobre as populações mais pobres. Esses valores e práticas estavam enraizados em antigos laços entre grupos políticos, mas também dos senhores de terras com seus moradores, e que de certa forma construía as solidariedades que permitiam a manutenção da ordem política e a organização daquela gente na administração local, provincial e nacional. Essas estratégias para a permanência no poder de alguma maneira seriam aprendidas pelas crianças da família, fosse por meio das narrativas daquelas histórias dos ascendentes, as quais elas

conheciam sempre parcialmente, ou pela observação da atitude das pessoas mais velhas.

Essa tradição política fazia referência, pelo menos, à geração dos bisavôs e das bisavós de José Américo de Almeida, cujas famílias haviam se instalado por aquelas paragens no início do século. Luís José de Almeida e Albuquerque era filho de João Gomes de Almeida, o qual havia pedido terras na Paraíba em 1817 e ocupado alguns postos na administração local. Não há informações quanto ao nome ou ascendência de sua mãe. Sabe-se, no entanto, que esse sujeito desposou Joana, irmã de Francisco Coelho de Albuquerque. Por sua vez, Francisco Coelho de Albuquerque era senhor de uma das maiores propriedades da região, o engenho Várzea. Ele era casado com Ana Quitéria de Vasconcelos, filha de Alberto Cabral de Vasconcelos e Tereza de Jesus Maria de Vasconcelos, ele e ela descendentes de proprietários e proprietárias de terras nas proximidades do povoado do Brejo de Areia (BASTOS, 1954)⁸.

A ascendência dessas pessoas decerto era prioritariamente constituída, desde muito tempo, dos sesmeiros que se assentaram, em princípios do século XVIII, no Sertão de Bruxaxá, paragem que mais tarde seria designada como Brejo de Areia. A colonização daqueles sertões, como se deu em outras paragens, não deve ter passado sem conflitos, hostilidades com os povos indígenas, assaltos de bandos de ladrões ou disputas de poder e terras com outras famílias da região. Era um mundo no qual a segurança do patrimônio da parentela dependia, sobretudo, do poder de fogo da descendência e de suas redes de solidariedades com outras famílias da região. No primeiro quartel do século XIX, ao tempo

⁸ Esse texto padece de uma injustiça. A genealogia que segue descrita foi observada em documentos que não preservaram os sobrenomes originais das mulheres, guardando para si os seus nomes de casada, os quais eram, em verdade, testemunhos da ascendência do marido. Na medida do possível, tentou-se restituir suas identidades de nascimento, mas nem sempre foi possível.

das insurreições, a título de exemplo, a solidariedade dos parentes foi fundamental para a reconstrução do patrimônio dos grupos que participaram dos movimentos contestatórios como a Revolução de 1817 (MELLO, 2002; MARIANO, 2013[2005]).

Organizadas desta maneira, as famílias tinham por necessidade estreitar os laços, o que equivalia a ampliar as redes de influência política, mas não a ponto de dispersar os fortes vínculos que deveriam ser mantidos entre os grupos. Nesse tempo, os matrimônios dentro da mesma família serviam como estratégia política. As instituições administrativas tinham pouco poder diante do potentado dos senhores de terra nas vilas do interior do continente e, sobretudo, no mundo rural. Casavam-se primos e primas, criando um grupo reduzido, mas coeso de sociabilidades. Os laços familiares, a propósito, ficavam ainda mais fortes quando os primos se tornavam também cunhados, estabelecendo uma relação horizontal de confiança e solidariedade eficiente na manutenção do patrimônio econômico e político da família (LEWIN, 1993).

Depois do casamento de Luís de Almeida e Albuquerque com Joana, irmã de Francisco Coelho de Albuquerque, essas duas famílias, que provavelmente tinham laços de parentesco de outras gerações, estreitaram ainda mais os seus vínculos por meio do matrimônio de alguns de seus descendentes: Augusto Clementino, primogênito na linhagem dos Almeida e Albuquerque, contraiu núpcias com sua prima Arcanja Quitéria de Vasconcelos e, tendo ficado viúvo muito jovem, desposou posteriormente a irmã dela, Maria Madalena de Souto Maior⁹; João

⁹ A informação de que Arcanja Quitéria de Vasconcelos e Maria Madalena de Souto Maior eram filhas de Francisco Coelho de Albuquerque constava em Sebastião de Azevedo Bastos (1954). Os sobrenomes delas, no entanto, não foram informados pelo autor, tendo sido encontrados no processo de ordenação de Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque. Em todo caso, é provável que Francisco Coelho de Albuquerque e Ana Quitéria de Vasconcelos tenham denominado as descendentes em homenagem a parentes falecidos, preferindo manter seus sobrenomes. A prática de conferir à descendência sempre o mesmo sobrenome, conforme Linda Lewin

Carlos, o segundo filho, foi marido de Francisca Teodulina; Cândida, a quinta filha de Luís e Joana, teve bodas com José; Maria de Almeida e Albuquerque foi esposa de Luiz Coelho de Albuquerque, que se não era filho de Francisco Coelho de Albuquerque e Ana Quitéria de Vasconcelos, devia ser parente próximo, a julgar pelo sobrenome (BASTOS, 1954).

Acontecia que, no segundo quartel do século XIX, foram criadas instituições políticas importantes para a consolidação da unidade nacional brasileira, dentre as quais as assembleias provinciais, que se tornaram espaços capitais para a comunicação e as negociações entre as elites locais. Em meio a esse novo cenário, outras práticas se consolidaram enquanto estratégias desses grupos políticos para estender suas sociabilidades e garantir a permanência da parentela nos espaços de poder. A partir desse momento, os casamentos endogâmicos deram lugar às alianças matrimoniais, incluindo famílias de outras regiões. O fortalecimento das instituições de poder provincial colocava na agenda do dia a articulação de chefes políticos do litoral e do sertão, ampliando as redes de influência por uma circunscrição mais ampla do que aquela que outrora era demandada para a manutenção dos potentados locais (MELLO, 2002; MARIANO, 2014[2010]).

As mudanças não se deram da noite para o dia. A família Almeida e Albuquerque, a título de exemplo, usou das duas estratégias ao mesmo tempo. Tanto foi assim que os demais filhos do senhor Luís José de Almeida e Albuquerque e da dona Joana de Almeida e Albuquerque casaram com pessoas oriundas de outras famílias da região. Galdino contraiu matrimônio com Antônia de Souza Almeida, cuja ascendência habitava a região de Pilões de Dentro; Luís José de Almeida Filho des-

(1993), data do final do século XIX e início do século XX.

posou Sinhá Trindade; Ana contraiu núpcias com Bento Macambira; Francisca teve bodas com André Pires (BASTOS, 1954). Ainda assim, decerto havia uma hierarquia entre as duas práticas, o que assegurava, em primeiro lugar, as estratégias mais tradicionais, de modo que os primogênitos foram destinados às núpcias endogâmicas. A ascendência mostrava-se, portanto, parcialmente reticente às novidades, estabelecendo com os filhos e as filhas mais jovens alianças com famílias de localidades próximas, entre o brejo, o curimataú, o agreste e a várzea, dispensando o litoral e o sertão.

A família Santos Leal não contou muitos entrecruzamentos matrimoniais, talvez porque a descendência não tivesse esse passado tão longínquo nas esferas de poder local. Foi o bisavô e a bisavó por parte da avó materna do menino José Américo que constituíram o patrimônio político, econômico e cultural daquela gente. José Antonio dos Santos Leal fora criado por um tio comerciante na cidade do Recife, o qual desconfiava de sua inclinação pelo jogo de cartas. Contava Horácio de Almeida (1980[1958]) que esse tio o deportou para o povoado de Alagoa Grande, onde morou por algum tempo, exercendo o ofício de mascate. Casou-se com Maria José de Santana, moça da família Espírito Santo Coelho, procedentes de Cabaceiras. Assentou morada em Areia, onde montou uma casa de negócio e adquiriu propriedades no curimataú, dentre as quais a fazenda Jandaíra, com três léguas de terra, e que apANHARIA “cerca de 400 bezerros por ano” (ALMEIDA, 1980[1958], p.15).

Era uma gente de posses e que logo fez nome no cenário político local. José Antônio dos Santos Leal foi membro da Câmara Municipal e revolucionário na Confederação do Equador de 1824. Faleceu em 1834, ainda moço, mas deixando larga descendência, seis homens e seis mulheres. O primogênito era Rufino José, que também teve uma vida curta,

tendo morrido por ocasião da epidemia do *cholera morbus* em 1856. Casara com Rosalina, filha de João dos Santos, um rico comerciante de Areia, e não deixou descendente depois de oito anos de vida conjugal. O segundo filho, Antônio José, e o terceiro, José Antônio, ficaram cegos ainda jovens, por uma moléstia que decerto devia acometer sua hereditariedade, e restaram recolhidos à fazenda da família até o dia de suas mortes (ALMEIDA, 1980[1958]).

Ao tempo em que o pai morreu, teria assumido a chefia da família o tenente coronel Joaquim José dos Santos Leal, conhecido em toda parte como Major Quincas. Era ele uma das lideranças locais do Partido Liberal e que, por essa razão, deu abrigo e proteção aos sublevados na Revolta Praieira de 1849. A peleja resultou na prisão de dois dos seus irmãos, Manoel José e Antônio José, ao passo em que ele e seu cunhado Manuel Joaquim restaram foragidos na fazenda da família. As tropas do governo mandaram invadir a casa das famílias dos revoltosos, dentre as quais as residências do Major Quincas e de sua mãe, Maria dos Santos Leal (MACHADO, 1983[1851]).

Nesse tempo, as eleições que se aproximavam acirraram os ânimos dos políticos locais. O líder da oposição, o Dr. Trajano Alípio de Holanda Chacon, infringia ofensas deliberadas à amante do liberal foragido, que não deixou por menos. O conservador foi assassinado em uma emboscada. Em resposta a isso, foi assassinado Manuel Joaquim e presos Joaquim José e Manuel José. Desde então, a família se despedaçou. Os dois irmãos ficariam logo cegos, como acontecera com outros da família. Manuel José ficou louco e terminou seus dias na Fazenda Jandaíra. Joaquim faleceu no cárcere. A viúva Maria dos Santos Leal, perseguida pelos opositores e visada pelo chefe de polícia, acompanhada de suas filhas, teria caminhado à noite até um ponto onde alcançaram montaria e

fugiram para o povoado de Pedras de Fogo, onde conseguiram proteção. O delegado teria ainda mandado incendiar os pastos da fazenda Jandaíra com as suas muitas cabeças de gado (MACHADO, 1983[1851]).

Pacificados os ânimos, coube às mulheres assegurar a descendência. Mariana casou-se com Francisco Torres, mas não teve herdeiros; Maria Emília constituiu matrimônio com Mathias Soares Cavalcanti; Justina desposou Manuel Mota; Joana havia sido casada com Manoel Joaquim dos Santos Leal; Francisca e Paulina foram, respectivamente, a primeira e a segunda esposa de Manoel José Borges, juiz de direito daquela comarca (ALMEIDA, 1980[1958]). Seriam essas mulheres as mães dos herdeiros daquelas propriedades arrasadas e as pessoas responsáveis, junto aos seus maridos, da reconstrução da fortuna e importância política daquela família. Em todo caso, o fracasso político e econômico era conjuntural, a geração seguinte estava de volta ao poder e orgulhosa do sobrenome¹⁰.

A respeito da bisavó e do bisavô por parte do avô paterno do menino sabe-se muito pouco. José Soares Gondim decerto era filho de José Soares da Costa, mas não foram encontrados registros que dessem notícia do nome ou história de sua mãe. Josefa Maria da Purificação deveria ser parenta de José Antonio dos Santos Leal, provavelmente irmã. Não se conseguiu apurar se o casal teve outros filhos além de Mathias Soares Cavalcante. Todavia, Horácio de Almeida (1980[1958]) contava que esse fora herdeiro de parte da fortuna seu tio paterno José Alves de Lima, que não deixara descendência, mas destinou a outra metade de suas posses às escravizadas e aos escravizados que libertara.

¹⁰ Tão orgulhosa que perpetuou o sobrenome na descendência, em muitos casos, a despeito das referências às famílias do marido daquelas mulheres que asseguraram a perpetuação dos Santos Leal. A esse respeito, Linda Lewin (1993) observa a elasticidade com a qual eram atribuídos sobrenomes às crianças, os quais costumavam associar as referências mais convenientes da parentela tanto por parte do pai como por parte da mãe.

A sina daquela gente da fazenda Jandaíra contava de um tempo de transição entre duas formas de viver a política, em seu sentido mais amplo. José Antonio dos Santos Leal era de uma época na qual as grandes querelas com a Coroa eram resolvidas com armas de fogo em punho e reclames separatistas. Era assim que, em casos extremos, as elites reclamavam o excesso de impostos ou os desmandos dos administradores públicos locais. Os debates nas tribunas que sucediam os tempos de guerra eram, ainda assim, inflamados pela lembrança desses conflitos. Havia aliados de longa data e pautas a serem postas com paixão. Os protagonistas desses enfrentamentos eram senhores de terras encastelados em suas casas-grandes, que contavam com o apoio de outros proprietários e um exército de moradores e escravizados.

A despeito disso, havia um repertório que despontava com cada vez mais força no cenário internacional. Era o tempo da política no sentido mais estrito do termo, no qual a violência física não deve ser tolerada e todas as pautas precisam ser discutidas nas assembleias e nas câmaras, ou de maneira mais ampla na imprensa e demais espaços públicos. O instrumento político por excelência, nesse novo tempo, era o argumento, com seu poder de convencimento e negociação. Decerto isso não implicava que não houvesse hierarquias e outras formas de violência nesse cenário, mas esses recursos eram apelados de outras maneiras, por meio das redes de influência dos sujeitos, concessão de cargos públicos, poder de mediação, capacidade de arregimentar aliados. Em outras palavras, esse era um tempo de transição entre duas formas de fazer política.

Os herdeiros e as herdeiras dessa gente revolucionária viveram em um tempo no qual o comando imperial entrava em crise. A geração de 1870, explicava Angela Alonso (2002), colocou na agenda pública nacional alguns temas caros à estabilidade do regime monárquico. Discutia-se o fim do trabalho escravo e a laicidade do poder estatal. Também

os mitos de fundação que haviam assentado a unidade nacional foram questionados. Ao romantismo indianista insurgia-se o realismo e o naturalismo, calcados por uma forma menos arrebatada e mais racional de viver e pensar o mundo da cultura e a arena política. Na vila de Areia, nas três últimas décadas do século, despontaram instituições culturais e políticas nas quais a elite local discutia as questões do novo tempo, constituía suas próprias opiniões e agenciava seus direcionamentos para a política local, provincial e nacional.

Esse cenário cultural era tributário, em larga medida, de alguns personagens letrados que, no terceiro quartel do século XIX, tencionavam conferir àquela localidade ares mais ilustrados. Ao ano de 1859, era fundado o Teatro Recreio Dramático. A partir dos anos 1870, foi criado um gabinete de leitura e uma biblioteca. Um grupo formado principalmente por intelectuais passou a professar o espiritismo. Além disso, a arena pública era inflamada por discussões na botica, nos salões dos chefes locais e na imprensa. Havia o jornal *O Areiense*, fundado em 1877 e que ficou pelo menos três anos em circulação, sendo retomado em 1887 e seguindo por mais um ano; *O Século* surgiu em 1883; *A Educação* em 1886; *A Verdade* circulou por oito anos a partir de 1888, divulgando ideias abolicionistas e republicanistas (ALMEIDA, 1980[1958]).

As ideias abolicionistas tomaram assento àquela localidade, sobretudo a partir do ano de 1873, quando foi criada a Emancipadora Areiense¹¹. A proposta, enaltecia Elpidio de Almeida (1946), foi capitaneada pelo farmacêutico Manuel José da Silva Júnior, cujos esforços atraíram outras pessoas da elite local para a causa libertadora. Essas pessoas costumavam se comprometer com os intentos assinados em seu

11 Lucian Souza da Silva (2016) mostra que havia outras duas sociedades abolicionistas na Paraíba: a Emancipadora Paraibana, fundada em 1883 na Capital; e a Emancipadora “25 de Março”, criada em 1885 em Mamanguape.

programa de ação, dentre os quais a alforria dos seus escravizados e escravizadas. Os trabalhos daquela sociedade seguiam uma agenda semelhante àquela que estava tomando corpo em esfera nacional, conforme Angela Alonso (2015). Ao longo dos anos 1870, eram promovidas festas e outros eventos culturais que disseminassem a pauta abolicionista e desencorajassem o ímpeto escravagista.

À época em que essas coisas aconteceram, Augusto Clementino de Almeida e Albuquerque estava cansado das querelas da vida pública e dos problemas para administrar um engenho. Era um octogenário e tinha uma descendência adulta. Havia casado duas vezes, em ambos os casos com suas primas, filhas do irmão de sua mãe Francisco Coelho de Albuquerque – Arcanja Quitéria e Maria Madalena. Ao tempo em que casara pela primeira vez, morou nas terras do tio e sogro, onde nasceram os seus dois filhos mais velhos. Algum tempo mais tarde, adquiriu ou herdou o engenho Olho d'Água, uma légua de distância dali, onde foi morar com a sua família. Viúvo pela segunda vez, envolveu-se em um rapto consentido que escandalizou as famílias da região: sequestrou uma das filhas de José Pereira Cópque, “a quinquagenária e lunática Natinha [Ana Pereira Cópque]”, com quem contraiu matrimônio *a posteriori* (ALMEIDA, 1980[1958], p.154).

O primogênito da família era Inácio Augusto de Almeida. Depois dele, nasceram quatro, o cônego Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque; Minervina Benevenuta de Almeida Gouveia, como passaria a assinar depois de casada; Francisco Coelho de Albuquerque e Ângela de Almeida Cabral de Vasconcelos, cujo sobrenome apreendera igualmente da família do marido. A posição de primogênito pressupunha algumas expectativas e talvez por essa razão tenha tomado para si o mesmo destino de seu pai. Seria também ele

senhor de engenho, o que lhe asseguraria algumas regalias. Ao apresentar o seu avô em seu livro de memórias, José Américo de Almeida assim descrevia o “Velho Augusto” e a relação deste com o seu pai:

Pertencia a uma família de senhores de engenho. Tudo aquilo [o engenho Olho d'Água] fora seu, a terra, a casa, as fruteiras plantadas. Criara os filhos e vendera a propriedade a meu pai para ir pagando em prestações. O novo dono era seu filho e ele não dava voto em coisa alguma, apesar do respeito que lhe tinha meu pai. Mantinha essa reserva, sem se meter em nada (ALMEIDA, 1976, p.19).

A venda da propriedade, parcelada e a ser paga com os rendimentos da produção, era símbolo da transferência do seu capital político e econômico para o filho mais velho. O *habitus* de senhor de engenho era assim passado de pai para filho, provavelmente quando aquele tinha ciência de que seu sucessor seria capaz de manter o poder político da família e honrar o seu sobrenome. As gerações mais velhas, explicava Eisenstadt (1976[1956]), esperam das mais moças certo grau de continuidade do sistema social, ainda que algumas mudanças se impusessem sobre as pessoas adultas de um novo tempo, tomadas de novas potencialidades e novas obrigações, as quais se impõem sobre os sujeitos na forma de expectativas.

O pai “vendia” a propriedade para ele com o propósito de não desintegrar seu maior patrimônio, sobre o qual a unidade da terra era requisito básico para a garantia do poder. O filho mais velho saía assim à frente dos demais. Nesse aspecto, observava Sérgio Miceli (2001[1977]), ele costuma ser alvo de maiores investimentos econômicos e afetivos por parte do pai e da mãe, mas também por isso capitaliza maiores esperanças e responsabilidades para com o destino da parentela. Era dele o dever primordial de assegurar as condições materiais e políticas para

dar apoio e abrigo aos irmãos e às irmãs, ao pai e à mãe em casos de urgência. Em meio a esse cenário, observa-se a relação de maior proximidade que Augusto passaria a manter com Inácio e a descendência dele. A partir de então, o patriarca moraria em uma casinha no sítio, onde plantava café, e que ficava perto, permitindo-lhe visitar o primogênito, a nora, os netos e as netas todo os dias, sempre acompanhado de seu cachorro amarelo, que tinha o rabo enroscado (ALMEIDA, 1976, p.18).

O patrimônio da família, no entanto, não se limitava ao engenho e suas benfeitorias, ainda que esse seja um reduto importante pela quantidade de terras e números da produção, mas principalmente pela posição simbólica que a propriedade conferia ao seu senhor. Decerto que o título de senhor de engenho já tinha o mesmo valor que tivera na geração anterior, mas ainda era um capital importante. Em termos econômicos, é possível arriscar que a família não tivesse outras propriedades além do engenho Olho d'Água, tanto que precisou adquirir um sítio, no lugar Chã de Bujari, que pertencera a Francisco Bastos e era avaliada em quinhentos mil réis, para garantir a ordenação sacerdotal do seu segundo filho Odilon Benvindo. A compra não deve ter sido feita sem grandes esforços, restando para as outras herdeiras e o outro herdeiro uma porção cada vez mais minguada do espólio da família.

A família também contava, no entanto, com um vasto patrimônio político, cujo valor social, a propósito, devia ultrapassar em muito o significado dos investimentos econômicos, sobretudo no que dizia respeito ao destino das meninas. Em ambos os casos, as duas filhas do casal Augusto Clementino e Arcanja Quitéria fizeram bons casamentos, em se considerando, é claro, o que no século XIX era dito como um matrimônio bem sucedido, pensado antes em termos de sobrenome e possessões que em quesitos de afeto e liberdade. Em todo caso, o pai

não deve ter lhes destinado um bom dote, visto que tais casamentos restaram acertados em segundas núpcias ou com um membro da parentela. Minervina Benevenuta de Almeida Gouveia foi a segunda esposa de Benjamin da Cruz Gouveia, irmão do deputado provincial José Ernesto da Cruz Gouveia; Ângela de Almeida Cabral de Vasconcelos fez bodas com Arlindo Olinto Cabral de Vasconcelos, que devia ser parente de terceiro grau, a julgar pelo sobrenome (BASTOS, 1954).

Os homens conheceram esse patrimônio político e cultural de uma maneira diferente. Em seu caso, a dependência que essa tradição familiar possuía de algum substrato econômico era notável. O herdeiro primordial da família era Inácio Augusto de Almeida, que ocupou, àquele *fin de siècle*, a posição política que outrora pertencera ao seu pai. Era um dos nomes do Partido Liberal, seria vereador, conselheiro municipal e subprefeito. A despeito disso, o filho caçula ao que tudo indica ficou em segundo plano, restando para si uma vida prioritariamente alheia ao mundo público. Francisco Coelho de Albuquerque, homônimo de seu avô, casou-se com Tereza Cabral de Vasconcelos, mantendo a tradição de estreitar os laços de parentesco estabelecendo matrimônios entre primo e prima, como também ocorreu com a sua irmã mais nova. Aqui, no entanto, deve-se observar outra relação de força no uso dos casamentos endogâmicos, dessa vez essa é uma estratégia deixada para os descendentes mais novos e não para os primogênitos, restando como alternativa quando outros recursos se esvaíam.

A família Santos Leal, apesar de ter a vida de alguns de seus membros ceifada em meados do século XIX, a posição política e os rendimentos das propriedades igualmente arrasados pela oposição, dispunha de melhores recursos. A descendência das mulheres da família pode gozar das propriedades e meios de produção que os antepassados haviam deixado na cidade e no campo. Sabe-se que Mathias Soares Ca-

valcante e Maria Emília dos Santos Leal tiveram ao menos dois filhos e uma filha – Walfredo, Graciano e Josefa – e que dispôs de recursos suficientes para mandar o primeiro deles, provavelmente o mais velho, para estudar teologia em Roma. Walfredo Soares dos Santos Leal tornou-se vigário de Guarabira depois de um processo de ordenação que durou longos dois anos. A família dispunha ainda de condições suficientes para doar-lhe uma casa na vila avaliada em um conto de réis e que lhe serviria de patrimônio canônico. Além disso, foi herdeiro de uma parte considerável da fazenda Jandaíra, onde criava gado.

A respeito de Graciano Soares dos Santos Leal sabe-se muito pouco, apenas que ele foi procurador do irmão em seu processo de ordenação como padre. É provável que fosse um personagem adepto ao trato com as letras e com as questões burocráticas da vida pública, e não deve ter ficado sem recursos depois da morte do pai. A despeito disso, Josefa Soares dos Santos Leal casou-se com Inácio Augusto de Almeida. O casamento solidificava a aliança entre duas famílias que circundavam o Partido Liberal e que tinham grande poder de arregimentação de aliados na localidade, sobretudo depois que os irmãos de cada um dos cônjuges se tornou vigário de uma das cidades mais influentes da região – Odilon Benvindo de Almeida em Areia, Walfredo Soares dos Santos Leal em Guarabira. O casal recebeu de herança da família dela, uma parte, provavelmente diminuta, da fazenda Jandaíra.

A despeito do que acontecera com a família Almeida, na qual era possível flagrar um esforço dos patriarcas para assegurar a unidade do patrimônio nas mãos dos primogênitos de cada geração, o que não significava, porém, desassistir os demais, o patrimônio dos Santos Leal foi retalhado em várias partes, sobretudo a fazenda Jandaíra, que na geração anterior representava com tanto vigor o poder político e cultural

daquela gente. Eram duas formas diferentes de organizar a família, sobretudo em razão da história dos descendentes e da forma como eles se organizavam no poder. Enquanto os Almeida tinham o poder senhoriais por tradição, sendo o sobrenome e a terra as principais ferramentas de sua ação política, os Santos Leal se acostumaram a fazer valer o seu poderio econômico, do qual a descendência não abria mão. Em todo caso, a aliança entre as duas famílias era um sinal dos novos tempos, nos quais o poder dos chefes locais já não era o mesmo e a atuação política nas cidades se fazia imprescindível.

Em meados dos anos 1880, a pauta da abolição da escravidão cobrou mais força na agenda pública nacional. Ao tempo em que as notícias corriam nos periódicos ou mesmo de boca em boca pelas ruas da vila de Areia, os grupos abolicionistas ganhavam espaço e ampliavam suas estratégias de articulação política. Nesse tempo, o padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa pregava a alforria da mão de obra cativa em seus sermões na igreja, ao passo em que eram publicados regularmente em uma seção intitulada *Quadro Negro*, no jornal *A Verdade*, os nomes dos proprietários de escravizados da região (ALMEIDA, 1946).

A discussão alcançou a câmara pela primeira vez no dia 8 de agosto de 1887 com a pauta da cobrança de multa por escravizado ou escravizada mantida em cativo. Votaram contra Inácio Augusto de Almeida e Francisco Álvares da Silveira. Mais ou menos por essa época, o monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal, decerto bastante influenciado pela opinião pública internacional quando esteve morando em Roma, convenceu o pai a se juntar ao movimento. No dia 16 de fevereiro de 1888, os vereadores fecharam acordo pela extinção do trabalho escravo, aqueles que ainda não haviam alforriado seus escravizados e escravizadas assinaram as cartas devidas. O desfecho oficial se deu no

dia 3 de maio de 1888, dez dias antes da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. O conteúdo, no entanto, era ainda mais restrito, certificando a libertação feita *a priori*. Declarava, em letras douradas “Município Livre” e certificava que as escravizadas e os escravizados daquela localidade restavam “falecidos, mudados ou libertados” (ALMEIDA, 1946; ALMEIDA, 1980[1958]).

Tratava-se de uma transformação histórica, comemorada nas ruas da cidade e nos pátios das fazendas. Ainda que as hierarquias de outrora não fossem desaparecer de todo e que as condições de vida da gente pobre e negra não se alterassem significativamente, era uma grande conquista, a liberdade. José Américo de Almeida, que aprendia a falar, não deve ter entendido bem o que estava acontecendo, mas nem por isso as mudanças deixaram de afetar a sua vida. Aos quatro anos, talvez menos, faltou-lhe a ama seca que, até aquele momento, cuidara de suprir suas necessidades infantis:

Maximiana, a mulata trintona que ajudava a criar-me, despediu-se da casa, sem dar satisfação. Foi-se embora, sem mais nem menos, deixando de preparar-me o espírito para o choque que causava. Era desamorosa, mas dispensava-me cuidados que me faziam viver sempre agarrado à barra de sua saia. Eu necessitava de proteção e queria-lhe um bem enorme, porque morava nos seus braços e adormecia com a cabeça no seu colo (ALMEIDA, 1976, p.17).

Dessa vez, o capitão do mato não saiu à sua procura. Maximiana era livre para levar a sua vida ao largo daquele engenho, bem longe do menino chorão que lhe pedia colo, reclamava o afeto do qual provavelmente ela não conseguia fugir, mas que paradoxalmente a invadia com violência¹². A partir de então, ganharia outro destino, na cidade ou no

12 Conforme descrição de Luiz Felipe de Alencastro (1997)

campo, sozinha ou acompanhada, mas certamente à margem do que se almejava como vida digna naquela sociedade republicana. Se tivesse sorte, conseguiria emprego em uma casa de família, na lavoura ou em um estabelecimento comercial interessado em mão de obra barata.

O menino a havia procurado por toda a casa, na cozinha, nos quartos, na despensa, na capela, no terreiro, e na sua falta descobriu os dissabores dessa fronteira complicada de afeto e violência que envolvia essa sociedade ainda tão tomada pelos valores, sentimentos e comportamentos escravistas. Em seu tempo de criança, outros episódios lhe serviram de aprendizado das hierarquias que perpassam a vida no engenho, o tratamento dispensado pelo seu pai aos moradores, a subserviência desses na forma de cumprimentar, as suas condições precárias de vida. De outro lado, não lhe fugiam aos olhos as reuniões familiares, quando os parentes se reuniam na sala do engenho de seu avô e falavam de política. De certa maneira, José Américo experimentava no espaço privado algumas das contradições que, àquela ocasião, despontavam no mundo público.

Mais ou menos por aquele tempo, foi proclamada a República. Àquelas circunstâncias, era preciso reorganizar as formas de mandar. Os chefes da família ocasionalmente se reuniam entre si e com os correligionários no propósito de redirecionar as alianças e encontrar novas estratégias para estar no poder. Deu certo, os parentes do menino mantiveram ou ampliaram sua rede de relações. O seu tio materno, o monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal entraria para as lides do poder nos tempos da administração Álvaro Machado e mais tarde seria escolhido, ele mesmo, presidente de estado.

O menino de calças curtas decerto não foi informado de todo esse arsenal de experiências e conhecimentos que consolidavam o re-

pertório político de sua família. As informações, ao que tudo indica, lhe chegavam pelos cantos de parede, quando uma conversa dos mais velhos deixava escapar uma ou outra história do passado. Outras eram percebidas de forma mais intuitiva, como as muitas correlações entre os parentes do pai e da mãe – o caso do avô paterno que quando da morte de sua avó, casou com sua tia avó – todos sempre muito próximos uns dos outros e cujas famílias por vezes se confundiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aprendizagens mais fundamentais de uma criança perpassam os processos de observação e socialização. Ela tem acesso ao mundo de significados das pessoas adultas, argumentava Vigotski (2017[1934]), enquanto tentam se comunicar com elas ou observam como elas se comunicam entre si. Entenda-se por comunicação um processo que envolve a linguagem em suas mais diversas formas – o movimento do corpo, o tom da voz, a forma como os espaços são ocupados etc. Em meio a esse cenário, não seria estranho arriscar que, mais do que tudo aquilo que foi dito, o menino tenha percebido os códigos dessa sociedade oitocentista de fim de século, nas variáveis mais específicas de sua experiência no engenho da família, observando os modos de ser dessas pessoas que faziam parte do seu cotidiano.

Em meio a esse cenário, no entanto, é possível flagrar ainda algumas diferenças no que tange aos critérios de autoridade e geração. Eisenstadt (1976[1956]) explicava como a formação de grupos etários, com suas capacidades biológicas e intelectuais, é constituída culturalmente junto às potencialidades e obrigações destinadas a cada idade. O menino José Américo era assim tratado com os cuidados que era preci-

so ter em seus tempos de infância, o que lhe desobrigava de uma rotina de trabalho, mas o fazia emergir em todo um universo de cuidados com a sua alimentação, o banho e o sono, compreendidos à época como imprescindíveis ao crescimento saudável de toda criança. Fora assim com seus irmãos e suas irmãs. Francisca e Joaquim não tiveram a mesma sorte.

Há duas formas de sociabilidades fundamentais na formação das crianças e que, de alguma maneira, as introduzem no universo da autoridade e das hierarquias da sociedade na qual vivem. Eram elas a convivência com grupos etários heterogêneos e homogêneos. Conforme Eisenstadt (1976[1951]), as crianças aprendem a autoridade com o seu primeiro grupo de socialização, que é constituído prioritariamente pela mãe e pelo pai, que lhe garantem a segurança da qual carecem enquanto censuram as suas brincadeiras perigosas e menos adequadas. Ao passo disso, a relação com as pessoas da mesma idade, seus irmãos e suas irmãs, em alguns casos primos e primas, servem para balizar as próprias possibilidades e estabelecer critérios de concorrência. Esses personagens, dizia o autor, costumam ter desejos, necessidades, temores, fraquezas e incertezas semelhantes, sobretudo em relação ao futuro.

Em uma sociedade tomada por desigualdades sociais, raciais e de gênero entranhadas no seio da família extensa, no entanto, essas disposições de autoridade e competição ficam à mercê de uma régua estranha de violência e afeto. O primeiro universo de convívio do garoto, por exemplo, esteve demasiadamente tomado pela sua dependência da ama-seca, com a qual vivia uma relação complicada de autoridade. Ela era responsável pelo cuidado consigo, mas era também sua criada. O menino aprendia a hierarquia, portanto, não apenas como uma instância de afeto por sua condição de criança, mas como uma relação de

poder de um menino branco, filho dos senhores da terra, com uma mulher negra, descendente de escravizadas. Ao passo disso, havia Francisca e Joaquim, de idades próximas à sua, mas sobre os quais pesavam outras obrigações, expectativas e possibilidades. O menino assim descobria um universo de privilégios com os quais ele logo aprendeu a jogar.

As tradições, explicava Eric Hobsbawm (2012[1983]), têm por objetivo e característica a invariabilidade, impondo práticas fixas, normalmente formalizadas e que pregam uma repetição. Mas nem por isso são alheias às mudanças. Decerto que elas se ancoram em um costume que lhes confere significado. O costume, porém, nas sociedades tradicionais, tem por função “dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade e direitos naturais conforme expresso na história” (HOBSBAWM, 2012[1983], p.9). As famílias Almeida e Santos Leal viviam práticas e prezavam valores compartilhados parcialmente no espaço local, onde constituíram seu poder, mas também em âmbito provincial e nacional. À sua maneira, no entanto, cada grupo agia à sua forma a partir das experiências dos antepassados e da forma particular de acessar esse repertório cultural local, nacional e, sobretudo, estrangeiro.

O aprendizado político fazia parte do espaço doméstico. De alguma forma, todos esses acontecimentos, as muitas posições políticas ocupadas por seus parentes, os entrecruzamentos matrimoniais das suas famílias e aquelas muitas estratégias, as mais bem sucedidas e as que não deram certo, alcançavam a sua educação. Ela estava inscrita na maneira como deveriam ser respeitados o pai e os tios, no espaço destinado às mulheres na casa, no modo de tratar os moradores e as moradoras do engenho, na forma como se falava de política e nas questões que envolvia os parentes àquele tempo. O seu tio avô, criado nos tempos da “hidra

revolucionária”, de que falava Maximiano Lopes Machado (1983[1851], p.24) para se referir aos muitos conflitos dos tempos de independência e regência que inflamavam a política imperial, deve ter visto os parentes prepararem as armas para as pejejas.

Ao passo disso, José Américo de Almeida decerto ouvia falar dos debates no parlamento e na imprensa, das negociações com os aliados, das barganhas por posições no partido e nos cargos públicos. Possivelmente não entendia muita coisa, mas aprendia aos poucos o que era certo e o que era errado, definições que tinham por base aqueles mesmos valores e práticas experimentados de longo tempo, a experiência familiar e, em menor caso, de outras elites, o repertório em voga àquele momento. Nesse cenário, a memória fazia o seu papel na atualização das formas de estar no poder, contornava as narrativas e ensinava um final feliz. Em um ano e alguns meses seria proclamado o regime republicano, no qual essa elite teria papel preponderante, sobretudo em âmbito provincial. Ficaria como história o heroísmo daquela gente, assim marcada como abolicionista e republicana desde muito tempo.

REFERÊNCIAS

Processos de ordenação de Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque e Walfredo Soares dos Santos Leal. Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: 07 jul. 2018.

ALMEIDA, José Américo de. **Antes que me esqueça**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. 2 ed. João Pessoa, PB: UFPB, 1980[1958].

ALMEIDA, Elpidio de. **Areia e a Abolição da Escravatura**: o apostolado de Manoel da Silva. Recife, PE: Jornal do Comércio, 1946.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Epílogo. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil v.2: Império, a corte e a modernidade nacional.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. p.439-440.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888).** São Paulo, SP: Companhia das letras, 2015.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família.** Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011[1973].

BASTOS, Sebastião de Azevedo. **No roteiro dos Azevedo e outras famílias do Nordeste.** João Pessoa, PB: Gráfica Comercial Ltda., 1954.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento.** Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015[1979].

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996[1986]. p.74-82.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997.

EISENSTADT, Shmuel Noah. De geração a geração. Tradução de Sérgio P. O. Pomerancblum. São Paulo, SP: Perspectiva, 1976[1956]. (Coleção Estudos).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 52 ed. São Paulo, SP: Global, 2013[1933].

HOBSBAWM, Eric. Introdução, a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tra-**

APRENDER A MANDAR: José Américo de Almeida, a infância no engenho Olho d'água e o repertório político da vila de Areia

dições. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012[1983]. p.7-25.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1993.

MACHADO, Maximiano Lopes. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba.** 2 ed. João Pessoa, PB: UFPB/FURNE, 1983[1851].

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linguagem:** família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824). João Pessoa, PB: UFPB, 2013[2005].

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. A Paraíba e as (inter)conexões provinciais: elites, poder e redes familiares (1825-1840). In: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **A Paraíba no século XIX:** sociedade e culturas políticas. João Pessoa, PB: UFPB, 2014[2010].

MELLO, Evaldo Cabral de. Revolução em Família. In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal:** história e historiografia. São Paulo, SP: Editora 34, 2002. p.163-170.

MICELI, Sérgio. Poder, sexo e drogas na República Velha: estudo clínico dos anatolianos. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001[1977]. p.13-68.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada v.4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991[1987]. p.121-186.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuovo Mundo/Mundo Novo (En ligne):** Colloques, mis em ligne le 04 fev. 2005 Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em: 12 jul. 2018.

REGO, José Lins do. Menino de Engenho. In: REGO, José Lins do. **Menino de Engenho/Doidinho/Banguê**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961[1932].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2016.

SWINDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, v.51, 1986.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2017[1934].

POR UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR HÍGIDA: o compêndio história de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras¹

Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano²

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, momento de consolidação da nova nação, estava em curso nas províncias brasileiras a constituição de uma escola considerada moderna, e normas da ordem médica estiveram presentes nesse processo de escolarização. As elites políticas locais apresentaram-se em plena atuação nessa modelagem e estratégias de disciplinarização e regulamentação, embebidas de um discurso civilizador, ditaram regras para o espaço urbano e, especialmente, para a educação escolar. Durante o século XIX, na então província da Parahyba do Norte, a ideia de civilização circulou em diferentes discursos e o avanço e aperfeiçoamento da sociedade estavam associa-

1 Uma versão deste artigo foi anteriormente publicada nos anais do XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Visitante no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PNPD/UFPB). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) e do Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

dos a uma série de regulamentações que transformariam as instituições, o espaço urbano como um todo e sua população. Naquele contexto, o que estivesse na contramão da sonhada civilização deveria ser retirado de cena e, nessa trajetória, a relação entre higiene, desenvolvimento e progresso passou a ser evocada constantemente. A educação escolar como promotora de uma nova sociedade, fazia parte de diversas falas presentes na Parahyba do Norte e diferentes saberes e práticas estiveram, assiduamente, nas construções discursivas que objetivavam auxiliar na formação de uma província civilizada.

A medicina, que para Foucault (1999, p. 302) “é uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios”, se colocou como um dos suportes responsáveis por essa edificação, em nome da ordem, do progresso e da razão. Regulamentar a sociedade, normatizar o corpo-organismo, governar a população, finalidade e instrumento de uma nova forma de governamentalidade. As instituições, como as escolas, deveriam ser regulamentadas por uma forma específica de poder, um novo tipo de racionalidade governamental, a biopolítica, que tinha como alvo a coletividade.

Ao longo do Oitocentos, na Parahyba do Norte, preceitos de natureza médica passaram a infundir normas que iam do simples ato de lavar as mãos aos cuidados ortopédicos daqueles que frequentavam a escola. Diagnosticando doenças contagiosas, orientando a materialidade do prédio da escola, indicando os cuidados com o corpo e as roupas, prescrevendo a ginástica, divulgando a importância da vacinação e purgando o que era considerado pernicioso, isto é, produzindo saberes e poderes, a ordem médica foi consolidando um modelo hígido para a educação escolar, percurso que foi trilhado de mãos dadas com a elite política provincial, com o objetivo de instruir, ordenar e civilizar a po-

pulação. Uma série de indicações médicas circulava e se fazia presente na escola. Presença que se fez assídua, também, com os livros escolares de leitura, que faziam parte do universo instrucional em construção.

Logo, a crença na formação da infância, a partir da educação escolar, mobilizou diferentes agentes do governo e da sociedade, que passaram a investir cada vez mais nesse setor. Assim, este estudo tem como objetivo discutir regulamentações da ordem médica presentes no compêndio escolar, de autoria de Laurent Pierre de Jussieu, *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras* (1867), adotado nas escolas da província da Parahyba do Norte no século XIX. Utilizamos como fonte o referido compêndio e, a partir dele, compreendemos, no contexto de consolidação da nação, a presença de preceitos médicos no processo de escolarização na Parahyba oitocentista.

MEDICINA E ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA

A medicina buscou, durante o Oitocentos, modificar saberes, práticas, costumes, em matéria de salubridade, considerados contrários ao progresso, objetivando tornar o ambiente urbano higiênico. Nesse percurso, uma série de regulamentações começou a ser prescrita para eliminar e controlar o que não estivesse de acordo com esse projeto considerado civilizatório, e um dos alvos dessa empreitada foi o universo escolar. Para Elias (2011, p. 23):

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos [...] conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa

ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser muito difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização.

Civilização, de acordo com Schwarcz (1998), é um conceito abrangente, que comporta vários significados, indicando uma determinada situação política e cultural que está associada a noção de progresso. Essas ideias estavam presentes na Parahyba do Norte, especialmente a partir dos discursos de políticos, médicos, professores, literatos, advogados, que apontavam meios para a edificação de uma sociedade ordeira, disciplinada, instruída, higienizada, isto é, uma sociedade “civilizada”. Essas ideias também circularam na província a partir dos manuais de civilidade, que poderiam ser adquiridos, por exemplo, na Botica Imperial, conforme anúncios publicados em 1861, no Jornal *A Regeneração*. Tais espaços eram destinados para a venda de remédios e também para o comércio de livros. Obras diversas eram comercializadas, como a *Bíblia*, *Viagem de Gulliver*, *Lusíadas* e *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*. Durante esse período, esse gênero literário dedicado às boas maneiras ganhou força na província, eram guias compostos por regras de higiene, etiqueta, tratados de cortesia, que buscavam, com uma linguagem didática, difundir normas comportamentais vistas como civilizadas. (MARIANO, 2015)

Com o intuito de dar um caráter salutar e “civilizado” a província e, especialmente, a cidade da Parahyba, possuidora de uma topografia acidentada, a insalubridade passou a ser o foco da atenção dos poderes públicos, que buscavam meios para sanar tal problema. Frente à precariedade da higiene urbana, marcada pelos odores fétidos que rondavam o ambiente, lixo espalhado pelas sinuosas ruas, animais mortos, água estagnada, problemas nas edificações públicas e privadas, as elites po-

líticas discutiam uma variedade de propostas, considerando sempre a associação entre o meio social e o meio natural, para inibir elementos potencialmente perturbadores à higiene urbana. Para Machado et al:

Não é mais a ação direta e lacunar sobre a doença como essência isolada e específica que move o projeto médico. O “médico político” deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral. A inserção do indivíduo no social, a necessidade de conhecer o meio e agir para proteger o indivíduo de um perigo ao mesmo tempo médico e político não significa, porém, que a medicina sai do seu campo próprio de ação. Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível. Nasce o controle das virtualidades; nasce a periculosidade e com ela a prevenção. (1978, p. 155)

Estabelecimentos como escolas, cadeias, mercados, estariam marcados pela desorganização e foram apontados pelo saber médico como veículos propagadores de doenças e, ao longo do século XIX, como resposta ao diagnóstico feito, começaram a ser debatidos meios para a melhoria da saúde pública, com propostas de modificações urbanísticas e institucionais, com o intuito de neutralizar as doenças que assolavam a província, auxiliando os poderes públicos na tarefa de “regeneração” social, já que o estatuto da urbanidade estava se constituindo em torno da propagada civilidade e a medicina se apresentou nesse impulso de ressignificação do urbano.

No curso ministrado em 1976 como professor do Collège de France e publicado em forma de livro com o título *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (1999) discute as relações de poder e seus mecanismos de intervenção. A última parte do livro é dedicada a constituição, na

Modernidade, de uma *biopolítica*, que tomou a população como objeto de agenciamento do poder. Assim, o autor passa a discutir a biopolítica como um procedimento institucional de administração da coletividade. Com o aumento populacional e o crescimento das cidades, a vida em sociedade trouxe transformações que pediam intervenções para gerenciar a população, que até então não era considerada um problema. Com a biopolítica, as doenças passaram a ser discutidas. Sua forma, natureza, extensão, duração e intensidade ganharam destaque, como problemas permanentes de “subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que pode custar. Em suma, *a doença como fenômeno de população*” (1999, p. 290-291. Grifos nossos). Novas configurações das relações de poder estavam em cena e, ao Estado, cabia gerenciar o nascimento, a doença, a produção, a morte, desse novo elemento que é a população.

É importante salientar que o período de constituição da instrução elementar oitocentista na Parahyba do Norte, foi um momento rico, palco de intensos debates e prescrições para a edificação de uma escola considerada moderna. Para tal empreitada, elementos diversos foram sendo forjados para o alicerce desse processo de escolarização, como um tempo e uma idade escolar, um espaço específico e adequado para a escola, regras para a matrícula, material escolar, um arcabouço administrativo, condições para o magistério, dentre outros elementos. Inseridas nesse contexto de inovações que iam sendo discutidas e absorvidas, estavam às normatizações médico-higiênicas que ajudaram a compor as reordenações no tempo escolar, diferenciando-o de outros tempos sociais, com horários para aula, descanso, férias; na indicação de mais autonomia dos espaços físicos em relação a residência dos professores,

espaços construídos especialmente para abrigar a escola, com dimensões adequadas e regras hígidas para sua construção e manutenção; na ampliação dos programas de ensino, com a ginástica sendo prescrita; na recomendação de móveis adequados a idade dos alunos. (MARIANO, 2015)

Além de todos esses elementos, chama a nossa atenção a aquisição de alguns compêndios escolares com temáticas contendo saberes de natureza médica; tudo isso inserido numa movimentação ocorrida no interior da cidade, da sociedade, nesse processo de produção da escola. Nessa trajetória, uma proposta de educação escolar hígida foi sendo fabricada e as discussões travadas por médicos, políticos, professores, juristas, mostram como o período foi rico nos debates por uma educação física, moral, intelectual, isto é, por uma população moldada também pela pedagogia da higiene. Nesse movimento, a escola entrou no leque de intervenções médicas e as prescrições postas nos compêndios escolares que foram adotados na província indicam, além de outras questões, a penetração desse saber na educação escolar.

SABERES MÉDICOS NO COMPÊNDIO HISTÓRIA DE SIMÃO DE NANTUA OU O MERCADOR DE FEIRAS

Em 1848, o então presidente da província da Parahyba do Norte, João Antonio de Vasconcellos, falando sobre a instrução pública, relatou que havia uma falta absoluta de livros de boa leitura nas escolas e solicitou ao governo imperial a compra de sessenta exemplares do Catecismo de Fleury e História de Simão de Nantua. O presidente enfatizou que os livros eram de grande merecimento e apropriados aos educandos. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1848). Já no ano de 1850, Vas-

concellos, na exposição feita no ato de passagem do governo ao coronel José Vicente de Amorim Bezerra, reafirmou a compra e distribuição de sessenta exemplares do compêndio Simão de Nantua. (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1850)

História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras, livro de autoria do francês Laurent Pierre de Jussieu (1792-1866), teve sua primeira edição publicada em 1818 e foi reimpresso sucessivas vezes, com a última edição datada de 1900. As várias reimpressões indicam a sua grande aceitação e circulação. Foi uma obra premiada pela Sociedade de Instrução Elementar e, em 1829, recebeu uma continuação com o título “Obras póstumas de Simão de Nantua”, premiada pela Academia Francesa e que passou a integrar a segunda parte do livro.

Na edição de 1867 que tivemos acesso, o compêndio está dividido em duas partes, a primeira com 39 capítulos e a segunda com 8 capítulos. O livro possui 280 páginas e tem como personagens: Simão de Nantua, sujeito principal da história; um amigo de viagem, que é o narrador testemunha, e outras figuras que aparecem nos diálogos travados ao longo da narrativa. O mercador de feiras Simão de Nantua, como dissemos, é o personagem principal e, no desenrolar da história, por diferentes paragens ao longo do percurso, vai instruindo a população através de conselhos, reflexões, princípios, lições, entre outros ensinamentos sobre assuntos variados considerados relevantes. A sua experiência em muitas viagens teria o qualificado para falar sobre temas tão diversos, a exemplo de: medicina, educação, moral, religião, comportamento, alimentação etc. Essa é uma das estratégias utilizadas, por exemplo, nos manuais de civilidade, a presença de uma personagem experiente, com muitos anos vividos, o que denotaria alguém com propriedade para aconselhar.

O referido livro circulou em diferentes províncias durante o Oitocentos. Na Parahyba do Norte, o jornal *O Governista Parahybano*, na edição de maio de 1851, traz a seguinte publicação:

Ao inspetor de administração das rendas mandando fornecer ao professor de primeiras letras de Pombal, Francisco José da Rocha Formiga, quatorze lousas, [...], quatro compêndios de Simão de Nantua, e dois pares de tinteiros. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 17/05/1851)

Na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, observamos a circulação desse livro em vários periódicos de diversas províncias, a exemplo do jornal pernambucano *A Quotidiana Fidedigna*, que se apresentava como um periódico político, moral, literário e noticioso, publicando em 1835 anúncio de venda do compêndio. Outros periódicos de Pernambuco, como *O Olindense* (1832), *O Diário de Pernambuco* (1840), *A Época* (1890), trazem anúncios sobre *História de Simão de Nantua*. *O Diário de Pernambuco* de 1860 diz, inclusive, que o livro era usado em todas as escolas da província. Os jornais *Semanário Maranhense* (1868) e *O Noticiador* (1834), este do Rio Grande do Sul, trazem trechos do referido livro. Já os jornais *O Liberal do Pará* (1887) e *o Diário do Rio de Janeiro* (1832), publicaram muitos anúncios de venda. São jornais de diversas províncias e de anos variados que mostram a circulação assídua do compêndio em toda a nação brasileira durante o século XIX.

Sua circulação também se fez presente a partir da reprodução de algumas de suas passagens em outro livro de leitura bastante usado na Parahyba e em outras províncias, intitulado *O Livro do Povo*, de autoria do maranhense Antonio Marques Rodrigues. Em 1865, foi publicada a 4ª edição da obra e consta a informação que o livro passou a ser adotado também nas escolas primárias da Parahyba do Norte e Piauí, a partir

daquela data. Com 253 páginas, divididas em 14 lições, a obra aborda assuntos diversos como: 1- Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo, 2 – O vi-gário, 3 – Fábulas, - 4 – O bom homem Ricardo, 5 – Quadrúpedes úteis I, 6 – O professor primário, 7 – Moral prática, 8 – Evangelho de Lavra-dores, 9 – Quadrúpedes úteis II, 10 – Simão de Nantua, 11 - Máximas e sentenças, 12 – Da higiene, 13 – Receitas necessárias e 14 – O Brasil.

Na Lição 10 intitulada “Simão de Nantua”, Rodrigues retirou passagens do livro que enfocam ensinamentos da ordem médica para compor o seu compêndio: “Entendeis que o asseio seja coisa dispendio-sa? Por ventura custa dinheiro o ar que entra na vossa casa, ou a água com que lavais o vosso corpo, e os vossos móveis?” Com essa indagação, o autor passa a explicar a importância da manutenção da higiene da casa, dos móveis, do corpo, do ambiente em geral, elevando a necessi-dade da circulação de ar e da utilização da água, temas abordados com frequência. Para evitar doenças, a higiene deveria ser uma precaução natural e necessária, segundo os livros de leitura utilizados nas escolas.

Cólera, febre amarela, varíola e várias outras epidemias assolaram o Brasil e transformaram o tema da higiene em algo primordial. Naquele período, o campo profissional da ordem médica estava se es-truturando e a figura do médico, formado em faculdade e financiado pela nação, conquistou representatividade. Impulsionada em prol de uma missão higienista, a ciência médica passou a organizar propostas de intervenção e conformação da sociedade.

Nesse contexto, os médicos, formados nas faculdades da Bahia ou do Rio de Janeiro, começaram a reivindicar o monopólio dos saberes sobre a doença e a cura. A articulação entre Estado e medicina propor-cionou um maior controle social e esta passou a ampliar a sua atuação, antes privada e individual, para a normatização de espaços sociais cada

vez mais alargados. A medicina social, enquanto um dispositivo de poder/saber também *disciplinar* estruturou campanhas políticas de cunho pedagógico e moralizador, saneando espaços públicos e privados, visando a modificação de hábitos. De acordo com Foucault (2008, p. 35) “o século XIX viu nascer dois grandes mitos: o mito de uma profissão médica nacionalizada, [...] e o mito do desaparecimento total da doença em uma sociedade sem distúrbios [...]”. Nesse processo, a medicina começou a atuar em diferentes áreas como aquelas relacionadas com a cidade, com a população, a instrução, as crianças etc. Assim, espaços públicos e privados, bem como diferentes agentes da sociedade, passaram a ser descritos como atrasados, insalubres, doentes, o que demandou uma intervenção médica e, o campo da medicina que se preocupava com as respostas para os problemas sociais, era a Higiene. (GONDRA, 1998)

Com a criação das primeiras Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1832, o Estado imperial reconheceu formalmente a importância do saber médico institucionalizado para a propagação dos seus saberes e práticas. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tinha os cursos de medicina, farmácia e partos, funcionando na Santa Casa da Misericórdia. Segundo Gondra:

A FMRJ adotou inicialmente os estatutos da escola de Paris e os modificou nos anos seguintes à sua criação. Com essa alteração, o curso foi estruturado em três seções: ciências acessórias, medicina e cirurgia, totalizando catorze cadeiras, cada uma com um regente e dois substitutos, reservando-se aos lentes o direito de jubilação (aposentadoria) aos 25 anos de trabalho. O novo currículo previa também a ampliação e valorização da cadeira de higiene, que no final do século viria a ser uma das principais áreas de pesquisa, sobretudo na FMRJ. (2004, p. 70-71)

De acordo com Foucault (2010), o fenômeno da urbanização, no século XVIII francês, ajuda a entender a constituição da medicina social. Com o intuito de edificar a cidade como uma unidade, economicamente e politicamente falando, foi instaurado um esquadramento de controle do espaço social. Com o desenvolvimento das estruturas urbanas, a medicina foi chamada a intervir, já que a organização sanitária das cidades era fundamental para suprir a necessidade de um corpo urbano homogêneo. Nesse processo, a primeira preocupação da ordem médica foi analisar os lugares de acúmulo de líquidos e sólidos, ou seja, água estagnada, esgotos a céu aberto, lixo, entulhos, enfim, tudo o que pudesse provocar doenças deveria ser evitado. Em seguida, controlar a circulação dos elementos, em especial, água e ar. Acreditava-se que,

o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar, então, era considerado um dos grandes fatores patógenos. Ora, como manter as qualidades do ar em uma cidade, fazer com que o ar seja sadio, se ele existe como que bloqueado, impedido de circular, entre os muros, as casas, os recintos. (FOUCAULT, 2010, p. 90)

A medicina urbana deveria, portanto, garantir uma boa circulação de ar e água, elementos considerados essenciais para a saúde da população. Por fim, segundo Foucault (2010), a medicina deveria organizar as *distribuições e frequências*, isto é, posicionar bem e fazer funcionar, por exemplo, fontes e esgotos. Nesse caminho, a medicina social foi se constituindo, deixando de ser privada, individual, para se tornar coletiva, urbana, socializando o seu saber e a sua prática.

Na Província da Parahyba do Norte, ao longo do século XIX, o saber médico ampliou o raio de sua atuação, não se restringindo apenas aos cuidados com o corpo individual, ramificando a sua intervenção a diferentes estratos do tecido social. Em um contexto caracterizado por problemas sociais, econômicos, de saúde, em um processo de urbanização e crescimento demográfico, a chamada medicalização da sociedade foi se efetivando, a partir de uma intervenção diversificada e autoritária. Nesse caminho, escolas, cemitérios, matadouros, cadeias, edificações privadas, feiras, ruas, costumes, enfim, todo o ambiente urbano e sua população passaram a ser diagnosticados e medicalizados. (MARIANO, 2015)

Baseado também no discurso médico, começou a emergir uma nova concepção de cidade. Nesse processo, o saber médico e os discursos do poder provincial em nome da ordem, da civilização e do progresso, pregavam a higienização das práticas, costumes, usos, numa estratégia para sanear a população e o seu meio, e a escola estava inserida nesse contexto. O saber médico, assim, a partir de leis, regulamentos ou conteúdos escolares presentes em compêndios, esteve presente nas discussões sobre a edificação de uma escola considerada moderna.

No livro de leitura escolar *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras* (1867), como dissemos anteriormente, saberes da ordem médica estão presentes em muitas passagens, mas em alguns capítulos, os ensinamentos são específicos e mais enfáticos, a exemplo do capítulo XIII intitulado “Simão de Nantua faz uma proclamação sobre as vantagens e história da vacina”. Ao falar sobre vacinação, conta a história da descoberta da vacina e, em seguida, conversa com uma mãe sobre os seus benefícios: “havendo estabelecimentos públicos para a vacinação, espereis que venham as bexigas naturais ameaçar a existência de vossos

filhos?” (JUSSIEU, 1867, p. 54). A varíola³ é uma doença infectocontagiosa viral que acometeu muitas pessoas na província da Parahyba do Norte e a vacinação não alcançou níveis desejados, tomando proporções epidêmicas em várias ocasiões, acometendo principalmente a população pobre. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1849, p. 19).

Para Chalhoub (1996), no início do século XIX, a obrigatoriedade da vacinação de crianças se fazia presente na Corte, e os pais ou responsáveis ficariam sujeitos a multa, caso desobedecessem. A recusa era grande entre crianças e adultos e, segundo o autor, décadas depois, a visita domiciliar passou a ser a principal estratégia dos higienistas para conseguir a propagação da vacinação.

Laurent Pierre Jussieu segue em defesa da vacinação, falando da importância desta para a prevenção da varíola e para o não comprometimento das gerações futuras, pois “a população compromete a existência da geração nascente não vacinando” seus filhos e “alimentando um mal contagioso” (JUSSIEU, 1867, p. 55). Há, no livro, uma clara preocupação com as crianças que não estão sendo vacinadas. Na Parahyba, uma série de legislações começaram a normatizar a vacinação entre as crianças para frequentarem a escola. No Regulamento Geral da Instrução, publicado em 20 de janeiro de 1849, no item sobre *Disciplina*: Art. 9º- “Nenhum menino será admitido nas escolas sem que prove ter tido bexigas, ou sido vacinado. [...]” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 22-23). Na teoria, a vacinação passou a ser um requisito para a admissão dos alunos

3 Conforme Chalhoub (1996, p. 102), “a história do combate à varíola é a história da inoculação e, posteriormente, da vacina, e suas origens perdem-se na noite dos tempos. A ideia da inoculação do pus variólico originou-se provavelmente da crença, presente em tradições da medicina popular em várias partes do mundo desde a mais remota antiguidade, de que certas doenças poderiam ser evitadas através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir – tal aplicação poderia ser natural, ritualística, ou uma combinação de ambas as coisas, como ocorreu com frequência no caso da inoculação do pus variólico ou variolização.”

e estes deveriam também provar não padecerem de moléstias contagiosas, como a variola.

Além do pré-requisito da vacinação, prescrito pelo Regulamento de 1849, a revista de asseio deveria ser feita diariamente. A higiene pessoal e o vestuário faziam parte da revista, os alunos deveriam frequentar as aulas limpos e bem vestidos. Em *Simão de Nantua*, o asseio foi o foco do capítulo XIX: “Simão de Nantua mostra a utilidade do asseio, e como até a gente mais pobre pode ser asseada”. Nessa passagem do livro, ao buscar abrigo em uma cabana por causa de uma tempestade, faz uma análise de um ambiente não higiênico: “não há nada pior do que respirar sempre um ar infecto” (JUSSIEU, 1867, p. 87). No século XIX, a medicina indicava, dentre os preceitos considerados higiênicos para qualquer edificação, a circulação de ar. Tal medida garantiria a renovação do ar e, conseqüentemente, a pureza no ambiente. Seguindo os passos de seus conselhos, também indica banhos e roupas limpas, para o asseio individual. Tais prescrições comungam com o que a legislação indicava para o ambiente escolar na província da Parahyba, e com a adoção desse compêndio no universo escolar, essas propostas, provavelmente, deveriam ser reforçadas com a leitura desse material.

Jussieu salienta que a higiene é fundamental para a saúde das pessoas, assim, nos seus escritos, aconselha um ar renovado nos ambientes, uma casa arejada, sem umidade, com louças e móveis limpos, não esquecendo das pessoas que habitam o ambiente, que deveriam fazer a higiene corporal com banhos e usar vestes limpas. Para ele, “a miséria não pode desculpar a falta de asseio” (JUSSIEU, 1867, p. 87), pois água e ar existem em abundância. Nos trechos sobre saberes de natureza médico-higiênica, o autor traz como interlocutores indivíduos pobres, em uma associação direta entre pobreza e falta de asseio.

Indicando regulamentações médicas para ambientes e indivíduos, Jussieu reforça o discurso que fazia parte da elite política na Parahyba do Norte naquele contexto. Como dito, essas falas estavam presentes na legislação vigente. No Regulamento da Instrução de 1860, por exemplo, permanece o requisito da vacinação e do não padecimento de moléstias contagiosas para admissão dos alunos, bem como outras prescrições sobre o ambiente escolar:

Art. 15 – § 11 Contratar casas para as escolas [...] tendo atenção a que as casas sejam espaçosas, salubres e decentes. [...]. Art. 59 – Não serão admitidos a matrícula as escolas: § 1º Os meninos que padecerem de moléstias contagiosas; § 2º Os que não tiveram sido vacinados. [...]. Art. 62 – As casas, em que forem as escolas estabelecidas terão as proporções indispensáveis. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 26)

As lições de *Simão de Nantua*, além de refletirem preocupações com o espaço físico de um ambiente, com a vacinação, a higiene pessoal ou os perigos das enfermidades advindas com a falta de asseio, também atentam para a alimentação. Condenando a falta de equilíbrio na alimentação, o autor associa a saúde a moderação, visto que, para ele, “a gula é como outros vícios, isto é, encarrega-se de castigar aqueles que se deixam seduzir por ela” (JUSSIÉU, 1867, p. 128). No capítulo XXIX, a partir da história de dois jovens irmãos que são castigados por terem sido gulosos, o autor destaca a necessidade de não exagerar na alimentação. Na realidade, ao longo do livro, condena todo e qualquer excesso, seja na alimentação, nas bebidas alcoólicas, na preguiça ou na inveja. Há sempre uma associação em seus ensinamentos entre o que é considerado saudável e o que é visto como virtude.

Em “Medicina de Simão de Nantua”, traz uma série de preceitos que apontam para a necessidade da população de praticar uma medici-

na preventiva. Nos seus princípios, deixa claro que todos podem buscar instruções para uma vida saudável, evitando qualquer vício, visto como “uma raça fecundíssima”, sendo “raro o que não possa gerar cem moléstias” (JUSSIÉU, 1867, p. 236). Nessa última parte do livro, retoma as discussões sobre asseio, salientando que a sua falta “é também uma espécie de ferrugem que pode usar o corpo e alterar a saúde” (JUSSIÉU, 1867, p. 240). Apesar de fazer toda defesa de uma medicina preventiva a partir da adoção de hábitos considerados apropriados, hábitos que deveriam ser praticados a partir da instrução que cada indivíduo deveria adquirir sobre higiene, o autor não descarta a figura do médico, e diz que se precisar, “recorreis prontamente a um médico, capaz de vos curar”, mas faz um alerta: “desconfiai dos charlatães, que tem remédios para todas as moléstias”. (JUSSIÉU, 1867, p. 241-242)

Tais discursos reiteraram, portanto, as discussões da época. Assim, centralizada pelo poder provincial, a instrução era vista como um caminho para a almejada civilização, um instrumento capaz de fundar uma nova sociedade. Nesse projeto, a medicina continuou a intervir, falando em nome da ciência, ditando regras, racionalizando o espaço escolar para uma melhor ordenação dos alunos.

Com uma linguagem clara, falando diretamente para a população pobre e condicionando a promoção da saúde apenas aos cuidados que essa população viesse a tomar consigo, atrelando o meio social ao meio natural, os ensinamentos contidos no livro *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras* (1867) condenavam a falta de asseio e indicavam meios para uma educação integral. Os ensinamentos veiculados no compêndio buscavam inculcar hábitos, modelar corpos e eliminar atitudes consideradas viciosas, tendo a infância como um dos seus alvos, mas não esquecendo a população como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As normas de natureza médica estiveram presentes de forma mais enfática, na segunda metade do século XIX, na fabricação de uma concepção de educação escolar. Prescrições variadas são encontradas na legislação vigente, nos relatórios dos presidentes da Parahyba do Norte e dos diretores da Instrução Pública, e nas discussões e debates dos que defendiam uma educação escolar higiênica e higienizadora. Nesse percurso, a mensagem da higiene, indicada pela ordem médica, também esteve presente nos compêndios escolares adotados na província.

Formar as novas gerações passou a ser tarefa fundamental no amplo projeto de construção e consolidação da nova nação. A medicina, cotidianamente, a partir de práticas variadas, se colocou como uma das responsáveis pela orientação do processo de construção da nação, em nome da ciência e da razão a ordem médica foi identificando, diagnosticando, prescrevendo e controlando o meio social, almejando progresso social e científico. Intervenções foram sendo estruturadas, num amplo projeto de higienização social e, a educação escolar, foi colocada como um dos alicerces desse projeto de cunho regenerador. Essa nova configuração que se edificava objetivava a regeneração física, intelectual e moral das novas gerações por meio dessa racionalidade.

No compêndio *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*, várias regras de natureza médica estão presentes, como: a importância da vacinação, o perigo da falta de circulação de ar em ambientes fechados, a indicação da limpeza do corpo, a sugestão de uma alimentação moderada, diversificada e saudável, dentre outros. Assim sendo, os cuidados com alimentação, banho, repouso, formação moral, vacinação, indicam a amplitude do saber e da prática médica, que bus-

cava articular aspectos físicos, morais e intelectuais na formação de uma educação escolar. Todas as prescrições da ordem médica discutidas até aqui indicam a forte presença desse saber na constituição da educação escolar e, no final do Império, elas permaneceram como poderosas armas no combate ao que estivesse na contramão da almejada civilização.

REFERÊNCIAS

A REGENERAÇÃO, ano 1, n. 53, Paraíba do Norte, 21 de novembro de 1861. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 14 de janeiro de 2018.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UNB, 1999.

COSTA, Odaléia Alves da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. Doutorado (Tese em Educação) USP, São Paulo, 2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José G. Escolarização e governo das multidões. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebas-

tião Pimentel (orgs.). **História e educação**: territórios em convergência. Vitória: GM, 2007. p. 159-174.

JUSSIEU, Laurent de. **História de Simão de Nantua ou o mercador de Feiras**. Paris: Livraria Aillaud Guillard, 1867. Disponível em: www.books.google.com.br. Acesso em: 04 de abril de 2018.

LIMA, Jocilene Pereira; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Uma história da leitura: a virtude e a moral em História de Simão de Nantua. In: Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Disponível em: http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Jocilene_P_Lima.pdf. Acesso em: 01/07/2018.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa: Ideia, 2015.

O GOVERNISTA PARAHYBANO, ano 2, n. 2, Paraíba do Norte, 17 de maio de 1851. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

O PUBLICADOR, ano 3, n. 526, Paraíba do Norte, 04 de junho de 1864. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 07 de junho de 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília: INEP, 2004.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, o bacharel João Antônio de Vasconcellos, em 1 de agosto de 1848*. Pernambuco: Tipografia Imparcial, 1848. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 04/06/2018.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Exposição feita pelo excelentíssimo Sr. Dr. João Antônio de Vasconcellos presidente da província da paraíba do Norte, ao Excelentíssimo presidente dela Sr. coronel José Vicente de Amorim Bezerra, no ato de passar-lhe a administração da mesma província em janeiro de 1850.* Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 04/06/2018.

RODRIGUES, Antonio Marques. **O livro do povo.** Maranhão: Tipografia do Frias, 1865. Disponível em: lemad.fflch.usp.br. Acesso em: 02 de julho de 2014.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. “Escolas de Verdade” para a *República do Brazil*: os grupos escolares na capital federal. **XIII Encontro de História, Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.** Disponível em: encontro2008.rj.anpuh.org/resources/contente/anais.> Acesso em 02 de jul de 2012.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador.** D Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOSÉ RODRIGUES DA COSTA E SUA TIPOGRAFIA: laços de sociabilidades e poder na Paraíba Imperial (1848-1866)¹

Thayná Cavalcanti Peixoto²

VIDA, LAÇOS AFETIVOS E REDES DE SOCIABILIDADES.

Nascia no dia 12 de outubro de 1811, na província da Parahyba do Norte³, José Rodrigues da Costa. Era o que dizia a nota póstuma escrita em sua homenagem, quatro dias após seu falecimento, no exemplar de 12 de novembro de 1866 do jornal *O Publicador*. Ainda de acordo com essa redação, José Rodrigues da Costa teria se inserido no fazer da *arte typographica* após completar seus estudos primários, e que depois de angariar os seus “primeiros e fracos recursos, que poude

1 Este trabalho foi apresentado no XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB e contém questões e problemáticas que foram discutidas na minha Dissertação de Mestrado, defendida no dia 30 de março de 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury, e no livro: PEIXOTO, Thayná. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. João Pessoa, Midia Gráfica e Editora, 2017.

2 Doutoranda em História em História pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre e Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba.

3 Utilizarei neste texto a nomenclatura da época, portanto, quando me reporto à Província da Parahyba do Norte, refiro-me ao atual Estado da Paraíba e ao mencionar Cidade da Parahyba estou me referindo à capital, atual João Pessoa

obter de seu trabalho e economia” (*O Publicador*, 12 nov. 1866), decidiu aprofundar seus conhecimentos técnicos em Pernambuco. Entretanto, a escola tipográfica da província vizinha ainda “não lhe pareceu o bastante a conseguir o aperfeiçoamento, que desejava, e partiu para o Rio de Janeiro” (*O Publicador*, 12 nov. 1866), onde, segundo a redação, trabalhou e aprimorou suas técnicas gráficas, “e tornou-se um artista tão perito” (*O Publicador*, 12 nov. 1866) publicando impressos em uma tipografia própria.

Contudo, de acordo com o jornal “O amor da pátria, a saudade de sua velha mãe, o chamaram a esta província, onde ele estabeleceu uma pequena e modesta oficina [...]” (*O Publicador*, 12 nov. 1866), esta que foi a *Typographia de José Rodrigues da Costa*, na qual, esteve à frente até seus recém-completados 55 anos de idade, quando no dia oito de novembro do ano de 1866 uma grave *apoplexia*⁴ *fulminante* tirou todos os seus sentidos e sua vida. Ainda neste mesmo exemplar, na última página em uma seção intitulada *Obituário* consta que foi sepultado no *cemitério público*⁵ da capital no dia 9 de novembro de 1866, “José Rodrigues da Costa, 55 annos, solteiro, Parahybano; apoplexia.” (*O Publicador*, 12 nov. 1866).

José Rodrigues da Costa foi fundador e proprietário do estabelecimento tipográfico que levava seu nome, *Typographia de José R. da Costa* que, ao que tudo indica, foi instalada em meados de 1848, porque aquele foi o ano do impresso⁶ mais antigo localizado com indicações

4 Apoplexia. Privação repentina do uso dos sentidos e movimento (PINTO, 1832).

5 O primeiro cemitério da capital foi construído em 1855, “porém desde 1850 já havia uma aprovação da Assembleia para a criação do cemitério na cidade da Paraíba” (MARIANO; MARIANO, 2012, p.14). De acordo com Nereida Silva, “o cemitério público da capital não foi o primeiro da Paraíba construído tendo-lhe precedido o de Piancó, no alto sertão” (SILVA, 2016, p.7).

6 *Memórias das Viagens* que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Província da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847 (SILVA, 1848).

do nome de sua oficina. Além disso, foram impressos nos prelos⁷ de sua tipografia uma grande quantidade de documentos do governo provincial, alguns escritos de autores da província, como também vários jornais que circularam na capital, sendo O Publicador (1862-1886), o mais conhecido deles, que além de ter sido de sua propriedade, também foi um dos mais duradouros do período imperial da província. Todavia, quando padecera no dia 8 de novembro de 1866, apenas quatro dias após sua morte, tanto no cabeçalho quanto ao fim da quarta e última página d'O Publicador, a tipografia e o periódico, ambos já figuravam como propriedade dos Herdeiros de José R. da Costa. Assim, seus filhos continuaram não só à frente da publicação dos impressos, como também ficaram responsáveis pela continuação das atividades da tipografia por mais vinte e seis anos no mercado editorial da capital, tendo o estabelecimento tipográfico fechado suas portas somente no ano de 1892, quando os donos à vendem para o que se tornaria a oficina do jornal A União, Órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, lançado em 1893 e que circula até os dias atuais.

Na historiografia⁸ da imprensa paraibana o tipógrafo ganhou destaque após a publicação de Eduardo Martins (1978), com a obra *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*, que tivera o objetivo de traçar a trajetória do estabelecimento tipográfico, desde sua fundação, por José Rodrigues da Costa, até sua inteira dissolução,

⁷ Máquinas de impressão tipográfica .

⁸ O nome de José Rodrigues da Costa, não aparece uma só vez em textos de ampla circulação entre os estudiosos da temática, como: *A Imprensa na Parahyba* (1922), de Alcides Bezerra e *A Imprensa na Paraíba* (1962), de José Leal. Na obra de Antônio Serafim Rêgo Filho, *Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba* (1963), o tipógrafo e seus herdeiros foram mencionados rapidamente como “proprietários do jornal O Publicador”. Nesses estudos, fica claro que o intuito dos historiadores era de descrever os principais títulos e datas de circulação dos periódicos que circularam na Paraíba, tanto na capital quanto em outras cidades, algo característico da escrita histórica à época dos respectivos autores.

sob a direção de seus herdeiros, em 1892. A partir dessa obra ficou conhecida a trajetória do “[...] português José Rodrigues da Costa [...]” (MARTINS, 1978, p.21; grifo meu.), que, em 1834, teria instalado aquela que viria a ser a primeira tipografia de iniciativa privada na capital da província, então Cidade da Parahyba, à Rua Direita, nº 2 (MARTINS, 1978, p. 21-23). Segundo o mesmo autor, a abertura deste estabelecimento ocorreu após o tipógrafo ter arrematado a oficina do jornal O Cruzeiro⁹, na cidade de Recife, do qual havia feito parte da equipe gráfica, assim como também teria trabalhado na impressão do periódico, Correio da Paraíba¹⁰, que o levou a supor o estado de escassez dos estabelecimentos tipográficos na capital da província Parahyba do Norte, decidindo, então, por instalar uma oficina na capital paraibana.

Entretanto, mesmo sabendo da importância de sua obra, é preciso levar em consideração que o peso da instituição histórica e o *lugar social* dos indivíduos refletem no discurso do historiador e considerando que Martins (1978) foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, torna-se compreensível que sua narrativa, de cunho descritivo e, muitas vezes, despreocupada em indicar aos leitores a localização dos documentos, pertence às regras e práticas compartilhadas pelos interesses desta instituição à sua época.

Já em relação à historiografia posterior a Eduardo Martins (1978), como a obra de Fátima Araújo *Paraíba: Imprensa e Vida* (1986), as informações relacionadas ao tipógrafo José Rodrigues da Costa são as mesmas afirmadas por Martins (1978). Na historiografia mais recente, Socorro Barbosa, trazendo um novo olhar para os tipógrafos em seu

9 “[...] jornal político, literário e mercantil [...] redigido, principalmente, pelo Padre Francisco Ferreira Barreto” (MARTINS, 1978, p.21).

10 Impresso em Recife, 1830, era o “órgão oficial do governo provincial presidido por Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, substituído, já a 21 de março do mesmo ano, por Francisco José Meira, o que pode indicar ter tido curta duração” (MARTINS, 1976, p.75)

artigo *Intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos* (2010a), sendo um deles José Rodrigues da Costa, a autora destaca que “Na ausência de algumas fontes primárias, a tentação é acreditar nas pesquisas de estudiosos anteriores [...]” (BARBOSA, 2010a, p. 206). Além disso, em estudos mais recentes percebe-se que quando se reportam ao tipógrafo José Rodrigues da Costa, a forte tendência é utilizar ou repetir as informações contidas na obra de Eduardo Martins (1978).

Logo, por não ter conhecimento e nem acesso aos mesmos documentos utilizados por Martins (1978), em relação às afirmações reverbadas pelo autor, resolvi encarar o desafio de trilhar outros caminhos e fontes¹¹ que me dessem mais sustentação para analisar a atuação de José Rodrigues da Costa enquanto tipógrafo na capital da província entre os anos de 1848 a 1866.

É válido destacar que para elaboração da minha dissertação, utilizei o livro de Martins (1978) como parâmetro para analisar outras fontes, como os próprios jornais da época, e foi então que comecei a encontrar informações diferentes das que autor havia afirmado. A título de exemplo, as divergências quanto à nacionalidade do tipógrafo e ao trajeto percorrido por ele até o momento da instalação de sua oficina na Cidade da Parahyba, como já explicitado.

Assim, diferentemente da obra de Martins (1978), em que a tipografia era o objeto de pesquisa, no meu caso, esta pesquisa possui o objetivo de traçar a trajetória de José Rodrigues da Costa em sua atua-

¹¹ Meu *corpus* documental é principalmente constituído pelos seguintes acervos: os digitais como o da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*, onde consegui localizar alguns dos impressos da tipografia de José Rodrigues da Costa; pelo Arquivo Privado Maurílio de Almeida, que foi essencial para a descoberta de jornais, livros, relatórios e coleção de leis da província da Parahyba do Norte; Banco de Dados dos Assentos de Batismo dos anos de 1833 a 1866 do Arquivo Eclesiástico (AEPB), e do Acervo do Cartório Monteiro da Franca, localizei o processo de *Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa, de 1873*.

ção enquanto tipógrafo, ou seja, como produtor e difusor da cultura impressa na capital da província entre os anos de 1848 até 1866. Portanto, o recorte inicial desta pesquisa se justifica pela localização, no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, do impresso mais antigo que possui a indicação do nome da tipografia de José R. da Costa na província paraibana, datado de 1848, estendendo-se até o ano de 1866, tendo em vista ele estava em plena atividade de seu ofício, quando um repentino mal estar retirou sua vida.

Para tal objetivo, estou considerando, em consonância com os estudos desenvolvidos por Robert Darnton (2010) e Roger Chartier¹² (2014), o tipógrafo José Rodrigues da Costa um *intermediário da cultura escrita*¹³. Partindo pelo o que Darnton (2010), classificou como os *intemediários da literatura*, ou seja, as pessoas que desempenharam atividades de editores, tipógrafos, impressores, livreiros, distribuidores, assim, os que foram responsáveis tanto pela produção quanto pela difusão dos impressos, intermediando a passagem do impresso até sua chegada ao leitor. No caso de José Rodrigues da Costa me parece que ele que teria mediado a passagem da palavra manuscrita para a impressa em gêneros não apenas literários, a exemplo de documentos e jornais de cunho oficial.

Dessa forma, para se compreender a atuação de José Rodrigues da Costa enquanto tipógrafo, em sua atividade intermediadora de produção até a distribuição do impresso até as mãos dos leitores, só será possível por meio da assimilação do conceito de *culturas políticas*, compartilhando da noção de Serge Berstein (1988), quando afirma que no

12 Considero que Roger Chartier ao longo dos anos se aprofundou nos estudos sobre as diversas relações estabelecidas entre os indivíduos com o mundo da palavra escrita, pelos processos de produção, transmissão e apropriação dos impressos

13 Estou considerando como a palavra escrita na sua forma impressa ou manuscrita (CHARTIER, 2014, p.43).

mesmo espaço nacional é necessário privilegiar a “pluralidade das culturas políticas” (BERSTEIN, 1988, p. 354), e em comum acordo com a definição de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), quando as define como:

[...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2014, p.21).

Para além disso, é preciso que se adicione a noção de redes de sociabilidade, as “redes” que, conforme Jean-François Sirinelli (2003), se formam por meio de laços atados em torno de afinidades ideológicas e culturais formadas entre pessoas de um mesmo mundo, como a redação de uma revista, lugar esse de fermentação intelectual, de relação afetiva, bem como de sociabilidades (SIRINELLI, 2003, p. 249). Já as sociabilidades são formadas, majoritariamente, por duas forças antagônicas, “pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem”, e pela força de exclusão que seriam as “posições tomadas, debates suscitados, e as cisões” (SIRINELLI, 2003, p.249). Logo, somada à essa compreensão, entende-se portanto, em acordo com Ângela de Castro Gomes (1993), que as redes (vínculos que reúnem determinado grupo) de sociabilidades são construídas por um espaço “geográfico” (salões, cafés, escolas, editoras) e ao mesmo tempo “afetivo” composto pelas relações de “amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como também a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos especiais” (GOMES, 1993, p.65). Assim as noções de *culturas políticas* e *redes de sociabilidade* servem de aporte para identificar se as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram ou não sua permanência no mercado de impressão na capital.

Assim, com o desafio de traçar a trajetória de José R. da Costa, na tentativa de seguir pistas sobre suas origens, foi explorado o Arquivo da Santa de Misericórdia, na tentativa de localizar o seu registro de óbito, já que havia sido sepultado no cemitério público da capital, este que à época estava sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Mas, este documento não fora encontrado, contudo, foi possível identificar o Livro dos Irmãos da Misericórdia, que possui informações sobre as pessoas que participaram da Irmandade da Misericórdia na Parahyba do Norte desde seus primórdios, e o tipógrafo fora um dos integrantes desta instituição, tendo ingressado no dia 6 de março de 1853 aos 41 anos de idade, sob o estado civil de solteiro, de nacionalidade brasileira e naturalidade da província da *Parahyba do Norte*, por profissão descrita como *commercio*, tendo efetuado o pagamento de uma *joia* de entrada na quantia de 5\$000 réis. Logo abaixo de seu nome constava: *Nomeado Definidor¹⁴ no ano Compromissal de 1856 e Falleceu a 8 de novembro de 1866*, portanto, partindo dessa fonte presente no Arquivo da Santa Casa e das informações contidas na nota póstuma de seu jornal, inferi, desta forma, que o tipógrafo era mesmo natural da província da Parahyba do Norte, e não *português* como havia afirmado Eduardo Martins (1978).

Ademais, mesmo o tipógrafo tendo falecido sob a o estado de solteiro, pelos indícios presentes na obra de Martins (1978), sabia que José R. da Costa possuía uma companheira e filhos, pois a tipografia passaria, após a sua morte, a se intitular dos *herdeiros de José R. da Costa*. Sendo assim, por meio de uma fonte cartorial catalogada no Acervo do Cartório Monteiro da Franca, pelo documento intitulado de *Autoamento de uma Petição da tutora Joanna Maria do Rosario Costa*, do ano

14 **Definidor**, s, m. Em alguns conventos he o Religioso Deputado do conselho para o governo delle. Nas Ordens Terceiras, Irmãos eleitos por escrutnio [sic] para em Definitorio cuidarem da administração annual. (PINTO, 1832).

de 1873. E, a partir do cruzamento dos dados contidos nesse processo cartorial juntamente com informações identificadas no Banco de Dados dos Assentos de Batismo foi possível construir algumas inferências sobre o núcleo familiar¹⁵ do tipógrafo.

Nos autos do processo de tutoria, dona *Joanna Maria do Rosario Costa*, em 1873, anexou dois pedidos das certidões de batismos das duas primeiras filhas, Calecina e Elysia, ao então Vigário da Matriz de Nossa Senhora das Neves. Por meio destes registros¹⁶ de batismos, por escrito, continha que Calecina havia nascido em 22 de março de 1847 sob a condição de escravizada e que foi libertada no dia seguinte pela senhora Maria Francisca do Espirito Santo, também dona de sua mãe Joanna, segundo consta a carta de alforria que foi apresentada no momento do batismo da criança, 17 dias após sua libertação. Desta maneira, ficou explícito que tanto a primeira filha do casal quanto a própria mãe Joanna estiveram sob a condição de escravizadas. Segundo o resgistro de Calecina, consta que foi apresentada uma carta de alforria, carta esta que não foi possível localizar até o momento.

No momento do batismo¹⁷ de sua segunda filha, em 1850, Elysia, descrita como parda de e filha natural da mãe Joanna Maria do Rosario, fica notório que nesse momento, a mãe, Joana havia incorporado *Maria do Rosario* ao seu nome, o que leva-se a pensar que ela teria alcançado sua liberdade entre os anos de 1847 a 1852, já que “os cativos recebiam prenomes, mas não sobrenomes (esta prática foi uma característica da escravidão luso-brasileira e acabava por diferenciar escravos de livres)” (CUNHA, 2013, p.2). O nome completo pode ser um sinal de que Joana

15 Para informações mais detalhadas do percurso de análise acerca da família do tipógrafo, ver PEIXOTO (2017).

16 *Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 13 mar. 1873

17 (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba 13 mar. 1873).

estaria sob a condição de liberta e de que, possivelmente, escolheu esse sobrenome em homenagem a “Nossa Senhora do Rosário, protetora de muitos negros” (LIMA, 2010,p.110). Infelizmente, o ano e a forma como Joana Maria do Rosário atingiu sua liberdade não podem ser indicados, pois até o momento não foi possível localizar nenhum documento em relação à mesma.

No Banco de Dados dos registros de batismo consta que Calecina e Elysia eram ambas filhas naturais - quando são filhos de pais não casados perante à Igreja -, da mãe Joanna. No entanto, nos registros anexados ao processo de tutoria consta que as duas filhas foram legitimadas pelo pai José Rodrigues da Costa. Ainda no processo de tutoria, a mãe, Joanna, pede a tutoria de seis filhos, Calecina, Elysia, José, Francisca, Francisco e Júlia. Nos registros, localizados no Banco de dados, a partir do terceiro filho, José, já consta que eram filhos, naturais, de pai e mãe. Assim, após minhas pesquisas tanto no documento cartorial, quanto nos assentos de batismo, ainda foi possível localizar uma nota, publicada pela própria Joanna, companheira do tipógrafo, no jornal *O Publicador*, que dizia:

Joanna Maria do Rosario, mãe dos menores: **Calecina Rodrigues da Costa, Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa, José Rodrigues da Costa Junior, Francisca Maria do Espirito Santo Costa, Francisco Rodrigues Godinho, Julia Austriberta Rodrigues da Costa e Joanna Ignacia Rodrigues da Costa**, declara a quem interessar possa, que, por haver outras pessoas de nome igual ao da anunciante, e para prevenir qualquer dúvida que para o futuro se possa dar, assignar-se- há d´ora avante **Joanna Maria do Rosario Costa**. Parahyba do Norte, 5 de outubro de 1866. (*O Publicador*, 6 out.1866; grifos meus).

Assim, a partir deste anúncio foi possível identificar importantes informações em relação ao núcleo familiar do tipógrafo. Primeiro, o

extrato acima traz os nomes completos de todos os filhos do casal, entretanto, contém a presença de mais uma filha: *Joanna Ignacia Rodrigues da Costa*, que não consta descrita no documento cartorial de tutoria da dona Joanna para com seus filhos. Com este trecho transcrito também é possível inferir que o nome da filha Francisca é praticamente igual ao da antiga dona de sua mãe, Dona Francisca Maria do Espírito Santo, o que leva a supor uma possível homenagem àquela senhora. Adicionado à isso, ao fim do anúncio, Joanna esclareceu qualquer dúvida sobre o matrimônio com o tipógrafo, já que, para não ser confundida com outras *Joannas*, resolveu adotar, daquele momento em diante, o nome de seu companheiro. Sendo assim, os dois não se casaram perante a igreja para que a mesma tivesse adicionado *Costa* ao nome, mas mostrou que possuía sim uma relação sólida com o tipógrafo, ao ponto de adotar o sobrenome de seu companheiro e pai de seus filhos.

Dos sete filhos descritos neste extrato, foi possível identificar todos os assentos de batismos exceto o de *Franciso Rodrigues Godinho*, e desses localizados todos possuíam a filiação descrita como “natural”, pois “seriam aqueles provindos de relações entre pessoas solteiras” (SIMONATO, 2013, p.6), reforçando o que já foi dito sobre o seu estado civil de solteiro do tipógrafo, até o momento de sua morte. Mas, de acordo com Solange Rocha e Larissa Dourado (2014), o “fato de as crianças serem batizadas como naturais, não quer dizer que as mães das mesmas fossem solteiras”, em consequência dos impedimentos impostos ao casamento, é válido salientar que “várias famílias foram formadas, sem que pudessem ser registradas pela igreja através de casamentos católicos, como “exigia” a sociedade da época” (DOURADO, ROCHA, 2014, p. 1256).

Além disso, dos seis registros identificados, consta que, dos seis padrinhos escolhidos por José Rodrigues da Costa e sua companheira Joanna Maria do Rosário, três deles possuíam a patente de oficial militar, um era médico, havia um padre e um comerciante. Portanto, pessoas que possuíam, de certa forma, distinção social perante uma sociedade estraneamente hierarquizada. Com isso, percebeu-se que a utilização das relações de compadrio foram “sem sombra de dúvida, um poderoso mecanismo de ampliação das redes clientelares” (BRÜGGER, 2003, p.4), sendo assim, acreditou-se que José Rodrigues da Costa e sua companheira se utilizaram dos artifícios culturais e políticos à época para escolheram os padrinhos de seus filhos, principalmente, por estarem inseridos na lógica social escravagista e hierárquica, o que fica nítido pelo perfil social dos padrinhos escolhidos. Desta maneira, por meio do compadrio, compreendeu-se que a relação que o tipógrafo estabeleceu com a sociedade na qual viveu, foi marcada por “redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor” (MARTINS, 2007,p.95).

A IMPRENSA NA CIDADE DA PARAHYBA

Todavia, para compreender a inserção de José Rodrigues da Costa, enquanto tipógrafo, na capital, é preciso conhecer o cenário da imprensa ao qual ele estava inscrito, tendo em vista que as relações formais, informais e de sociabilidades se constituíram, muitas vezes, pelos espaços urbanos ao longo do século XIX (MOREL; BARROS, 2003). Para isso, localizei vinte e oito¹⁸ títulos de periódicos entre as décadas de 1830 a 1860, e como consequência desta análise foi possível identificar

18 Para mais informações ver PEIXOTO (2017).

algumas características da conjuntura que abarcava a imprensa na capital da província.

Logo, percebeu-se que a grande maioria dos jornais saía de uma a duas vezes por semana, exceto *O Publicador*, lançado em 1862 por José Rodrigues da Costa, que era de publicação diária. Em relação aos jornais, da província da Parahyba analisados, observou-se que geralmente estes eram estruturados em quatro páginas e normalmente finalizavam com a seção *annuncios* ou *avizos*, no entanto em alguns jornais também encontrou-se a seção de “*correspondência*”. Adicionado a isso, também é possível inferir que os periódicos, em sua maioria, “Poderiam ser comprados no próprio local de impressão [...] Algumas folhas utilizaram espaços consolidados de comércio, como **lojas**, tabernas e **boticas**” (MOREIRA, 2006, p.127; grifos meus). Além dessas características, foi possível perceber a pouca variação no preço dos jornais, vendidos em uma média de 80 a 100 réis, entre 1830 e 1840, e de 100 a 200 réis nas décadas de 1850 e 1860, o que tornava os periódicos, de certa maneira, acessíveis perante a sociedade imperial.

Desde os primórdios da imprensa paraibana se observa a predominância dos espaços de produção da palavra impressa na Rua Direita (atual Duque de Caxias) e, após análises dos jornais localizados, percebeu-se que outras ruas também tiveram este protagonismo, como a Rua Nova (Av. General Osório), a Rua das Trincheiras, a Rua da Baixa (atual trecho entre a Igreja da Misericórdia e a Rua Guedes Pereira) e a Rua da Areia, além do aparecimento da Rua das Convertidas (atual Av. Maciel Pinheiro) na década de 1860. Tanto na parte alta da cidade, constituída por ruas como a Rua Direita, Nova, das Trincheiras e da Baixa, como na parte baixa, Rua da Areia e Convertidas, se identificou a circulação da imprensa pelas duas partes mais importantes da capital da província paraibana.

A Rua Direita, que abarcou a tipografia de José Rodrigues da Costa por três diferentes casas – de número 8, 6 e 20 –, possuía a concentração de grande parte dos sobrados de ar senhorial, levando a crer que muitas das pessoas pertencentes às elites moravam, ou possuíam casas nesta importante rua. Desta maneira, o tipógrafo soube escolher muito bem a localização de seu estabelecimento, pois ao que parece, fora este um ponto que contribuíra ainda mais para a reputação de sua tipografia. Além disso, gostaria de destacar que identifiquei no jornal *O Publicador*¹⁹, um extrato sobre a *Collecta da décima urbana*²⁰ dos anos de 1864 e 1866 em que Simplício Narciso de Carvalho, padrinho de uma das filhas de José Rodrigues da Costa, era o proprietário da casa de número 20 na Rua Direita, que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa dos anos de 1856 a 1858 e de 1862 a 1866, indicando que as relações de compadrio também influenciaram sua ação enquanto tipógrafo.

OS IMPRESSOS DA TYPOGRAPHIA DE JOSÉ R. DA COSTA

Voltando o olhar para o universo do que foi impresso na tipografia de José Rodrigues da Costa, foi possível identificar a publicação de relatórios, falas e exposições de presidentes e vice-presidentes de província, sucessivamente de 1848-182 e em 1864. Além destes documentos a tipografia dele também fora responsável pela impressão de algumas *Colleções de Leis Provinciais*, publicadas entre os anos de 1848 a 1865, totalizando dezesseis impressões, sendo as de 1841 e 1844 reimpressas em 1862. Todavia, suponho que muitas publicações tenham sofrido o

19 No exemplar de 11 de abril de 1864 n.481 e no de 9 de abril de 1866, n.1073. Disponível em: <www.memoria.bn.br>

20 Imposto criado pelo governo sobre os donos dos prédios urbanos visando aumentar as rendas públicas, criado pelo Alvará de 27 de junho de 1808. Disponível em: <camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_20.pdf#page=2>

desgaste do tempo, e por um motivo ou outro não foram preservadas, mas é possível que a tipografia tenha sido responsável pela impressão de mais documentos, ainda que até o momento só foi possível a localização das publicações já referidas.

Sendo assim, percebeu-se que havia entre as publicações de sua tipografia, uma expressiva quantidade de documentos referentes ao poder provincial sob a responsabilidade do tipógrafo de editar e publicar, independente do partido dos governantes, pois já que a província paraibana não possuía uma imprensa dita oficial, dependia das tipografias e jornais existentes para publicar seus atos, assim como a imprensa também dependia de contratos com o governo, publicando despachos e expedientes. Desta maneira, percebeu-se a existência de uma relação de dupla dependência, situação esta já alertada por José Murilo de Carvalho (2008), quando afirmou que a imprensa “não constituía poder independente do governo e da organização partidária” (CARVALHO, 2008:54), uma vez que a imprensa imperial, desde seus primórdios, andava de “braços dados com a política, fosse para ratificar atos administrativos, fosse para discuti-los e pô-los ao alcance de todos os consumidores” (PINA, 2010, p.6).

Desta maneira, por meio dos contratos travados com o governo provincial, o tipógrafo estreitava, cada vez mais, as relações de dependência não só dele com o estado, como do governo com sua oficina tipográfica. Haja vista que a maioria dos jornais sobrevivia das assinaturas, o que não gerava muito dinheiro, acredita-se que a impressão de impressos, como relatórios e coleções de leis, de cunho oficial, que lhe proporcionaram um lucro superior²¹. Não foi à toa que sua tipografia perdurou por tantos anos, em virtude do seu trabalho de impressão dos

21 Para maiores detalhes sobre essa relação ver PEIXOTO, 2017.

documentos oficiais desde 1848 até o dia de sua morte. Isso mostra que o tipógrafo conseguira manter boas relações com o governo provincial independentemente do credo político que estava no poder.

Em relação aos periódicos, foram impressos na tipografia de José Rodrigues da Costa, entre os anos de 1849 a 1866, uma média 12 jornais. Em 1849 foram impressos *O Espreitorador*, *Correio Oficial Parahybano* e *A Ordem*; no ano de 1850 o *Alva* e *O Governista Parahybano*; em 1853 o *Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba*; em 1854 o jornal *A Matraca*; *O Parahybano* em 1855; no ano de 1856, *A Epoque*; em 1860, *O Imparcial*; em 1861 o *Diário da Parahyba*, e em 1862 o jornal *O Publicador*. Dos periódicos descritos apenas *A Ordem* não se encontra na lista dos impressos elaborada por Martins (1978) em sua obra. E, os únicos que não foram localizados até o momento foram *O Espreitorador* e *A Matraca*.

Em relação aos escritos de autores paraibanos, o tipógrafo imprimiu os seguintes títulos: *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva* (1848); *Lições de Rethorica* por Manoel Caetano Vellozo (1849); *Ensaios para a estatística da provincia da Parahyba do Norte. Parte I*, de Francisco Pereira da Silva (1850); *Vida e Poezias* do Capitam-Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca (1854); *A Pagina um Album ou Algumas Horas de Descanço de Um Empregado de Fazenda por Hum Piauhyense Official da Secretaria da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba* (1861); *Instruções Sanitarias Populares* por Dr. Antonio da Cruz Cordeiro (1862); *Mosaico: Poesias traduzidas* de Joaquim Maria Serra Sobrinho (1865).

Em, 1862, acredita-se que José Rodrigues da Costa atingiu o ápice de sua atuação como intermediário da cultura escrita, lançando *O Publicador*, este que foi o primeiro jornal de impressão diária na provín-

cia (MARTINS, 1978,p.174), além de ter sido, durante o período imperial, um dos mais duradouros, pois circulou de 1862 até o ano de 1886.

“O Publicador he propriedade de José Rodrigues da Costa. Publica-se diariamente, e subscreve-se nesta Typographia [...]” (*O Publicador*, n.1,1862), extrato esse retirado de seu cabeçalho, que fazia questão de explicitar quem era o seu proprietário. Em relação à materialidade deste, foi possível localizar exemplares do ano de 1862, a partir do número 2 ao número 101 referentes aos dias 2 de setembro até 31 de dezembro de 1862, respectivamente, no Arquivo Privado M. de Almeida, além dos anos de 1864 a 1866 presentes no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Já os exemplares de 1863 não foram localizados até o fechamento desse trabalho. Ao longo do ano de 1862, por meio de análise dos números, foi possível perceber que o conteúdo do jornal estava disposto por duas colunas e por algumas seções fixas como *Parte Official*, *Registro Noticioso* e *Annuncios*. Em 1864, continuou sendo estruturado em quatro páginas e também ao longo dos outros anos, mas, passou a ser dividido em três colunas, ao invés de duas. Assim como em 1862, entre o período de 1864 a 1866, em suas primeiras duas páginas, vinham notícias de cunho oficial, intitulada de *Parte Official*. Alguns exemplares traziam, entre a terceira e quarta página, seções intituladas de *Variedades*, *Miscellanea* e *Litteratura* (folhetins, crônicas e notícias diversas) e sempre na última página a seção de *Annuncios*, estes que tanto podiam tomar apenas o final da página, como a última página por inteiro, a depender de seu conteúdo.

As colunas e notícias das páginas do jornal *O Publicador*, em sua maioria, foram marcadas pelo anonimato de quem as escrevia, até a morte de Lindolfo José Correia das Neves no dia 19 de maio de 1884, em que a redação do periódico lançou uma nota em sua homenagem no dia 4 de junho daquele mesmo ano, afirmando que:

Vê-se O PUBLICADOR privado do seu benemérito chefe. Mas apesar de nunca poder ser preenchido o seu lugar, todavia continuará O PUBLICADOR a hastear a mesma bandeira e sustentar os mesmos princípios políticos. Não quer isto dizer que tomando compromisso de espécie alguma perante o **partido liberal da província**, do qual é **O PUBLICADOR um amigo livre e não seu órgão.** (MARTINS, 1978, p.188; grifos meus).

Sendo assim, o redator principal do periódico fora o Padre Lindolfo, ele que nasceu na Cidade da Parahyba em 05 de agosto de 1819, dia de Nossa Senhora das Neves, padroeira e antigo topônimo da cidade, razão pela qual, posteriormente, acrescentou ao seu nome o “das Neves”. Em 1843, pelo Seminário de Olinda, tornou-se presbítero. No ano de 1847 graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda. De acordo com Segal (2017), ele teria iniciado sua vida política ao lado dos conservadores, mas, posteriormente, aproximou-se dos liberais progressistas, aderindo, na década de 1860, à Liga. Também fora eleito deputado provincial, Presidente da Câmara, assim como também chegou à Câmara Geral, permanecendo como um dos cinco representantes da Parahyba do Norte na Corte entre 1864 a 1870. Desta forma, o Padre Lindolfo deixou clara sua caminhada pelos mais variados segmentos socioculturais não só da província paraibana, como também em questões de cunho nacional, pois chegou também a exercer um cargo na Corte, enquanto deputado geral.

Assim, pelo que foi analisado ao longo da pesquisa, acreditou-se que José Rodrigues da Costa fora o idealizador e proprietário do jornal *O Publicador*, mas as matérias, principalmente as de cunho político, estiveram sob a plena responsabilidade do Padre Lindolfo, especialmente devido às funções e cargos políticos que este assumira. Além disso, também foi possível identificar algumas pessoas que auxiliaram José Rodrigues da Costa

na publicação de seu jornal, sendo eles: dois tipógrafos, João Francisco Soares e José Eduardo da Silva Pinto e Lindolfo Malaquias do Rosario, que era o cobrador, o responsável por receber tanto o pagamento das assinaturas quanto as publicações dos leitores. Portanto, apenas posso afirmar que, de fato, esses quatro homens trabalharam na tipografia de José Rodrigues da Costa, mas devido à prática do anonimato adotado nas páginas do jornal *O Publicador*, não posso garantir quem foram os outros possíveis redatores.

Logo, é possível inferir que a tipografia de José R. da Costa estivera dentro do processo de circulação da cultura letrada por vários motivos aqui apresentados, pelas notícias sobre a província, a Corte e outras localidades do mundo nas páginas de seus impressos, pelos romances, folhetins e crônicas presentes nos impressos que publicara e, principalmente, por ofertar materiais que estavam diretamente ligados ao mundo da leitura, escrita e da instrução, como a divulgação de um dos mais populares livros voltados ao universo da instrução primária: *O Livro do Povo*, no qual percebeu-se uma clara relação entre a oferta e a procura referente ao que estava sendo discutido no universo escolar com o que estava sendo vendido nos jornais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Rodrigues da Costa, enquanto tipógrafo, esteve marcado nas páginas da historiografia por ter sido o proprietário tanto de uma tipografia quanto de um dos jornais mais duradouros do período imperial na província paraibana. Foi por meio da obra de Eduardo Martins (1978) que o tipógrafo ganhou um breve destaque, mas que permaneceu nas sombras da trajetória de sua tipografia – que continuou sob a di-

reção de seus filhos. Desta forma, gostaria de reforçar a importância da obra de Martins (1978) para este trabalho, pois foi um ponto de partida fundamental para que eu seguisse os vestígios, inclusive buscando em outras fontes, o que me fez não só encontrar informações divergentes das que havia no livro de Martins (1978) como também me possibilitou acrescentar fatos que não foram sequer mencionados pelo autor. Dentre eles estão o fato de ter encontrado mais de um indício de que o tipógrafo era natural da Província paraibana, rompendo com a ideia de que um “português” teria sido o responsável por tanta credibilidade e qualidade no mundo da impressão em uma província brasileira; em relação à sua vida pessoal, foi possível perceber que o tipógrafo realmente tivera um relacionamento com dona Joanna Maria do Rosario, que possuía a condição de ex-escravizada, e de que o casal tivera sete filhos, não cinco, como se pensava até então. Também foi possível compreender que a Rua Direita, que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa por três diferentes casas, também foi o endereço de oficinas tipográficas, como também dos mais variados espaços que contribuíram para a difusão das letras na capital.

Somado à isso também ficou nítida a estreita relação na qual o tipógrafo estabeleceu com o poder provincial, imprimindo vários gêneros de impressos oficiais de ambos os lados políticos, tanto conservador quanto liberal. Tendo em vista que ele era contratado para imprimir atos do governo – que não possuía um órgão próprio de imprensa –, ficou visível que o tipógrafo recebeu grandes quantias por esses trabalhos, faturando mais do que com os jornais com baixo lucro, pois sobreviviam das assinaturas, o que explicitou ainda mais a relação de dependência existente entre a imprensa e o estado.

Sendo assim, a partir dessa relação direta com o poder provincial, acredito que o tipógrafo, por meio da utilização de práticas das culturas políticas à sua época, conseguiu estar rodeado de pessoas, não apenas socialmente, mas politicamente influentes na província. Outro ponto a se destacar foi o pertencimento, em sua maioria, dos redatores dos jornais e dos autores dos escritos impressos por José R. da Costa, aos mais variados espaços de poder: instrução, saúde, justiça, guarda nacional, exército, engenheiros, além de também terem assumido funções públicas, divulgando ou criticando atos do governo.

Portanto, acredito que José Rodrigues da Costa tenha atingido seu ápice, enquanto intermediário da cultura escrita, quando fundou o jornal *O Publicador* de sua propriedade, o primeiro de publicação diária da província. Entretanto, tal fato, na minha concepção, teria se concretizado devido uma junção de fatores convergentes: primeiramente, a sua habilidade no ofício da arte tipográfica; a sua estreita relação com Padre Lindolfo, o principal redator; um corpo de funcionários qualificados; um bom maquinário e, principalmente, as amplas redes de sociabilidades estabelecidas pelo tipógrafo, por suas ligações com o poder provincial e pelos círculos de amizades constituído por ele nos mais variados espaços sociais de poder.

REFERÊNCIAS

Fontes e Acervos:

Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>

Livro dos Irmãos da Misericórdia, 1872, Arquivo da Santa Casa de Misericórdia;

Arquivo Privado Maurílio de Almeida;

Assentos de Batismo, 1833-1866 - Arquivo Eclesiástico (AEPB). Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Parahyba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM);

Autoamento de petição de tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa, 1873. Cartório Monteiro da Franca;

Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província;

Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba, Imprensa e Vida**. Campina Grande: Grafset, 1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: **Para uma história cultural**. RIOUX & SIRINELLI (org.). Lisboa: Estampa, 1988.

BEZERRA, Alcides. A Imprensa da Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, ano XIV, v. 5, p. 51-64. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922.

BRASIL. **Alvará de 27 de junho de 1808**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp->

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm> Acesso em 15 de abril de 2016.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>> Acesso em 20 de maio de 2016.

_____. Intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRIGUE. **Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa**. Data de acesso. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em 20 de maio de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro das sombras**: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. . **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CUNHA, Maísa Faleiros da. Práticas de nomeação entre escravos. In: X CONGRESO ASOCIACIÓN DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA, 2013, Albacete - Espanha. **Actas do X Congresso da Associação de Demografia Histórica**. Madrid - Espanha: ADEH/CCHS-CSIC, 2013. v. 10. p. 1-29.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette Mídia, Cultura e Revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DOURADO, Larissa Bagano; ROCHA, Solange Pereira da. Arranjos familiares e redes de compadrio de crianças negras na freguesia de Nossa Senhora das Neves/Cidade da Parahyba, 18361-1863. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – PODER, MEMÓRIA E

RESISTÊNCIA: 50 ANOS DO GOLPE DE 1964, 16., 2014, Campina Grande. **Anais Eletrônicos**. Campina Grande: 2014. p. 1248-1259.

LEAL, José. **A Imprensa na Paraíba**. João Pessoa: União, 1962.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. 2010. 378f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MARIANO, Serioja R. C ;MARIANO, Nayana R.C. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. v. 9, ano IX, n. 3, p. 1-20, set./ out./ nov./ dez. 2012.

MARTINS, Eduardo. **A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos**. Governo do Estado da Paraíba, 1978.

MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122, 2007.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2014.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba(1848 – 1866)** 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

_____. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848 -1866)**. João Pessoa: Midia Gráfica e Editora Ltda, 2017.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos Brasileiro. **Revista Labirintus**. n. 8, p. 1-14, 2. Semestre de 2010. Disponível em: <http://www1.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2010/02_2010.htm> Acesso em 17 de outubro de 2016

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/98/mode/1up>> Acesso em 20 de maio de 2016.

RÊGO FILHO, Antonio Serafim. **Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1963.

SEGAL, Myraí Araújo. **Nas Teias do Poder: As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889)**. 2014. 72f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

_____. **Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. 2017. 225f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, Francisco Pereira da. **Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847**. Cidade da Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1848.

SILVA, Nereida Soares Martins. Santa Casa dos mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES/ XV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2016, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: ABHR, 2016. pp.1-10. Disponível em: <http://www.simpósio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473987883_ARQUIVO_TrabalhocompletoformatadoABHR2016.pdf> Acesso em 26 de novembro de 2016.

SIMONATO, Juliana, Sabino. Os laços afetivos: o reconhecimento jurídico dos ilegítimos como herança do Direito Português. In: XXXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL ESTADO, SOCIEDADE E MERCADOS

JOSÉ RODRIGUES DA COSTA E SUA TIPOGRAFIA:
laços de sociabilidades e poder na Paraíba Imperial (1848-1866)

NUM MUNDO GLOBAL, 2013, Portugal. **Anais**. Portugal: 2013. p. 1-12. Disponível em: <<http://www3.eeg.uminho.pt/aphes33/Comunica%E7%F5es/Simonato.pdf>> Acesso em 26 de novembro de 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: **Por uma História Política**. RÉMOND, René (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

EIXO 3
GENTE NEGRA NA PARAÍBA
OITOCENTISTA

NEGROS LIVRES E POBRES NA CIDADE DA PARAHYBA NO SÉCULO XIX¹

George Henrique de Vasconcelos Gomes²

INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, Parahyba do Norte³, capital da província da Paraíba, era uma cidade cujo número de habitantes não excedia 40.000 almas⁴. Era o principal núcleo urbano da zona litorânea, sendo rodeada por algumas vilas e povoações. Nestes locais, conviviam indivíduos de várias etnias e ocupações e de cuja condição jurídica era de livres e ao mesmo tempo, de libertos (ex.escravizados). Em meio a uma sociedade escravista como a brasileira naquele contexto, a população livre se evidencia, através das fontes. Grande parte dos trabalhos

1 Artigo aprovado e publicado nos anais do evento do XVIII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB “História: Desafios do Ensino, da Pesquisa e da Extensão no Tempo Presente” realizado em João Pessoa, UFPB, de 30 de julho a 3 de agosto de 2018.

2 Mestrando do programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista pela CAPES-DS. Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO). Estuda o cotidiano das cidades paraibanas nos séculos XIX e XX. Pesquisador de história do Futebol e história Militar.

3 Antiga denominação da capital do estado da Paraíba (atualmente, João Pessoa).

4 Analisando dados da época específicos acerca da população livre na Cidade da Parahyba, descobri que em 1849, era de aproximadamente 20.099 indivíduos. Em 1851, a população livre contabilizava 24.691 indivíduos – APMA – Relatório de Presidente de Província da Parahyba do Norte - 1849 – 1851).

manuais era exercido por essas pessoas, fossem homens ou mulheres, que lutavam em seu dia-a-dia para sobreviver em um ambiente muitas vezes hostil, insalubre e autoritário.

Ao mesmo passo em que formaram um grupo extenso naquele período, os “homens livres e pobres” apresentaram uma enorme complexidade em sua organização social, o que não nos permite traçar um perfil seguro deles. Utilizamos o termo homem livre e pobre, por ser o mais apropriado para defini-lo, na medida em que é mais abrangente do que as designações caipira e caboclo. Nessa ‘categoria’, podem ser enquadrados lavradores com títulos de suas terras, agregados, ‘dependentes’, posseiros de terras ‘devolutas’, entre outros. Eles eram, principalmente, descendentes de portugueses, africanos e indígenas e já estavam integrados àquela sociedade [...] (CHRISTILLINO, 2015, p. 62).

A Paraíba oitocentista tem sido evidenciada a partir de vários trabalhos oriundos de pesquisas realizadas por historiadores e historiadoras nas últimas três décadas⁵, e mais recentemente⁶, especialmente do ponto de vista da população escravizada. Ao mesmo tempo, a população livre pobre foi estudada por vários autores e autoras, especialmente nas cidades e vilas do interior da dita província. A seguinte pesquisa foi fundamentada a partir da necessidade de se estudar com mais profundidade a presença desta população nos núcleos urbanos da zona li-

5 Da historiografia brasileira, em particular a paraibana, me utilizei de trabalhos produzidos nas últimas duas décadas para compreender melhor acerca da “história dos vencidos” e o ambiente urbano. Ariane Norma Menezes de Sá “Escravos, Livres e Insurgentes”, Maria do Céu Medeiros “O trabalho na Paraíba”, “A questão urbana na Paraíba”, Luciano Mendonça, “Os Escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande”, Solange Rocha “Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual”.

6 Mais recentemente, especialmente na última década, alguns trabalhos de pesquisa construídos junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB, abordaram a população negra, escravizada, livre e pobre na Paraíba no século XIX. Cito como exemplos os trabalhos de Lucian Souza “Nada mais sublime que a Liberdade” – 1870 – 1888, Thiago Oliveira “Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte” – 1880, Mathews Guimarães “Diáspora Africana na Parahyba do Norte” – 1800 – 1850, e Luiza Iolanda “Crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista”.

torânea. Uma das primeiras observações que deve ser feita acerca dessa população é a de que era formada, em sua imensa maioria, por pessoas de cor, ou seja *negros e pardos*.

No século XIX, Brasil e Cuba eram sociedades escravistas com altos índices de população negra (os chamados pretos e pardos) livre, e destacavam-se os cenários urbanos e quem viviam. Mas números, censos e estimativas ainda são incompletos (ARAÚJO, [et al.], 2008, p. 9).

Por tratar-se de indivíduos das camadas mais baixas da sociedade brasileira no século XIX, ou seja, os “de baixo” em evidência nos espaços urbanos, fiz uso das noções e conceituações do historiador inglês E.P. Thompson, discutido em sua obra *A Miséria da Teoria*, no qual o autor explicita suas ideias principais acerca da experiência (cotidiana), vivida e pensada pelos sujeitos (homens e mulheres) no tempo histórico.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17)

É, portanto, de suma importância que o cotidiano dos indivíduos negros pobres e livres no ambiente da cidade e as práticas de vigilância e repressão das elites⁷, sejam levados em consideração por tratar-se do espaço em que a pesquisa se desenvolverá, e as questões que se atribuem aos estudos do cotidiano das sociedades humanas. Delimitei,

⁷ No livro *A Cidade Febril* (1996), Sidney Chaloub demonstra no capítulo 1 intitulado “Cortiços”, as práticas de vigilância e opressão das autoridades cariocas contra os cidadãos pobres nas comunidades do Rio de Janeiro no final do século XIX.

desta forma, os sujeitos estudados, o espaço da pesquisa e a problemática abordada.

Baseando-me nos trabalhos do referido autor, procurei através das fontes pesquisadas, desde jornais impressos, aos documentos oficiais, evidenciar a população livre e pobre na capital paraibana. Procurei mostrar com o seguinte trabalho, um vislumbre de algumas das práticas cotidianas locais a partir das vivências dessas pessoas pobres e suas redes de sociabilidade, seus locais de trânsito e trocas.

O recorte cronológico escolhido foi entre os anos de 1848 até 1864, e deveu-se em parte pela quantidade de documentos que analisei do referido período, bem como os já catalogados de pesquisas anteriores muito importantes para a construção do trabalho⁸. O ano de 1848 é o início da *Revolução Praieira* (1848-1850), que foi uma das últimas revoltas de grandes repercussões registrada nas províncias do Norte, e que envolveu, não apenas a vizinha província de Pernambuco, mas a Paraíba da mesma maneira. No ano de 1864, ocorreria o início da *Guerra do Paraguai*, que duraria seis anos. A quantidade de fontes em que conseguimos encontrar perfis de indivíduos livres forros e pobres neste recorte temporal é reveladora. Tratam-se de listagens de alistamentos forçados e voluntários para a guarda nacional, exército e armada imperial, que contém alguns dados destes indivíduos. Neste caso, de gênero masculino, as listas informam o nome, o parentesco, a origem e o ofício.

Alexandrino de Vasconcelos: Filho de Diogo de Vasc. N^{al}. Desta província, com 19 anos de idade, solteiro, Carpina. Cidade da Parahyba do Norte, 21 de Abril de 1860.⁹

8 Foram de extrema relevância para a pesquisa os arquivos Waldemar Bispo Duarte (Espaço Cultural) e o arquivo privado de Maurílio de Almeida, todos localizados na cidade de João Pessoa – PB, bem como consultas online à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – RJ.

9 “Mappa nominal do individuo abaixo relacionado para o serviço do exército” – 21 de Abril de 1860. Período Imperial. Documentos Manuscritos. CX.039 – Ano: 1860

Em relação às crianças (homens e mulheres, livres e forros pobres), encontram-se em imensa maioria nos assentos de batismo da freguesia de N.S. das Neves. O banco de dados de cujas informações obtive, vai de 1833 até 1860. Nele, podemos perceber os nomes, o parentesco, local e data de batismo, e o mais importante: as cores e as condições jurídicas destas crianças. Eles nos permitiram fazer um levantamento aproximado da quantidade de pessoas livres, forras que haviam sido batizadas neste período nesta parte da região litorânea da província da Paraíba, além é claro, da diversidade de cores desta população, que se categorizavam desde *brancos*, *semibrancos*, *pardos*, *crioulos*, *cabras* e *indígenas*. No dia 28 de Outubro de 1849, batizou-se na capela de S. Antônio da povoação de Tambaú, João, *pardo liberto*, filho legítimo de José Antônio Pereira e de Luisa Maria da Anunciação, ambos também pardos libertos, e residentes na povoação daquela praia¹⁰.

Um perfil mais detalhado destes indivíduos pode ser encontrado nos Passaportes Interprovinciais. Emitidos pela chefadura da Polícia da Parahyba do Norte, trouxeram dados sobre as características físicas desta gente. Demos uma ênfase maior aos indivíduos *pardos*, *crioulos*, *morenos*, *semibrancos* e *indígenas*, e além destas premissas, as suas condições jurídicas, seus ofícios, idade e outra importante informação: suas possíveis redes de sociabilidade e locais por onde transitavam. Até o presente momento, foram catalogados perfis entre os anos de 1850 a 1857.

Tentei, com base neste intervalo de tempo entre a *Revolução Praieira* e o início da *Guerra do Paraguai*, demonstrar como ocorrera o desenvolvimento urbano no litoral da província após o fim das revoltas na primeira metade do século, e de como a população livre e pobre par-

– AHWBD.

10 Livro de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves de 1833 – 1860, N° 3724. – AEPB.

tipicou ativamente neste processo de construção das povoações e cidades. O espaço geográfico delimitado da pesquisa é a cidade da Parahyba do Norte, bem como seus entornos, ou seja, as vilas e povoações¹¹.

OS INDIVÍDUOS E SUAS POSSÍVEIS REDES DE SOCIABILIDADE NA CIDADE E NAS POVOAÇÕES.

As fontes apresentam uma variedade de pessoas, com diferentes ofícios e objetivos transitando entre as povoações próximas e a capital da província na segunda metade do século XIX. Grande parcela deles era de origem pobre, desde pequenos comerciantes, artesãos, jornaleiros, construtores, militares de baixa patente, entre outros.

No Engenho Torrinha precisa-se trabalhadores para serem empregados em plantações, e mais trafico do Engenho, e paga-se 480 por dia ao bom jornaleiro, a quem convier entenda-se com o Tenente Coronel Antonio José Rodrigues Chaves, morador no mesmo Engenho. (A ORDEM, 1849, ed. 3, p. 4).

Em relação ao território da província da Paraíba, segundo dados da época no ano de 1850, existiam cerca de 178.479 livres para uma população de 28.473 escravizados¹². Ou seja, a maioria da população era juridicamente livre, no entanto, não significa dizer que sua condição social fosse muito diferente das dos escravizados. Grande parcela dessa população era requisitada para a construção civil, como atestado na

11 Sobre as povoações ao redor da capital da província, a documentação que data a partir de 1860 traz muitas informações sobre estas localidades, especialmente as povoações do Cabedelo e Tambaú. Há referências à costa do Abiahy e as povoações do Conde e de Pitimbu (litoral Sul). A documentação que data do final de 1850 e início de 1860 nos mostra claramente vestígios de comunidades agrícolas que se desenvolviam ao redor dos rios próximos à cidade, Mandacaru, Jaguaribe, Sanhauá e Gramame. Também é possível perceber a presença de criações de animais, incluindo gado pastando livremente pelas ruas da cidade.

12 Relatório do Presidente de Província da Parahyba do Norte, 1857. - AHWBD

ocasião das reformas das catacumbas da Santa Casa de Misericórdia da capital, onde teria sido pago cerca de 267\$180 réis para o “despendido com jornaes de pedreiros e serventes¹³” da referida obra. O grande comércio da cidade buscava empregar funcionários para seus serviços, e para este fim, publicava nos diários noticiosos.

Preciza-se para uma caza de Commercio d'esta cidade de um caixeiro activo e diligente para o serviço de rua e armazem. Quem tiver as habilitações precisas, e recommendações convenientes de sua conducta pôde entender-se na Typographia d'esta folha, que so dirá quem precisa de seus serviços. (O REFORMISTA, 1850, ed. 32, p. 4).

Nota-se, no entanto, que não eram todas as pessoas que eram contratadas pela mera habilidade de trabalhar no comércio, sendo necessário que fosse recomendado. Se buscavam uma pessoa “diligente” para serviço de “rua e armazém”, provavelmente deslocar-se-ia por vários lugares fazendo entregas, desde o estabelecimento comercial até o porto do varadouro ou outras localidades.

A chamada cidade baixa (bairro do Varadouro) era por excelência o local de maior movimento da cidade, pois ali se estabeleciam as principais casas de comércio e o porto. Logo, por existir intensa atividade comercial, o trânsito de pessoas era constante. Entre as décadas de 50 e 60, os principais produtos de exportação eram o algodão, o açúcar e os couros. No entanto, para além do grande comércio de exportação, foi possível encontrar evidências acerca da população negra livre e pobre atuando no pequeno comércio, sendo este realizado entre as povoações nas localidades próximas e a capital.

13 Jornal “O Reformista”, 1850, ed.47; Disponível em: <http://digital.bn.gov.br/hemero-teca-digital>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

Imagem 1: vista do bairro do varadouro (cidade baixa). cartão postal policromado. adm dos correios da parahyba do norte, 16 de janeiro de 1910.



Fonte: *Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo, Solaris Edições Culturais, 2004¹⁴.

Dos indivíduos que participavam deste pequeno comércio citadino, podemos citar as *amas de leite*, *costureiras*, *quitadeiras*, *aguadeiros*, *os pescadores* e *os marchantes*. Estes últimos eram, segundo Graham (2015), encarregados de conduzir o gado das feiras ou fazendas no interior da província, até o matadouro público na cidade. Por fim, a carne do matadouro chegava até os consumidores finais no açougue. Os marchantes viviam sob suspeição, provavelmente devido tanto à sua origem social, como a natureza de seu trabalho.

Estes meleantes esfolão nossas algibeiras, como esfolão aos pobres bois, e sem consciencia encommodão nosso paladar com carne

¹⁴ Disponível em: <http://www.agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3719> Acesso em: 15 Jun. 2018.

magra, cançada simipodre, e empestada...Quem fôr ao açougue, a esse lugar onde se destribue veneno a humanidade, envolto em péssima e negra carne, julgará achar-se em um paiz médio entre o inferno e o purgatório [...] Posso asseverar, sem temôr de errar, que do açougue, ou para melhor dizer dos marchantes nascem os dous terços das enfermidades, que ceifão nossa população. (A ORDEM, 1851, ed. 58, p. 2).

Como se observa, as críticas ao ambiente insalubre escondiam o preconceito em relação aos marchantes, cujo alguns, segundo Graham, eram

“...mulatos, convocados juntamente com seus colegas brancos para aplicar suas regras e, apesar disso, como elas, às vezes eram descritos como meras criaturas do donos de cortume e exportadores de couro. Já os negros livres que trabalhavam no matadouro eram mal pagos e vistos como perigosos para a sociedade – até mesmo revolucionários violentos (GRAHAM, 2015, p. 189).

A circulação de pessoas livres pobres não ocorria apenas dentro da província, mas para fora dela. Analisando parte da documentação relativa ao livro de Passaportes Interprovinciais da Paraíba no ano de 1850, consegui identificar alguns deles. Jerônimo Emiliano era *crioulo liberto* e barbeiro sangrador. Possuía altura regular, rosto comprido, cabelo comprido, olhos pardos, nariz e boca regulares e nenhuma barba¹⁵, e lhe foi concedido passaporte para a cidade do Recife.

Jerônimo tinha permissão para circular durante trinta dias para fora da Paraíba. Neste período, muito provavelmente teria tempo para exercer seu ofício em outros locais pelo caminho (diversas vilas e povoações), não apenas na cidade do Recife, ou visitar conhecidos, amigos ou parentes, fossem eles livres, libertos ou mesmo, escravizados. De certo

¹⁵ Registro de Passaportes do Corpo de Polícia da Cidade da Parahyba do Norte (1850 – 1857). – APMA.

é que esta mobilidade da população livre pobre ocorria de forma constante em meados de 1850. O fato do Passaporte ser emitido pela polícia da província da Paraíba demonstra a vigilância com a qual a população livre pobre e negra estava habituada. A exigência dos passaportes estava estabelecida no Código Criminal do Império. Estabelecido em 1832, objetivava principalmente, colocar sob vigia os possíveis escravizados que se passavam por forros (libertos), e ao mesmo tempo, ajudar as polícias de outras províncias a capturar criminosos foragidos.

Até o advento do Código de Processo Criminal do Império, a Lei de 29 de Novembro de 1832, era exigido passaporte dos Cidadãos e escravos ao se deslocarem no território nacional. Posteriormente, apenas passou a ser exigido, na prática, passaporte dos escravos, por interpretação do art. 118 do Código de Processo Criminal de 1832: “O cidadão, que viajar por mar, ou terra, dentro do Império, não é obrigado a tirar passaporte, mas fica sujeito às indagações dos juízes locais (CAMPELLO, 2018 apud CHALHOUB, 2012, p. 52-53 e 58).

Além do movimento de pessoas, consegui encontrar alguns dos possíveis locais de sociabilidade da população pobre de Parahyba. Eles aparecem, por exemplo na forma de “casas inabitadas ou em construção”, onde se poderiam “...ajuntar pessoas mal intencionadas para cometer crimes ou praticar actos indecentes...”¹⁶. As posturas da câmara municipal da capital recomendavam a imediata demolição destes locais. No dia 13 de Fevereiro de 1850, o jornal *A Ordem* publicava a seguinte nota.

Ao Dr. Chefe de Policia, que é lisongeira a noticia do seu officio n.152 de 11 do corrente, de nada haver occorrido nesta Capital, que alterasse a tranquilidade publica, conquanto o mesmo dos mais pontos da provincia, e que fica a Presidencia sciente das pri-

16 *A Ordem*, 1850, ed. 36, p. 2. Disponível em: <http://digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

sões effectuadas no dia 9 do corrente, por motivo de perturbações do soccego a horas de silêncio. (A ORDEM, 1850, ed. 31, p. 1).

De quais “atos indecentes” e “perturbações do sossego” falavam? É possível que estes fossem lugares de “ajuntamento” de pessoas negras livres pobres, forras e escravizados, talvez locais de jogos, bebedeiras, capoeiras, ritos religiosos e até mesmo, de prostituição. Ao escrever acerca do bairro de Tambiá, localizado na cidade alta em fins do século XIX, Coriolano de Medeiros atestava

Algumas habitações, segundo o autor, podiam ser consideradas “residências de família de meio mais abundante”, isto é, dos que detinham alguma riqueza. Todavia, o interior do bairro era espaço de trabalho, de diversão, de solidariedades e, ainda, de conflitos entre os moradores das camadas populares (ROCHA, 2007 apud MEDEIROS, 1994, p. 40).

A ordem da câmara exigia que o sino do convento de São Bento tocasse às 9 da noite, marcado assim o toque de recolher (com exceção das Boticas), o que, como visto anteriormente, nem sempre era obedecido. No dia 27 de Março de 1850, Simplício José Correia fora preso por se negar a fechar a sua Taverna após o toque de recolher¹⁷.

As tavernas eram, certamente, locais de sociabilidade desta população negra pobre, de conversas, encontros e bebedeiras¹⁸, logo, coibia-se seu funcionamento a horas tardes da noite. Outro local muito frequentado eram as fontes de água da cidade, locais importantes para o abastecimento local. Ao tratar dos espaços cotidianos da população

17 A Ordem 1850, ed. 39, p. 1. Disponível em: <http://digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

18 Luciano Mendonça de Lima (2004), ao estudar o envolvimento da população negra escravizada na revolta do “Quebra-quilos” em Campina Grande, menciona as tavernas como locais de socialização destes indivíduos, locais de bebedeira, conversas e planejamento de rebeliões contra seus senhores.

negra escravizada em Parahyba no século XIX, Solange Rocha afirma que

Na Cidade da Parahyba, no final do Oitocentos, havia três principais fontes: a do Gravatá (1781), a dos Milagres (1849) e a do Tambiá (1782). Sendo que a última fornecia a melhor água e, por isso, era procurada por metade da população, em Jardim (1911, p. 111). Na tentativa de controlar o comportamento deles, em 1861, o chefe de polícia da província recomendava aos delegados e subdelegados da capital que evitassem e reprimissem “os ajuntamentos”, “as rixas” que costumavam acontecer na fonte do Tambiá. Ver o livro *Correspondência ao governo da província (1860-61)*, p. 55v, AHPB. (ROCHA, 2007, p. 96).

Com podemos constatar, os ditos “ajuntamentos” eram locais de resistência desta população contra as autoridades provinciais. Acredito que uma análise mais profunda do restante da documentação venha a revelar outras formas de resistência dos negros livres pobres na cidade.

O COTIDIANO URBANO EM PARAHYBA DO NORTE E NOS SEUS ENTORNOS

Identificar a população negra na cidade levou, inevitavelmente, a perceber os seus locais de trânsito, tanto para o interior da província, como para fora dela. O abastecimento, como já explicado anteriormente, era da mesma forma feito através de *carroceiros*¹⁹, *carregadores*, *marchantes*, *pescadores*, *pequenos criadores e lavradores*, que conviviam fora do espaço urbano da capital. Em seus arredores, se encontrava a população pobre, residindo, no que constam as fontes, em simples casas de

¹⁹ Sobre a importância dos carroceiros no ambiente urbano no século XIX, ler o trabalho de Ana Maria da Silva Moura, *Cocheiros e Carroceiros: homens livres no Rio de Janeiro e Escravos*.

taipa cobertas de palha. Estes locais sofriam constante interferência das elites provinciais.

“...em additamento ao officio da Presidencia de 18 de março do corrente anno que a ordem contida nesse officio não teve por fim que fossem demolidas as casas cobertas de palha existentes no circulo da cidade, e sim privar que fossem taes casas levantadas de novo: por esta occasião lembra a Presidencia que continuão abertas as portas das casas deshabitadas, e em constucção, em prejuízo da segurança individual, e da moral publica;...” (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1850, ed. 8, p. 2).

Os códigos de postura municipais estabeleciam regras rígidas para a edificação de casas. De acordo com o relatório de 19 de Maio de 1864, no Art.2: “Ninguém pode edificar nesta cidade ou povoação sem licença da câmara municipal”. Estabeleceu multas de 5\$000 para quem construísse sobrado, 4\$000 por casa térrea e, de acordo com o Art.4, multa de 2\$000 para quem colocasse os materiais de construção na rua²⁰.

Os negros livres pobres não só continuavam a erguer as suas residências nos arredores da cidade, como criavam meios de subsistir, cultivando hortas, pomares e tinham criações de animais. Muitos deles eram criados soltos, como revela a documentação a seguir.

“...é conveniente a bem da moral publica a confecção de uma postura prohibindo que andem soltos pelas ruas da cidade os carneiros, e bodes, tolerando as ovêlhas, e cabras para alimentação das crianças, sendo remetida a Presidencia para ser approvada interinamente...” (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1850, ed. 4, p. 1).

Para deslocar-se do centro urbano em direção às demais povoações, era necessário portanto, que estes locais fossem acessíveis. Tanto

20 Relatório de Presidente de Província da Cidade da Parahyba do Norte, 19 de Maio de 1864. – AHWBD.

a estrada de Cruz do Peixe (atual Av. Epitácio Pessoa), como a estrada dos macacos (atual Av. Pedro II), eram locais de acesso da cidade para as áreas de praia, onde haviam núcleos habitacionais. Chegar até as localidades mais distantes do litoral, ou seja as povoações do Cabedello e de Tambaú, ainda era uma tarefa penosa, pois a capital da província era rodeada por charcos, lagoas e rios, onde se constituíam alguns sítios e chácaras.

Arrenda-se por trez ou mais anos, o sitio da Santa Casa da Mize-ricórdia desta cidade denominado Mangueira do Nascente: tendo de comprimento pela varzea do rio Jaguaribe deste suburbio cento e oitenta braças. quem o pretender derija-se a caza de Silverio da Costa Cirne. Rua Nova lado do Poente, Decima 49. (O REFORMISTA, 1850, ed. 48, p. 4).

Para atravessá-los, fazia-se necessária a construção de paragens e pontes, medidas tomadas pelas autoridades provinciais. A documentação registra pontes sobre os rios Mandacaru e Jaguaribe, visando “facilitar o trânsito público”²¹. No entanto, mais do que ajudar no acesso, havia a intenção de controle sobre este trânsito, e conseqüentemente, sobre o pequeno comércio. Entre outras palavras, quem desejava produzir e vender no mercado público da cidade da Parahyba devia automaticamente pagar para ter acesso às vias, uma cobrança que possivelmente, atingia diretamente os mais pobres.

Deste pequeno comércio e da produção artesanal, encontramos vestígios de coletores e vendedores de cocos, pequenos comerciantes

²¹ De acordo com os relatórios de 11 de Outubro de 1864, houve uma grande ação da assembleia legislativa provincial, visando a construção de pontes sobre os rios Gramame, Mandacaru, Jaguaribe, e Sanhauá ao redor da capital. Estabeleceram-se logo em seguida, pedágios sobre estas pontes, provavelmente visando estabelecer cobranças sobre os produtos vendidos na cidade por pequenos produtores dos povoados. Correspondência do Presidente de Província da Parahyba do Norte, 11 de Outubro de 1864. – AHWBD.

de verduras e legumes e pescadores. Ao chegarem na cidade, deparavam-se novamente com as imposições municipais, que estabeleciam os locais específicos para compra e venda, pouso de animais entre outros²². Acredito que tantas medidas serviam para coibir as “feiras livres” que deviam ocorrer (ou não) fora do território vigiado pela câmara e pela polícia. Mas até o momento, não consegui encontrar na documentação, vestígios acerca de tais locais.

Viver no século XIX não era tarefa fácil para esta população. Não bastasse ter que resistir aos preconceitos e imposições das classes privilegiadas, estas pessoas conviviam com a fome, as doenças e tinham que morar muitas vezes em ambientes insalubres. Na época da Revolução Praieira, alertava-se acerca da falta de gêneros para a população.

A anarchia que se apresentou nesta província, ainda que em pequena escala e correu alguns de seus pontos, não podia deixar de trazer apóz si a escacez dos generos de primeira necessidade, que temos sentido, posto que não grave, por ter sido o anno bonançoso. Os homens que se empregão na agricultura, no tempo próprio de prepararem a terra estão no seio da anarchia, ou nas fileiras do Governo, ou fugidos dos anarchistas...[...] (A ORDEM, 1850, ed. 46, p. 2).

Da mesma forma que a guerra provocou fome entre a população pobre devido à falta de braços para o trabalho, como consta, somava-se o problema ao ambiente sujo da cidade. O matadouro municipal era o principal alvo das críticas dos jornais.

E' de publica notoriedade o prejuízo, que causa à saúde publica a permanencia do matadouro publico no lugar, onde actualmente

²² Nos Códigos de Postura da Cidade, datados de 19 de Maio de 1864, no art. 6, fala-se a respeito da matança do gado, devendo ser feita das “5 da tarde às 6 da manhã do dia seguinte. Carne coberta e conduzida para ao açougue público”. A documentação datada de 5 de Setembro de 1864 faz menção à regras para a construção do Matadouro Público, em lugar que “oferece pastagem e descanso para os gados”. Relatório de Presidente de Província da Parahyba do Norte – 1864. – AHWBD.

existe. Pouco aceio, enhuma condição de bem estar para os gados, que veem para o consumo da Cidade: pequenez de edificio e de área para solta dos gados ...[...]²³.

Outras dificuldades relacionavam-se aos lamaçais em épocas chuvosas e à sujeira. Num relato feito no jornal *A Ordem* publicado no dia 22 de Junho de 1850, o cronista anônimo denunciava acerca de “... certos aromas, que exalão alguns becos, e ladeiras d’esta Cidade...” e que nestes locais, ocorriam uma prática que seria comum entre os tigres²⁴, de “despejar suas entranhas, sem o menor embaraço ou empecilho por parte da Illustrissima...” (1850, ed.49, p. 3). Em um ambiente tão insalubre, era comum que as doenças viessem a aparecer, acometendo especialmente a população mais pobre. No espaço delimitado da pesquisa entre o final da década de 40 e começo dos anos 60 do século XIX, foram várias as epidemias às quais o povo da cidade foi acometido, desde Febre Amarela, Varíola, Collera Morbus, entre outras.

Analisando alguns documentos, foi possível obter alguns dados acerca das tentativas do governo provincial em vacinar a população livre e pobre. Em relatório expedido no dia 20 de Junho de 1849, constava que, no ano anterior, haviam sido vacinados, na cidade da Parahyba, 140 indivíduos livres do sexo masculino e 151 do sexo feminino²⁵. Em 1852, haviam sido vacinadas na capital da província, 134 pessoas do sexo masculino e 103 do sexo feminino, sendo que destes 158 eram livres²⁶.

23 Assembleia Provincial da Parahyba do Norte, p. 13. – 1º de Outubro de 1864 – APMA.

24 Denominação dada a todos os escravizados ou livres forros que exerciam a função de remover os excrementos humanos das residências da cidade.

25 “Mappa dos vacinados com proveito nesta Capital da Parahyba do Norte em o ano de 1848” Parahyba 20 de Junho de 1849. – João José Innocencio Poggi, Commissario Vaccinador Provincial. APMA.

26 “Mappa da Vacinação praticada na Provincia da Parahyba em o 1. De Janeiro ao último de Dezembro de 1852. Cidade da Parahyba do Norte em 5 de Março de 1853 – O Commissario Vaccinador Provincial João José Innocencio Poggi. APMA.

Entre os anos 40 e 50, a “febre da bexiga” foi a principal doença relatada. Mais do que medo da doença, havia da mesma forma, grande desconfiança da população em relação à cura médica através da vacina. O médico João José Innocencio Poggi relatava: “...continua-se a notar que os vacinados vão sendo isentos desse mal, e infelizmente ainda se nota a repugnância de muitos á vaccina...”, ou seja, as pessoas resistiam a tomá-la, por diversos motivos.

CONCLUSÃO

Tentei expor, ainda que de forma breve, os resultados parciais de minhas pesquisas acerca das práticas cotidianas da população negra livre pobre na cidade da Parahyba do Norte na metade do século XIX. Através das fontes, foi possível perceber uma parcela desta população em seu cotidiano, seu movimento através da cidade, seus ofícios, suas moradias e manifestações, bem como algumas de suas redes de sociabilidade e características físicas destes indivíduos. Demonstrei a importância que estes indivíduos tinham para a cidade, realizando praticamente todo tipo de trabalho, fosse artesanal ou para o abastecimento da cidade de víveres. Tentei, ao mesmo tempo, vislumbrar a capital paraibana no período oitocentista, com seus espaços públicos, vielas, becos e ruas, além é claro, das povoações próximas. Para tal, as posturas municipais e as correspondências da presidência provincial foram fundamentais, demonstrando como esta população negra estava sob constante suspeita, e que, tanto seus espaços de sociabilidade como suas moradas, sofriam intervenções constantes, assim como nas demais cidades brasileiras no período estudado. Os dados que consegui apresentar no decorrer da pesquisa dão conta dos números da população

livre na cidade da Parahyba entre os anos 40 e 50, o que nos leva a crer que entre esses anos, ao menos no que as fontes revelam, houve um crescimento, ainda que gradual, desta população na cidade. Importante lembrar que ainda não obtive dados populacionais dos anos 60, o que pode ser possível a posteriori. Ao mesmo tempo, analisando os mesmos dados do referido período no que diz respeito à questão da vacinação de homens e mulheres pobres, encontrei dados sobre a quantidade de pessoas livres vacinadas pela junta médica provincial. No ano de 1848, teriam sido vacinados 291 pessoas livres, somando-se homens e mulheres. Em 1853, este número caiu para 158 pessoas livres vacinadas. Não soube identificar os motivos desta queda na vacinação destas pessoas, mas de fato, uma análise mais profunda acerca das questões envolvendo a prática médica na capital da província devem revelar novas possibilidades. Estudos mais específicos acerca dos habitantes das povoações ao redor da capital da província ainda são necessários, no entanto, acredito que em breve, novas informações devem vir à tona através das fontes.

REFERÊNCIAS

Arquivo Eclesiástico da Parahyba: Livros de Batismo – 1833-1860.

Disponíveis em: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Parahyba, 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Parahyba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM).

Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (AHWBD)

Relatórios e Correspondência dos Presidentes de Província de 1850 à 1864.

Arquivo Privado de Maurílio de Almeida (APMA)

Exposição feita pelo Doutor Antônio Coelho de Sá Albuquerque na qualidade de presidente da província da Parahyba do Norte no ato de passar a administração da província ao excellentíssimo Sr. Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em 29 de Abril de 1853.

Mappas e mais peças officiaes que acompanharão o relatório apresentado a assembleia legislativa provincial da Parahyba do Norte na abertura da sessão ordinária de 1º de Agosto de 1849 pelo Exm. Sr. Presidente da província Dr. João Antônio de Vasconcellos. – 1849.

Mappa de vacinação da população da província da Paraíba – 1848 – 1853.

Regulamento do Corpo de Polícia da cidade da Parahyba do Norte – 1850.

Registro de Passaportes da Província da Paraíba – 1850 – 1857.

Relatório apresentado ao excellentissimo Sr. Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, presidente da província da Parahyba do Norte pelo excellentissimo Sr. Dr. Ambrósio Leitão da Cunha no acto de passar a administração da província, em 12 de Abril de 1860.

O Reformista, 1849-1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 Jun. 2018.

A Ordem, 1849-1851. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 Jun. 2018.

O Governista Parahybano, 1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 Jun. 2018.

Bibliografia

ARAÚJO, EDNA M. NÓBREGA. **Uma cidade, muitas tramas**: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). PPGH/UFPE, 2001.

ARAÚJO, C.E. MOREIRA et. al. **Cidades Negras: Africanos, Crioulos e Espaços Urbanos no Brasil Escravista do século XIX.** São Paulo: Alameda, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril.** Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHRISTILLINO, Cristiano Luiz. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, TB., org. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.** Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 57-84.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. **Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças.** São Paulo, Solaris Edições Culturais, 2004.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX.** João Pessoa: PPGH, UFPB, 2015.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma Liberal (Salvador, 1780 – 1860).** São Paulo: Schwarcz, 2013.

LIMA, Luciano Mendonça. **Sombras em Movimento: os Escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande.** Revista Afro-Ásia. 31. ed. 163-196, 2004.

MEDEIROS, Coriolano de. **Tambá da minha Infância.** João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1994.

MEDEIROS, Maria do céu; SÁ, Ariane Norma Menezes. **O Trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre.** João Pessoa: UFPB, 1999.

MOURA, Ana Maria Silva. **Cocheiros e Carroceiros**: homens livres no Rio de senhores de escravos. São Paulo: Hucitec, 1988.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente Negra na Parahyba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.

SÁ, Ariane Norma Menezes. **Escravos, Livres e Insurgentes na Parahyba** (1850 – 1888). João Pessoa: UFPB, 2005.

SILVA, Lucian Souza. **Nada mais sublime que a Liberdade**: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870 – 1888). PPGH/UFPB, 2016.

SOUZA, Thiago Oliveira de. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte**: Cultura Educacional e Culturas Políticas nos anos de 1880. PPGH/UFPB, 2013.

SOUSA, Alberto; ARAÚJO, Darlene. **A arquitetura do poder público e a transformação da paisagem na capital paraibana, 1915-1940**. Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 128.02, Vitruvius, jan. 2011. Disponível em: <http://www.agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.128/3719> Acesso em: 15 Jun. 2018.

SHARPE, Jim. **A História vista de Baixo**. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SANTANA, Ana Carolina da Silva. **Códigos de Postura Municipais**: reflexos de um discurso e suas problemáticas. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013.

RESISTINDO À ESCRAVIDÃO:
as cativas nos anúncios de fuga da Província da Paraíba, 1850-1880

XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da Liberdade**: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas, CMU/UNI-CAMP, 1996.

RESISTINDO À ESCRAVIDÃO: as cativas nos anúncios de fuga da Província da Paraíba, 1850-1880¹

Larissa Bagano Dourado ²

Na segunda metade do oitocentos notamos diversos acontecimentos que culminaram com o aumento do preço de pessoas escravizadas. Esse período foi marcado por um processo gradual e lento de decretos e leis que culminaram com o fim do sistema escravista em maio de 1888³. Além disso, existia uma grande procura, por parte do sul do Brasil, de escravizados(as), para trabalharem, principalmente, nas suas fazendas de café que estavam em ascensão. Assim, entendendo a conjuntura do período no qual há uma valorização da mão de obra escrava, e com a real ameaça de serem levados para fora de sua província, de sua cidade, e de seus laços familiares e de sociabilidades, os escravizados e escravizadas procuravam diversas formas de reação para inibirem suas

1 Esse artigo foi fruto da dissertação de mestrado da referida autora, intitulada “Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: Tráfico Interno e Conquista da Liberdade, 1850-1888” e defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profa. Dra. Solange Rocha.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense e integrante do grupo de pesquisa “Cultura e Sociedade no Nordeste Oitocentista”, coordenado pelas Profas. Dras. Solange Rocha e Serioja Mariano.

3 Destacamos as seguintes determinações legais: Lei Eusébio de Queiroz de 1850: fim do tráfico negreiro. Lei Rio Branco de 1871: também conhecida como “Lei Rio Branco”, que considerava livre todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir dessa data. Lei dos Sexagenários de 1885: garantia liberdade aos escravos (as) com mais de 60 anos de idade. Lei Áurea de 1888: abolição da escravidão.

transferências para outras províncias ou cidades. Ao analisar a atitude dos próprios escravizados (as), Sidney Chalhoub (2011) afirma que “nas declarações dos escravos, portanto, o que parece estar em jogo não é uma fuga coletiva, uma tentativa desses negros de escapar da sua condição de cativos, e sim a afirmação de que se negavam radicalmente a serem vendidos para o interior” (p. 35). Logo, esse estudo tem como objetivo compreender como as escravizadas estavam reagindo nesse cenário.

Inicialmente é preciso frisar que para realização desse trabalho e para responder os questionamentos referentes à população negra, nos fundamentamos primeiramente nos estudos de Thompson, que em sua obra havia conduzido as noções de experiência e cultura ao plano das análises sobre a ação social. Ressaltamos também a importância da aproximação da Antropologia com a História, cuja junção possibilitou abordagens socioculturais que corroborarão com pesquisas e estudos sobre a temática relativa às mulheres negras por meio da História Social. As novas propostas teórico-metodológicas da História Social Inglesa ressaltaram a necessidade de analisar os indivíduos que não fazem parte da elite política e/ou intelectual da sociedade. A partir da História Social, podemos utilizar as fontes para que a experiência histórica seja contada “de baixo para cima”, e no caso desse referente estudo, visibilizar as trajetórias as mulheres negras escravizadas, observando suas redes de sociabilidades⁴, relações familiares e de trabalho, na tentativa de compreender o comportamento, escolhas e atitudes da população negra na sociedade oitocentista.

Para compreender e resgatar as estratégias das escravizadas que fugiam de seu cativeiro, utilizamos os anúncios de fuga nos jornais da Paraíba oitocentista. Em nosso estudo pesquisamos principalmente, o

⁴ Compreendemos como redes de sociabilidades a “representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais” (MARTINS, 2007, p.432).

jornal *O Publicador*, pela maior facilidade de acesso⁵, mas também outros jornais avulsos. Foram eles: *O Despertador*, *O Independente*, *O tempo*, *O Imparcial*, *A Regeneração*, *A Opinião*, *O Conservador*, *Diário da Parahyba*, *Liberal Parahybano*, *Jornal da Parahyba*, *O Sorriso*.

Compreendendo a importância da imprensa nas pesquisas sobre o século XIX, percebemos que muitos estudos que relacionam os jornais e a escravidão focam suas análises em temas relacionados à abolição, uma vez que “muitos jornais aparecem nessas construções como os principais atores no processo discursivo contra o sistema escravista, empreendendo múltiplas campanhas em favor da libertação dos escravos em território brasileiro” (BARBOSA, 2010, 79). No entanto, percebemos que a população negra aparece com frequência nos jornais do oitocentos em vários e diferentes espaços. Logo, compreendemos que as possibilidades de pesquisas relacionando os jornais e a escravidão é muita maior, principalmente levando em consideração a complexidade da imprensa oitocentista, na qual se unem matérias e interesses diversos. Assim, podemos perceber “as marcas que eles [escravizados (as)], como atores e sujeitos da história, também deixam nos jornais” (BARBOSA, 2010, p. 80. Grifos nossos).

De acordo com Schwarcz (1987), até o início de 1880, a maioria dos anúncios presentes nos periódicos da época se referia a população escravizada. Os anúncios dos jornais são encontrados de variados tamanhos e formatos, e constituíam a maior parte da renda dos periódicos. É válido ressaltar o tipo de linguagem utilizada nos anúncios, diferente da usada no resto do jornal, isso porque, provavelmente na maioria das vezes, quem redigia o texto era o “dono” anúncio, que muitas vezes era iletrado, e por isso, utilizava uma linguagem mais “simples” para

⁵ Os referidos jornais encontram-se na internet. As edições do ano de 1864 do jornal *O publicador* estão no site <http://hemerotecadigital.bn.br>.

divulgar a venda de algum produto, por exemplo. Os escravizados eram tratados nos jornais como “peças”, assim como nos anúncios de venda de jornais, materiais escolares ou casas. Através dos anúncios é possível compreender as relações cotidianas dos escravizados (as), além das suas diversas formas de comportamento ao fugir, seguindo diferentes tipos de estratégia, para que sua fuga seja bem sucedida, e para que não sejam capturados.

Concordamos com Reis e Silva (1989) quando afirmam que havia uma negociação entre cativos (as) e proprietários dentro do sistema escravista, e que quando essa transação falhava, ou nem chegava a ocorrer devido a inclemência do senhor, ocorriam os conflitos. Assim, a fuga tornou-se um significativo ato de resistência por parte dos escravizados e das escravizadas que fugiram por distintos motivos, como, violência física e psicológica, separação de familiares e amigos, ou pelo desejo de ser livre. Tais fugas poderiam significar uma relativa ruptura ao sistema no qual estavam submetidos. É válido ressaltar que desde o período a Colônia, a população escravizada buscou meio para resistir às condições impostas, inclusive, praticavam fugas, formam quilombos, entre outros, No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, “as ideias antiescravista e a formação de núcleos urbanos maiores e próximos a áreas densamente escravistas proporcionaram refúgio material e ideológico aos fugitivos” (REIS, SILVA, 1989, p. 9).

Realizada a fuga, os proprietários procuravam meios de capturar o escravizado(s) e/ou a escravizada(s). Eles contratavam os serviços dos capitães do mato, ou/e também poderiam anunciar em jornais a fuga dos cativos(as), apresentando o maior número de informações possíveis. O anúncio de Antonia demonstra como geralmente era noticiada a fuga de uma pessoas escravizada.

Escrava fugida. Ausentou-se no dia 17 do mez de dezembro proximo passado da povoação de Araçagy, termo da cidade de Mamanguape, **a escrava Antonia, cor cabra, pes e mãos grandes, uma cicatriz na testa, braços cabelludos, em uma das pernas signal de goma, andar baseiro, um talho na mão direita, estatura regular, idade de 30 annos aproximadamente.** Recomenda-se por tanto a todas as authoridades ou a qualquer pessoa a sua captura, e conduzil-a a mesma povoação; entregada ao seu con-senhor Felipe Rodrigues de Lima, que bem gratificará (*Jornal da Parahyba*, 22 de abril de 1882, p.4. Grifos nossos).

Percebemos assim como geralmente era publicado o anúncio de fuga do(a) escravizado(a). Relatava-se primeiramente o dia em que a pessoa escravizada fugiu e de qual localidade, e logo são descritas as características dos(as) mesmos(as), como: a cor, idade, altura, sinais, cicatrizes, entres outras aparências físicas, e também de comportamento, como o jeito de falar ou andar. No caso de Antonia, era cabra, com 30 anos de idade e tinha um “andar baseiro”, além de outra informações. Em seguida, recomendava-se a captura do(a) fugitivo(a) e para onde este(a) deveria ser encaminhado(a), e por fim, ressaltando a que quem o fizer, “será bem gratificado”.

Através das análises dos jornais percebemos que além da diversidade entre os cativos do sexo masculino e feminino realizando fugas na Paraíba oitocentista, havia também uma diversidade em relação à idade dos(as) escravizados(as) em questão. De acordo com os estudos de Schwarcz (1987) nos anúncios de fuga de cativos dos jornais paulistas, a maioria dos escravizados que fugiam eram do sexo masculino, com idade entre 15 e 40 anos e que normalmente trabalhavam na lavoura. Os estudos de Dias (2013) apontam que na província da Paraíba, houve uma predominância de escravizados fugitivos homens, numa proporção de 75% de homens e 25% de mulheres, e de idade entre 21 e 30 anos

(p. 113 e 114). A maior proporção de homens em relação às mulheres, não indica que elas teriam resistido menos à escravidão. Mas que na relação entre os escravizados e as escravizadas, a maior responsabilidade a respeito dos filhos, era da mulher, assim, muitas delas, provavelmente, “pensavam duas vezes” antes de tentar uma fuga. No entanto, isso não quer dizer que muitas delas não teriam adotado tal prática. Existiam mulheres escravizadas que também compartilhavam da estratégia de fuga como meio de busca pela liberdade, como a escravizada Agostinha.

Fugio desta cidade no mez de abril do corrente anno a **escrava Agostinha, velha**, pertencente à Affonso de Almeida e Albuquerque. **Jualga-se ter seguido para o Piancó desta Província donde veio, por que já foi encontrada em caminho.** Roga-se ás autoridades e capitães do campo que conhecimento dela tiverem prender e remeter à cidade de Arêa em casa de Santos da Costa Gudim que serão generosamente pagos. Cidade da Paraíba (O *publicador*, 10 de agosto de 1864 p. 4. Grifos nossos).

Por meio desse anúncio percebemos que a cativa Agostinha, apesar da elevada idade, “velha”, fugiu do seu senhor e seguiu “donde veio”, ou seja, utilizou dessa estratégia, de fugir para a cidade de onde era proveniente, e na qual poderia ter ajuda de possíveis familiares ou/onde poderia ainda ter laços de solidariedade. Essa parece ter sido uma estratégia comum entre a parcela da população escravizada que fugia, pois aparecia em vários anúncios de fuga, seja de homens ou mulheres escravizadas. Assim, como Agostinha, quando outras escravizadas fugiam, elas precisavam se manter ocultas, para não serem aprisionadas e voltarem para o cativo. Além de Agostinha, a escravizada Josepha, provavelmente, também pode fugido para a cidade de onde era natural, como demonstra o anúncio abaixo,

Atenção! Acha-se fugida a escrava mulata acabocolada “Josepha” altura regular, cheio do corpo, cabellos um pouco estirados, e supõe ter falta de um dente na frente. **Segundo informações recebidas, consta que ella se acha na villa do Pillar, d’onde é natural.** Roga-se sua captura, a qual será recompensada, podendo ser entregue na cidade da Parahyba ao Sr. Augusto Gomes e Silva (A Opinião, 29 de novembro de 1877, p. 4. Grifos nossos).

Como veremos ao longo do capítulo, Josepha e Agostinha foram duas de muitas escravizadas que utilizavam dessa estratégia, não só para tentar obter sucesso na fuga, mas também pelo “simples” fato de poder retornar para seu convívio familiar. Concordamos com Pires (2009) quando afirma que, “ao vê-los em seus encontros, sambas, cocos, batuques, cantando modinhas em animadas chulas, ou na vizinhança partilhada com os amigos e parentes, vemos porque muitos deles, apesar do contínuo fluxo migratório presente em suas vidas, voltaram para ‘o lugar onde nasceram’” (p. 15).

No anúncio de fuga de Vicência, apesar de listar algumas regiões para onde a cativa poderia ter fugido, “n’esta capital ou em seus suburbios, ou então que tenha tomado o caminho de Itabaiana”, preveniu-se mais uma vez, que a escravizada poderia ter seguido para o local de onde era natural.

Fugio no dia 7 de dezembro corrente da casa do abaixo assignado a escrava parda de nome Vicência, de idade de 22 annos pouco mais ou menos com os signaes seguintes: altura regular, côr parda clara, secca de corpo, cabellos carapinhos, rosto redondo, bocca regula, com todos os dentes da bocca. **Levou vestido preto de chita e chalés tambem preto.** Roga-se as pessoas que d’ella tiverem conhecimento fação o favor manda-la prender, e levar á casa do abaixo assignado que recompensará o trabalho com generosidade. **Previne-se que talvez esteja n’esta capital ou em seus suburbios, ou então que tenha tomado o caminho de Itabaiana, ou de Campina Grande d’onde é natural e tem parentes.**

Parahyba 9 de dezembro de 1865. Antonio Vicente de Magalhães
(O Tempo, 14 de dezembro de 1865, p. 4).

Como vimos no anúncio acima, além da possibilidade de fugir para o local de onde era natural, percebemos também que Vicência fugiu levando consigo “vestido preto de chita e chalés também preto”. O ato de fugir com as roupas pode demonstrar que Vicência tomou o cuidado de confundir as autoridades que estivessem à sua procura. De acordo com Lima (2013), nas últimas décadas da escravidão no Brasil era pouco provável que se descobrisse a condição jurídica do negro apenas por suas vestimentas, uma vez que, o número de pessoas mestiças e de condição livre e liberta na província da Paraíba já alcançava um grande número. Apesar disso, essas atitudes da escravizada em questão, demonstram algumas das formas de estratégias dos e fugitivas para se manterem livres. Logo, percebemos nos anúncios de fuga da província da Paraíba, que muitas cativas fugiam com roupas extras, ou com instrumentos de trabalho, ou seja, como meio de garantir sua sobrevivência longe do cativeiro e como medidas para dificultar sua captura. Sabemos que muitas delas podem ter fugido sem se programar, num momento em que perceberam que era oportuno para tal feito, e por isso, não puderam levar consigo vestimentas, ou materiais de trabalho. Porém, nessa situação as escravizadas ainda poderiam utilizar da estratégia de voltar para onde era natural, onde poderiam contar com redes de sociabilidades.

O anúncio de uma outra escravizada fugitiva, também chamada de Josepha, pertencente à Antonio Vicente de Magalhães, informa que a mesma tenha levado “toda roupa que possui”, além de também constar a suposição de que a mesma tenha seguido para “donde é natural”,

Na madrugada do dia 14 de março do corrente fugiu da casa de seu senhor a escrava Josepha, com os sinais seguintes: estatura alta, cabelos carapinhos, que se prestam a amarrar, cara bexigosa, boca regular, cor preta, idade 30 idade, pouco mais ou menos. Andava com chalés encarnado; **levou consigo toda a roupa que possui. Supõe-se ter seguido para o Cariri em procura do lugar Boa-Vista, donde é natural, e onde moram os antigos possuidores.** Roga-se as autoridades paliciaes, e a todas aquellas pessoas que da referida escrava tiverem conhecimento, queirão ter a bondade de faze-la apprender e mandar levar à casa do Sr. Antonio Vicente de Magalhães no Varadou-se desta cidade, serão generosamente recompensados (*O Publicador*, 16 de março de 1864, p. 4. Grifos Nossos).

No anúncio percebemos que além de Boa-Vista, no Cariri, ser o local de onde Josepha era natural, nesse local também residiam os antigos donos da escravizada. Assim, podemos supor tanto que Josepha buscasse tal localidade pelos familiares e amigos, como também pode ter ido atrás de seus antigos donos, para que esses a recebessem de volta. Sabemos que essa era uma prática comum no século XIX, uma vez que alguns escravizados(as) julgavam que esses eram melhores senhores do que os atuais.

A fuga de Josepha, aparentemente pode ter tido sucesso, pelo menos por certo período, uma vez que o anúncio de sua fuga foi publicado mais de quarenta vezes ao longo do ano de 1864, tendo aparecido a primeira vez, no referido ano, em 16 de março, e a última vez em 1 de agosto. Em 8 de abril de 1865 encontramos o dono de Josepha comprando uma nova escravizada, Antonia, de 19 anos, por um valor de 1:400\$00, do Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcellos⁶. Pode Antonio Vicente de Magalhães ter desistido de encontrar Josepha e ter comprado uma nova escravizada? Não podemos afirmar que sim, mas

⁶ Livro de Meia Sisa, 1866, número:23. Arquivo Privado de Maurílio de Almeida.

sabemos que Josepha pode ter se utilizado de várias estratégias para não ser capturada pelo seu dono, demonstrando assim, como as mulheres escravizadas podiam resistir à condição imposta a ela.

O anúncio de fuga de uma outra escravizada, chamada Vicência, também nos chamou atenção.

Ausentou desde o dia 8 de maio da casa do abaixo assignado a **escrava, parda, Vicência**, acha-se omesiada nas visinhas das Mares, **sob o auxílio de um escravo do Sr... e por que esse escravo é a isso acostumado**, protesta o mesmo abaixo assignado haver os dias de serviço. Antonio Camillo de Hollanda (*O Publicador*, 27 de julho de 1864, p. 4. Grifos nossos).

Conforme aponta o anúncio, Vivência havia fugido do seu cativo acerca de 4 meses, com o auxílio de outro escravizado, que de acordo com o próprio senhor da dita cativa, Antonio Camillo de Hollanda, “é a isso acostumado”. Assim, podemos pensar que o tal escravizado do senhor que ele preferiu não citar o nome, poderia ter algumas relação afetiva com sua escravizada, e que, ou não seria a primeira vez que ela fugiria com o auxílio dele, ou que o dito cativo já teria auxiliado outras escravizadas ou escravizados em fugas. Ambas possibilidades demonstram que as pessoas dessa localidade sabiam que o escravizado era a isso “acostumado”, mas mesmo assim, o dito cativo insistia com suas práticas.

À medida que analisamos outros anúncios de fuga percebemos que outros escravizados e escravizadas também buscavam fugir na companhia de outra pessoa, sendo ela escravizada ou não. O anúncio de fuga do escravizado Agrícola parece-nos indicar uma rede de solidariedade entre o mesmo e a escravizada Margarida, ambos propriedades de Francisco Manoel Carneiro da Cunha.

Escravos Fugidos. **Fugirão do poder do abaixo assignado o escravo agrícola, criôla, de 30 annos, e seu filho Manoel, de 10 annos, côr fula, e Themoteo, pardo, com 16 annos, filho de Margarida, todos pertencentes á Francisco Manoel Carneiro da Cunha**, de quem o abaixo assignado é curador. Quem os apprehender e entregar ao mesmo abaixo assignado so sitio – Biquinha – da freguesia de Santa Rita, será recompensado (*Jornal da Parahyba*, 9 de julho de 1874, p. 4. Grifos nossos).

De acordo com o anúncio, o escravizado Agrícola teria fugido com seu filho Manoel, de 10 anos e com Themoteo, de 16 anos, filho de Margarida, todos escravizados, ou seja, de acordo com o anúncio a fuga foi realizada por três escravizados. Já apontamos anteriormente, que as mulheres escravizadas que eram mães, teriam maior dificuldade em fugir pois muitas delas não queriam se separar de seus filhos(as), e sabiam que se tentassem fugir com eles(as), era provável que não tivessem êxito na fuga, seja pela dificuldade em carregá-los, ou pela luta de sobrevivência diária, como o “simples” fato de se alimentar a si, e alimentá-los(as). Assim, podemos supor que Margarida não tenha fugido com filho, por talvez ter outros. Além disso, a fuga de Agrícola com o filho de Margarida, nos sugere que ambos mantinham uma relação de solidariedade, na qual resultou com a fuga dos três escravizados.

Ainda haviam mulheres com condições jurídicas distintas que seguiam na companhia de escravizados fugitivos, conforme encontramos nos anúncios de Clementino e Thomaz.

No dia 27 de novembro do ano próximo findo **fugio o escravo Clementino**, cabra, pertencente ao abaixo assignado. Representa ter de idade de 21 a 22 annos, de altura e corpo regular, e bem feito, cabellos molles buscando a carapinho, nariz xato; sem barba tendo apenas um pequeno buço, semblante alegre e farçola. **Tem muito uso de serviço domestico. É official de sapateiro, e levou os instrumentos do officio, conduzindo uma mulher forra de**

nome Paulina, bastante ébria, e com quem se amasiou. É natural que queira passar por forro e casado e mesmo que tenha mudado de nome. Há muita probabilidade, e **quase certeza de ter procurado os sertões desta província, especialmente os de Piancó e Souza.** Quem o pegar, levar a seu senhor que mora na villa do Pilar, terá cem mil reis de gratificação. Luiz Correia de Queiroz Barros (*O Imparcial*, 15 de fevereiro de 1861, p. 4. Grifos nossos).

Fugio do engenho Munguengue, da freguesia de Santa Rita, no dia 27 de Julho proximo findo, **o escravo Thomaz,** idade de 26 annos, preto, cabellos carapinhos, altura e corpo regulares, boa figura, andar apressado e olhar um pouco espantado. Esse escravo, que pertenceu ao Sr. Luiz Carlos de Mello, morador na villa de Ingá, é casado com uma mulher livre de nome Maria, de quem tem uma filha menor chamada Mariana, que seguirão em sua companhia, e trabalha como fogueteiro, por cujo officio tem grande paixão. Roga-se, pois, as autoridades policiaes e capitães de campo a captura do mencionado escravo, promettendo-se recompensar generosamente á quem o apprehender e entregar no referido engenho, ou na rua Duque de Caxias n. 5, desta capital (*Liberal Parahybano*, 14 de agosto de 1879, p. 4. Grifos nossos).

No primeiro anúncio, notamos que Paulina fugiu com Clementino, com quem se “amasiou”. Já Maria fugiu com Thomaz, com quem é casada. Assim, pela forma em que o anunciante relatou a relação dos casais, percebemos Clementino e Paulina não eram casados perante a igreja católica, enquanto Thomaz e Maria eram casados perante a igreja e pela sociedade oitocentista. Além disso, notamos que tanto Paulina quanto Maria, não eram mantidas em cativo, a primeira por ser forra e segunda por ser livre. Deste modo, percebemos que as mesmas não precisariam fugir, e se fizeram, foi por quererem que seus companheiros alcançassem a liberdade, mesmo que pela via ilegal.

Outra informação que ocorrem nos dois anúncios é relacionado a profissão dos escravizados. Analisando os anúncios de Clemente

e Thomaz percebemos que os dois escravizados possuíam um ofício. Clemente era oficial de sapateiro e levou consigo os instrumentos do ofício, já Thomaz trabalhava como fogueteiro. Clemente pode ter “quase certeza de ter procurado os sertões desta província, especialmente os de Piancó e Souza”, Thomaz fugiu com Maria, “de quem tem uma filha menor chamada Mariana”. Paulina e Maria fugiram com homens que não tinham a mesma condição que elas, eram escravizados, no entanto, eram homens que tinham ofício, e que poderiam contribuir para sobrevivência da família. Trata-se portanto de uma estratégia não só da parte dos escravizados fugitivos, como das mulheres que fugiram com eles. Paulina e Maria podem ter seguidos seus companheiros na tentativa de viver com sua família na liberdade, mesmo que ilegal, e sobrevivendo com a ajuda do trabalho dos mesmos. Além disso, não podemos deixar de lado a relação dos casais, nas quais atitudes são tomadas, também a partir de sentimentos.

Abaixo, segue o anúncio de Joaquina, já ao longo de seus 50 anos, com corpo franzino, rosto magro, e com cicatrizes nas costas, mas também conhecida por ser “alegre e risonha quando fala”,

Escravo Fugido. Fugio do abaixo assignado a 25 de outubro de 1874, **Joaquina, com 50 annos, crioula, côr preta**, estatura baixa, corpo franzino, rosto magro, nariz chato, **com falta de alguns dentes na frente**, cabellos carapinhos e já pintados com alguns brancos, **alegre e risonha quando falla**, andar apressado, **uma cicatriz em cima da pá do hombro direito proveniente de um antraz, e outras pequenas pela costa**. presume-se que tenha ido para Pernambuco, donde é natural. Quem apreendel-a e entregar ao mesmo abaixo assignado, em sua casa á rua da Ponte desta capital, será bem recompensado. Minervino Ribeiro Pessoa Lins (*Jornal da Parahyba*, 26 de fevereiro de 1875, p. 3).

Pelo anúncio podemos chegar a algumas questões. Primeiramente é de se refletir em relação ao estado de Joaquina, aparentemente frágil, com marcas de violência, porém caracterizada como alegre e risosinha. Não acreditamos que o anunciante esteja mentindo em relação ao estado de “sempre risosinha” de Joaquina, uma vez que a exatidão das características são essenciais para que a captura da fugitiva seja realizada com sucesso. Assim percebemos que Joaquina poderia ser uma mulher alegre, mas também forte, mas não necessariamente do ponto de vista físico, já que possuía 50 anos de idade, que é uma idade considerada avançada para uma escravizada, mas forte o suficiente para realizar uma fuga.

Em segundo, buscamos analisar o que poderia significar algumas dessas características físicas de Joaquina. De acordo Freyre, a dentadura dos(as) escravizados(as) podiam ser um elemento de identificação de origem da população escravizada, pois haviam povos africanos que extraíam dentes ou os tornava pontudos por motivos rituais ou estéticos (FREYRE, 2010, p. 15). À medida decorre o século XVIII e principalmente o XIX, a população negra que antes era predominantemente africana, passa a se tornar uma geração de descendentes de africanos, que não mais praticavam esses tipos de tradições. No entanto, os dentes, ou a falta deles, continuaram sendo citados nos anúncios de jornais como meio de melhor caracterizar o(a) escravizado(a), para que este seja encontrado, como consta no anúncio de Joaquina. “Com falta de alguns dentes na frente”. Para Freyre (2010), enquanto na África a população possuía uma dentadura “limpa e perfeita”, no Brasil, os africanos, e os descendentes desses, tinham seus dentes estragados pelo excesso de açúcar (FREYRE, 2010, p. 15). Acreditamos que a falta de dentes atingia não só a população negra, como a branca, devido aos “problemas de

higiene” no Império oitocentista. Além disso, dentes estragados e a falta deles, podem indicar uma má alimentação, ou seja, uma dieta baseada em alimentos pouco nutritivo.

Outra questão relacionada ao anúncio de Joaquina diz respeito à “outras pequenas cicatrizes nas costas”. Percebemos assim que os sinais de castigos e maus tratos também poderiam ser citados nos anúncio de fuga de cativos(as). No caso de Joaquina, acreditamos que o anunciante pode ter tentado minimizar essa característica em questão, na medida que citou a existência de tal cicatrizes, mas não citou o porquê das mesmas, como fez com “uma cicatriz em cima da pá do hombro direito”, explicando que era “proveniente de um antraz⁷”. Além disso, afirmou ser “pequenas” tais cicatrizes, fazendo-nos desconfiar se realmente o eram.

Por meio dos anúncios de fuga também percebemos os trabalhos realizados pelas mulheres negras, como no anúncio de fuga da quitandeira Ellaria.

Fugio do engenho Oiteiro do Sebastopol no dia 1 de agosto do corrente anno a escrava Ellaria, crioula, representando a idade 40 annos pouco mais ou menos, com os signaes seguintes, estatura regular, cheia de corpo, côr preta, rosto um pouco descarnado com algumas marcas de bexigas pouco perceptíveis, olho vivos, nariz bem feito, bocca regular, dentes perfeitos, e alimados os do lado superior, pés secos, tendo os calcanhares muito salientes: tem n'uma das espaduas um pequeno botão proveniente de uma cicatriz; a falla é descansada e um pouco cerrada, e fanhoza. Andava vendendo taboleiro quando evadiu-se e é de presumir, que esteja acoutada pela capital de seus suburbios. Roga-se às autoridades policiaes e capitães de campo a sua captura; e qualquer pessoa que a apprehender e leval-a a seu senhor Cypriano

7 O antraz, também chamado de carbúnculo, é uma doença bacteriana causada pela bactéria *Bacillus anthracis*. Típica de regiões agrícolas da Ásia, África e América Latina, a transmissão da doença se dá quando esporos da bactéria penetram algum ferimento cutâneo, ou quando os mesmos são inalados ou ingeridos. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/doencas/antraz.htm>> Acesso em 27 de mar. de 2016.

RESISTINDO À ESCRAVIDÃO:

as cativas nos anúncios de fuga da Província da Paraíba, 1850-1880

de Arroxellas Galvão no supradito engenho será generosamente, gratificado (*A Regeneração*, 24 de agosto de 1861, p. 4. Grifos nossos).

O anúncio acima se repete mais 4 vezes em outros números de jornais⁸, inclusive, em 28 de agosto de 1861 é oferecida uma gratificação no valor de 100\$000. Esse valor muitas vezes equivalia a um quarto de um escravizado com idade superior a 40 anos, e até mesmo de um terço de uma escravizada com a mesma idade de Ellária. Na documentação referente ao impostos de meia sisa do tráfico intraprovincial de cativos(as) da província da Paraíba encontramos o registro da venda de Rita, de 41 anos de idade, que foi vendida no dia 17 de fevereiro de 1869 para João Leopoldino Vireira Flores por Marcelino Gomes de Leiros pelo valor de 300\$000⁹. Assim, pelo valor da gratificação e pela idade já avançada da escravizada, percebemos que além do valor, enquanto “bem”, a mesma também parecia ser valiosa devido aos serviços que prestava, ou seja, provavelmente garantia uma boa renda para seu proprietário. Nas pesquisas de Dias(2010), a mesma encontrou tais profissões referentes às mulheres negras: cozinheira, lavadeira, **vendedora de tabuleiro**, engomadeira, todo serviço, costureira, ama, ama-de-leite, para pentear cabelo, e para comprar (p.41).

Baseada na documentação da Paraíba, Lima (2013) notou que havia uma divisão sexual do trabalho, na qual os homens dedicavam-se a atividades agrárias, como roceiros, e carpinteiros, já as mulheres ocupavam-se em atividades ligadas ao comércio, como quitandeiras, ou serviços de casa como cozinheiras, engomadeiras, ou ainda como amas de leite, costureiras, benzedoras (de cobreiro, mau-olhado e garganta). É válido ressaltar que numa sociedade escravista, até as crianças tinham suas “ocupações”. Encontramos uma delas no anúncio abaixo,

⁸ Se repetem nos jornais dos dias: 28/ 08/1861; 31/08/1861; 04/09/1861 e 07/09/1861.

⁹ Livro de Meia Sisa – 1869. Arquivo Privado de Maurílio de Almeida.

Vende-se um escravo crioulo, official de sapateiro, bonita figura, conducta excelente, sem vicio, **muito sadio, muito fiel**, próprio para pagem; e **uma negrinha, com cinco annos de idade, sem vicio, muito esperta, e de muito boa casta de escravos propria para brincar com crianças**: quem pretender póde dirigir-se á rua Direita casa nº 84, que achará com quem tratar (*O Imparcial*, 22 de fevereiro de 1861, p. 4. Grifos nossos).

Assim, percebemos que muitas crianças escravizadas eram vendidas e compradas para servirem de acompanhante de crianças brancas, elas brincariam com os filhos dos seus senhores e senhoras até que chegasse o momento de realizar outros serviços. É válido perceber que o autor afirma que a menina de 5 anos era “muito esperta e de muita boa casta de escravos”, sugerindo provavelmente, que tratava-se de uma filha de pai e mãe “muito fiéis”, e “muito sadios”.

Retornando às mulheres negras, o estudo de Lima (2013) ainda apontou que as mesmas se destacavam como quitandeiras, de maneira que era possível que elas acumulassem renda, “intencionalmente, ou não”. As quitandeiras, as mulheres negras, escravizadas ou não, se dedicavam ao pequeno comércio e vendiam, geralmente, gêneros de primeira necessidade, dos mais variados produtos, como: legumes, verduras, bolinhos, cuscuz de milho, de arroz, pastelões, arroz doce, frutas variadas, alfenim, pastéis de nata e outras mercadorias. É importante ressaltar que no “comércio ambulante coexistiam escravos de ganho, alugados ou que se alternavam no serviço doméstico de suas proprietárias, com forros, e brancos pobres” (DIAS, 1984, p. 115). Assim, encontramos o seguinte anúncio: “Atenção! Precisa-se alugar duas pretas, que saibão vender em taboleiro; quem as tiver dirija-se á rua Direita nº 47 á tratar com Joaquim Gonçalves Chaves”¹⁰. Percebemos que o anunciante não

10 *A Regeneração*, 8 de fevereiro de 1862, p. 4.

específica a condição jurídica das “duas pretas” que pretende alugar, nos fazendo pensar que podem ser livres, libertas ou escravizadas. Ainda sobre o aluguel de pessoas escravizadas Dias (2013) afirma que “o sistema de aluguel de escravos foi uma das características mais importante da escravidão urbana e existia desde os primórdios da escravidão colonial no Brasil” (p. 39).

O trabalho como quitandeira vem da tradição africana. Percebemos que tanto na América como na África, e especialmente na África Ocidental, eram as mulheres que se encarregavam da atividade de ambulantes e feirantes. Essa atividade garantia às mulheres um papel social importante, uma vez que adquiriam autonomia com relação aos homens, e “certamente um papel econômico de provedora e organizadora da circulação dos gêneros alimentícios” (DIAS, 1984, p. 116). Não raramente, as quitadeiras carregavam, além de seus produtos, um filho pendurado nas costas, “num malabarismo e energia que deixa o observador boquiaberto” (SILVA, 2001). Além disso, não raramente, eram associadas à prostituição, no entanto, tentavam construir uma imagem de si, de honra e respeito. O trabalho podia ainda, deixar-lhes marcas corporais que podiam atingir seu lado emocional, como a perda de cabelos, devido ao atrito do tabuleiro no alto de suas cabeças. Freyre em 1966 já chamava a atenção para os inúmeros casos de “coroa na cabeça” encontrados nos anúncios de jornais. Essa “cora” era causada pelo peso que carregavam na cabeça, seja de tabuleiro, água, tijolo ou outro (2010. p. 11).

Reis (2010) chama atenção para as quitadeiras africanas em Luanda. De acordo com o autor, assim como nas cidades escravistas brasileiras, na África, mulheres escravizadas e livres dominavam o comércio nas feiras, onde vendiam produtos importados, e também pro-

duzidos na África, como vasos, cestos, esteiras, objetos de marfim, entre outros, além de produtos de gênero alimentício. De acordo com Maria Odila Dias,

Os viajantes realçavam a **vocação de vendedoras das negras mina ou do Daomé, Nigéria, Senegal e Congo**. Embora longe de constituir a maioria, entravam em quantidades não desprezíveis na Corte, onde **eram preferidas como negras de ganho, por se adaptarem mal aos serviços mais caseiros** (DIAS, 1984, p. 116. Grifos nossos).

Por meio de relatos de viajantes, Dias (1984) destacou a vocação das africanas no comércio de ambulantes da corte, bem como a não adaptação das mesmas para o trabalho doméstico. Assim, em geral, os(as) proprietários(as) de escravizadas africanas optavam por torná-las negras de ganho. Vale salientar mais uma vez que muitas mulheres escravizadas realizavam esse tipo de atividade, e que a partir dela, muitas conseguiam juntar o pecúlio para sua carta de alforria e de seus familiares. Vale destacarmos ainda, que a possibilidade de ir e vir das ambulantes favorecia o aumento de redes de sociabilidades, ou seja, permitia que essas mulheres conhecessem mais pessoas e criassem laços com elas. Tais redes poderiam melhorar o cotidiano e a sobrevivência das mulheres negras. No entanto, a multiplicação de mulheres negras no pequeno comércio urbano foi vista com certa desconfiança sob perspectiva das autoridades de algumas províncias, como de São Paulo, pois, essas mulheres poderiam ser “elos e meios de contato com maridos e filhos de escravos, eventualmente fugitivos” (DIAS, 1984, p. 123). Na Cidade da Paraíba do Norte também percebemos atitudes repreensivas contra as quitandeiras, conforme demonstra o anúncio abaixo.

A bem da moral pede-se as autoridades competentes que lancem suas vistas para um corrilho de negras quitandeiras, junto a ermida da cadeia velha, que não respeitando as famílias que por perto moram, e muito menos as que por fatalidade ali transitam, quando estas helenas, em comunhão com seus adônis, largam as palavras mais obscenas que dar-se pode; sendo d' estas a principal uma santarrona a quem chamão - quenga rachada- que levada de zelos amorosos, estando a brigar com o ex-praça policial de nome Balduino (sacerdote bachante) pronunciavam as mais infames e torpes palavras, quando ali passava uma família distinta. Portanto roga-se aos senhores fiscais que as façam remover q' aquele lugar, e a policia que lhes deem um lugar distinto na casa retumbante quando taes naides quitandeiras assim praticarem (*O Publicador*, 14 de Dez de 1864, p. 4. Grifos nossos).

De acordo com o anúncio, as quitandeiras estariam “largando palavras obscenas” nas proximidades da cadeia velha, perturbando assim pessoas que moravam nesse local e as que transitavam por ali. Além disso, o anunciante também ressalta que existia uma mulher “principal”, chamada de “quenga rachada” que brigava com Baduíno, ex-praça policial, com devia provavelmente tinha alguma relação amorosa. Não sabemos se de fato essa situação ocorreu, e se sim, se ocorria com frequência ou não. Independente disso, o que nos interessa é perceber como a presença das quitandeiras incomodavam as pessoas que circulavam no mesmo ambiente que elas, além de compreender que se o anunciante expõe tal situação é porque provavelmente está poderá ser atendida, ou seja, as autoridades realizavam esse tipo repreensão, e deslocavam quitandeiras de seus lugares de trabalho, a partir de denúncia, sendo essas cabíveis ou não. Além disso, é valido ainda apontar a posição adotada pelo jornal, que não raramente, evidenciava esse tipo de notícia.

Como dito anteriormente, e como é apontado em pesquisas recentes, a partir da década de 1880, há uma diminuição de anúncios de

fuga nos jornais. Como Elaine Dias (2013), acreditamos que os escravizados e as escravizadas não tenham deixado de fugir, mas que, provavelmente, os jornais tenham passado a se recusar a publicar esses anúncios, devido, em parte, à campanha abolicionista. De acordo com Freyre,

Os negros [e as negras] fugidos [as] foram-se sumindo aos poucos, escondendo-se nos cantos das páginas, encolhendo-se em tipo miúdo, perdendo seu antigo luxo de permenores, de um realismo como não há igualem nossa literatura, deixando de aparecer com títulos em negrita, às vezes avivados pela figura –quase um borrão- de um [a] negro[a] com a troxa às costas, fugindo da casa do sinhô. Até que desaparecem de todo. Era a abolição que se aproximava (FREYRE, 2010, p. 95. Grifos nossos).

Assim, percebemos que à medida que a campanha abolicionista se “intensificava”¹¹, os jornais tenderam a não publicar mais anúncios relacionados, principalmente, a fuga ou desaparecimento de cativos(as). É certo que alguns desses jornais pudessem estar realmente engajadas no movimento abolicionista, mas também havia aqueles que não o faziam para não enfrentar a parte da população que estava contra o sistema escravista.

A complexidade da sociedade oitocentista reforça ainda mais a necessidade de novas pesquisas com ênfase no cruzamento de fontes referentes à população negra, com intuito de demonstrar como essa parcela da sociedade do século XIX vivia, agia e pensava, por meio de conflitos, luta, redes de sociabilidades e da cultura. Assim, esse trabalho visa contribuir para a História Social da Escravidão na Paraíba oitocentista,

11 De acordo com Silva (2013), a província da Paraíba do Norte seguiu os modelos de atuação de associações e organizações que ocorreu no restante do Império, relacionadas a libertação dos escravizados. Além disso, o autor também percebeu que a sociedade foi afetada pelo Movimento Abolicionista, pelas associações criadas com finalidades abolicionistas, e também pelos discursos construídos pelos jornais paraibanos vinculados diretamente ou não a tais associações.

destacando, principalmente a temática relacionada às mulheres negras e cativas desse período, uma vez que existem pouquíssimos estudos referentes a esse grupo.

REFERÊNCIAS

FONTES E ACERVOS

Arquivo Privado Maurilio de Almeida – Livros de Meia Sisa (1857, 1859, 1865, 1868, 1869, 1870, 1871, 1875, 1880, 1881, 1882).

Arquivo Eclesiástico da Paraíba: Livros de Batismo – 1861-1864.

Arquivo Eclesiástico da Paraíba: Livros de Batismo. Disponíveis em: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba, 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM).

Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província. Ano: 1863. Disponíveis em Paraíba: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>
Acesso em: 10 setembro. 2015.

Jornal *O Publicador*, anos:1864 e 1865. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>.

Jornal *O Publicador*, anos:1879 e 1883. Disponível no Acervo: Fundação Casa de José Américo/FCJA.

Jornal *O Despertador*. Disponível no Acervo: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR.

Jornal *O Independente*. Disponível no Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Jornal *O tempo*. Disponível no Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Jornal *O Imparcial*. Disponível no Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Jornal *A Regeneração*. Disponível no Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Jornal *A Opinião*. Disponível no Acervo: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR

Jornal *O Conservador*. Disponível Acervo: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR.

Jornal *Diário da Parahyba*. Disponível no Acervo: Fundação Casa de José Américo/FCJA.

Jornal *Liberal Parahybano*. Disponível Acervo: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR.

Jornal *Jornal da Parahyba*. Disponível no Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Jornal *O Sorriso*. Disponível no Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa** – Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Muad X, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p.141-172.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CASTRO, Hebe. História Social. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45- 59.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CURY, Cláudia. FLORES, Elio. Jr., Raimundo. **Cultura histórica e historiografia**: legados e contribuições do século XX. João Pessoa: Universitária /UFPB, 2010.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. **Retrato Falado**: O perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888). 2013. 167p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo:Global, 2010.

HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: _____. **Sobre História**: Ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 216-231.

LARA, Silvia **Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil**. Revista Projeto História: Diálogo com Thmpson. São Paulo, 1981.

LIMA, Igor de, SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. In SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica**. São Paulo: Humanistas, 2010.

LIMA, Maria da Vitória B. **Liberdade Interditada, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Brasília: FCP, 2013.

MARTINS, Maria Fernanda. Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 403-434.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense s. a., 1982.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 216-231.

NEGRO, Antonio Luigi; Silva, Sergio. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2012.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida: Tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de Sima- Ba (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009.

ROCHA, Solange Pereira. **Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba, 1828-1888**. 2001. 111p. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

_____. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SCHWARTZ, Lília M. R – **Retrato em Branco e Negro**: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: _____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 9-88.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011, p.65- 98.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011, p. 39-63.

SILVA, Lucian Souza da. Viva a liberdade! Viva o abolicionismo! Viva a Parahyba!: discursos e práticas abolicionistas na Paraíba do norte (1880-1888). João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB, 2013.
SLENES, Robert W. **Na Senzala, Uma Flor**: As Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Thiago Oliveira. **A instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)**. João Pessoa. Trabalho de conclusão de curso (Monografia), Licenciatura em História (UFPB), 2010.

THOMPSON, E.P. **A Formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

AS DISTINTAS E ILUSTRES SENHORAS: as mulheres e o movimento abolicionista na Paraíba

Lucian Souza da Silva¹

INTRODUÇÃO

Corria um Domingo, dia 22 de abril de 1888, quando subiu ao palco do Teatro Santa Cruz², a jovem atriz paraibana Maria Leonarda para encenar a peça teatral, *A escrava Isaura*³. O teatro que era próximo a Igreja das Mercês, na Cidade da Paraíba, estava quase cheio, a plateia assistiu à apresentação que ocorreu a após a missa dominical, tendo sido tocados com a encenação, pois nas palavras de um dos presentes: “muito dificilmente se apagará do nosso espírito, e cremos que de todos que lá compareceram, a profunda impressão, que nele ficou gravada,

1 Mestre em História pela Universidade da Paraíba; Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Integrante do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista-UFPB.

2 O teatro foi um importante espaço de atuação do Movimento Abolicionista. O referido teatro foi fundado em 1861 por José de Lima Penante e funcionou até 1889 (ALONSO, 2015; PALHANO, 2009, p. 146).

3 Esta peça foi escrita por Bernardo Guimarães em 1875, e encenada como forma de propagar as ideias e propostas do Movimento Abolicionista. Esta mesma obra literária, foi publicada entre fevereiro e dezembro no jornal Liberal Parahybano, em 1883.

pelas cenas dolorosas e episódios cruelmente triste, de que está cheio essa peça de propaganda abolicionista”⁴.

O episódio narrado, evidencia a atuação das mulheres no Movimento Abolicionista brasileiro, especificamente na província da Paraíba do Norte⁵. Diante disso, suas formas de participação no referido movimento e seus posicionamentos sobre a escravidão, foram algumas das questões que nos moveram neste artigo. O presente trabalho está circunscrito na História Social da Escravidão, tendo como temática central o Movimento Abolicionista e as mulheres como sujeitos desse processo⁶. A História das mulheres, enquanto campo historiográfico, foi de fundamental importância para pensar não apenas os antagonismos homens *versus* mulheres no oitocentos, mas perceber a complexidade de suas existências e do conhecimento histórico sobre elas. Pois, como afirmou Joan Scott, “reivindicar a relevância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeira” (1992, p. 77).

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL

Aliados da arena política em 16 de julho de 1868 com a saída do ministro Zacarias de Góis (1815 – 1877) da chefia do gabinete, por força

4 *Jornal da Parahyba*, 24 de abril de 1888.

5 Nosso foco neste artigo são as mulheres livres da elite que atuaram junto do Movimento Abolicionista na Paraíba. Não conseguimos identificar a participação de mulheres escravizadas e/ou libertas no referido movimento. Entretanto, a resistência das mulheres submetidas ao cativeiro, ou que alcançaram a liberdade, tem sido estudada de forma densa nesses últimos anos. Nesse sentido, podemos destacar: ROCHA (2001).

6 Talvez este trabalho se enquadre dentro da caracterização que Joan Scott fez para a produção historiográfica sobre as mulheres predominante nas décadas de 1970-1980, ao afirmar que: “o objetivo dos historiadores das mulheres, mesmo quando estabeleceram a identidade separada das mulheres, era integrar as mulheres à história” (SCOTT, 1992, p. 85).

do Poder Moderador (1840-1889) dentro do vai-e-vem político que caracterizou o Segundo Reinado, os liberais deixaram de lado o ambiente parlamentar e adentraram o espaço público “com manifestos, jornais, clubes e conferências proselitistas de protesto e de reforma” (ALONSO, 2011, p. 172). Essas práticas políticas foram um diferencial que possibilitou a outros grupos fazerem o mesmo. Sobre o conceito de “espaço público”, Marco Morel, afirmou que embora o termo seja polissêmico, é possível caracterizá-lo em três vertentes, a saber:

A cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas (2005, p. 18).

Partindo desta conceituação, nos apropriamos de tais caracterizações para pensar o Movimento Abolicionista e sua atuação nos diferentes aspectos do espaço público, seja no Parlamento, na literatura ou nos espaços físicos como praças e teatros. A destituição do gabinete, juntamente com dissolução da Assembleia Geral composta em sua maioria por membros do Partido Liberal dando lugar a uma assembleia quase unanimemente conservadora, provocou uma mudança nas táticas de atuação do Partido Liberal que repercutiu também nas ações empreendidas pelo Movimento Abolicionista, ao passo que os liberais se apropriaram do espaço público para manifestar suas ideias e rivalidades abrindo caminho para que outros segmentos sociais também o fizessem.

Assim, durante a década de 1860, as discussões sobre “o problema da escravidão” invadiram os espaços públicos do império brasileiro, gerando um crescimento das associações e a democratização dos protestos abolicionistas que eram limitados ao ambiente aristocrático e das

instituições políticas. Neste período, houve a criação de 23 associações em todo o império, conforme apontou Angela Alonso, “entre 1860 até 1872 foram criadas 8 associações no Sul, 10 no Norte e 5 em São Paulo” (2011, p. 175). Para Robert Conrad, “a destituição do gabinete liberal e a nomeação de um ministério conservador pelo imperador despertou fortes sentimentos reformistas entre estudantes, escritores, políticos liberais e uma parte da população urbana informada” (CONRAD, 1975, p. 103).

É com esta atmosfera política e social que a Lei Rio Branco, de nº 2.040 foi assinada em 28 de setembro de 1871. A aprovação da referida lei agravou a instabilidade no cenário político nacional, acirrando ainda mais os ânimos entre conservadores e liberais provocando entre outros desdobramentos a criação do Partido Republicano em 1870. Para Robert Conrad, “a lei da reforma da escravatura de 1871 desencadeou um debate nacional quase sem precedentes” (CONRAD, 1975, p. 116). Por outro lado, a mesma crise política provocou um pequeno, porém, significativo desenvolvimento, prevendo o fim da escravidão em setores do governo e da incipiente indústria nacional que começam a se preocupar com a “melhoria da infraestrutura urbana, barateamento de máquinas e ampliação do acesso às faculdades” (ALONSO, 2011, p. 178).

A hegemonia conservadora durou de 1868 até 1878, quando uma nova conjuntura política, favorável ao Movimento Abolicionista, se configura no cenário nacional com a ascensão dos liberais ao poder depois de uma década afastados da influência política. Durante o período em que estiveram apartados, os liberais forjaram um programa reformista e uma imagem de crítica aos métodos tradicionais dos conservadores. Como afirmou Alonso, “a ascensão liberal foi interpretada como ampliação de oportunidades para expressão de pleitos políticos

e diminuição de ameaças de repressão. Campo no qual o associativismo abolicionista poderia se desenvolver e pressionar pela tramitação da abolição” (ALONSO, 2011, p. 178).

A partir desse período as associações abolicionistas foram criadas como nunca, de 1878 até 1885 foram criadas 87 associações em todo o império, indicando que o abolicionismo se expandiu e se nacionalizou. Essa nacionalização é sentida na Paraíba do Norte com a Criação de três associações: a Emancipadora Areiense, criada inicialmente em 1873 na Cidade d’Areia interior da província; a Emancipadora Parahybana fundada na Capital em 1883; e a Emancipadora “25 de março” criada em 1885, na cidade de Mamanguape, no interior da província.

Esse crescimento não foi acompanhado somente pela elite brasileira, a onda abolicionista que invadiu o Brasil neste momento, fez com que setores antes excluídos da sociedade se integrassem aos quadros das instituições, permitindo não apenas a participação de mulheres, mas também de pessoas livres e pobres ou mesmo de escravizados (as) e libertos (as). A diversificação dos membros das sociedades abolicionistas, indicam a popularização do Movimento e sua nacionalização, ao passo que, ganha formato. Para Robert Conrad,

Representantes de todas as classes e profissões vieram, eventualmente, a envolverem-se no abolicionismo – escravos e donos de escravos, trabalhadores e proprietários de terras, atores, músicos, animadores, capitalistas e trabalhadores das estradas de ferro, comerciantes, advogados, professores, militares e estudantes. (CONRAD, 1975, p. 180).

A partir desse momento, o Abolicionismo adquiriu diversidade social, sem com isso perder parte do apoio dos setores da elite, que desde a primeira metade do século XIX, como vimos, formavam seus qua-

dros. Em uma sociedade tradicional, escravista e hierarquizada como era o Brasil no período, o papel da mulher de elite e das camadas médias era quase restrito ao ambiente doméstico. Entretanto, aos poucos as mulheres ocuparam o espaço público e uma das formas para isso era sua participação nas associações abolicionistas.

É também neste período que surge o que podemos chamar de “abolicionismo negro”, com a atuação de pessoas negras. Graças a conjuntura política de 1878 com a ascensão liberal, figuras como Luiz Gama, José do Patrocínio, Vicente de Souza e André Rebouças compõem esse quadro de abolicionistas negros que de alguma forma conseguiram romper as amarras da hierarquia sociorracial do Brasil Oitocentista. Esse abolicionismo negro é institucionalizado, em 1880, com a criação da Associação Central Emancipadora que congregava pessoas de fora do sistema político.

Muitas mulheres usavam como justificativa para aderirem ao movimento o fato do mesmo ser uma causa nobre, cristã e benemerita então um *locus* ideal para as mulheres de uma sociedade religiosamente católica e que se pautavam no “modelo vitoriano de comportamento feminino”, mas isso não significa que as mulheres se conformavam com essa situação e nas associações, elas podiam adquirir certa autonomia, pois “além da multiplicidade social, as associações exibem a inclusão política de gênero” (ALONSO, 2011, p. 186). É claro que havia distinções entre homens e mulheres dentro das associações abolicionistas, mas sua presença já se configurava em uma mudança no espaço privado tornando-o politizado (VASCONCELOS; SOUZA, 1999). As mulheres participaram ativamente do Movimento Abolicionista. E é em seus encontros que procuramos seguir.

AS MULHERES E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA PARAÍBA DO NORTE

Diante da diversificação dos estratos sociais que compunham suas fileiras, as mulheres participaram ativamente das ações do Movimento Abolicionista. De variadas formas, “participaram de *meetings*, foram ao teatro, discutiram, promoveram conferências, ocultaram escravizados em rota de fuga, publicaram em jornais suas ideias em verso e prosa, organizaram associações abolicionistas” (SILVA, 2015, p. 1). Mesmo com uma organização social predominantemente masculina, algumas mulheres conseguiram romper as amarras que as prendiam ao ambiente doméstico e paulatinamente sair da cozinha e ir à praça.

Entretanto, a atuação dessas mulheres não ocorreu de forma homogênea, devido a hierarquização da sociedade oitocentista. De acordo com Alonso, a presença feminina se deu através do viés filantrópico. Para a autora, “a sociedade escravocrata liberava as senhoras de alta extração social do serviço doméstico, sem lhes abrir carreiras”, a partir dessa “brecha” as mulheres conseguiram fundar associações abolicionistas⁷. Outra forma de atuação era acompanhar “o marido, pai, irmão, cunhado abolicionista”, nas diversas reuniões e conferências que o Movimento Abolicionista organizou por todo o Império e assim, “indo para as conferências-concerto como quem vai à ópera, muitas passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas” (ALONSO, 2015, p. 146). Entretanto, tal participação não se deu de forma deliberada, pois os limites hierárquicos impostos pela eram sempre presentes. Ainda segundo Alonso:

⁷ Segundo Alonso (2015), a Sociedade Redentora da Criança Escrava, fundada em São Paulo e a Aves Libertas em Recife, foram criadas e geridas por mulheres de “estirpe”, assim como outras associações por todo o império.

AS DISTINTAS E ILUSTRES SENHORAS:
as mulheres e o movimento abolicionista na Paraíba

Participação é diferente de igualdade, e abolicionismo não é feminismo. A hierarquia de gênero, marcadíssima na sociedade imperial, irrompia de tempos em tempos no movimento, com juízos moralistas de alguns ativistas. Mas, ao envolver mulheres e crianças, o movimento atacou a escravidão onde ela era tão forte quanto silenciosa: em casa. Politizou a vida privada (ALONSO, 2015, p. 148).

Esse processo também foi verificado na Paraíba do Norte. O primeiro indício que temos sobre a presença das mulheres no Movimento Abolicionista provincial data de 1864, quando foi fundada a Sociedade Caridade São João Evangelista, cuja presidência coube a Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso⁸. A SCSJE foi uma associação cujo objetivo era “dar liberdade aos escravos; e por secundário, socorrer e livrar da miséria os órfãos menores desamparados, e viúvas honestas desvalidas” (*O Publicador*, 13 de abril de 1864). Era uma instituição mista, cujos membros eram constituídos por homens e mulheres⁹. Embora a presidência coubesse a uma mulher, o restante da diretoria, incluindo a comissão responsável pela elaboração do estatuto era composta por homens¹⁰.

No discurso proferido na cerimônia de criação da associação abolicionista, Maria Barbara expressou sua visão e posicionamento sobre a escravidão e a forma como o escravizado era destituído de personalidade em detrimento do domínio senhorial:

8 Sobre a Sociedade Caridade São João Evangelista, ver Silva (2016).

9 O art. 4º do estatuto da associação, estabelecia que: Sendo a sociedade humanitária, é cosmopolita, e admite sócios de um e outro sexo, de outras províncias e paizes (*O Publicador*, 13 de Abril de 1864).

10 Na vice-presidência, José Antonio Baptista na secretaria, os procuradores eleitos foram Francisco Antonio Aranha Chacon, Manoel Odorico Cavalcanti de Albuquerque, João Pinto Monteiro e Silva, para a tesouraria foi eleito Custodio Domingues dos Santos e como vice-presidente honorários foram eleitos, o Barão de Mamanguape, José da Silva Coelho, Comendador João José Inocêncio Poggi e Felizardo Toscano de Brito (*O Publicador*, de 13 de maio de 1864).

O escravo, senhores, não é pessoa, é cousa, e objeto possuído; ou melhor, o escravo, se tem filhos, não são seus; se tem mulher, não e as, esses entes queridos pertencem ao seu senhor que os vende, que caprichosamente lhos arranca dos braços (*O cearense*, 26 de janeiro de 1864/ Hemeroteca Digital).

Para a presidente da associação, o escravizado era “cousa” e “objeto possuído” por pertencer a outrem, que lhe “arranca dos braços” o pertencimento ao grupo e os vínculos familiares. Enquanto presidente, competia-lhe, entre outras atribuições, presidir os trabalhos e as sessões da referida associação, assim como, “ordenar todas as despesas em nome da comissão diretora, ou da assembleia dos sócios”¹¹. Tais funções denotam a relevância que a atuação de Maria Barbara teria dentro daquela instituição e o papel relevante ocupado por ela.

A SCSJE possuía diferentes categorias de sócios, haviam os instituidores, os instaladores e sócios comuns. Entre as sócias instaladoras, foi possível encontrar os nomes de: Anna Paulina Rodrigues Chaves, Maria Francisca de Moura Reis, Anna Alexandrina de Lima Mindello, Anna Genoveva Rodrigues da Silva, Clementina Gomes de Souza Shalders e Luiza Gomes de Souza¹², essas eram mulheres residentes na província da Paraíba do Norte. Além destas, mulheres de outras províncias também compunham o grupo de sócias instaladoras, a saber: da província do Maranhão, Maria José da Serra Carneiro, Maria Gertrudes de Souza Gayoso, Antônia de Brito Gomes de Souza e Eduviges Rita Vieira da Silva; da província do Ceará, Joaquina Mendes da Rocha e do Piauí Lina Castelo Branco Almendra¹³. É importante destacar que essas mulheres faziam parte elite imperial, uma vez que a sociedade Oitocen-

11 Estatuto da Sociedade Caridade São João Evangelista (*O Publicador*, 13 de Abril de 1864).

12 *O Publicador*, 27 de Maio de 1864.

13 *O Publicador*, 28 de Maio de 1864.

tista possuía uma diversificada composição social. Nessa configuração, o sexo, a condição jurídica e a cor eram elementos que diferenciavam ou aproximavam as pessoas.

No ano de 1873, foi fundada na cidade de Areia - importante área econômica da província - a Emancipadora Areiense. Liderada por Manuel José da Silva, a associação abolicionista teve um desempenho tímido, sendo reestruturada nos anos iniciais da década de 1880. Como afirmou Eleonora Félix da Silva:

Por estas questões, em 1883, a emancipadora foi reorganizada e passou a defender mais veementemente a abolição da escravidão, estimulando práticas de alforrias e reconhecendo à justiça junto aos escravizados para confrontar os senhores e auxiliar os cativos na consecução da liberdade (SILVA, 2010, p. 165).

A referida emancipadora possuía um perfil misto, dessa forma, algumas mulheres compunham o conjunto de membros honorários da associação. No livro de Honra da referida associação constam, como “sociais que teem prestado especiais serviços” os nomes de Julia Christina de Gouveia e Joaquina Augustas de Gouveia Neiva¹⁴. Figuraram como sócias honorárias da Emancipadora Areiense em 1884: Joana, Ana Carolina da Cruz Henriques, Joanna Miquelina da Silva Simão¹⁵. A função dessas mulheres consistia em atividades ligadas ao ambiente doméstico como “decorar salão, coletar doações, vender prendas e ingressos”, posteriormente, passaram a tocar piano, cantar, recitar e atuar encenar peças teatrais com temas abolicionistas como vimos anteriormente¹⁶.

14 Livro de Honra da Emancipadora Areiense, 1884. Arquivo do IHGP.

15 Idem.

16 Ver, Alonso (2015, p. 147).

No dia 12 de abril de 1883, as abolicionistas da Emancipadora Parahybana - outra associação com a atuação na capital da província - organizaram um bazar de prendas para arrecadar recursos para as atividades da referida emancipadora¹⁷. Era muito comum a realização de eventos como esse, pois como afirmou Emília Viotti da Costa, “as sociedades emancipadoras e abolicionistas que se criaram nesse período empenhavam-se, através de coletas, quermesses e leilões de prendas, em comprar a liberdade de alguns escravos” (1998, p. 462). A frente da organização do bazar, estava a esposa do então presidente da província da Paraíba do Norte, José Basson de Miranda Osório, como foi noticiado no jornal *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio¹⁸. De igual modo, os abolicionistas ligados a *Gazeta da Tarde*, estimularam a presença e participação das mulheres em suas reuniões e conferências, para que através de suas presenças houvesse o impedimento de possíveis represálias por parte dos escravocratas¹⁹.

No dia 6 de maio de 1888, o Partido Liberal da província, publicou um convite no jornal abolicionista *Arauto Parahybano*, no qual a participação das mulheres era destacada:

As distintas e ilustres senhoras residentes nesta capital e com especialidade **as gentis parahybanas**, dirigimos fervorosamente nossas preces, para que, na qualidade de mãe, esposa, filha e irmã, envidem seus generosos esforços em prol dos captivos, como teem tido por timbre fasê-lo em todos os nobres cometimentos, afim de que seja, no menor espaço de tempo possível, declarado este município LIVRE!

Esperamos não ser de balde o apelo, que tomamos a liberdade de dirigir as ilustres senhoras, em quem poderosamente confiamos,

17 O Emancipador, 12 de abril de 1883.

18 Este foi um importante jornal abolicionista que circulava na província de São Paulo ao longo da década de 1880. *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1883.

19 Alonso (2015, p. 147).

AS DISTINTAS E ILUSTRES SENHORAS:
as mulheres e o movimento abolicionista na Paraíba

como os anjos tutelares dos desvalidos escravizados (*Arauto Parahybano*, 6 de maio de 1888, grifos nossos).

O reconhecimento e destaque dado pelo Partido Liberal da província as “distintas e ilustres senhoras residentes nesta capital” era reflexo da relevância que tiveram as mulheres até então, e da influência que poderia exercer junto aos seus familiares “na qualidade de mãe, esposa, filha e irmã”. A retórica abolicionista caracterizava-as como “anjos tutelares dos desvalidos escravizados”, mas aos poucos a liberdade foi sendo conquistada por elas mesmas.

Dentro das comemorações que marcaram a assinatura da Lei Áurea, entre “expansivas festas em homenagem a deusa da liberdade”²⁰, Aquilina Amélia de Oliveira publicou o poema “Saudação” na edição comemorativa do jornal *Arauto Parahybano*, no dia 20 de maio de 1888. Em seu poema, a referida autora destacou o dia 13 de maio como o “dia em que o santo brado da liberdade ecoou por todo o Brasil”, ao tentar transpor em palavras a profusão daquele momento e movida pelo mesmo, encerrou “nas tuas plagas já não encontra eco esse, lúgubre vocábulo escravidão! Salve! Pois oh! Brasil! Livre!”²¹. A referida autora, compôs a primeira turma de mulheres que concluíram o curso normal no início daquele ano²². Ainda no mês de maio de 1888 ocupou o cargo de professora na escola pública do sexo feminino de Bananeiras, ao ser noticiado sua nomeação foi descrita como “uma professora inteligente e zelosa”²³. Em junho, foi nomeada para a segunda cadeira do sexo masculino da capital da província, mais uma foram destacadas seu “talento e inteligência fecunda”²⁴.

20 *Arauto Parahybano*, 20 de maio de 1888, arquivo IHGP.

21 *Idem*.

22 ARAÚJO (2011).

23 *Idem*.

24 *Arauto Parahybano*, 28 de junho de 1888.

A escrita feminina também pode ser destacada nesse processo. Nesse sentido, Norma Telles (1989), em *Rebeldes, escritoras, abolicionistas*, analisou as trajetórias e produção literária das escritoras abolicionistas, Maria Firmina dos Reis e Narcisa Amalia. Para Telles (1989), as mulheres ao escreverem agiram com “rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes”, porque estavam inseridas em uma “cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino”. Ainda na edição de 20 de maio de 1888, outra poetisa identificada apenas como “Anonyma Parahybana”, publicou o poema “Liberdade ou morte”, em uma comparação entre a expressão que se tornou síntese da Independência do Brasil e a abolição da escravidão, pois como a mesma escreveu, o grito de liberdade “era semelhante aquele, alevantado nas margens do Ipiranga, ele repercutirá sempre e sempre nas páginas da brasileira história”²⁵. Segundo Iris Helena Guedes de Vasconcelos e Silvana Vieira de Sousa, a referida poetisa “constrói um discurso épico da abolição que redime o trágico da realidade escravocrata”, como uma forma de se opor ao passado escravista.

Tanto a escrita da “Anonyma Parahybana”, como o poema da professora Amélia, assim como, o associativismo de Maria Barbara, a encenação da atriz Maria Leonarda, ou mesmo serviços de Julia Christina e Joaquina, são rastros da participação das mulheres no Movimento Abolicionista da Paraíba do Norte, que como tantas outras, não apenas agiram como sujeitos do processo no qual desencadeio o fim da escravidão, mas também foram capazes de romper as amarras sociais que as prendiam.

25 *Arauto Parahybano*, 20 de maio de 1888, arquivo IHGP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, entendemos que o Movimento Abolicionista foi fruto de uma conjuntura nacional, na qual a escravidão esfacelava-se a cada momento. A medida que se expandiu, possibilitou a participação de diferentes grupos sociais, como as mulheres, as pessoas negras livres e libertas. A atuação das mulheres se deu de várias formas, sejam encenando peças teatrais, organizando bazares e quermesses, ornamentando salões, doando recursos para a compra de alforrias, ou mesmo acoitando escravizados fugidos. Ao deixar o ambiente doméstico, foram aos poucos ocupando espaços no ambiente público, mesmo dentro dos limites impostos pelas hierarquias sócias próprias do período.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP)

MANUSCRITAS

Livro de Honra da Emancipadora Areiense de 1884 - Manuscrita.

Impressas

Livro de Honra da Emancipadora Areiense de 1884.

Jornal *O Arauto Parahybano*, 1888.

Jornal *O Emancipador*, 1883.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (HDBN)

O Liberal Parahybano, 1883 - 1884. Disponível em: <http://hemeroteca-digital.bn.br/>. Acesso em: 26 Jul. 2014.

O Publicador, 1864. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. (Acesso em: 26 Jul. 2014).

Jornal *O Cearense*, Terça-feira 26 de Janeiro de 1864. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/> (Acesso em: 17 de Jan. de 2015)

SITE JORNAIS E FOLHETINS LITERÁRIOS DA PARAÍBA NO SÉCULO XIX

Jornal *O Emancipador*, 1883. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 Nov. 2011)

Jornal *O Arauto Parahybano*, de 20/05/1888. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 Nov. 2011).

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – As sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologia**, vol. 13, nº 28, Setembro-Dezembro, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300007 Acesso em: 15 de Jan. 2013.

_____. **Flores votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

_____. O Movimento Abolicionista como movimento social. **Novos Estudos – CEBRAP 100**, novembro de 2014, pp. 115-137. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115 Acesso em: 15 de Jan. 2015.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza Araújo. Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no sé-

culo XIX. **Saeculum** n° 24 jan./jun. 2011, pp. 139-160. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/issue/view/24/showToc> Acesso em: 14 de Maio de 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A força da escravidão**: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. Escravidão e ideologias. In: COSTA, Emília Viottida. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 3 ed., 1998. p. 357-400.

_____. **A abolição**. São Paulo: Global Ed. 1982.

_____. Da escravidão ao trabalho livre. In: COSTA, Emília Viottida. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 235-321.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARIANO, Serioja Cordeiro Mariano. “Mulheres que lutam... Mulheres silenciosas”: a representação feminina no movimento de 1817 na Paraíba. In: MARIANO, Serioja Cordeiro Mariano. **A Paraíba no século XIX**: sociedade e culturas políticas. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

MENEZES, Bianca Sotero de. As mulheres e o Movimento Abolicionista no Amazonas provincial. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural, 2014, São Paulo, SP. Anais (online). Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Bianca%20Sotero%20de%20Menezes.pdf> Acesso em: 14 de Maio de 2017.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840.** São Paulo: Hucitec, 2005.

PALHANO, Romualdo Rodrigues. **Entre terra e mar: Sociogênese e caminhos do teatro na Paraíba (1822-1905).** João Pessoa: Sal da terra, 2009.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco espiritual.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

_____. **Na trilha do feminino: Condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888.** Dissertação em História – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2001.

SANT'ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na Cidade de Goiás (1870-1888). OPSIS: **Revista do NIESC** – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Culturais, Dossiê Gênero e Cultura, Catalão, v. 6, 2006.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SILVA, Eleonora Félix da. **Escravidão e resistência escrava na “cidade d’Arêa” oitocentista.** Dissertação em História – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870- 1888).** Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2016.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Discursos femininos sobre abolicionismo, família e trabalho doméstico (Recife e Salvador: Século XIX). In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis.

AS DISTINTAS E ILUSTRES SENHORAS:
as mulheres e o movimento abolicionista na Paraíba

lis – SC. Anais (online). Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434545749_ARQUIVO_TextoCompleto-Anpuh-2015.pdf Acesso em: 14 de Maio de 2017.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 73-83, jan./jul. 1989.

VASCONCELOS, Iris Helena Guedes de; SOUSA, Silvana Vieira de. Ventre livre e razão emancipadora: Mulher e abolição na Parahyba do Norte. In: FERREIRA, Luzilá Gonçalves *et alt.* **Suares amazonas: Mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Universitária, UFPE, 1999.

O livro "Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista: Trajetórias de Pesquisas II" expressa, em primeiro lugar, os resultados de um trabalho longo de estudos e orientações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba. Trata-se de um esforço coletivo de pesquisadores da UFPB que, juntamente com as professoras Serioja Mariano e Solange Rocha, consolidaram a instituição enquanto um importante polo de pesquisas sobre o Nordeste do século XIX: a referência de investigação em torno do Oitocentos na Paraíba, um dos mais importantes da região Nordeste, inclusive recebeu estudantes de mestrado de vários outros estados em função disso. Esta obra também é marca da afirmação do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista, que tem neste livro mais um belo fruto do seu esforço coletivo de estudos e debates a respeito do Oitocentos.

Cristiano Luís Christillino

ISBN 978-85-9559-208-7



9 788595 159208 7

